

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

HERIEL ADRIANO BARBOSA DA LUZ

**MONSTROS E MONSTRUOSIDADE:
EXAME E TERATOPOLÍTICA NO CASO NANDO**

CAMPO GRANDE, AGOSTO/2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**MONSTROS E MONSTRUOSIDADE:
EXAME E TERATOPOLÍTICA NO CASO NANDO**

Heriel Adriano Barbosa da Luz

Relatório de defesa de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como parte integrante do requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Educação. Sob a orientação do Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório

CAMPO GRANDE, AGOSTO/2021



FOLHA DE APROVAÇÃO

Heriel Adriano Barbosa da Luz

MONSTROS E MONSTRUOSIDADE: APONTAMENTOS DA TERATOPOLÍTICA NO CASO NANDO

Relatório de defesa de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como parte integrante do requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Data:

Banca examinadora:

Nome: Prof. Dr. Antônio Carlos do N. Osório

Instituição: UFMS

Nome: Profa. Dra. Anita Guazelli Bernardes

Instituição: UCDB

Nome: Profa. Dra. Livia Gomes dos Santos

Instituição: UFGO

Nome: Prof. Dra. Alexandra A. Anache

Instituição: UFMS

Nome: Profa. Dra. Inara Barbosa Leão

Instituição: UFMS



**Aos silêncios,
Aos vazios,
Aos invisíveis,
Aos ninguém
E a nada!**



O Maldito

*De origem amiúde apontada,
Estrangeiro em qualquer nação.
Tragédia ou conto de fadas?
Desfechos que jamais virão.*

*Permanece sendo este pária,
Na mira das nações ascéticas:
Tanto para a elite sectária,
Quanto pelas seitas heréticas.*

*Expulso de todas as tribos,
Tratado tal qual fosse um vírus:
'scarrado da forma mais ágil,
Tão logo comece o contágio.*

*Sempre fugido de sua grade,
Quando nele se lançam vistas.
Os justos perseguem suas pistas.
Se em nossa terra, é porque invade.*

*Esgueirando, vem, sub-reptício,
Escorregando pelas frestas
Das rachaduras do edifício,
Rasgando a pele nas arestas.*

*Em sua vida não há afeto,
Não há sonata e nem soneto.
Nas ruínas do que arquiteto,
Nos silêncios que lhe prometo.*

(Arthur Galvão Serra)

AGRADECIMENTOS

O homem livre é voltado ao próximo,
Ninguém se pode salvar sem os outros.
(Emmanuel Lévinas)

Meus agradecimentos a todas e todos que contribuíram, direta ou indiretamente com a realização dessa pesquisa. Sem a ajuda especial de vocês seria impossível chegar até aqui, obrigado:

- Aos trabalhadores, operários, agricultores e desempregados, que com o sofrimento, suor e sangue custeiam as pesquisas das universidades públicas do Brasil;
- a CAPES, por tê-la cofinanciado;
- a UFMS – Campo Grande, pela ajuda constante;
- aos meus pais Vilmar e Júlia, que me acolheram como filho pródigo e me sustentaram nos momentos difíceis; à minha mãe Noeli (*in memoriam*), que acreditava que esse momento chegaria;
- às minhas irmãs, July, Mariangela e Sandra, especialmente à última, pelas correções e sugestões no relatório;
- à professora Luciene, minha alfabetizadora, que me scandalizou frente às palavras;
- à Léó, pela paciência, motivação e afeto;
- ao orientador Prof. Dr. Antônio Osório, que soube lidar comigo, de maneira generosa e amigável;
- ao meu amigo Alonzo, que me ajudou em demasia, tanto com a leitura do relatório, como com os comentários e debates teóricos sobre a pesquisa;
- aos professores e colegas do PPGEDU-UFMS;
- aos alunos que participaram da disciplina de Tópicos Especiais, particularmente ao Pedro;
- ao Grupo de Estudos e de Investigação Acadêmica nos Referenciais Foucaultianos – GEIARF, indispensável à pesquisa;
- aos membros da banca, Profa. Dra. Alexandra, Profa. Dra. Inara, Prof. Dra. Lívia, Prof. Dra. Anita, Prof. Dr. Márcio, Prof. Dra. Tiago;
- ao Defensor Público Rodrigo Antônio Stochiero Silva, ao Promotor Douglas Oldelgado Cavalheiro dos Santos, ao Juiz de Direito Aluizio Pereira dos Santos, ao

Psiquiatra Rodrigo Abdo, tanto pelas conversas informais como pelas informações essenciais à pesquisa;

- aos idealizadores e mantenedores das bibliotecas digitais Archive.org, Gallica.bnf.fr, Loebclassics.com, Books.openedition.org, Persee.fr, Abebooks.co.uk, Scielo.br, Cambridge.org, Redalyc.org, Lelivros.love, Books.googleusercontent.com, Sacred-texts.com, Reader.digitale-sammlungen.de. Por meio desses portais pude ter acesso a materiais, que de outro modo, não poderia, tendo em vista a raridade das obras disponibilizadas neles;

- aos sites de notícia e jornal impresso CampoGrandeNews, Midiamax e Correio do Estado;

- aos familiares das vítimas, pelos momentos de conversa, consolo, indignação e esperança.

RESUMO

O caso Nando foi abordado nesta tese de doutorado como um acontecimento, por meio do qual, pode-se ver em operação os mecanismos e tecnologias de subjetivação, administração e governo das vidas e das populações. Como objetivo geral procurou-se investigar de que forma a imagem do monstro acoplou-se à do delinquente, do anormal e, posteriormente, à do psicopata, apresentando os pontos de articulação entre eles, a partir do exame e da teratopolítica. Para isso, elucidou-se o processo de constituição dessa faceta biopolítica, a partir da formação das noções de monstruosidades e dos saberes a elas atrelados. As ferramentas metodológicas empregadas foram a arqueogenealogia foucaultiana e a ontologia histórica, tanto para a seleção e articulação do material bibliográfico, como para o rastreamento histórico e delineamento da tecnologia do exame presentes nos discursos proferidos em jornais locais sobre o caso. Como resultado, chegou-se à conclusão de que o exame serviu de ponto de apoio à elucidação das tecnologias jurídico-psicológicas que funcionam como mecanismos subjetivadores, dirigidos ao periciado e, também, à população em geral. A partir disso, pode-se afirmar que os rótulos presentes no acoplamento *jus-psi* funcionam como táticas e técnicas de produção de subjetividades para justificar determinadas ações do Estado na esfera da segurança pública. Além disso, destaca-se a aceitação tácita de alguns profissionais por instrumentos de exame psicológico e psiquiátrico que limitam o sujeito ao rótulo que lhe for atribuído. Por fim, aponta-se que a representação das imagens teratológicas ainda continua em funcionamento na sociedade de controle.

Palavras-chave: Teratopolítica. Monstro. Psicopata. Exame.

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

AGEPEN	Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário
CID-10	Manual Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, 10ª ed.
DSM-V	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª ed.
DNA	Ácido Desoxirribonucleico
DEAIJ	Delegacia Especializada de Atendimento à Infância e Juventude
DEH	Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes de Homicídio
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EH	Escala Hare
FAENGE	Faculdade de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo e Geografia
IC	Instituto de Criminalística
IMOL	Instituto de Medicina e Odontologia Legal
MEEM	Mini Exame do Estado Mental
MPE	Ministério Público Estadual
OMS	Organização Mundial de Saúde
PCL-R	Hare's Psychopath Checklist Revised
PIA	Plano de Atendimento Individual
RM	Ressonância Magnética
SEJUSP	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SPECT	Tomografia por Emissão de Fóton Único
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TC	Tomografia Computadorizada
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UNEI	Unidade Educacional de Internação
Σ	Somatório

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Os monstros	12
Figura 02- Esboço do monstro de Hermópolis	49
Figura 03- Os prodígios	70
Figura 04- Dos prodígios e Sinais	70
Figura 05- Prodígios de Satã; Prodígios do Horror	71
Figura 06- Crianças com membros de animais e multiformes	72
Figura 07- Duplicação monstruosa	73
Figura 08- Dos monstros naturais	74
Figura 09- Diagrama, em triângulo, das pesquisas sobre psicopatia.....	186
Figura 10- Ossada humana de uma das vítimas foi encontrada ontem (17), durante escavações, no Jardim Veraneio	204
Figura 11- Perito criminal no local onde ossadas foram encontradas	205
Figura 12- Polícia Civil escavando o ‘cemitério’ de Nando	206
Figura 13- Casa onde Nando morava.....	208
Figura 14- Veículo após acidente de 2014.....	209
Figura 15- O cemitério clandestino.....	213
Figura 16- Conduvímeter e materiais encontrados.....	215
Figura 17- Tribunal do Júri	261
Figura 18- A porta de saída do Tribunal do Júri	261
Figura 19- A defesa, a polícia e Nando.....	262
Figura 20- Organograma dos crimes, montado pela promotoria.....	262
Figura 21- O réu e a defesa.....	263
Figura 22- A vigilância e o réu.....	263

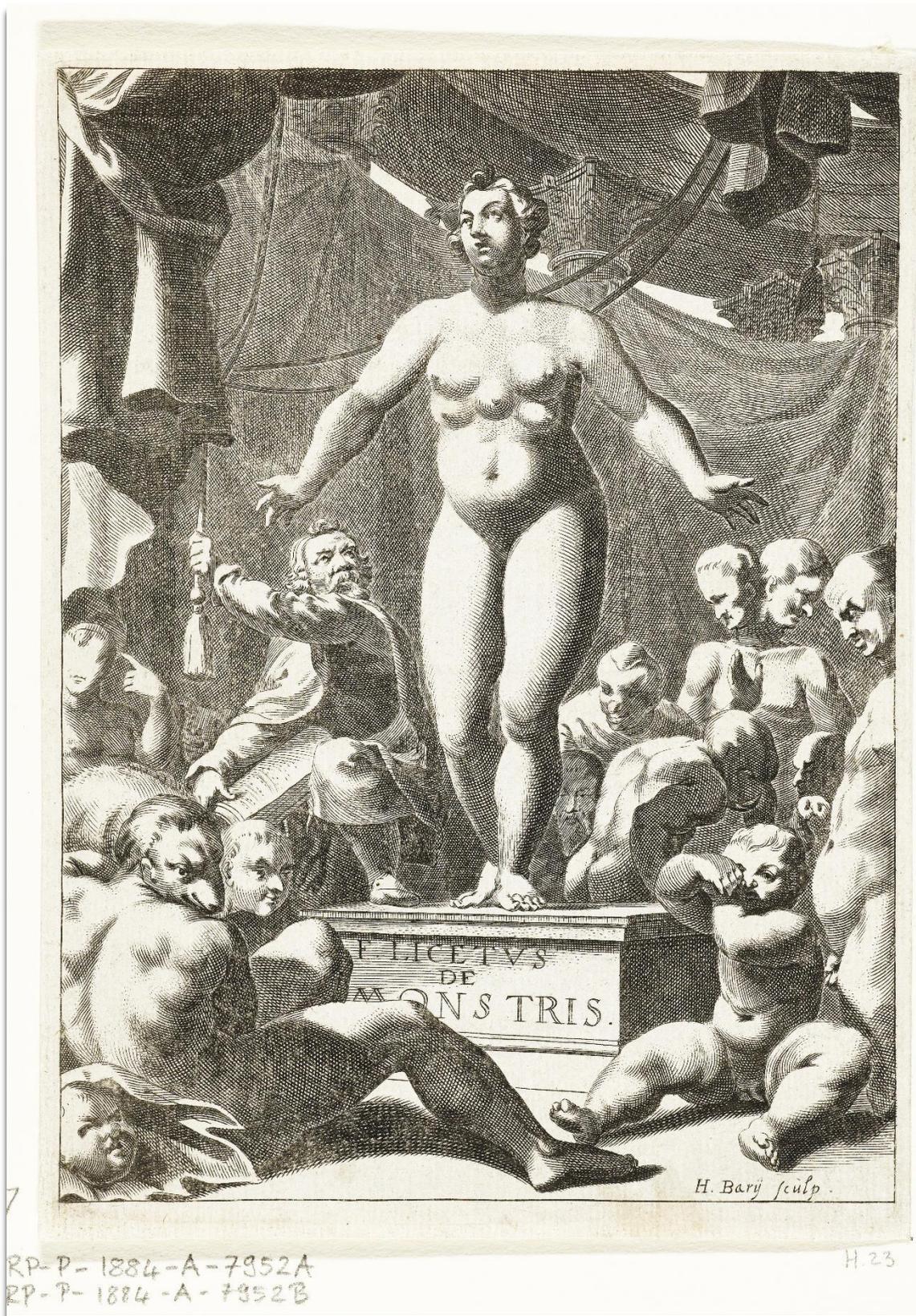


SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
Problematização genealógica do par monstro-exame e teratopolítica.....	14
INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO I - PILONE À NECRÓPOLE DE HERMÓPOLIS	26
1.1 Mostras e monstros	29
1.2 Acontecimentos e institucionalização.....	39
1.3 Examinar.....	42
CAPÍTULO II – O ENCANTAMENTO DOS MONSTROS E OS RUDIMENTOS DO EXAME.....	47
2.1 Aberturas a uma história cultural da teratologia: a criança-monstro.....	50
2.2 Dois quadrantes: o monstro híbrido.....	55
2.3 O hibridismo monstro-demônio: personificações da extrapolação moral.....	57
2.4 A fertilidade da imagem-monstro.....	61
2.5 O monstro na ordem moral.....	64
2.6 O monstro na ordem astral.....	67
2.7 O monstro na ordem das representações.....	70
2.8 O monstro na economia sexual.....	76
2.9 O monstro na ordem da economia política.....	80
CAPÍTULO III- O DESENCANTAMENTO DOS MONSTROS	87
3.1 Trevas e Luzes: A monstrosidade de Gilles de Rais.....	97
3.2 Iluminismo de Marquês de Sade e a monstrosidade libidinosa.....	102
CAPÍTULO IV – ARTICULAÇÕES À TERAPOLÍTICA: INSERINDO FORA, PARA EXCLUIR DENTRO.....	111
4.1 Digressão à loucura, à anormalidade e ao método.....	111
4.2 Excluir para incluir, incluir para excluir.....	115
4.3 Monstro anormal: episteme histórica.....	117
4.4 Os monstrosinhos	124
4.5 A peste, a lepra e a loucura.....	129
4.6 Da exceção à regra.....	133
4.7 O louco e a besta: outras (re)apresentações da monstrosidade.....	136

	11
4.8 Do interior do confinamento, ao confinamento interior	142
4.9 Controle social da loucura: o anormal e o monstruoso.....	149
4.10 O mal analto no delinquente nato	153
4.11 O exame	162
4.12 A (in)definição da psicopatia em Robert Hare	171
CAPÍTULO V - PANORAMA DAS PESQUISAS BRASILEIRAS SOBRE A PSICOPATIA E UMA TENTATIVA DE INTERVENÇÃO	181
5.1 Busca, sondagem e compilação dos dados	183
5.2 Caracterizações, resultados e análise das pesquisas pelo exame	187
5.3 (In)conclusões do <i>a priori</i> histórico.....	196
5.4 Tentativa de intervenção: incursão no campo da educação	199
CAPÍTULO VI - OCASO LOCAL	205
6.1. Cenas do acontecimento	207
6.2 Encaminhamento para o presídio.....	220
6.3 Fase de julgamentos no tribunal do júri.....	224
CONSIDERAÇÕES	232
8. REFERÊNCIAS	243
10. ANEXOS	256
10.1 Quadro	257
10.2 Fotos.....	264
10.3 Questionário aplicado aos alunos.....	268
10.4 Plano de ensino para a disciplina em Tópicos Especiais de Psicologia.....	279

Figura 01 - Os monstros



Fonte: H. Bary: Fortunius Licetus, *De Monstri*, 1665

APRESENTAÇÃO

Vidas diminutas, breves e sem testamento. Enterradas em covas rasas. Sem nome, a não ser uma referência ao apelido, com o qual são, às vezes, lembrados. Café ou Neguinho, talvez Alemão, não importa. Uma estrela no céu não se acendeu para anunciar os nascimentos, e nem se apagou em decorrência das mortes. Ficaram registrados em pequenas notas nos jornais, ofuscados pela brutalidade com que foram assassinados. Ninguém chorou as mortes, ninguém reclamou os corpos. Indigentes, foram enterrados mais de uma vez: primeiramente pela indiferença que os rodeou; em seguida, por serem descartáveis, vidas matáveis.

Essas existências infames, não por seus atos, mas pela invisibilidade que os cerca, expressam uma parcela significativa da população brasileira, que é vítima contumaz do desinvestimento do Estado. Alguns nas cadeias, outros nos hospitais psiquiátricos e, ainda, outros, nas periferias das grandes cidades e em vilarejos remotos. São vários os Cafés e os Alemães do país, pessoas consideradas incômodas, malquistas e malditas pela sociedade.

As razões para as mortes traduzem a importância atribuída às vidas. Enquanto um havia contraído uma dívida de R\$140,00, o outro teria vendido um televisor roubado àqueles que lhe tiraram a vida. Tratava-se muito mais de desvalorização do outro, do que de aplacar o sentimento de vingança, por meio de suas mortes. Além delas, outras 14 vidas foram ceifadas, ao longo de dois terríficos anos. E foi pelo acaso que a polícia chegou aos assassinos, pois não os procurava. Apesar de 16 pessoas - vidas sem importância: prostitutas, viciados em drogas e ladrões -, terem desaparecido no curto espaço de 24 meses pairava na região a sensação de normalidade.

Ao visitar o bairro Danúbio Azul, de nome em homenagem à valsa *An der schönen blauen Donau*, ópera 314 composta por Johann Strauss II e estreada em 1867, não senti o cheiro das Rosas do Sul (*Rose aus dem Süden*), nem ouvi as Vozes da Primavera (*Frühlingsstimmen*), tampouco presenciei a Vida de Artistas (*Künstlerleben*),

como nas valsas de Strauss II. Na verdade, ao chegar à casa da mãe de uma das vítimas, ouvi histórias de esquecimento e de abandono aos moradores do local.

Apesar de não ter condições, coube à mãe, em vista da morte da filha, a obrigação de sustentar as duas crianças que ficaram órfãs. Enquanto isso, ela tentava reclamar o corpo da jovem, considerada indigente, em um último gesto de dignidade que um ser humano pode ofertar a outro. Por falta de reagentes para exame de DNA, à época, a mãe só pôde enterrar o corpo da filha um ano e seis meses depois de ter sido encontrada. O primeiro enterro teve de ser cancelado por falta da certidão de óbito. Dias depois, com os familiares presentes, entre eles as duas filhas, foram sepultados os restos mortais, sem cerimônia, em vala comum e sem identificação, nos fundos do cemitério municipal Santo Amaro, o padroeiro dos ossos.

Pouca coisa foi dita sobre a vida das vítimas, diretas e indiretas, dos assassinatos. Todos os holofotes dirigiram-se ao, então, acusado. Não só a mídia acompanhou, como também os técnicos do Estado trabalharam exaustivamente no intuito de investigar, julgar e punir os crimes. O promotor, embora tenha trazido poucos detalhes sobre as vidas vitimadas, sobretudo as de Café e Alemão, fê-lo para ressaltar as motivações torpes daqueles que se sentavam no banco dos réus, no tribunal do Júri.

Nas palavras do promotor, Nando matava por ser um monstro, de natureza e atitudes monstruosas, intratável e imutável. Essa convicção da promotoria, somado à certeza de que vidas como a de Café são importantes, tal qual qualquer vida, guiou os esforços dessa pesquisa submetida ao Comitê de Ética da UFMS, aprovado com o número do parecer 3.297.589, ao Certificado de Apresentação de Apreciação Ética: 11919819.5.0000.0021.

Problematização genealógica do par monstro-exame e teratopolítica

A arqueologia, a genealogia, são igualmente uma geologia. A arqueologia não é necessariamente o passado. Há uma arqueologia do presente; de certa maneira ela está sempre no presente. A arqueologia é o arquivo, e o arquivo tem duas partes: audiovisual. A lição de gramática e a lição de coisas. Não se trata das palavras e das coisas (o livro de Foucault tem esse título só por ironia). [...] O grande princípio histórico de Foucault é: toda formação histórica diz tudo o que pode dizer, e vê tudo o que pode ver (DELEUZE, 2008, 120-121).

A organização e articulação da pesquisa, embora tenham sido baseadas na perspectiva foucaultiana, na qual não há um método pré-definido, mas procedimentos metodológicos, compreendeu também as propostas de Lobo (2015) e de Hacking (2009). Da primeira autora, foram extraídas as formas e ferramentas de inquirição histórica, como crítica ao presente e história genealógica, derivadas da perspectiva foucaultiana. “A história genealógica despreza o julgamento, aquele que estabelece critérios de verdade, mesmo provisoriamente universais, para analisar os acontecimentos” (LOBO, 2015, p.17). Não se trata de dissolver o acontecimento singular em um continuum ideal, mas apreender o caráter particular e agudo, onde se dão as rupturas e as emergências que possibilitam espaços para que novas figuras entrem em cena, a exemplo das variadas imagens que o monstro possibilitará, de acordo com o tempo e espaço histórico, e segundo o referente que direciona o olhar.

Por isso, busquei adentrar no campo de pesquisa sem convicções ou objetos, mas apenas com problematizações para, a partir delas, construir as direções, estratégias e procedimentos metodológicos. Para isso, dois foram os campos práticos: o Tribunal do Júri do município de Campo Grande e a disciplina ofertada aos alunos de bacharelado em Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. O primeiro, por ser o local onde aconteceriam os julgamentos para o caso selecionado, enquanto o segundo, pelo fato de a pesquisa estar inserida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMS.

Desse modo, poderia trabalhar visões críticas sobre os usos do exame. A partir daí, então, dois cenários começaram a ser delineados em forma de perguntas. A primeira delas foi: o que é monstro? E a segunda: de que forma o exame é empregado? Dessas questões, aparentemente simples, iniciou-se o percurso da pesquisa.

Em relação ao levantamento bibliográfico, foram necessários dois momentos. Primeiramente, com a busca de teses e dissertações e, posteriormente, com os materiais que compõem livros e periódicos sobre o tema. Tendo destacado os autores e obras tidos como clássicos nos dois levantamentos, caminhei no sentido oposto à cronologia das publicações. A cada citação que se sustentava em um autor referenciado em seu campo, por seus pares, como se fosse arauto da verdade, colocava-o previamente em dúvida para, após lê-lo, construir outras possibilidades enunciativas e argumentativas. Assim, foi possível costurar a trama textual a partir da inquirição do presente.

Do segundo autor, Hacking (2009), foi extraída a noção de ontologia histórica. O intuito não foi o de formar ontologias, mas o de demonstrar como elas se constituem em relação ao monstro, ao exame e à forma particular de biopolítica, que aqui nomeei de teratopolítica, por tratar-se do uso corrente entre as ciências. Das possibilidades de trabalhar com ontologia, a situada como histórica foi definida por Hacking (2009, p.14), como a “verdade por meio da qual constituímos a nós mesmos como objetos de conhecimento, ao poder por meio do qual constituímos a nós mesmos como sujeitos que agem sobre outrem, e à ética por meio da qual constituímos a nós mesmos como sujeitos morais”.

Essas noções, centradas no pensamento foucaultiano, permitiram deslocar a posição de sujeitos constituídos pelos processos histórico-sociais, para o de sujeitos constituintes. São as formas possíveis de ser-determinada-pessoa. Trata-se, assim, da estetização da existência, como o poder produzir-se, mas sempre numa relação determinada e contingente. Além disso, o uso da ontologia histórica nesta pesquisa tem, no conceito de história, uma especificidade, que se sustenta na ideia de *a priori* histórico.

O *a priori* histórico aponta para as condições das possibilidades de conhecimento dentro de uma “formação discursiva”, condições cujo domínio é tão inexorável, lá e então, quanto a do *a priori* sintético de Kant. No entanto, elas são ao mesmo tempo condicionadas e formadas na história, e podem ser erradicadas por transformações históricas radicais, posteriores (HACKING, p.17, 2009. Destaques no original).

Perquiri, com essa forma de olhar a história, a constituição do que veio a ser o monstro e suas intra e interconexões, que formaram pontos de contato e apoio para outras ontologias na modernidade, e na atualidade, como é o caso da classificação de Psicopata. No pano de fundo desse processo, mantive a decisão em rastrear as formas de exame, buscando acompanhar algumas modulações dessa prática. Resisti, principalmente ao abordar o caso Nando, a classificá-lo, seja tentando compreender as razões para os crimes atribuídos a ele, seja para ajuizá-los. Apenas relatei-os, conforme foram descritos nos jornais.

Por fim, almejei transcrever o processo de pesquisa, de forma que o leitor pudesse acompanhar os momentos altos e os baixos; as dúvidas e as insatisfações; as alegrias pela descoberta e o prazer daí advindo, de reconhecer e reconhecer-se na história; as dores que marcam a existência e as histórias; as estratégias de saber-poder e de resistência; o fascínio e o espanto trazidos pelo conhecimento.

Enquanto escrevia, a cada linha rememorava a vida de Café. Ela só chegou a mim, em vista de sua morte. Que você encontre a paz infinita, Café.



INTRODUÇÃO

O MINOTAURO: Fica bem que no centro de uma casa monstruosa haja um habitante monstruoso (BORGES, 2000, p.103).

Peço, de antemão, desculpas ao leitor desse relatório por evitar, ao menos nessa sessão, conduzir-me por bibliografias. Minha intenção, nesse momento, é a de dividir impressões, sensações e afetos. No decorrer do trabalho, no entanto, muitas frases aqui descritas serão problematizadas, afirmadas ou negadas, com acréscimos de teóricos e escritos, no intuito de demonstrar o movimento da pesquisa e do pesquisador. Dito isso, começarei com uma breve história.

Aos pés de um Cristo ainda marcado pelos flagelos da crucificação, imagem cravada no alto da parede do anfiteatro do Tribunal, o promotor de Justiça, com uma retórica irrepreensível, coloca-se à frente do júri e profere um discurso passional por mais de uma hora sobre a natureza hedionda e criminosa do réu. Acusado de posse ilegal de arma de fogo, formação de quadrilha, tráfico de drogas, ocultação de cadáver e de ter assassinado brutalmente ao menos 14 pessoas, esse sujeito de físico lânguido e aparentemente fragilizado pela tuberculose, causa assombro a muitos presentes.

O terror compartilhado pelos espectadores modulava em conformidade ao tom e ao conteúdo das palavras dirigidas pelo promotor ao júri. Claramente, o assombro resultava mais do discurso da promotoria, do que da presença do acusado. A cada bramido da acusação, espécie de invocação para contenção de um mal imanente difundido pelo réu, os rostos da comissão de jurados retorciam-se, com espasmos de espanto e apreensão. Entre uma e outra contração da musculatura facial, as cabeças meneavam em um gesto de concordância às palavras proferidas para ele, sobretudo quando elas acompanhavam a gravidade dos atos a ele atribuídos.

Nesse discurso, os termos *serial killer*, psicopata e psicopatia eram colocados à plenária para exprimir tanto erudição como para referendar o conhecimento científico aparentemente extraído de pesquisas nas áreas da criminologia, sociologia do crime, antropologia criminal, psicologia e psiquiatria, a que anos de carreira na área,

possibilitaram ao promotor conhecer. Cada palavra mobilizava os ouvintes, e ele os conduzia em uma espécie de *tour* por um jardim zoológico de diversas espécies.

Às vezes intitulado como o perverso, o facínora, o criminoso hediondo, o sem consciência, o maléfico, o homicida infame, o celerado execrado, todos esses rótulos causavam, junto ao desconforto, uma sensação de compreensão e confiança nas qualificações pronunciadas aos jurados, dirigidas ao acusado. Apesar da aparente indistinção e generalidade terminológica dos títulos anteriores, eles acalmavam e permitiam aos ouvintes caminhar por esse jardim de formas e diferentes tonalidades de cinza e preto. Dentre a série de dísticos, em dado momento, o promotor fez o uso de um termo que visivelmente causou estranheza e desconforto aos presentes. Trata-se da expressão monstro.

Notei não se referir a um termo vago ou impreciso no arranjo retórico daquele promotor. Ele foi empregado propositada e adequadamente para aquela retórica, quando os participantes se mostravam cansados e um pouco enfasiados com o julgamento. A palavra parece ter renovado a força dos ouvintes e ter criado uma espécie de comoção pública. Naquele momento, voltei o olhar aos alunos de psicologia que me acompanhavam na audiência e percebi, igualmente, o descompasso em seus olhares. Se anteriormente seguiam analiticamente os gestos incisivos e suaves, a intensidade das palavras e suas modulações, a atmosfera carregada e inquietante, de repente ficaram absortos com a sentença proferida no julgamento pela promotoria:

- Aqui, diante de vós, está um monstro! Não se deixem enganar por sua aparente fragilidade. Ele tem mais astúcia do que a soma de todos os presentes. Ao contrário de nós, pessoas comuns, ele é mentiroso, dissimulado e mau. Ele é a pura expressão da monstruosidade.

Após ouvir essas palavras, redirecionei aspectos da pesquisa que estava em andamento e resolvi dedicar um tempo maior às leituras sobre a monstruosidade, porque entendi ser esse o aspecto de novidade em minha tese. Fiquei espantado com a quantidade de material disponível em diversos idiomas sobre a temática, mas bem pouco traduzido em Língua Portuguesa. Busquei reunir àquele relacionado ao tríptico crime, monstro e anormalidade, pois a maior parte do que encontrei relacionava-se à área de literária e de Estudos de Linguagem.

Coincidência ou não, o número de pesquisas e de pesquisadores interessados nessa discussão mostrou-se proporcional à produção ficcional. Quanto mais romances, filmes, séries e documentários eram desenvolvidos na área, tanto mais esse campo tornava-se fértil, multiplicando o número de investigações. O exemplo mais perceptível é o impacto causado pelo filme *The silence of the lambs*¹, de 1991 baseado no romance homônimo de Thomas Harris, de 1988 que, após o lançamento, viu multiplicar o interesse de cientistas de áreas correlatas à psicologia, sociologia, psiquiatria e criminologia, para tentar analisar e compreender as motivações aos comportamentos violentos.

Na mescla de ciência e ficção, fica borrada a linha limítrofe entre elas e, em diversas situações, passa a haver trocas e incorporações entre uma e outra. Termos como perversão, psicopatia e parafilias começam a ser recorrentemente empregados em romances e novelas policiais. Expressões como psicopata, maníaco e maquiavélico, ainda que não estejam classificadas na semiologia e nosologia das ciências comportamentais, passam a fazer parte do vocabulário cotidiano e, até mesmo, técnico dos profissionais das áreas jurídicas e do comportamento.

Dessa zona borrada emerge um dos motes dessa pesquisa, quanto ao sentimento causado nas pessoas ao se depararem com termos, a exemplo de monstro e psicopata, empregados pelo promotor. Aparentemente, seria uma imprecisão e, erro, confundir e utilizar de maneira indiscriminada as palavras *serial killer*, psicopata e monstro, quase como sinônimos ou predicados de mesma sinonímia. Não cabem aqui as discussões terminológicas e metodológicas acerca do emprego impreciso dos termos, mas sim apontar as implicações e positivities decorrentes de seus usos.

Desse modo, não se trata de inquirir a terminologia, a adequação do emprego ou a limitação técnica dos usuários, mas sim a repercussão que o uso causa, tanto sobre os ouvintes, como sobre os profissionais. Esses, por estarem direta e indiretamente ligados às instituições, operando nelas e por meio delas, acabam por definir e determinar a vida daqueles submetidos a exames e esquadrinhamentos.

Apesar da particularidade etimológica e da distinção de sentidos, a perplexidade causada pela fala do promotor, meticulosamente calculada de acordo com o seu discurso, era amparado no imaginário compartilhado por todos os ouvintes. Seja o monstro, o psicopata ou o *serial killer*, essas figuras (ou figura) estão carregadas de sentidos

¹ Tradução livre da Língua Inglesa: O silêncio dos inocentes.

constituídos e consolidados sócio-culturalmente, como demonstrou a reação afetiva dos presentes diante daquela fala.

Esse amálgama de reconhecimento, posto a cultura ocidental compartilhar de uma experiência sobre monstros, ainda que bastante abrangente e de estranhamento, pois reconhecendo-o quer-se fugir deles, foi gestada em um período histórico amplo, e evidenciadas quando começam a ser empregadas técnicas e táticas de governo. Esse sentimento parece afetar a subjetividade humana, seja a de crianças, pelo medo do desconhecido, ou a de adultos, quando têm recordações funestas, e pode se manifestar em situações como a experimentada pelos ouvintes e participantes naquele julgamento.

A outra motivação que me instigou a essa pesquisa foi a aceitação tácita da grande maioria dos profissionais das ciências jurídicas, médicas e psicológicas, no discurso proferido sobre sujeitos qualificados como psicopatas, *serial killers* ou monstros. Muitos desses pseudodiagnósticos sequer foram produzidos nesse campo por profissionais ou estudiosos da área. Alguns deles reproduziram o conteúdo de matérias jornalísticas ou mesmo de séries em plataformas como a do YouTube e acabaram por respaldar diagnósticos legais, mesmo baseados no senso-comum. Não darei exemplos disso aqui, mas uma pesquisa de mestrado chamou-me a atenção.

Em uma formação destinada a psicólogos que trabalham em presídios, para o uso da Escala Hare no Brasil, teste destinado a identificar psicopatas, apenas uma de vários profissionais da área da psicologia demonstrou incômodo pelas categorias e inadequações metodológicas próprias a essa escala, e na forma como ela foi aplicada e ensinada (YAMADA, 2009). Os profissionais da área da psiquiatria consultados, igualmente consideraram-na um ótimo instrumento diagnóstico e corroboraram o uso dessa ferramenta, sem apresentar saídas às aporias implícitas ao teste, como a impossibilidade de tratar os sujeitos classificados de portadores de psicopatia.

Da mesma forma, a maioria das pesquisas consultadas que faziam uso de instrumentos diagnósticos classificatórios empregou essa escala, o que será discutido no Capítulo VI – Panorama Das Pesquisas Brasileiras Sobre a Psicopatia. Sabe-se, como demonstram vários casos no país, que a classificação e identificação de sujeitos nomeados de psicopatas configura-se como uma prisão perpétua, apesar da inconstitucionalidade no Brasil.

Certa vez, durante uma exposição oral no Congresso Internacional de Direitos Humanos realizado em Campo Grande – MS, comentei sobre a situação degradante de

um sujeito diagnosticado com psicopatia, alcunhado de O Maníaco da Cruz. Na ocasião, expus os arranjos e rearranjos inconstitucionais para que ele permanecesse em privação de liberdade, sob o pretexto de uma medida de segurança não aplicável a seu caso. Ao ouvir-me, um dos mediadores da mesa, professor e cientista jurídico, cuja atuação está voltada à garantia de direitos fundamentais, questionou-me se eu não me sentia mais seguro com a manutenção daquela, apesar da ilegalidade escrachada, privação de liberdade. Respondi-lhe com um retumbante NÃO! Ao que ele me respondeu: pois eu e minha família nos sentimos mais seguros, apesar da arbitrariedade.

Para a minha surpresa os demais participantes, na maioria de áreas não afeitas a essa discussão, ficaram revoltados com a atitude do professor. Ele, no entanto, não está sozinho na sensação de segurança fictícia e vaga. Ela é compartilhada por vários profissionais ligados direta ou indiretamente à temática e, também, por parcela significativa da população. Percebi naquele momento que nem sempre a lei caminha com a justiça e que a ética pode ser uma antípoda da moral.

O terceiro aspecto a ter impactado para essa pesquisa está relacionado a um dos julgamentos que participei no Tribunal do Júri do Estado de Mato Grosso do Sul. Durante os procedimentos de apuração do assassinato de uma moça, no momento da oitiva do acusado, ele confessou ter matado e enterrado o corpo da vítima em uma cova próxima à região onde ambos residiam. Quando a perícia retirou os ossos e enviou ao Instituto de Medicina e Odontologia Legal - IMOL para a datação de carbono, constataram que se tratava da ossada de um homem e não de uma mulher. Questionado a esse respeito, o réu admitiu o engano e disse tratar-se dos restos mortais de Café.

Até aquele momento, ninguém havia reclamado o corpo, denunciado a morte ou mesmo o sumiço de Café. O MPE fez a denúncia e a polícia civil encaminhou as investigações. No bairro onde residia, ninguém soube dizer nada sobre Café, apenas que alguns o conheciam como Neguinho. O mais próximo a ele, dono de um bar, disse que ele morava no bairro há cerca de três anos e dormia ao relento, sob as marquises, alpendres de casas e bares daquela região. Talvez tivesse se mudado de São Paulo, mas não sabia se ele tinha família. O dono do bar não tinha mais detalhes sobre a vida pregressa da vítima, tampouco os moradores tinham quaisquer informações. Café foi enterrado como indigente.

Ao me deparar com essa história, percebi que a vida do réu, no sentido mais estrito do termo, não exprimia infâmia. Contrário ao famoso e à fama, infame é aquilo ou aquele

de quem não se fala, seja essa vida ilustre ou não. Muito foi dito sobre o acusado, e a mídia, quase diariamente o retratou. Sobre a vida de Café, no entanto, não foi dito uma única palavra. Morreu e sobre o silêncio imposto à morte, nem teve o direito a uma lápide. Ele foi o verdadeiro infame e a sua vida exprimiu, de maneira modelar, a gravidade do termo.

Destacando o leitmotiv da pesquisa, busquei empregar as opções metodológicas em conformidade aos dados que se apresentavam no caminho, pautadas na Aqueogenealogia e em um olhar hermenêutico a partir de Foucault. Embora tivesse feito um projeto, este serviu como norte para alguns apontamentos e direções, mas sem fornecer, com isso, o mapa completo do percurso. A cada capítulo, um novo questionamento direcionou o olhar e foi empregado um recurso mais adequado à problematização do objeto.

As questões-problema a que cheguei na pesquisa foram: como os enunciados sobre o monstro foram reelaborados, realocados e redefinidos, para servir ao conjunto formativo das técnicas de exame? E de que maneira os enunciados em torno da psicopatia na atualidade servem de base para amparar práticas que deslegitimam o direito de sujeitos taxados de psicopatas? O interesse nessa área decorreu de vivências anteriores deste pesquisador, como no período em que trabalhou na Delegacia Especializada de Atendimento a Infância e Juventude do Estado de Mato Grosso do Sul.

Oriundos das problematizações, os objetivos foram traçados. Como objetivo geral procurei investigar de que forma a imagem do monstro acoplou-se à do delinquente e anormal e, posteriormente, ao do psicopata, buscando os pontos de articulação entre eles, a partir do exame e da teratopolítica. Para isso, percorri os caminhos que produziram a noção de monstro desde a descoberta da Necrópole de Hermópolis, até o período moderno. Em seguida, reconstruí o cenário do caso Nando, conhecido por ter sido acusado, julgado e condenado pelo assassinado de 14 pessoas.

Nos objetivos específicos busquei apresentar as variadas formas como o exame é empregado, tanto no percurso cultural e sócio-histórico, como na atualidade, onde destaquei os discursos proferidos em jornais locais, para mostrar de que forma a técnica está posta no caso Nando. O exame serviu como ponto de apoio à apresentação das tecnologias jurídico-psicológicas presentes no caso (FOUCAULT, 2014d).

Em relação à escrita do relatório, à composição de cada capítulo foi dada determinada ênfase, o que acabou impactando no estilo de cada um deles. Isso se deu em

decorrência dos diferentes momentos da pesquisa, que hora exigiram um olhar mais atento à historiografia, hora à epistemologia histórica e, por fim, à arqueogenealogia. As variadas formas pelas quais o monstro foi representado, exigiram-me renovar o olhar para retratá-lo de maneira diferente a cada tela. Não houve aqui a pretensão de ser imparcial.

As problematizações lançadas no projeto de pesquisa foram:

- De que forma a figura do anormal é evocada, investida e acoplada à do infame/perverso pelos peritos no exame, gerando uma teratologia? - Que efeitos de subjetivação essa prática de saber-poder produz entre os futuros profissionais?

Por meio delas, cheguei à tese de que a teratopolítica é uma estratégia institucionalizada da biopolítica, sustentada nos e pelos saberes-poderes *jus-psi*.

Para expor a minha tese, este relatório foi organizado da seguinte forma:

NO CAPÍTULO I, com o título Pilone à necrópole de Hermópolis, foi feita a opção de problematizar epistemologicamente a temática. Assumir a figura do monstro que permeou o desenvolvimento da teoria do conhecimento, ora como contraponto, ora como balizadora da norma, por seu lugar de diferença, representou a tentativa de destacar elementos de composição e decomposição dos saberes. Trazendo momentos de desconstrução, almejou-se recompor, a cada momento da investigação, uma forma a ela particular tomando como rota a concepção de monstro que atravessa a história ocidental.

No CAPÍTULO II intitulado O encantamento dos monstros, pretendeu-se criar aberturas e pontos de articulação para uma história cultural da teratologia, e suprir parcialmente a carência de materiais disponíveis em Língua Portuguesa, para esse e outros trabalhos que possam surgir sobre essa temática. A partir da obra clássica de Ernest Martin *Histoire des monstres depuis l'antiquité jus qu'à nos jours*, foi feita a busca e coleção de materiais citados no texto e de outros extratexto. Essa obra foi escolhida como um ponto de partida, pela constatação, a partir do estado da questão, que se tratava de um clássico.

O CAPÍTULO III – Nomeado O desencantamento dos monstros, destacam-se alguns elementos que resultaram no desencantamento sobre as formas teratológicas, e nas condições que possibilitaram a emergência do monstro moral, acompanhando o desenvolvimento das técnicas do exame. Além disso, foi trazido à discussão dois personagens: Gilles de Rais e o Marquês de Sade. O primeiro dele, próximo ao Período Medieval, sentenciado pelo assassinato de centenas de crianças, tornou-se uma das

referências para pensar o monstro, perverso e cruel; o segundo, representante às avessas do Iluminismo, embora não tenha praticado em vida nenhum crime, causou com suas obras um profundo impacto sobre os costumes e condutas da época, ao ponto de ter seu nome acrescentado aos manuais semiológicos, onde ainda permanece associado aos transtornos de ordem sexual.

O CAPÍTULO IV intitulado *Articulações à teratopolítica*: inserindo fora para excluir dentro, abordo os elementos incorporados às estratégias de administração e de governo do Estado, conhecidas como biopolíticas, que atravessam as formas de controle e de subjetivação modernas e contemporâneas. O controle da peste, o saber-poder formado pelas práticas sobre a loucura, a reorganização da pedagogia em torno da criança anormal, o poder psiquiátrico e a antropologia criminal compuseram as referências de inclusão e exclusão de indivíduos investidos e desinvestidos pelo Estado, formando novas agências e ontologias, como os manicômios judiciários e os delinquentes natos. Com essas considerações, almejei apontar pistas à composição do conceito de teratopolítica, destacando nesse processo, o exame.

O CAPÍTULO V nomeado *Panorama das pesquisas brasileiras sobre a psicopatia*, e uma tentativa de intervenção, gero um inventário das pesquisas e as formas de abordar a temática relacionadas ao diagnóstico, classificação e identificação de psicopatas, relatadas em teses e dissertações. O termo inventário é empregado pela ambiguidade que provoca: no sentido jurídico, trata-se da listagem de bens deixados por pessoas falecidas; e em seu oposto, o de provocar à invenção.

No CAPÍTULO VI intitulado *O ocaso local*, abordará, a partir de dados colecionados nos julgamentos, em matérias jornalísticas e em conversas informais com técnicos e profissionais envolvidos direta ou indiretamente com o processo, além dos familiares das vítimas, um caso apelidado pela mídia de Nando ou O Serial Killer do Danúbio Azul. Em ordem cronológica, buscou-se formar um álbum dos momentos retratados pela mídia sobre o personagem.

Nesse conjunto de relatos jornalísticos, é possível perceber que a imagem da pessoa taxada de Nando vai desaparecendo, ficando cada vez mais refém dos discursos proferidos sobre ele, e apesar dele, até que sua voz silencie. Qualificado de monstro, psicopata, *serial killer*, maníaco e doentio, a maquinaria do exame vai produzindo, a cada narrativa, uma subjetividade cada vez mais reclusa ao grupo de rótulos que lhes são dirigidos.



CAPÍTULO I - PILONE À NECRÓPOLE DE HERMÓPOLIS

O T'AO-T'IEH: Os poetas e a mitologia o ignoram; mas todos, algumas vezes, o descobrimos, na quina de um capitel ou no centro de um friso, e sentimos um levíssimo mal-estar (BORGES, 2000, p.177).

O presente capítulo percorre momentos da construção da imagem do monstro. Longe de ser um termo vago e inexpressivo, ele traduz a rede de significados que sustentam a imagética social. Tendo sido gestado num amplo processo histórico-social, ele participa da e na formação do conhecimento e da rede saber-poder da cultura ocidental, onde assume uma infinidade de caracteres, dentre eles a representação de figuras assombrosas, que despertam sentimentos e sensações variadas nas pessoas. Dado à afinidade com a temática, tendo em vista as observações e análises realizadas por Michel Foucault (1926-1984) sobre essa discussão, ela será importante na compreensão da rede dialógica que compõe a imagem-monstro.

Nas portas de entrada de templos no Antigo Egito eram construídos sobre duas torres monumentais, pórticos e portais exuberantes, chamados de pilone². O objetivo, além de guardar a entrada, era o de provocar nos visitantes e habitantes uma experiência de fascínio diante da grandiosidade arquitetônica egípcia e demarcar o limite entre o religioso e o secular, de forma a ressaltar o poder político, com os atos de governo e as vitórias contra os rebeldes e forças da desordem estampadas nos umbrais. Em alguns deles era possível ver imagens do faraó castigando os inimigos, e em no interior, haviam recônditos e dormitórios. Nas paredes registravam-se frases, com fonogramas enormes da língua egípcia antiga talhados, e colocavam-se esfinges antropozoomórficas e obeliscos colossais, a fim de avisar aos transeuntes acerca do nome³ local (DOBERSTEIN, 2010).

² Conforme Oliveira (2008, p. 15; 103), em A Escrita Sagrada do Egito Antigo, os egípcios registraram essa palavra de duas formas: com os fonogramas

aA  e *sbxt*  , que significavam porta, portão e portal.

³ Conforme o Dicionário Digital Aulete, essa expressão significa *poder celeste, divindade*.

As torres duplas representavam as deusas Ísis e Néftis, divindades responsáveis pelo nascimento do sol. A passagem entre elas simbolizava as correntes do Nilo, e da junção com o astro rei, nascia a prosperidade. Os interiores dos templos cercados pelos pórticos eram desconhecidos pelos homens comuns. Apenas aos sacerdotes e ao faraó permitia-se cruzar todos os pórticos, e cria-se que o alvorecer resultaria da conjunção destes pilares.

Do mesmo lugar de onde surgiam os primeiros raios de sol guardavam-se, em necrópoles, os corpos mumificados dos faraós e de alguns sacerdotes. A morte para eles, diferentemente da perspectiva cristã medieval e contemporânea, estava ligada à luz. Os homens comuns, egípcios de nascimento ou escravos, eram enterrados fora desses lugares suntuosos, mas mesmo entre eles havia umbrais e pórticos assinalando a passagem de um lugar de sofrimento, para outro de luz (DOBERSTEIN, 2010).

O emprego do termo pilone, neste capítulo, é uma referência à demarcação e passagem, de um lugar de inscícia, ao de aurora. A escolha não foi aleatória, mas adveio do próprio processo de pesquisa onde, recorrentemente, o vocábulo reapareceu durante as leituras de vários materiais, muitas vezes acompanhado do termo necrópole. A Hermópolis Magna, antiga cidade egípcia, tem uma importância particular, pois sua descoberta instigou diversos pesquisadores, de perspectivas e especialidades diferentes, a questionarem a historiografia da teratologia⁴. Acompanhando parte dessa produção, foi possível revisitar aspectos que se tornaram pertinentes à preparação e desenvolvimento dessa pesquisa, com instrumentos e técnicas coerentes com as metodologias empregadas.

Buscando o nexo interno, apostou-se na própria noção de monstro, onde essa figura foi assumida tanto como um efeito discursivo, e também como causa para a formação de redes de saber-poder. O emprego do termo, quando dirigido a certas pessoas e criaturas, longe de ser uma metáfora classificatória vaga, traduz um acontecimento, pois a evocação está carregada de impressões que foram gestadas durante um longo processo histórico-cultural. O monstro excede a alegoria metafórica e traduz, como imagem-símbolo, uma das formas de questionamento do presente, sendo uma maneira de indagar a realidade de quem somos e as relações sociais de que participamos. Essa imagem do inclassificável questiona as formas de classificação, podendo compor as ferramentas de problematização da atualidade e de diagnóstico do presente.

⁴ Sinédoque para conjunto de monstros e monstruosidades; ramo da medicina ligado às deformidades.

Nesse caminho, o capítulo a seguir foi uma tentativa de aglutinar os elementos dispersos que compõem essa figura-acontecimento. O recurso empregado foi o da hermenêutica foucaultiana, com a qual foram pinçados alguns exemplos de recorrência dessa imagem. Aos múltiplos sentidos atribuídos ao de interpretação relativos a este recurso, preferiu-se o especular, muito mais próximo aos métodos das ciências, e igualmente importante às filosofias continentais e analíticas. As acepções relativas à decifração, à elucidação e ao desvelamento não acompanharão as interpretações, ainda que sejam formas de se empregar a hermenêutica, mas elas seriam incompatíveis com os objetivos do trabalho. Por pressuposto, assume-se que não há nos textos nada escondido, ainda que muito possa ser, a partir deles, encontrado (FOUCAULT, 2014a).

Nessa arte do encontro, empregou-se a hermenêutica como ferramenta de reinvenção, partindo-se de conteúdos preexistentes, mutáveis conforme os deslocamentos efetuados pelos julgamentos cognoscitivos e afetivos, num retorno à novidade, como um ato de criatividade. Um refinamento, reposicionamento e reedição criativa de olhares dirigidos para o mesmo, transformado por esse gesto em um outro de si mesmo. Trata-se, por isso, de ressaltar o que, de antemão, é visível e familiar, e que por isso passa despercebido aos olhos, pois perdeu seu caráter de novidade, fazendo “aparecer o que está tão perto, o que é tão imediato, o que está tão intimamente ligado a nós mesmos, que exatamente por isso não percebemos”, para usar as palavras de Foucault (2004, p.42-43).

A elaboração desse método, a partir de uma perspectiva hermenêutica, resulta da iniciativa de desconstruir um sistema de crenças, sustentáculo da convicção de que deveria reger-se por ele. Em outras palavras, pretendeu-se um método acessório que, apesar disso, não quis comprometer a coerência, mas pretendeu criar coesão e estabelecer algumas conexões discursivas. Foi mantido, no entanto, o horizonte teórico, pois sem ele o ato de especular poderia ser sinônimo de mera divagação. Daí ter sido estabelecido os limites de reconhecimento indispensáveis e intrínsecos a um corpo teórico. Nessa direção, as palavras de Foucault (2014a, p.31-32), em *A ordem do discurso*, ilustram essa sentença, quando ele diz “talvez, não haja erros em sentido estrito, porque o erro só pode surgir e ser decidido no interior de uma prática definida; em contrapartida, rondam *monstros* cuja forma muda com a história do saber” (Destaques do autor).

Diferentes momentos estão postos neste capítulo. No primeiro deles, aberto como uma advertência, busquei caracterizar uma de várias motivações que me despertaram o interesse para essa temática. Em seguida assumo, sem a pretensão de

defini-los, algumas balizas de orientação para a trajetória da pesquisa, destacadamente, a hermenêutica e a genealogia.

Ao escolhê-las acabei me aproximando das problematizações e da analítica foucaultianas, com quem se propôs diálogos. Ele não foi o único, e trazê-lo foi uma forma possível de inquirir o conhecimento, com problematizações epistemológicas. Outros articuladores das áreas da filosofia e literatura também participaram, e foram adotados como vozes consonantes e dissonantes, e não como figuras ilustres ou representantes máximos de um dado saber. Os verdadeiros protagonistas do trabalho são outros. São aquelas figuras desinvestidas, depositárias de hiatos e a quem são atribuídas diversas faltas e violações sociais, que, pela dinâmica de poderes, são transformadas em condição individual, em corpos de natureza maldita e ignominiosa.

1.1 Mostras e monstros

Cabe a advertência que este não foi o trabalho de um autor, mas o de muitos autores, personagens infames e sem nomes, que têm as existências diminutas reduzidas e apagadas pela tarefa de classificação, tabulação e análises de dados, de gélidos e cristalizados ambientes pretensamente científicos que, muitas vezes, reduzem a cinzas o que tocam. A mesma fascinação que conduziu tantos pesquisadores a questionarem as figuras nomeadas de monstruosas, anormais, excepcionais, dentre tantas outras representações ou jargões, conduziu-me a interrogar a subjetivação que elas desempenham nas formas de organização social das relações contemporâneas, das quais fazem parte a figura do psicopata.

Diferentemente das representações históricas e respectivas insurgências, como nos circos, feiras, e espetáculos de *freak shows*, meu fascínio, quase assombro, quase desalento, antípoda por tanto dos sentimentos compartilhados pelos espectadores daquelas diversões horrendas e maravilhosas, está em notar a incapacidade quase geral de muitas pessoas, em situações diversas, de invocarem a humanidade do outro, quando e se este for taxado e interdito por algum tipo de nosologia, de classificação ou de receituário normativo, em um austero processo de seleção, como ocorre àqueles tidos como maníacos, monstros, psicopatas, anormais, que suposta ou verdadeiramente desvirtuaram-se das práticas sociais vigentes, de uma cultura dominante.

Meu desazo em evitar transparecer o espanto com a desumanidade, presenciado, entre profissionais cuja consciência exclui o outro, acabou por conduzir-me a esta pesquisa. Sem descartar o horizonte científico, aproximei-me, então, mais pela visada de

uma ética do eu com o outro que o tema suscita, do que pela epistemológica ou estética que costumeiramente interessa aos investigadores da área. É evidente que, por se tratar de uma pesquisa de doutorado, os dois últimos aspectos deverão ser considerados, mas buscou-se privilegiar a imagem fugidia do outro.

Na reunião de aforismos de *Para além do bem e do mal*, Nietzsche (1886/2001, p.89) assevera: “Quem deve enfrentar monstros deve permanecer atento para não se tornar também um monstro. Se olhares demasiado tempo dentro de um abismo, o abismo acabará por olhar dentro de ti”. Do referido conselho em tom de grave advertência inferi, em primeiro lugar, que a luta nem sempre gera oposição e extremos, mas muitas vezes, e como parece ser o caso aqui, ela cria elos, aproximações, uniões, fazendo confundir identidades. Em segundo, que o olhar, por mais meticoloso e abrangente que seja, irá perder-se no abismo, lembrando a quem olha que ver é, ao mesmo tempo, ser visto por algo maior, mais profundo, e até imensurável. Trata-se, então, de uma questão epistemológica que se confunde à da ética, a que qualquer pesquisador deve ater-se: ver é ser visto, e taxar também é ser taxado, pois com a mesma régua que se mede pode-se ser medido.

Nesse jogo de olhar e ser olhado, a monstruosidade, seguindo o aforismo nietzschiano, deixa de estar no lugar de interdição e cria espaços, permitindo aproximações, misturas, fazendo coincidir transcendência e imanência, sujeito e objeto, subjetividade e objetividade, pesquisador e participante da pesquisa. Assim, pode-se instigar ao aparecimento de um espaço de fala àqueles sujeitos confiscados no abismo da indiferença. Nessas zonas discursivas, a voz, em forma de memória e registro, pode provocar fissuras e possíveis infiltrações nos pilares de sustentação das segregações, por onde ela ecoará.

Em *A ordem do discurso*, Foucault (2014a) afirma que o silenciamento é a forma de tratamento dada a muitos sujeitos na sociedade ocidental. Se a ninguém é permitido dizer tudo, menos ainda falar de tudo em qualquer circunstância, o que chega até mesmo a ser uma regra de convivência básica. E se assuntos tabus, como a sexualidade, política, religião ou norma estão longe de serem elementos transparentes ou neutros em uma discussão ou em um determinado discurso, para muitos o único espaço concedido é o do completo silêncio e isolamento. Nesse sentido, há profissionais especializados em falar sobre os outros e pelos outros, classificando e desclassificando esses discursos, sepultando assim as vozes dissonantes.

A maneira de incluir na exclusão o discurso, pela separação e desqualificação, são mencionadas por Foucault no livro *História da Loucura na Idade Clássica* (2014) para referir-se ao discurso do louco - aquele cuja fala estava obstaculizada. Ocorriam duas situações com este discurso: a palavra poderia ser simplesmente ignorada, não contendo verdade, nem importância, o que o proibia de testemunhar na justiça, autenticar um ato ou um contrato; ou quando sua palavra adquiria estranhos poderes, como o de enxergar o futuro e ver coisas que todos os outros, considerados normais ou comuns, não poderiam. De qualquer maneira, a palavra do louco não tinha importância ou valor. Era a palavra, ou melhor, o silêncio a ela imposto, que lhe condenava a esta condição (FOUCAULT, 2014).

Orientar-se por uma (cons)ciência com o outro, no percurso dessa pesquisa, significou não ceder à tentação de, ao falar pelos outros, arrancar-lhes a voz, como foram feitas tantas vezes em hospitais psiquiátricos, penitenciárias, escolas, dentre outras instituições. Então como falar do outro sem sobrepor-se a sua voz? Vale advertir que a (cons)ciência, como está sendo empregada aqui, não é a da alteridade vulgarizada, onde o eu coloca-se no lugar do outro, e sim de estar com o outro, mantendo a identidade do outro e a própria.

No “Texto do Tratado Schabat”, para definir a retidão, Emmanuel Lévinas diz sobre a consciência, que ela é a “urgência de uma destinação levando ao outro e não um eterno retorno a si”, ou ainda, “inocência sem ingenuidade, uma retidão sem simploriedade, retidão absoluta que é também crítica absoluta de si, lida nos olhos daquele que é objeto desta retidão e cujo olhar me coloca em questão. Movimento para o outro que não retorna ao seu ponto de origem como para aí retorna o divertimento incapaz de transcendência. Movimento para além do cuidado e mais forte do que a morte. Retidão que se chama *Temimut*, essência de Jacob” (DERRIDA, 2008, p.17. Destaques no original).

Por isso, a forma de não emudecer as vozes é estabelecendo com elas um permanente diálogo, postando-se contra a formação de totalidades, e permitindo-lhe transparecer o rosto. “Ele é [o rosto] por si próprio e não por referência a um sistema” (LÉVINAS, p.61, 1980. Destaque no original. Acréscimo do autor). Daí a importância da advertência nietzschiana, quanto a não se tornar um monstro, apagando a identidade do outro. Sobre isso cabe a alegoria abaixo.

Ulisses, na Odisseia de Homero (700a.C/2015), segue os conselhos da vidente Circe e se amarra ao mastro da nau para se proteger dos cantos melífluos das Sirenas.

As advertências da adivinha foram preciosas para que ele e os companheiros superassem, em segurança, os desafios de uma viagem obscura, repleta de monstros fantásticos, ávidos por devorá-los. A tripulação seguia a voz de Ulisses e tampava os ouvidos, e ele, seguindo as próprias ponderações, oriundas das recomendações de Circe, amarra-se firmemente, exortando os acompanhantes para que não o desamarrassem. Da mesma forma, tanto as orientações como o referencial teórico serviram como mastro de amarração, e os ouvidos, assim como os do herói de Homero, foram instigados a permanecer sempre abertos, sem ceder à sedução dos monstros sirenes.

Assim, sem mapas nem receituários, os espaços deixados por aqueles que silenciam as vozes do outro, conjuntamente com o do referencial teórico como norte, estabeleceram o ponto de articulação, de onde derivou o meu lugar de escuta, de olhar e de diálogo, como contraponto ao silenciamento, para se formar uma composição dialógica quase indissociável, mas não identitária, de olhar-abismo, de eu-monstro. Visada dupla, portanto, ao mundo e a si, enquanto mundo, pois como provoca Nietzsche (2001, p.160) no Zaratustra, “o próprio mundo é um monstro lamacento”, e do outro sobre mim. Ao contrário, no entanto, do que proferirá a seguir Zaratustra de que seria necessário superar a lama monstruosa, o lamaçal constituinte da monstruosidade não será assumido aqui como algo a ser superado, mas como uma das condições de ser humano. Deslocamento, portanto, da noção de monstro para a de humano, tendo em vista que este surge em decorrência daquele, pois a associabilidade antecede a sociabilidade, e só a partir desta pode-se pensar a insociabilidade.

Citando Émile Benveniste, Gil (2006) na obra *Monstros*, reescreve a etimologia dessa palavra e a associa com os verbos demonstrar, indicar e prescrever (no sentido de receitar), um caminho a ser seguido, um nordeamento. O autor português, subvertendo o termo, retira-lhe do lugar barrado da penumbra dos saberes para lançá-lo à positividade dos olhares, do excesso e do transbordamento. O mesmo lugar para onde as práticas sociais operadas pela cultura contemporânea deslocou o monstro, um espaço de visibilidade que impõe a obrigação de invisibilidade, pelo excesso de visibilidade. Transpondo o sentido antigo e medieval de monstruosidade de um não-lugar, para o de extrapolação dos lugares, de uma visibilidade constante, vigiada e superexposta. Nas palavras de Peixoto Junior (2010, p.180), *Sobre corpos e monstros*, o monstro “mostra mais do que tudo o que é visto, pois mostra o irreal verdadeiro”.

O excedente que a imagem retrata transpõe o sentido do representado. Ele é, simultaneamente, opaco e manifesto, pois ao depararmo-nos com semelhante presença,

ficamos absortos e muitas vezes paralisados em um fascínio sem fim, seguido de sentimentos contraditórios. Ao permitir aos olhares contemplar a imagem aberrante, geralmente resguardada deles, o monstro revela o oculto e restitui, como uma forma de justificar, as conveniências e convenções sociais culturalmente forjadas.

Nesse sentido, a evocação dessa figura inquire a própria lei, apontando limites e expondo arranjos, tramas, articulações e concessões que ela tem de fazer para manter-se como uma espécie de parâmetro às avessas – regras e novas normas para as mesmas leis, em um jogo entre monstros e fósseis (FOUCAULT, 2016). Esses últimos desempenham na história da formação das classificações o papel de representar a permanência, a estratificação e a continuidade. São figuras identitárias que recompõem a ordem e estrutura sempre que ela venha a sofrer mutações e transformações abruptas em determinados períodos.

Do outro lado está o monstro, que inquirindo a continuidade inerente à natureza como era observada pelos epistemólogos dos séculos XVII e XVIII, trazia a diferença, a dessemelhança e a transmutação, conforme assinala Foucault (2016, p.217) em *As Palavras e as Coisas*, “O monstro é o fulcro da especificação, mas não é mais que uma subespécie na obstinação lenta da história”. De forma invertida, ele é a fixação num ponto, um tipo de fissura, diante do desejo de formar uma totalidade, como se as coisas compusessem uma *Mathesis universalis* apreensível pelos cálculos algébricos e trigonométricos. Nessa lógica, o monstro é uma função não identitária que determina a afinidade entre conjuntos diferentes. A analogia com a matemática é admissível, pois o par antitético monstro-fóssil é anterior e participa da própria constituição e especialização das ciências em geral, bem como da taxonomia dos saberes.

Nesse movimento binário, o monstro está fora das subscrições. Em relação a si, ele configura-se como um domínio, e em relação a outros conjuntos taxonômicos funciona como a imagem incluída em um quadro sem referentes, numa espécie de exclusão includente: “e assim, sobre o fundo do contínuo, o monstro narra, como em caricatura, a gênese das diferenças e o fóssil lembra, na incerteza de suas semelhanças, as primeiras obstinações da identidade” (FOUCAULT, 2016, p.218).

Além disso, ele questiona a natureza quanto a possibilidade de outra natureza, mais sombria e enigmática, expressa pelas superfícies do corpo, contudo mais profunda do que a aparência permite perceber e, talvez, mais abismal e precípua ao próprio fóssil, como um substrato que lhe seria anterior, uma espécie de alma. Há, desse modo, uma

aparente altercação entre eles, mas um constitui-se a partir do desenvolvimento do outro, onde o monstro evidencia a vontade impositiva das leis que, construídas, são impostas pelas diferentes culturas e sociedades, como ocorre nas ocidentais judaico-cristãs.

Mais uma vez, a condição operativa do monstro como uma figura prototípica “questiona a vida quanto ao poder que ela tem de nos ensinar a ordem”, como salienta Canguilhem (2012, p. 187) em *A Monstruosidade e o Monstro*. Ele mostra um outro, entre os outros, diferente do mesmo, numa ordem de particularidades e não de possibilidades de perpetuação de identidades. Curiosamente, somente ao reino orgânico pode-se falar em monstruosidades, e ele assombra, singularmente, quando se refere à espécie *homo sapiens sapiens*.

Já na Antiguidade há a manifestação do monstro, e o medievalismo foi responsável por uma infinidade de manuais para identificação desses seres. Seja Hefesto e ciclopes, íncubos e súcubos, enquanto seres, eles se destacaram pelas formas mastodônticas ou profanadoras e foram, no período renascentista, juntamente com a loucura, submetidos a um intenso processo de naturalização que durará até o fim do século XVIII, período em que se produziram outros tipos de austeridades e momento onde o monstro será capturado pela figura do Anormal.

Posteriormente, o monstro receberá o complemento necessário: a propriedade de o cérebro de uma criança, para fazer uso das palavras de Paul Valéry (1927, p.81) em Adônis, e será, a exemplo do louco, posto em asilos, para fugir dos olhares sociais, com o objetivo de tentar proteger a sociedade contra os poderes. Se este é sequestrado para o hospital, asilos e prisões, o segundo será introduzido nos frascos da embriologia para ser, no século XIX, alvo de diagnósticos *psi*⁵. Essas mudanças transfiguram uma de suas naturezas modernas: ser o ser da passagem e em passagem, ou seja, algo transitório.

Essa perspectiva já anunciada por Jean-Baptiste Robinet (1735-1820) em *Considérations philosophiques de la gradation naturelle des formes de l'être ou Les essais de la nature qui apprend à faire l'homme*⁶(1748), no entanto, não encontrará guarida na noção contemporânea de subjetividade, que verá o monstro como o condenado irremissível pelo erro e pelo desvio da própria natureza. De ser-passagem, ele tornou-se o erro cristalizado, como ocorre com aqueles taxados de psicopatas. E não é essa opção,

⁵ O termo *psi* refere-se a todas as áreas ligadas ao estudo do comportamento, do psiquismo e da subjetividade, como é o caso da psicologia, psiquiatria, psicanálise, dentre outras.

⁶ Tradução livre da Língua Francesa: Considerações filosóficas da mudança natural das formas de ser ou As tentativas da natureza para aprender a fazer o homem.

a de um freio tornado erro, a feita nessa pesquisa, mas a do movimento, onde há a busca por compreender o emprego e o efeito dessa imagem, sem, contudo, propor uma ontologia.

No texto as Cartas aos cegos para uso dos que podem ver, de 1749, pensando a partir da passagem e do movimento, Diderot destaca a importância de haver, para melhor exercitar o conhecimento, a supressão de um dos sentidos. Tomando como exemplo a vida de Nicholas Saunderson (1682-1739), professor cego de Cambridge e renomado cientista perito em álgebra e geometria, o enciclopedista argumentou que a monstruosidade poderia ser empregada sistematicamente como “instrumento de análise e de decomposição, em matéria de gênese das ideias e dos ideais” (CANGUILHEM, 2012, p.196).

Saunderson utilizou de maneira genial essa condição e criou uma máquina para desenhar uma infinidade de formas geométricas. Ele não podia vê-las, mas podia senti-las, e para Diderot, aquela genialidade estaria assentada sobre sua condição, e ele seria a prova de que figuras vistas como monstruosas ou disformes estariam igualmente aptas a quaisquer atividades, e muitas vezes levariam vantagem em relação àqueles sem deformidades. Por isso, a condição de deformidade dos outros sujeitos, uma das facetas da monstruosidade, poderia ser empregada para compreender o que é e como se formam os conhecimentos, mantendo as características diferenciadas de uma possível normalidade.

O que era possibilidade para Diderot tornou-se, com as ciências modernas, realidade, e pelas observações, definições, esquemas e análises tanto da embriologia como da fisiologia, a monstruosidade foi introduzida como instrumento pré-científico para conhecer e evidenciar, formando uma conjunção difícil de ser desagregada chamada de: as leis da natureza - em princípio, por exceção (CANGUILHEM, 2012). O monstruoso, por corromper a norma e desobedecer às passagens, ao deter-se num período rudimentar do desenvolvimento, insiste em sobreviver em um estágio que deveria estar ultrapassado e, dessa forma, expõe a norma e a ordem a que todos os corpos estariam submetidos. Em outras palavras, o monstro de hoje, seria nessa perspectiva, a condição normal de ontem que, por razões diversas, insistiu em manter-se em um estágio anterior.

O normal, por sua vez, é um constante jogo de duplas do qual o monstruoso participa, para explicá-lo. Como um tabuleiro, ele pode ser composto por várias peças e quando muitas delas insistem em permanecer no ponto de partida, criam-se monstros

compósitos, completos e incompletos, às vezes dois em um, às vezes um em vários, sem uma característica exclusiva. A regra do jogo imposta pela natureza seria, conforme escreveu Isidore Geoffroy Saint-Hilaire (1805-1861) na obra *Des Monstruosités humaines, ouvrage contenant une classification des monstres*⁷(1822), imutável. As exceções corresponderiam a aplicações dos naturalistas, em um período histórico posterior, para produzir os conceitos de anomalia e variedade que comporão as teorias modernas da evolução.

Outra possibilidade, opção feita nesta pesquisa, foi a de borrar as linhas divisórias entre o artista medievalista, que representava monstros imaginários, e a teratologia moderna, fundada por Camille Dareste (1822-1899), baseada na observação e catalogação de seres vivos disformes. “Retirem o impedimento e vocês obterão a norma” (CANGUILHEM, 2012, p.198). Esses impeditivos a que o autor faz menção são as exceções monstruosas, tanto as do corpo, como do comportamento e da moral. Nenhum impedimento, no entanto, será retirado e tão pouco os aspectos tidos como culturalmente indesejáveis serão individualizados e relegados a esse ou aquele sujeito, como em Diderot, que individualizou as limitações do matemático, desconsiderando as convenções do momento histórico em que viveu. Vale ressaltar, apesar disso, o aceno dele para as capacidades e potências advindas da limitação, que obrigam o corpo a reinventar-se e superar as dificuldades, resistindo à normatização.

De um lado, o que traduz o impedimento para a teratologia moderna, e de outro, a potência para Diderot, permitiu criar as positivities para visitar e conhecer novas regiões obliteradas pela norma, iluminando outros lugares, e gerar uma nova perspectiva. Com isso, não pretendia limitar-me à pretensão das análises científicas, conformado com as faces estampadas nos jornais e na representação teatral de tribunais do júri. Procurei entre as linhas deste quadro encontrar um rosto e um gesto. Parafraseando Agamben (2015, p.87) em *Meios sem fim: notas sobre a política*: “Todos os seres vivos estão no aberto, manifestam-se e resplandecem na aparência. Mas somente o homem quer apropriar-se dessa abertura, apreender a própria aparência, o próprio ser manifesto”. E essa apropriação se traduz pela linguagem que o rosto anômalo evoca, enquanto uma luta pela verdade: a de seus artífices, e a de suas vítimas.

⁷ Tradução livre da Língua Francesa: *Monstruosidades humanas*, obra contendo uma classificação dos monstros.

Irreparavelmente exposto, o rosto é o que fica oculto em uma abertura, ou aberto em um ocultamento, e o que ele “expõe e revela não é *algo* que possa ser formulado nesta ou naquela proposição significativa e tampouco um segredo destinado a permanecer para sempre incomunicável” (AGAMBEN, 2015, p.87. Destaques no original), pois ultrapassa a mera representação. Assim expressa-se na linguagem, mas apenas por aquela capaz de captar o furo, a falta, a anomalia, e esta implica em um gesto de contato, de tato e de toque. Por isso ele não coincide com a face, porque enquanto ela está sempre exposta, o rosto excede as fronteiras das aparências.

No livro *Homem que ri*, Vitor Hugo (2014, p.61), de maneira lúgubre, satiriza essa diferença, ao escrever que a face aparentemente risonha do protagonista Gwynplaine, na verdade, expressava o rosto da “deformidade social”. Não havia nisso e nem nele nada de engraçado. A face dele expunha realidades invisíveis aos olhares da burguesia daquele tempo, e elas tornavam-se visíveis somente quando transformadas em maravilhas ou em bufões de feiras e circos, para instigar as gargalhadas, em uma indústria da zombaria às custas de lágrimas. Uma “exploração dos infelizes pelos felizes” (HUGO, 2014, p.96), onde toda uma empresa obscura fora criada no sentido de produzir monstros.

Vitor Hugo, nessa mesma obra, enfatiza que os historiadores se ocuparam mais com as luzes do que com essas sombras dos séculos XVII e XVIII, mas bastará cerrar os olhares e tornar a visão mais cristalina para confundir-se na opacidade criadores e criaturas, pois “Há no invisível obscuras portas abertas” (HUGO, 2014, p.96), e estas podem ser sondadas e conhecidas.

O mesmo, ao avesso, ocorre com Gregor Samsa, personagem de *A Metamorfose* (1993) de Kafka, que, apesar da aparência aviltante e infame, guardava pensamentos e sentimentos absolutamente humanos. Eles eram, no entanto, inacessíveis mesmo às pessoas mais próximas, como os membros de sua família. Somente após o pai ter lhe cravado uma maçã no corpo, em um gesto irascível, este recordou de sua familiaridade. “A ferida parecia ter feito que o próprio pai se lembrasse de que Gregor era um membro da família, apesar do seu desgraçado e repelente aspecto atual, não devendo, portanto, ser tratado como inimigo” (KAFKA, 1993, p.45).

O olhar humanizador ao que foi desumanizado por todos, passa, na *Metamorfose*, por uma ferida aberta e, ainda, pulsante. Cada latejo do corpo de Gregor Samsa lembra a humanidade e expõe, para além da condição monstruosa, o sofrimento humano, demasiadamente humano. É um olhar ao rosto representado num corpo

disforme, que guarda uma subjetividade a ser descoberta, reconhecida e apreendida, algo como uma flecha lançada que rasga a tessitura estética aparente e penetra o sujeito para além de sua condição de objeto de saber.

O olhar que atravessa nem sempre o compreende. Para o ato e exercício da compreensão deve-se abarcar, tomar, penetrar, no sentido mais próximo ao hebraico *yâdha*⁸, do que ao grego *gnosis*, pois enquanto o último pressupõe um estado de espírito para se conhecer, o primeiro implica em envolver-se e estar envolvido, em entrar em, diluindo assim as fronteiras entre sujeito e objeto, o que acaba por desvanecê-lo. Não é o objeto, mas o acontecimento emergido das produções capilares de redes de saberes-poderes que interessaram para a pesquisa aqui apresentada (FOUCAULT, 2014a). Assim, a opção pela teratologia está mais na contraposição aos métodos positivistas do que propriamente de um objeto, inquirição da própria lei, esta que esquadrinha e compartimentaliza corpos, subjetividades, enfim, vidas. Em outras palavras, o delineamento da teratologia funcionará como ponto de articulação para se chegar ao efeito causado pelo psicopata e à prática do Exame.

Recordando Feyerabend em *Ciência, um Monstro: Lições Trentinas* (2017), o filósofo questiona se não seria a própria ciência, agregado heterogêneo e fragmentado em que estão misturados conflituosamente métodos, abordagens e tendências epistemológicas, um monstro. A partir dele pode-se concluir que, ao pretender-se dar um passo na direção oposta à monstrosidade, à exceção e à mutação, almejando à fossilização, penetra-se mais e mais na teratologia.

Não se trata, contudo, de contrapor-se a quaisquer coisas que se apresentem como métodos científicos, e sim, de aproveitá-los naquilo que eles asseguram: a construção e aplicação de ferramentas, técnicas e tecnologias de exacerbação e circunscrição de olhares, utilização conjunta, portanto, do telescópio e do microscópio, para lançar luz sobre os recônditos das vivências subjetivas e das produções sociais, para não cair no extremo de um novo controle disciplinar. Ao mesmo tempo, dar um passo além e captar o que está vedado à ciência: a experiência estética da desesperança, do assombro, da admiração – algo como um furo na continuidade discursiva dos saberes.

Esse furo, como a ferida aberta de Gregor em *A Metamorfose* ou o rosto mutilado de Gwynplaine em *O homem que ri*, expressa as discontinuidades, as mutações,

⁸ Tradução livre da Língua Hebraica **יָדָה**: Conhecimento

as adaptações e as transformações, para perfazer o caminho deste trabalho, pela constante formação e deformação do sujeito monstruoso, que passando pelos olhares analíticos da filosofia antiga, foi tomado pelo par religioso-profano, até ser captado pelas ciências modernas como sendo uma anomalia. A passagem pelas duas primeiras será aqui, não obstante, breve, se comparado à duração e efeito na história.

O interesse em trazê-las está em demonstrar sucintamente o caráter histórico, dinâmico e, muitas vezes, incoerente da ideia-imagem-conceito de monstro, para então chegar às formas empregadas atualmente no exame, essa tecnologia de acoplamento jurídico-psicológica, que classifica e cria protótipos de normalidades e anormalidades. E, por fim, fixar pontos de articulação para se pensar em uma teratopolítica. Nesse percurso, os trabalhos de Foucault contribuíram significativamente, tendo em vista as várias discussões feitas por ele nesse campo, como será possível ver a seguir.

1.2 Acontecimentos e institucionalização

Percorrendo pela contramão o caminho da constituição de saberes e poderes, a proposta foucaultiana utiliza o acontecimento como produção cultural encarnada nas práticas histórico-sociais, para submeter o conhecimento à inquirição da história, assumindo-o como invenção e fabricação. Em *A verdade e as formas jurídicas*, Foucault (2003, p. 16) afirma que o conhecimento foi inventado e “Dizer que ele foi inventado é dizer que ele não tem origem”, mas apenas história. Tanto o conhecimento como o ser transbordam de história e somente a partir dela, em Foucault, podemos questionar “quem somos nós?” (FOUCAULT, 1995, p.239) e a razão de nos transformarmos continuamente.

A invenção – *Erfindung* – para Nietzsche é, por um lado, uma ruptura, por outro, algo que possui um pequeno começo, baixo, mesquinho, inconfessável. Este é o ponto crucial da *Erfindung*. Foi por obscuras relações de poder que a poesia foi inventada. Foi igualmente por puras obscuras relações de poder que a religião foi inventada. Vilania portanto de todos estes começos quando são opostos à solenidade da origem tal como é vista pelos filósofos. O historiador não deve temer as mesquinhas, pois foi de mesquinha em mesquinha, de pequena em pequena coisa, que finalmente as grandes coisas se formaram. À solenidade de origem, é necessário opor, em bom método histórico, a pequenez meticulosa e inconfessável dessas fabricações, dessas invenções. O conhecimento foi, portanto, inventado (FOUCAULT, 2003, p. 16-17. Destaques no original).

Essas proposições foucaultianas pretendem analisar as atitudes sobre o presente e sobre as formas de composição, deslocamentos, transformações e descontinuidades da realidade. Na mesma direção, pode-se eleger práticas historicamente instituídas e constituintes de saberes e poderes, subjetivações e objetivações, com foco nos sujeitos enquanto acontecimentos históricos, que estão engendrados em tecnologias e dispositivos de si, como é o caso do exame, sem a intenção de produzir ontologias.

O intuito de trazer a história como acontecimento é a demarcar formas de representação e emprego de figuras tidas como anormais, nas tecnologias do exame, na produção dos discursos alinhados ao pré-conceitos culturais, relacionados à temática, e dos efeitos que decorrem disso, como uma verdade constantemente construída e readequada. Essas assumiram duas formas: a do maníaco criminoso e a do *serial killer*. Ambos os termos são, em um momento ou noutro, substituídos pela palavra psicopata, sem a preocupação em respeitar as nomenclaturas utilizadas pelo Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais – DSM V ou pela Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID 10.

A escolha de trazer à discussão a estetização dessas figuras acompanha o projeto iniciado por Foucault, desde *A Vontade de Saber* (1980, p.100). Nele, o autor realiza uma análise histórica da sexualidade e inquire a psiquiatrização do prazer perverso:

Na preocupação com o sexo, que aumenta ao longo de todo o século XIX, quatro figuras se esboçam como objetos privilegiados de saber, alvos e pontos de fixação dos empreendimentos do saber: a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal malthusiano, o adulto perverso, cada uma correlativa de uma dessas estratégias que, de formas diversas, percorreram e utilizaram o sexo das crianças, das mulheres e dos homens (FOUCAULT, 1980, p.100).

As duas formas eleitas neste projeto derivam da última apresentada por Foucault: o do adulto perverso. Esse, assim como os anteriores, tem sido objeto de técnicas de esquadramento que produziram diversas nomenclaturas e definições, seja no campo *psi*, seja nas ciências jurídicas. O interesse da pesquisa não está na figura em si, mas na maneira como se formam os enunciados sobre o psicopata, e como a noção de monstro serve para amparar discursos, verdades e estratégias para produzir formas de governos sobre as vidas.

Além disso, o objetivo não é tratá-las separadamente, mas sim agremiá-las nas duas imagens que produzem intenso desconforto, e de certa forma fascinação, nos tempos atuais. Enquanto agrupamento, não obedeceu à nosologia, diagnóstico ou psicodiagnóstico, mas sim ao uso corrente assumido no cotidiano das mídias, senso-comum e até mesmo, como se verá nos capítulos seguintes, nas ciências, numa rede constantemente tecida. Tampouco foi o de investigar as motivações ou a constituição subjetiva (as causas) ou o comportamento respondente desses indivíduos (os efeitos). O interesse repousou na formação dos enunciados discursivos e nas práticas sociais.

Nessa mesma direção, Foucault (2003, p.203) afirmou em *Estratégia, poder-saber*, que pretendia publicar um conjunto de textos sobre a vida dos homens infames, no formato de uma “ontologia de existências”. Neles estariam retratadas vidas breves, das quais não se fala senão em lugares distantes e por períodos abreviados. Esse conjunto de pequenos relatos seria formado por documentos, livros, relatórios, notícias, entre outros, e causariam um misto de beleza e terror. Esse projeto, sem conclusão, trouxe exemplos de figuras nomeadas de infames.

Nesse sentido também se deu a díade de representações assumidas aqui, mas estas, no entanto, foi de um caso exaustivamente falado e recorrentemente noticiado pela imprensa nacional e internacional, que parece servir direta ou indiretamente à legitimação da prática do exame e à docilização dos corpos em instituições de sequestração. Ainda que essas instituições sejam inacessíveis à parte da população, os efeitos se fazem notar mesmo fora desses estabelecimentos. Nessa perspectiva, a instituição define-se como o instituído que abre espaços de circulação e exercício de poder, pelo conjunto de práticas e de produção de saberes. O intuito da instituição, dentro e fora dela, é o de preservar o *establishment*.

Sobre isso, Osório (2010), em *Diálogos com Foucault*, aponta que o alvo das instituições é o corpo e a constituição de subjetivação. Ainda que o sujeito não frequente a instituição de sequestração, ela institui e fabrica diversos processos de subjetivação que operam mesmo no espaço distante ao do asilar, prisional ou escolar. O objetivo desses dispositivos é tornar o corpo dócil (investido de tecnologias a serviço do Estado de bem estar social), para produzir corpos hábeis, disponíveis e dispostos a venderem a força de trabalho, em um mercado que o vê como dispensáveis.

As instituições introjetam as regras de controle, de forma a consolidar as leis gerais. Recorrem às armas e aos diferentes cárceres para matar

ou aprisionar o corpo, se necessário. Oferecem um exemplo para a alma, que já é prisioneira do corpo e dos diferentes poderes estabelecidos, nas diferentes formas de representação desses espaços (OSÓRIO, 2010, p.105).

Por isso, a pesquisa dirige-se ao instituído, no caso o exame, enquanto tática e técnica de dominação, que para isso invoca as figuras do monstro, do maníaco e/ou do *serial killer*, utilizando diferentes ferramentas e adotando estratégias, que encontram raízes em regimes de verdades dispostos desde o início dos primeiros monastérios, onde seu objetivo foi o de gerar constrangimento pelo “regime de verdade” (FOUCAULT, 2001, p.87). A discussão sobre os regimes de verdade toca, diretamente, as reflexões epistemológicas e das teorias do conhecimento. Investigar o par normalidade-anormalidade é uma das preocupações foucaultianas.

1.3 Examinar

Conforme a Lei de Execução Penal⁹:

Art. 5º Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal.

Art. 6º A classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório.

Art. 7º A Comissão Técnica de Classificação, existente em cada estabelecimento, será presidida pelo diretor e composta, no mínimo, por 2 (dois) chefes de serviço, 1 (um) psiquiatra, 1 (um) psicólogo e 1 (um) assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade.

Art. 8º O condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado, será submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução.

Parágrafo único. Ao exame de que trata este artigo poderá ser submetido o condenado ao cumprimento da pena privativa de liberdade em regime semiaberto.

⁹ Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984. Redação dada pela Lei 10792 de 01 de dezembro de 2003.

Art. 9º A Comissão, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade, observando a ética profissional e tendo sempre presentes peças ou informações do processo, poderá:

I - entrevistar pessoas;

II - requisitar, de repartições ou estabelecimentos privados, dados e informações a respeito do condenado;

III - realizar outras diligências e exames necessários.

(BRASIL, 2007, n.p. Destaque do autor).

A prática do exame está intrinsecamente ligada às formas de encarceramento e às técnicas de (re)socialização de condenados no Brasil. A previsão quanto a hospitais de custódia e de tratamento psiquiátrico também estão previstas, no Capítulo VI, art. 99-101, tornando indispensável à identificação dos sujeitos com transtornos mentais, à ocasião do ilícito, a participação de profissionais de saúde mental, destacadamente o psiquiatra, para conduzir a peritagem nesses casos.

Vale destacar, historicamente, a formação desses profissionais no Brasil, que para Costa (2006) estavam sustentadas pelo ideal higienista, moralista e racista, que se faziam notar nos laudos e nas pesquisas desses profissionais. Segundo ele, “Os eugenistas serviram-se do organismo para reforçar as ideias eugênicas e reativar o racismo puro, recalcado na cultura brasileira, com finalidades político-ideológicas” (COSTA, 2006, p.113). Aspectos como esse ainda se fazem notar na prática psiquiátrica do exame, onde classificar e desclassificar, responde a um ideário precípua, em alguns casos, ignorado.

Então, indispensável na execução penal, o exame constitui-se como uma dentre outras práticas de cerceamento e estagnação do pensamento e do corpo. Nessa tecnologia de si, almeja-se incluir a todos para maximizar a vigilância e excluir, ao objetificar, certos indivíduos, inserindo-os no quadrante da loucura e da desrazão. Na dinâmica da inclusão excludente, o gesto de examinar atravessa esse corpo e o crava na certeza do engano, visto que nele não há verdade a não ser a da sua condição de erro.

A exclusão da loucura é, portanto o ato fundamental na organização do regime de verdade, de um regime de verdade que terá a propriedade particular de ser tal que, quando for evidente, a gente se inclinará, que terá como propriedade particular que o verdadeiro em si é que constrangerá o sujeito a se inclinar (FOUCAULT, 2014c, p.90. Destaque no original).

Quando é incluído na loucura, o discurso perde a utilidade no sistema racional, para apenas expor os devaneios ilógicos da doença ou da perturbação. Essas conclusões sobre a loucura são estendidas ao campo jurídico. Nele, esvaziado da própria vontade e deslegitimado o livre arbítrio, o indivíduo lançado nessa condição é marionete da doença, contudo, “não além do julgamento e da exclusão” (JACOBINA, 2004, p.69).

Sem imputar responsabilidade de crime ao louco, visto estar o doente tomado por uma entidade contrária à natureza e em cuja vontade está outra, superior, o direito brasileiro atual prorroga a jurisdição da justiça criminal. Segundo o Tratado da inimputabilidade no direito penal, “Na situação extrema o louco não age, mas sim é agido. Quem fala com sua voz, quem anda com suas pernas, quem olha com seus olhos não é ele: é a doença” (FÜHRER, 2000, p.132). Com isso, o doente sofre um julgamento penal sem o recurso da punição – esta sentença só pode ser aplicada na forma de Medida de Segurança. Se o doente, não obstante, for considerado inimputável, a loucura será absolutamente passível de punição e sobre ela incidirá a sentença da sociedade punitiva.

É possível invocar como um caso local, o do ‘O Maníaco da Cruz’, por ter praticado os atos infracionais quando contava na época, ano de 2007, com a idade de 16 anos, legalmente amparado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Nº8069/90). Conforme previsto, ele só deveria ser privado de liberdade em uma Unidade Educacional de Internação – UNEI, por, no máximo, um período de 03 anos, sem exceção.

Após mais de dez anos em privação de liberdade e, agora, contando com 30 anos de idade, à data da escrita deste relatório, ele permanece em situação de reclusão no Instituto Penal de Campo Grande IPCG. Tal situação fere a prerrogativa do ECA, na seção IV, art. 121, § 5º: “A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade” (BRASIL, 1990). Isso só foi possível graças às séries de redes de arranjos jurídicos, médicos e políticos que o classificaram como portador de Psicopatia ou de Transtorno de Personalidade Antissocial. Vale notar ainda a impossibilidade desse diagnóstico psiquiátrico ser aferido a pessoas com idade inferior a de 18 anos, mas que para o caso em questão, não se configurou como impeditivo.

Embora não seja o objetivo da pesquisa averiguar como essa situação foi possível e quais as estratégias que o mantém, mas apontar a formação dos enunciados no caso Nando, na transmissão das táticas e técnicas encerradas pelas ferramentas adotadas no exame (FOUCAULT, 2014d), citar esse exemplo acaba por expor as formas de articulação psicojurídica de encarceramento, apesar da legislação vigente, que deveria

salvaguardar os direitos do adolescente, à época. O estado de Mato Grosso do Sul, assim como o Ministério Público Estadual e Tribunais de Justiça têm sido coniventes com a situação, que é sustentada pelo silêncio da grande parte de ativistas de direitos humanos.

No bojo dessa discussão está o direito daqueles qualificados, ou melhor, desqualificados pelo diagnóstico da loucura, em especial quando essa se liga ao crime. Ao incutir nesses, por meio de enunciados referendados por um saber reconhecido como científico, o desejo proveniente da antinatureza e da perversão, conforme alguns operadores *jus-psi*, a psiquiatria se torna a ciência e técnica dos anormais. O campo de ação e emergência são tanto o da saúde como o das penalidades – na verdade eles são, na psiquiatria, indissociáveis. “Um campo misto se constitui, no qual se enredam, numa trama que é absolutamente densa, as perturbações da ordem e os distúrbios do funcionamento” (FOUCAULT, 2001, p.139).

O exercício das práticas se configura no jogo das anormalidades, recorrentemente exemplificada pela figura do monstro, que encarnada e capilarizada em pequenas redes de exercício de poder, é reivindicada nas técnicas de transmissão do exame. Por isso, a figura do anormal está atravessada profundamente por essa tecnologia, para mostrar como o indivíduo, de antemão, se assemelhava ao crime do qual é acusado, na medida em que:

Não será simplesmente nessa figura excepcional do monstro que o distúrbio da natureza vai perturbar e questionar o jogo da lei. Será em toda parte, o tempo todo, até nas condutas mais ínfimas, mais comuns, mais cotidianas, no objeto mais familiar da psiquiatria, que esta encarará algo que terá, de um lado estatuto de irregularidade em relação a uma norma e que deverá ter, ao mesmo tempo, estatuto de disfunção patológica em relação ao normal. (...)A psiquiatria se torna nesse momento – não mais em seus limites extremos e em seus casos excepcionais, mas o tempo todo, em sua cotidianidade, no pormenor do seu trabalho – médico jurídica (FOUCAULT, 2014d, p.139).

Montando anomalias, o ensino do exame lapida um olhar rigoroso e excludente sobre o indivíduo visto como anormal e produz, como efeito do saber-poder, uma Teratologia normalizadora e normatizadora, em outras palavras, uma ciência do monstro moral. Desse julgamento não poderiam resultar graves infrações aos direitos fundamentais dos submetidos e enquadrados em suas catalogações? O menosprezo aos direitos da pessoa taxada de O Maníaco da Cruz parece responder positivamente a essa questão.

Esse ideário teratológico foi gestado durante um denso processo histórico. O próximo capítulo, intitulado O encantamento dos monstros, destacará alguns desses momentos que são iniciados com a descoberta da Necrópoles de Hermópolis, e põem em xeque as certezas sobre os estudos da monstruosidade que, no século XIX, tinham um status sólido, tanto nas ciências da vida, como nas humanas e da natureza.

Ao trazer elementos dessa temática, em uma forma de história cultural, pretendeu-se pinçar aspectos relevantes para se pensar alguns pontos de mutação e consolidação das imagens e dos sentimentos dirigidos às figuras tidas como monstruosas, e escavar os rizomas que alimentam e mantêm o jogo das verdades sobre esses sujeitos determinados, bem como das descontinuidades e do acontecimento, que desconstroem a ideia de uma gênese fenomênica, da descoberta de universais ou do desvelamento de entes apriorísticos (DELEUZE; GUATARRI, 2000). O conhecimento sobre a teratologia será, a cada instante, forjado.

Nesse intuito, o capítulo seguinte aponta às aberturas e articulações possíveis, a partir do desenvolvimento da noção do monstro, para pensar uma história cultural da teratologia, ainda pouco explorada no universo das pesquisas brasileiras. Desse encantamento seguir-se-á o desencantamento para com esses seres considerados à época prodigiosos.



CAPÍTULO II – O ENCANTAMENTO DOS MONSTROS E OS RUDIMENTOS DO EXAME

VALQUÍRIA: um juiz na Inglaterra medieval mandou queimar uma pobre mulher acusada de ser uma Valquíria, ou seja, uma bruxa (BORGES, 2000, p.179).

No capítulo a seguir será realizado um percurso não linear, embora em alguns momentos utilize-se esse procedimento, de evidenciação de alguns aspectos que propagaram a visão que pairou sobre os monstros. Com o objetivo de contextualizar e recriar uma parcela da atmosfera cultural onde ele e as referências teriam ilustrado e conduzido os registros, procurei destacar aspectos nessas investigações que apontassem para as condições e possibilidades de emergência desse *a priori* histórico, nos jogos e regras de verdades (FOUCAULT, 2015).

Por se tratar um acontecimento multifacetado e difuso na dinâmica histórico-cultural ocidental, ressaltou-se os aspectos determinantes para a investigação de sujeitos tidos como psicopatas ou de conduta monstruosa presentes nas técnicas de exame daquela época. Desde a marca da monstrosidade como uma repreensão divina por uma falta inescusável, passando pelo hibridismo e fertilidade da imagem-monstro, até chegar às ordens moral, astral, sexual e da economia política, perfaço o caminho que culminará com o assombro e o desencantamento com essa figura, até então vista como sinônimo de prodígio.

A escolha pelo percurso a seguir foi influenciada por Lobo (2015), que acompanha a história analisando as deficiências como instituição. Para a presente pesquisa aquela, que pode ser definida como a forma histórica socialmente produzida, estará dirigida às percepções, construções, discursos, poderes, etc., sobre as figuras taxadas de monstruosas.

Abre-se, assim, o presente caminho com uma questão: Como formar as descontinuidades da gênese da teratologia?

No momento em que há a opção por realizar uma viagem, é salutar, antes de delinear os caminhos a serem percorridos, traçar aqueles que devem ser evitados. De posse dessa advertência, destaca-se que não será o objetivo aqui definir uma ciência do monstro ou da anormalidade, recorrentemente nomeada de teratologia. A pretensão é a de, ao delinear os caminhos pelos quais essa ciência foi constituída, destacar elementos que podem servir de contraponto à forma como ela tem sido correntemente empregada na atualidade.

O vocábulo teratologia, mesmo que possa ser definido segundo os dicionários etimológicos, terá outro sentido: o da imprecisão terminológica ou indefinição. Essa escolha, embora ligeira e aparentemente equivocada para algumas perspectivas positivistas mais duras, possibilitará ensaios, arranjos e desarranjos, bricolagens, mosaicos e retalhos para reconstituir, passo a passo, os fragmentos daquilo que virá a ser o monstro no corpo da presente pesquisa.

Há, contudo, caminhos firmemente estabelecidos nesse campo que serão úteis à proposta. Um deles foi o trilhado por Étienne Geoffroy Saint-Hilaire (1772-1844). Após abandonar a carreira de ciências jurídicas, esse naturalista francês conheceu Louis Daubenton (1716-1800), pioneiro da anatomia e paleontologia comparadas, passando a dedicar-se à embriologia e zoologia.

Nas expedições ao Egito, ele coletou uma imensa variedade de material com o qual começou, paulatinamente, a estabelecer a teoria das formas teratológicas. Por que começar por ele? Não decorre de uma opção cronológica, mas de delimitar a emergência dessa área do conhecimento ligada ao que seria, em seguida, a embriologia teratológica. Poder-se-ia, como fizera Courtine (2017) iniciar por outro Étienne, nesse caso o Wolf (1904-1996), a quem retomaremos somente no capítulo seguinte.

A escolha de Courtine (2017), no entanto, deu-se pelo recorte que faz, pensando, a partir de Foucault, o nascimento das abordagens clínicas. Parafraseando Pomian (1988) em *Collectionneurs et curieux*¹⁰, houve sobre a curiosidade um trabalho de adestramento, em um enquadramento racionalista de objetos e métodos de conhecimento, de onde foram, pouco a pouco, expulsos o sagrado e o oculto para fora do campo científico. Essa assepsia, todavia, marca um tipo de discurso que será afastado aqui, embora Courtine

¹⁰ Tradução livre da Língua Francesa: Colecionadores e curiosos.

(2017) tenha optado nessa passagem pela assepsia, ele não o fez de maneira desavisada, mas concisa com sua proposta historiográfica.

Por entender que o campo religioso participa positivamente, ou seja, produz uma série de relações, dispositivos, estratégias e tecnologias a partir das imagens da monstruosidade também em outros campos como o das ciências jurídicas, bem como no das ciências naturais, pareceu mais coerente com os objetivos deste trabalho partir de Saint-Hilaire e, por conseguinte, durante a emergência da clínica, e não depois disso. Além disso, Foucault (2014e) expunha desde a Idade Média e incrustado na religião cristã, variadas formas de exame.

A opção de Courtine (2017), por sua vez, baseia-se na compreensão da clínica como um momento singular na diferenciação dos saberes e conhecimentos sobre a vida, as doenças, a morte e sobre a natureza humana, onde o olhar e a escuta voltados ao sujeito passam a ter um caráter singular e individualizante (FOUCAULT, 2015). A natureza cedeu à posição de exterioridade determinante e tornou-se interioridade condicionante, espaço para a tradução da verdade do ser expressas pelos sintomas anatômicos e psicofísicos.

Nessa aparente ruptura, a patologia e a morte viraram as protagonistas sobre a saúde e a vida na formação dos saberes, onde as definições essencialistas foram substituídas pela dinâmica fisiológica descritiva, catalogada nos quadrantes da normalidade e anormalidade. Dessarte, Foucault (2015, p.214), em *O Nascimento da Clínica*, afirma que após essa mudança “O *a priori* histórico e concreto do olhar médico moderno completou sua constituição” (Destaque no original).

Até chegar à conclusão acima, entendo que a figura do monstro, por contrapor-se às prerrogativas essencialistas, tanto religiosas como filosóficas e morais, foi fundamental para o desenvolvimento do olhar médico moderno, pois continha em si, a um só tempo, a morte e a patologia, cognominadas por outros signos. O monstro fora, precipuamente, a expressão da exceção. Com uma natureza antinatural e essência inessencial.

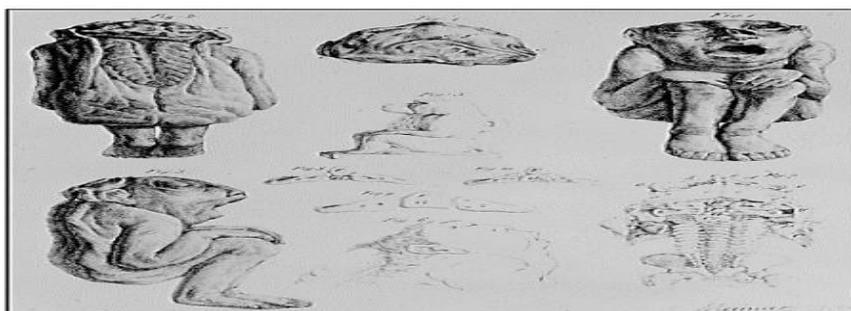
Por isso é indispensável traçar um plano, que poderá ser conferido adiante, para uma tentativa de trazer, ainda que de maneira breve, uma história cultural da teratologia, que servirá também para suprir, em parte, a carência de materiais traduzidos à Língua Portuguesa. Além disso, os vários momentos de formação da teratologia serão úteis para

demarcar contrapontos ao exercício do Exame, que será discutido em capítulos posteriores.

2.1 Aberturas a uma história cultural da teratologia: a criança-monstro

A obra de Ernest Martin de 1880 intitulada *Histoire des monstres depuis l'antiquité jusqu'à nos jours*¹¹, segundo o autor, propõe-se a apagar as superstições e os equívocos, que desde o início dos tempos esconderam a natureza de monstros humanos. A partir da descoberta arqueológica de Giuseppe Caspar Ludwig Passalacqua (1797-1865), foi descrita uma criatura mumificada, com medidas que excediam as do animal, e insuficientes para um homem. Para qualificar esse quase, sem o ser, animal-humano, Ernest Martin faz um levantamento sobre a monstruosidade, dividindo-o em 11 capítulos, começando pela Grécia Antiga até chegar aos monstros famosos que fascinaram os olhares dos meados do século XIX.

Figura 02 - Esboco do monstro de Hermópolis



1 - O anencéfalo em 1826. A. mumia: 1. Visão ventral; 2. Vista dorsal; 3. Vista lateral; 4. Detalhe da parte de trás do crânio. 5. Amuleto de babuíno. 6-8. Três outros tipos de *Anencephalus*, *A. perforatus*, *A. cotyla* e *A. ichthyoides*.

Suspeitando que se tratava de um homem monstruoso nascido sem matéria cerebral, essa criatura instigou os pesquisadores a questionarem a natureza da monstruosidade encontrada. O motivo para tamanho interesse na descoberta arqueológica de uma múmia sepultada em Hermópolis, apresentada em 9 de janeiro de 1826 na Academia de Ciências de Paris, pelo anatomista francês Étienne Geoffroy Saint-Hilaire (1722-1844), decorreu deste ser um cemitério reservado apenas para animais sagrados.

¹¹ Tradução livre do original em Língua Francesa: História dos monstros desde os tempos antigos até os nossos dias.

Essa mumificação, que inicialmente teria sido confundida com a de um macaco, logo provou ser a de um homem.

E o que esse achado suscitou? A percepção de que a figura indefinível fora impedida de dividir o cemitério com os outros cadáveres humanos. Houve nisso um caráter excepcional. O corpo não foi desprezado como teria sido de qualquer outro animal não sagrado e, tampouco, tratado como o de outro ser humano. A necrópole de Hermópolis representava claramente para Saint-Hilaire “o testemunho indiscutível da crença egípcia na origem bestial de seres humanos monstruosos¹²” (1880, p. VII). O corpo marcou, além disso, o caráter de extrapolação de um ser que se inscreve entre o reino dos deuses, dos homens e dos animais, todavia em um interstício particular. Essa massa corpórea feriu a ordem classificatória ao constringer os limites da classificação.

O que para Saint-Hilaire poderia traduzir a crença egípcia na zoolatria¹³ estava, na verdade, expondo as convicções do próprio Hilaire, como afirmam Dasen e Leroi (2005), de que essas criaturas não tinham, nem na Antiguidade, um lugar na ordem classificatória da natureza, sendo, portanto, exceções. Outro ponto interessante, é a qualificação de monstro a figuras humanas. Não se apelou aos deuses, tampouco limitou-se aos animais, a figura inclassificável era, ainda, humana, mas de uma ordem desconhecida, ainda não criada.

Convencido desse caráter excepcional, Étienne questionou o marco inicial a que se deveria retornar para investigar a legislação relacionada a seres monstruosos. Interessante notar o caráter judiciário de suas dúvidas, derivadas de questionamentos biológico-naturalistas aplicados a uma espécie de lei da natureza. Percebe-se, de antemão, a indissociabilidade e interdependência entre direito e classificação imbricados na condução da pesquisa. Esse posicionamento, participante da fundação das ciências humanas modernas, estava desde já anunciado.

Partindo-se dos antiquíssimos tratados de medicina hindu Susratas Ayurvedas e as Leis de Manou, nota-se que nada é dito sobre seres humanos monstruosos e as referências feitas pelos latinos como Sêneca (4aC–65dC) e Justiniano (482-565) a julgamentos, sacrifícios e imolações de monstros entre persas e gauleses podem ser

¹² No Original: *le témoignage indiscutable de la croyance des Égyptiens dans l'origine bestiale des êtres humains monstrueux* (1880).

¹³ Culto a animais considerados manifestação de divindades.

apenas especulações. Os relatos egípcios parecem coincidir, então, com a origem dessa preocupação, e a descoberta de Hermópolis testemunharia isso.

Na Grécia, contudo, especialmente entre os espartanos, houve uma fonte numerosa de documentos a esse respeito. Neles observa-se o esforço jurídico em garantir e perpetuar o nascimento de proles robustas, onde nenhuma deformidade seria tolerada, sob pena de romper os elos maritais entre pais que por desventura viesse a dar à luz descendentes deformados. Acreditando ser uma maldição que repousava, sobretudo sobre os velhos, a pólis privilegiava a união entre jovens, pois estes estariam mais aptos a gerarem filhos robustos para a vida entre os homens, e a posterior, junto aos deuses. Dessa forma, as mutações eram severamente repreendidas, evitadas e eliminadas (SAINT-HILAIRE, 1880).

No primeiro período, tanto a escolha da união quanto a vida sobre os filhos não era decidida pelos pais, mas pelos anciãos da cidade que, somente após terem constatado a perfeição da criança, a declarava apta à educação para vir a participar da herança da polis. Se fosse julgada inapta, a criança não poderia retornar para casa, e encaminhada ao monte Taygetus, era precipitada para dentro do abismo Apophetes, onde deveria ser apagada a lembrança dessa imagem horrenda. Tanto na Grécia, como na Roma desse período, nos séculos imediatamente subsequentes ao período Clássico, imperou essa legislação. Como exemplo, as tragédias, a exemplo da que descreve Édipo-Rei, alertavam ao perigo que a família correria ao investir contra o prenúncio dos deuses invocados pela boca de seus videntes (SÓFOCLES, 2001). A obediência a esses preceitos seria mais segura para a polis e para os cidadãos.

Essa regulamentação, posteriormente, condicionou-se à apreciação da própria população e nenhuma criança poderia ser apresentada ao convívio dos grupos sem antes ter recebido o consentimento de ao menos cinco vizinhos. O infanticídio, não obstante, também não poderia ser praticado de forma arbitrária e sem o devido consentimento desses árbitros próximos (SAINT-HILAIRE, 1880). Contrariar esses preceitos conduzia inevitavelmente, como demonstravam os tragediógrafos Sófocles (497-406 a.C), Eurípedes (480-406 a.C) e Ésquilo (525-456 a.C), às maldições e punições inevitáveis das erínias¹⁴.

¹⁴ Eram seres, que na mitologia grega, personificavam a vingança.

As Leis das Doze Tábuas¹⁵ fizeram algumas mudanças sobre o direito dos pais de matarem os filhos monstruosos. Deixou de ser necessário aguardar pela anuência dos vizinhos e o pai, pelo pátrio poder, passou a ter o total direito sobre a vida da prole monstruosa. Na Tábua IV inscreveu-se: *Cito necatus insignis ad deformitat empueresto*¹⁶, já que eles não poderiam produzir alimentos ou se tornarem soldados, o que comprometeria também a herança familiar, discutida na Tábua V. Prevista nela, caso o genitor falecesse, e seus filhos fossem considerados loucos ou incapazes, seus bens seriam transferidos à pessoa mais próxima (VIERA, 2017).

Esses aspectos legais, oriundos de práticas religiosas consolidadas em leis, passaram a retroalimentar-se por trocas com outras religiões cada vez mais infiltradas na cultura romana. Isso fez com que crianças, nem sempre deformadas, passassem a ser imoladas aos deuses, fosse com técnicas de cremação, fosse por afogamento, após serem lançadas de precipícios, e isto estava, até certo ponto, amparado juridicamente. Sêneca, em seu livro *De Ira* assinala:

Rabidos effligimus canes et trucem atque inmansuetum bouem occidimus et morbidis pecoribus, ne gregem polluant, ferrum demittimus; portentosos fetus extinguimus, liberosquoque, si debiles monstrosique editi sunt, mergimus; nec ira ratio est a sanis inutiliza secernere (SÊNECA, 2015, p.68)¹⁷.

Ao feto deformado negava-se o caráter de ser vivo, porque ele estaria assentado no erro, na irracionalidade, na fraqueza e na inutilidade, o que justificaria seu extermínio. Essas anomalias deveriam ser, como o próprio nome sugere, a expressão da ausência de identificação e identidade para com o ser humano. Não se enxergava um guerreiro, comerciante ou escriba em potencial, mas um elo fraco na corrente de sustentação da cidade. Esse elo, que poderia comprometer todo o conjunto, seria extirpado. A forma de identificar o elo fraco era pelo exame das características do corpo do bebê.

Deformações menos severas não deveriam, nem ao menos poderiam justificar o infanticídio, mas uma vez constatadas, expiariam aqueles que, buscando proteger a

¹⁵ Tradução a partir do original *Lex Duodecim Tabularum*. Tratava-se de uma antiga legislação que está na origem do direito romano e formava o cerne da constituição da República Romana, do *mos maiorum* (leis e regras de conduta).

¹⁶ Tradução livre do Latim: O menino recém-nascido, com deformidade significativa, deverá ser morto! (450 a.C)

¹⁷ Tradução de Ricardo Antônio F. de Lima, do Latim: Matamos os cães bravos, abatemos o boi selvagem e indomável, com o ferro, deitamos aos animais doentes para que não infectem o rebanho, extingamos os fetos malformados, afogamos, também nossos filhos se nascem anormais e fracos. Isso não é ira, porém é racional separar o que é são do que é inútil (2015).

cidade, decidissem apedrejar o útero que deu à luz à abominação. Tal condenação poderia ser, inclusive, uma forma de mudar a vontade dos deuses na direção da humana, pois o corpo monstruoso marcava, já nesse período, uma forma de punição divina aos homens, pela corrupção da natureza, como indicava Díocles em *O banquete dos sete sábios*, obra de Plutarco (46-120).

Nem todos concordavam com a opinião de que o monstro personifica a punição divina, dentre eles Thales, um dos interlocutores da obra, afirmava não haver contradição na natureza, pois se algo foi criado só pode tê-lo sido em completa harmonia com a vontade do deus. Essa, no entanto, teria para ele um ritmo e sentido para além dos costumes dos homens. Vale trazer aqui uma passagem desse livro de Plutarco (2008, p.64):

Entretanto, o servo conduziu-nos até um dos aposentos dispostos em redor do jardim. No interior, um rapazito com aparência de pastor, ainda imberbe e de ar nada desagradável, desdobrou um manto de couro e mostrou-nos uma criatura recém-nascida, que fora parida por uma égua, segundo ele. Tinha aspecto humano na parte de cima do corpo, até à altura do pescoço e dos braços; na parte restante, possuía forma equina e a voz assemelhava-se aos vagidos de uma criança acabada de nascer.

Diante da cena, Díocles apressa-se para os preparativos de oferendas aos deuses a fim de aplacar o ímpeto divino às catástrofes, enquanto Thales afasta-se sorrindo e aconselha apenas que pastores tão jovens e solteiros não sejam postos no trato com éguas. Ele não vê razão alguma para os presságios de Díocles e nem para qualquer alarde. Essas posições, aparentemente discordantes, expõem as motivações religiosas e racionais no tratamento da questão das anormalidades que subsistiam em uma linha fluída.

E se, pouco a pouco, a normatividade vai compreendendo essas anomalias, elas também deixavam paulatinamente o lugar do medo para ocupar o da curiosidade. Isso pode ser exemplificado pela coleção atribuída a Julia (39 a.C. – 14 d.C.), filha de Augusto (63 a.C.– 14 d.C.), composta por anões e pessoas desmembradas. O pai dela, no entanto, detestava anomalias congênicas, mas permitia o uso realizado pela filha, pois este reverberava-se em fins políticos, porque as imagens anômalas demonstravam, em certa medida, o domínio da tirania sobre as maravilhas da natureza, como mostra Dunstan (2015, p.66-67) no livro *Monsters and monstrosity in Augustan Poetry*¹⁸.

¹⁸ Tradução livre da Língua Inglesa: Monstro e monstruosidade na Poesia Augustina.

Essa permissividade, no entanto, não resistiu à morte de Justiniano (482-565) e o imperador Maurício (539-602) reestabeleceu a Legislação Decemetal, o que novamente condenou à morte os recém-nascidos disformes, como uma prática de oblação temerária aos maus presságios e aos deuses. Os últimos, como se pode ver na mitologia e na tragédia retratadas no teatro grego, reescreviam o destino dos homens como pagamento a suas ações, geralmente por faltas sobejas, como no caso da *hýbris*. “Por um lado, o trágico é a experiência da *hýbris*, da desmesura, da falta; o desejo entusiasta, furioso, de querer se igualar ao deus; a transgressão do limite que separa o humano do divino” (MACHADO, 2006, p.185. Destaque no original). Ser ser-híbrido, ou seja, participante de dois quadrantes de especificação, no caso do divino e do humano, constituía-se em crime passível de punição pelos deuses.

2.2 Dois quadrantes: o monstro híbrido

Etimologicamente, a palavra híbrido advém do grego *hýbris* e significa um ultraje, onde um limite intransponível foi ultrapassado. Geralmente a palavra era empregada para classificar as miscigenações entre povos, animais e deuses, e os excessos imperdoáveis dos homens (BERND, 2009). Mesmo proibido, como uma falta dirigida aos deuses, eles acreditavam que da cópula entre homens e animais nasceriam monstros quase humanos, assim como os semideuses seriam originários da união entre deuses e homens. Essa crença, que se manteve viva nos séculos V e VI entre os romanos, recebeu a influência de outros povos (MARTIN, 1880).

A prática condenatória defendida pelo imperador Maurício, para Martin (1880), encontrou sustentação nas penetrações teológicas dos caldeus sobre os romanos, pois para os caldeus cada deformidade representava o prenúncio da ação dos deuses sobre os homens. Lenormand, por ele citado, indicava, por exemplo, que os filhos nascidos com seis dedos levavam em suas mãos a marca da vitória e quando uma ovelha paria um leão, estava confirmada a conquista do rei sobre qualquer inimigo. Esses prenúncios nem sempre eram favoráveis à cidade e a apresentação de membros em formato de patas de animais em crianças significava mau agouro extremo. Nesse sentido, a prática do exame estava ainda associada à do prenúncio dos deuses e tinha, por isso, um caráter divino sobre homens e natureza.

Percebe-se, dessa maneira, que passa a haver uma bifurcação para o tratamento dos monstros. De um lado, uma tentativa de compreender, a partir da contemplação da natureza, as deformidades, para evitá-las, assegurando desse modo o vigor e a beleza da raça; e de outro, o desejo de associá-las à ação dos deuses, para fugir da disseminação da ira divina. Pela via da metempsicose platônica¹⁹ ambas as visões, de certa forma, perpetuaram na cultura greco-romana a crença antiga egípcia do hibridismo antropozoomorfismo.

Ela, todavia, sofreu um duro golpe na Antiguidade Clássica, com a reorganização efetuada pela teoria anímica aristotélica que barrou os hibridismos em relação aos seres. A admiração dos egípcios por essas figuras de homens com cabeça de animal era recorrente, e podia ser vista em outras culturas, mas com particularidades inerentes. Tomando-se como exemplo a Índia e a Pérsia, pode-se ver o caráter místico e de deidade que essas figuras assumiram (MARTIN, 1880).

As semelhanças parecem cessar aí. A Antiguidade Clássica e a Tardia ocidentais trabalharam no sentido de desacoplar esses dois campos explicativos e impediu, criando quadrantes para a vida animal e racional, a transposição desses limites. Na zona borrada dessa demarcação, entre o humano, a animália e compósito homem-divindade, algumas perguntas resistiram à separação: qual a situação daqueles que não podem ser identificados nem por um quadrante e nem por outro? E se os limites passarem a ser, eles mesmos, quadrantes? A descoberta do *cynocephalus*²⁰ em Hermópolis problematizou essas questões.

No Egito, Índia ou Pérsia, aquele que estivesse na margem classificatória seria deificado. Heródoto, citado por Clemente de Alejandria (2008) no Protréptico, ficou impressionado com as práticas fetichistas que presenciou durante uma viagem ao Egito. Na ocasião, as mulheres eram entregues, na calada da noite, a caprinos para o coito. Segundo ele esperavam-se que, dessa união, nascessem seres limítrofes, criaturas híbridas.

Essas práticas copulativas também foram conhecidas pelos israelitas, provavelmente durante o período em que estiveram escravizados pelos egípcios. Após a saída do cativeiro, Moisés em Levítico 18, verso 23, reprovou-as veementemente, sob

¹⁹ Doutrina platônica derivada do orfismo e pitagorismo que se sustenta na ideia do movimento de retorno cíclico do espírito: da morte à vida, da vida à morte.

²⁰ Cinocéfalo: Do grego *cynocephalus*, tratava-se de um monstro híbrido egípcio com corpo de homem e cabeça de cachorro. Para os egípcios eles habitavam a Índia.

pena de amaldiçoar e condenar à morte o lascivo humano e a besta. Ele asseverou: “Nem te deitarás com um animal, para te contaminares com ele; nem a mulher se porá perante um animal, para ajuntar-se com ele; confusão é”. Essa ordem possui um duplo caráter.

Neles chamam-se de abominação, tanto a não observância dos limites entre homem e animal, como os excessos libidinosos. As criaturas originadas desse encontro seriam seres do excesso ou andrógenos, daí a imperiosidade de se estabelecer o regramento moral, como Martin (1880) subscreve no texto. No segundo caso, a pena viria em forma de infertilidade. O hibridismo torna-os inférteis, pois não são homem e nem mulher. Ao primeiro atribuía-se a fertilidade e à segunda o cuidado para com a prole. Essas associações entre comportamentos monstruosos e religião ainda estão presentes no dia a dia dos tribunais do júri, sendo utilizados por promotores e juízes de direito.

2.3 O hibridismo monstro-demônio: personificações da extrapolação moral

Apesar do caráter moralista-cristão dos historiadores da religião consultados por Martin (1880), suas observações deixam notar, e a partir dos regramentos mosaístas isso se evidencia mais, que no seio de práticas religiosas como essa havia um movimento particular de desdobramento da moral, onde por meio dele priorizava-se coibir todas as formas de excesso.

Por isso eles viam em festas religiosas como o carnaval e o bacanal, exemplos de rituais contrários ao da gênese da religião, tanto pela extrapolação dos limites quanto por serem antinaturais, posto terem subvertido a religiosidade entendida por esses religiosos como natural. Delas poderiam advir monstros, que segundo uma tradição controversa e muito contestada por rabinos de diferentes épocas, seriam gigantes: metade homem e metade demônios, espécie de anjos caídos, conforme indica o termo *Nephilim*²¹. Há apenas duas referências bíblicas em Gênesis e Números a esses seres, mas os livros não canônicos de Enoque e Judas comentam mais detalhadamente essa união proibida.

Ambos, ao tratarem do tema, referem-se à presença desses demônios em um sentido que pode ser assentido ao da materialização, como se fossem formas gigantes a habitar entre os humanos, mas também possibilitam outra interpretação. Nela, esses seres malévolos estariam mais próximos ao termo latino *dæmon*, oriundo do grego antigo

²¹ Do Hebraico נפילים, sua derivação é *nephal*, ‘ele caiu’. Fonte: Enciclopédia Britannica.

*daimon*²². Essa outra interpretação enfatiza a influência desses seres sobre os desejos, pensamentos e comportamentos humanos, além disso eles seriam capazes de penetrar até mesmo nos sonhos de homens e mulheres. Em alguns casos eles poderiam causar afecções nervosas e provocar vários tipos de perturbações e confusões.

A tradição cristã patrística e escolástica reeditou esses preceitos, misto de judaísmo e paganismo, e manteve a influência desses seres sobre os homens. Essa união proibida embasou o sistema judiciário do medievo que condenava a todos aqueles acusados de se unirem aos demônios. Um dos expoentes na historiografia da demonologia francesa do século XVI, Jean Bodin (1530-1596), é citado por Martin (1880, p.43) a respeito do livro *Demonologia das bruxas*:

*Jeanne Hervillier, née à Verbery, près de Compiègne, fut accusée du crime de sorcellerie ; elle confessa que sa mère avait été brûlée vive pour le même fait, en vertu d'un arrêt du Parlement, confirmatif de la sentence prononcée par le juge de Senlis. Dans son interrogatoire, elle déclara que, quelque effort qu'elle fit, il lui était impossible de vaincre les atteintes du diable ; la sentence capitale étant sans appel, elle fut exécutée le dernier jour d'avril, à la requête de maître Claude Defay, procureur du roi, à Ribemont. Dans le temps qui sépara la condamnation de l'exécution de Jeanne Hervillier, elle affirma qu'elle s'était sentie tout à coup transportée au sabbat par Belzébuth, avec lequel elle avait eu des relations charnelles*²³.

Curioso notar no relato dessa sentença que os destinos de mãe e filha se equivaleram após a confissão da condenação materna antecedente. Isso sugere que o caráter punitivo da pena recaía também sobre os filhos de condenados, pois assim como os pais, eles teriam propensão a compartilhar as vidas com os demônios, em uma espécie de herança: a mãe compartilhou o mesmo destino da filha.

Essa semelhança entre prole e genitor difere-se da exposta em a Geração dos animais, de Aristóteles, para quem os monstros seriam seres dessemelhantes dos genitores. “Quem não tem semelhanças com os seus progenitores é, na realidade, um monstro, pois nestes casos a Natureza perverteu-se de sua equivalência”

²²No Grego *δαίμων*, refere-se a uma força, poder, espírito ou divindade. Fonte: Enciclopédia Britannica.

²³Tradução livre da Língua Francesa: Jeanne Hervillier, nascida em Verbery, perto de Compiègne, foi acusada do crime de bruxaria; ela confessou que sua mãe tinha sido queimada viva pela mesma razão, em virtude de um julgamento do Parlamento, confirmando a sentença proferida pelo juiz de Senlis. Em seu interrogatório, ela declarou que, não importava o quanto ela relutasse, era impossível para ela superar os ataques do diabo; a sentença de morte foi sem recurso e foi executada no último dia de abril, a pedido do mestre Claude Defay, promotor do rei, em Ribemont. No momento da condenação e execução de JeanneHervillier, ela alegou que, de repente, se sentiu levada ao sabbat por Belzebu, com quem ela havia mantido uma relação carnal.

(ARISTÓTELES, 1990, p.401). O filósofo considerava os desvios como parte necessária da natureza e, apesar do que se praticava na Grécia daquele período, ela não enaltecia o infanticídio ou a condenação à morte de criaturas híbridas. Essa dissensão de pensamento, determinante até mesmo de sentenças como a proferida contra Jeanne Hervillier, demonstra que, conjuntamente com a influência aristotélica, participavam outras, muitas vezes contrárias a ela. Daí o caráter multifacetado e mutável do exame, que agremia posições, às vezes, discordantes em determinados aspectos.

Recorrentemente, as condenações dirigiam-se a mulheres e Bodin (1580) cita vários casos onde relata histórias de Flandres. Em uma delas descreve acusações de mulheres entre si que levou a todas, acusadas e acusadoras, à fogueira. Noutro caso, uma cataléptica foi enviada viva ao fogo. O objetivo não era o de cura ou redenção, mas o de condenação, visto estar essa vida, até o século XVI, irremediavelmente perdida. A pena deveria ser equivalente à grandeza do delito, nesse caso, da profanação religiosa por meio do próprio corpo.

O crime representava o caráter de subversão, ao mesmo tempo, contra os costumes da religião cristã, bem como contra as leis da natureza. Isso porque a prole advinda dessa união inconcebível gerava, e Jean Bodin (1580) faz menção a esse respeito, seres hediondos e monstruosos. Esses nem sempre seriam horrendos em sua afeição. Em muitos casos a hediondez estaria representada pelos atos e pelos comportamentos desumanos e nefastos que praticavam. Os monstros nem sempre eram prontamente identificados e levavam muitas pessoas ao engano, até o momento onde fossem desmascarados.

Em muitos casos, crianças e adultos poderiam ser enganados pela desfaçatez de íncubos ou súcubos²⁴, que para além do pensamento e dos sonhos, podiam materializar-se em figuras humanas e outros animais. Para evitar a influência desses seres sobre os costumes da comunidade cristã, o Papa Inocêncio VIII (1432-1492), em 1484 redige a bula papal *Summis Desiderantis Affectibus* onde condena todas as práticas consideradas de feitiçaria.

Os dominicanos James Sprenger (1435-1495) e Heinrich Kraemer (1430-1505) criaram nessa ocasião um manual de combate às heresias no intuito de identificar, impedir e penalizar práticas, em especial a sexual, que envolvessem pessoas com demônios. Nos itens III e IV do *Malleus Maleficarum Maleficat & aerum haeresim, ut framea*

²⁴ Demônios em forma masculina (*incubus*) e feminina (*succubus*) invadem os sonhos das pessoas a fim de terem relações sexuais com elas, gerando proles monstruosas. Fonte: Enciclopédia Britannica.

potentissima conterens, conhecido simplesmente como *Malleus Maleficarum*, os inquisidores descrevem o papel dos íncubos e súcubos, apontando que os “demônios assumem um corpo não para que possam conceder vida a ele, mas podem, por meio desse corpo, preservar o sêmen humano e passar o sêmen para outro corpo²⁵” (SACRED TEXT ARCHIVE, s/d. Parte I, questão III).

Ao alimentarem as concupiscências carnis, esses seres oníricos levam as pessoas, sobretudo as mulheres, quando hipoteticamente sofriam sua influência, a praticarem relações sexuais antinaturais, de onde adviriam seres, igualmente contrários à natureza. Sodomia, felação, cunilíngua ilustram alguns desses comportamentos sexuais antinaturais. Frente a isso, a Igreja ampliava a perseguição a essas condutas consideradas abomináveis e as práticas sexuais vão sendo mais e mais restringidas, sob o olhar dos examinadores.

No terceiro tomo do *Dictionnaire Infernal* de 1826, no verbete *incubes*, um homem chamado Hauppius conta que na jurisdição do senhor Uladislas de Berstem, uma mulher deu à luz a um demônio, que nasceu desprovido de pés e cabeça, com orelhas nas mamas e pés de sapo no lugar dos braços. O corpo viscoso era da cor de fígado e ele tremia como gelatina. Quando a garota tentou levá-lo do local, ele soltou um terrível grito.

Essa criatura foi sufocada e enterrada na parte do cemitério destino às crianças que morreram sem batismo, contrariando o desejo da mãe de que ela fosse queimada fora da aldeia, o que mais tarde, foi tentado em vão, para não sobrar vestígios do monstro. Segundo ela, essa geração monstruosa adveio de vezes em que ela foi enganada por demônios, que se fazendo passar por seu marido, coabitavam com ela. Essa descrição clarifica o termo íncubos e pode-se associá-lo a incubador ou incubadora. A mulher seria, segundo a descrição, um receptáculo para a inoculação do incubador.

Várias são as descrições para o verbete *incubes*, enquanto para o *incubo*, quase nada é dito. Há apenas a associação entre eles a gnomos. Isso reforça o caráter de que a cooptação entre demônios e pessoas dirigia-se, quase exclusivamente, às mulheres. A mesma incriminação prévia vinha dos moralistas-médicos, pois eles criam que muitas mulheres simulavam as experiências que descreviam, fosse pela imoralidade subjacente ao feminino ou pelas afeições neuropáticas causadoras desse engano. Séculos mais tarde

²⁵ No original em Língua Inglesa: *Yet it may be said that these devils assume a body not in order that they may bestow life upon it, but that they may by the means of this body preserve human semen, and pass the semen on to another body.*

essas descrições serão vistas como manifestação histórica alimentadas pela cultura religiosa. De todo modo, a formação do imaginário social, nutrido por toda a arte, religião e ciência daquele período, impactou decisivamente o olhar da sociedade a respeito das crianças malformadas e sobre o comportamento excessivo dos pais, sobretudo das mães. Floresceu nas práticas culturais a ideia de que as figuras monstruosas eram capazes de engendrar mulheres, sobretudo as grávidas, repetindo no bebê da parturiente as mesmas deformidades presenciadas por ela, num misto de imaginação e espiritualismo. Por isso, as mães deveriam, a todo custo, evitar a presença de figuras monstruosas.

2.4 A fertilidade da imagem-monstro

O impacto desse imaginário sobre a conduta moral pode ser visto, por exemplo, na obra de Ambroise Paré (1510-1590), em seu *Des monstres et prodiges*, de 1575. Nela, ele enumera as possíveis causas de deformidades que produziriam monstros. Como essa taxonomia organiza-se pelas causas possíveis de acordo com as convicções da época, não se vê nela, apesar da grande influência da obra aristotélica sobre todo o período medieval, a separação intransponível entre homens, animais e seres sobrenaturais.

Para Paré (1575), a linha entre os seres é bastante fluida e a troca de material absolutamente possível. Tratará deles, todavia, em separado, possivelmente para uma exposição mais adequada a seus interesses. Desde o primeiro capítulo, onde esboça as causas da monstruosidade, até o trigésimo oitavo, vê-se conjumar diversos seres, naturais ou não, com aspectos humanos e inumanos simultaneamente, o que significaria um desvio à natureza. Em seu prefácio ele diz:

Los monstruos son cosas que aparecen fuera del curso de la Natureza (y que, en la mayoría de los casos, constituyen signos de alguna desgracia que ha de ocurrir), como una criatura que nace con un sólo brazo, otro que tenga dos cabezas y otros miembros al margen de lo ordinario. Prodigios son cosas que acontecen totalmente contra la Natureza, como una mujer que dé a luz a una serpiente o un perro, o cualquier otra cosa totalmente opuesta a la Natureza. (PARÉ, 1987, p.21)²⁶.

²⁶Tradução livre do Espanhol: Monstros são coisas que aparecem fora do curso da Natureza (e que, na maioria dos casos, são sinais de algum infortúnio que deve ocorrer), como uma criatura que nasce com um braço, outro que tem duas cabeças e outros membros fora do comum. Prodígios são coisas que acontecem totalmente contra a natureza, como uma mulher que dá à luz uma cobra ou um cachorro, ou qualquer outra coisa totalmente oposta à natureza (1987).

Ele dividirá as causas para a perversão à natureza em 13 grupos: a glória de Deus; a cólera de Deus; a quantidade excessiva de sêmen; porção insuficiente de sêmen; a imaginação; a estreiteza ou o reduzido tamanho da matriz (útero); a posição inadequada de assento da mãe, que comprime a musculatura do ventre; choques contra o ventre materno; enfermidades hereditárias e acidentais; por podridão ou corrupção do sêmen; confusão ou mistura de sêmens; devido ao engano causado por malvados mendigos itinerantes; e, por fim, pelos demônios ou diabos. Ele admite exceções diversas à taxonomia, mas por sua infinidade prefere desconsiderá-las. As caracterizações de Paré (1987) formam um glossário para comparação e exame.

De forma premeditada, mas condizente com a própria perspectiva religiosa, ele iniciará seu itinerário bendizendo a glória de Deus para, no fim, chegar aos demônios e diabos. Se, de partida, ele considera que as deformidades servem para glorificar e bendizer a Deus, como exemplifica com o cego curado por Jesus, termina tratando das bestas celestiais e marinhos. A perspectiva, todavia, é materialista, no sentido de dedicar-se aos processos do corpo, e Paré (1987) busca explicar as moléstias com o vocabulário médico de sua época.

No capítulo XXXII intitulado *De los incubos y súcubos, según los médicos*²⁷, Paré (1987) define esse fenômeno como oriundo de reações corporais e físicas, em que vapores vindos da glotonaria migrariam através dos ventrículos para as partes altas da cabeça, causando uma sensação de pesadume. As vozes e os gemidos do enfermo sinalizariam as indisposições diafragmáticas e pulmonares que produziriam um sufocamento imaginário. Essas ideias sobre a presença de vapores e fluídos enegrecidos será cada vez mais comum nos diagnósticos médicos do período.

Para curar esse mal, bastaria evitar vinhos fortes, alimentos vaporosos e tudo o que pudesse levar humos ao cérebro. Pouco a pouco, e a obra de Paré expõe isso, migra-se das concepções religiosas centradas no pecado, para se buscar compreender, a partir do corpo, do cérebro e da imaginação, a produção teratológica. Na mesma medida, a prática do exame tentará apreender essas novas porções.

Assim como no item anterior, no capítulo IX ele vai expor a influência da imaginação sobre a criação de monstros. Para ele, tantas as imaginações ardentes e obstinadas, como os sonhos fantásticos e as visões noturnas tidas pelo casal, poderiam gerar seres descontinuados. Tanto a bíblia como os relatos fantásticos mostram vários

²⁷ Tradução livre do Espanhol: Dos incubos e súcubos, segundo os médicos.

casos onde a fixação constante em uma esfinge ou imagem induz a prole a ser em seu nascimento, tal qual o objeto de fixação. Sobre isso vale destacar aqui o processo julgado por Hipócrates (460 a.C.– 370 a.C.) e relatado por Paré (1987).

Por la misma razón salvó Hipócrates a una princesa acusada de adulterio, porque había parido a un niño negro como un moro, teniendo su marido y ella la piel blanca; por consejo de Hipócrates fue absuelta, debido al retrato de un moro semejante al niño, que habitualmente estaba sujeto a su cama. Por otra parte, vemos que los conejos y pavos encerrados en lugares blancos, engendran a sus crías de color blanco debido a la virtud de la imaginación²⁸ (p.46).

A atividade imaginativa desempenhava, cria Paré (1987), um papel poderoso na formação dos monstros, sendo capaz, até mesmo, de criá-los, mudando a forma da prole minutos antes de seu nascimento. Por isso será indispensável vigiar cada um dos pensamentos do casal, sobretudo os da mãe, a fim de evitar, ao máximo, que eles redirecionem a natureza e cheguem a formar seres indesejáveis. Todo o processo diretivo da consciência produzido durante vários séculos, desde os helenistas até os medievalistas, passa a ser esboçado, como se nota, nos manuais de ciência desse período.

Nem todos os contemporâneos de Paré (1987) concordavam com essa doutrina, junção de cristianismo e paganismo. Paracelso (1493-1545) e seus discípulos cabalistas, por exemplo, apesar das crenças em magia, na influência dos demônios, na feitiçaria e alquimia, duvidavam quanto a possibilidade de pensamentos serem materializados em criaturas hediondas tangíveis. A única influência que os demônios poderiam ter seria sobre o comportamento das bruxas que se tornariam péssimas mães e, dessa maneira, criariam monstros morais. Novamente começa a se diferenciar, aqui, como em Jean Bodin (1580) duas ordens teratológicas: uma moral e outra física. Eles, contudo, não negavam a existência de figuras monstruosas, mas estas seriam oriundas da combinação de elementos da própria natureza, para formar prodígios ou, ainda, resultantes da má educação dada pelos pais aos filhos.

Esses seres prodigiosos eram retratados em histórias, não apenas para nutrir a imaginação, mas também como forma de catalogação. Em *Histoires prodigieuses*²⁹ de

²⁸Tradução livre do Espanhol: Pela mesma razão, Hipócrates salvou uma princesa acusada de adultério, porque ela levava uma criança negra como um mouro, seu marido e sua pele branca; seguindo o conselho de Hipócrates, ele foi absolvido, devido ao retrato de um mouro como a criança, que geralmente estava sujeito à cama. Por outro lado, vemos que coelhos e perus envoltos em lugares brancos criam seus filhotes brancos devido à virtude da imaginação.

²⁹ Tradução livre do Francês: Histórias maravilhosas.

1561, Pierre Boaistuau (1517-1566) traz uma série de historietas extraordinárias, seguidas de gravuras, onde fala sobre eventos e seres fantásticos. No prefácio, ele escreve que não há nada mais provável para despertar a imaginação do que figuras monstruosas e abomináveis.

O próprio autor vê-se estarrecido ao deparar-se com a história de um rapaz nascido na Cracóvia, com cabeça de gato, que conforme a historieta, era perseguido por cães. Diante desses relatos, Boaistuau (1561) viajava até o local para investigar a veracidade das histórias. Em algumas delas ele constatou que muitos casos se tratavam de embustes onde os próprios pais ou cuidadores causavam danos aos filhos, como amputações e deformações deliberadas, a fim de fortalecer a crença na influência demoníaca sobre os nascimentos, e para se beneficiarem disso.

Essa perturbação desferida pelos pais ou cuidadores dava-se em dois planos: um corpóreo, causando deformidades características da tipologia monstruosa; e outro de ordem comportamental, relacionado aos aspectos cognitivos e afetivos, causadores de práticas consideradas aberrantes, como é o caso de atos de violência e toda a sorte de transgressões e violações. Passa então a haver, cada vez mais, a bifurcação em duas ordens de monstro: as da natureza e as da moral. Será preciso, por isso, que as estratégias de exame se expandam, a fim de capturar essas novas tipologias de criaturas, indecifráveis a olho nu, ampliação essa dirigida, cada vez mais, às pessoas em geral.

2.5 O monstro na ordem moral

O volume seguinte da *Histoires prodigieuses*, escrito em 1597 por Claude de Tisserant, não tem o mesmo interesse investigativo de Boaistuau (1561). Tisserant (1597) preocupa-se e enfatiza a proveniência diabólica, e a ação de forças maléficas sobre a vida comum. Esta influência, para ele, poderia conduzir as pessoas a praticarem toda sorte de crimes. Martin (1880) cita um caso levantado pelo renomado juiz criminalista François Torrèblanca desse período, sobre a condenação à morte de dois homens. Eles teriam se transformado em lobo e lebre durante a noite e, por essa razão, teriam sido condenados.

As ideias teratológicas de conhecimento, derivadas da literatura demonológica, participavam efetivamente das decisões judiciais, até os períodos posteriores ao baixo medievo e vale ressaltar que em decisões envolvendo situações como essa, a bíblia era recorrentemente citada como embasamento, e para a tomada de decisões.

No tratado de Ludovico Maria Sinistrari (1622-1701) de 1700 sobre crimes e penalidades, corrigido e republicado em 1754, as doutrinas da demonologia e da bestialidade continuaram a ser retratadas. A segunda delas abordava, não apenas a união reprodutiva entre homens e animais, mas a associação entre pessoas com íncubos ou súcubos. Ele cria que esses seres conviviam livremente entre os povos, em corpos constituídos por matéria e alma, e que poderiam ser, tal qual os humanos, redimidos se submetidos à doutrina cristã.

A influência deles, bem como suas existências, seriam inegáveis e, por isso, precisariam constar nos tratados jurídicos e compunham as formas de exame. O aspecto físico e o dos membros corpóreos raramente seria o de animais. Como anjos que são, teriam a mesma perfeição física dos homens e a deformação seria de outra ordem, a da moral e a do livre-arbítrio. Por essa razão, tornava-se muito difícil identificá-los, a menos que estes autodeclarassem a natureza demoníaca que os constituía. Essa ideia, embora tenha raízes e troncos fortalecidos no Período Medieval, continuou a ressoar, agora sob outros dispositivos, no período moderno e no contemporâneo, e cada vez mais, a confissão e a autodeclaração foi empregada para se chegar à natureza monstruosa do criminoso.

O dualismo maniqueísta a que grande parte do conhecimento medieval foi submetido, e que encontra ecos na filosofia patrística, opõe o ato criativo de um Deus bom à força destrutiva do gênio maligno. Toda a criação divina seria boa, portanto, natural, enquanto as artimanhas do diabo, este em sua acepção latina, corromperiam a natureza para produzir coisas e seres antinaturais. O trabalho de gênio maligno é o de enganar. Subvertendo, mas influenciado por esse pensamento, Descartes (1983, p.5) considera o alcance dele, quando medita: “Suporei, pois, que há não um verdadeiro Deus, que é soberana fonte de verdade, mas certo gênio maligno, não menos ardiloso e enganador do que poderoso, que empregou toda a sua indústria em enganar-me”.

Essa batalha, travada entre luz e trevas, tem como cenário a natureza e as criaturas em uma face, e os desejos e inclinações da alma, na outra. Curiosamente, embora esse critério do maniqueísmo possa ser usado para vincular as diversas produções do conhecimento teratológico, o próprio Santo Agostinho (354-430) rechaçava essa ideia nos comentários Erros dos Maniqueístas sobre a criação, contestando ao Maniqueu Fausto, com quem se encontrou por ocasião de um debate. Nela ele escreveu:

Dizem que nem criastes os outros seres nem os ordenastes, como, por exemplo, os organismos corpóreos, todos os animais pequeninos e

também tudo o que se agarra à terra por meio de raízes. Declaram que um espírito hostil e uma outra natureza por Vós não criados os formam e geram nas regiões inferiores do mundo. Esses insensatos afirmam tais coisas porque não veem as vossas obras através do vosso Espírito, nem vos reconhecem nelas (AGOSTINHO, 1999, p.410-411).

É amplamente conhecida a associação de Agostinho a essa doutrina, por meio da qual ele chegou à filosofia, dos 18 até os 29 anos de idade. O que nem sempre é dito, todavia, é que ela será por ele abandonada e combatida pelos 45 anos restantes da vida religiosa e filosófica. Apesar disso, a influência desses preceitos sobre a filosofia e o pensamento cristão repercutiu amplamente nos estudos teratológicos.

Para a filosofia agostiniana, todas as coisas existentes são obras de Deus, portanto perfeitas, mesmo aquelas julgadas como más, pelos homens. A incapacidade humana de conhecer todas as verdades celestiais inescrutáveis induz a esse erro. A substância da maldade seria, para ele, impossível e o mal expressaria na filosofia em questão a “perversão da vontade desviada da substância suprema” (AGOSTINHO, 1999, p.190), ou seja, seria uma questão de livre-arbítrio, um problema de ordem moral e racional, e não uma questão metafísica.

O binarismo perseverou, embora com outras características, no pensamento que conduziu à hermenêutica teológica patrística, um dos fundamentos do pensamento medievalista. A força da genialidade maligna teve mais e mais destaque e seus atos demarcaram a violação religiosa e, também, a da natureza, onde teologia e direito buscaram a maneira mais adequada de punição, a fim de evitar-se a disseminação do mal. Por isso, as práticas ascéticas de exame da consciência, começaram a ser popularizadas para além dos mosteiros, no intuito de se buscar a verdade no sujeito.

O importante é aquilo sobre o que incide o exame, sobre o que incide a atividade de classificação que é, de qualquer modo, o grão, a substância, a origem, a marca mesma da ideia. Trata-se do exame material do pensamento e não de um exame do conteúdo objetivo da ideia. De outro modo, Cassiano o diz, deve-se observar a *qualitas cogitatum*, a qualidade dos pensamentos. Observação, portanto, do fluxo do pensamento na sua qualidade, no seu grão, na sua origem; buscar no fundo de si mesmo como ele foi produzido e com o quê (FOUCAULT, 2014e, p.128. Destaques no original).

Ainda que o século XVI dê a impressão de começar a expurgar e lançar luz nas almas trevosas, as noções de natureza maligna irão, pouco a pouco, disseminar-se pelos corpos. A demonologia continuará a alimentar tanto a imaginação dos acometidos pelo

mal como a dos terapeutas que tentarão expulsá-lo para, assim, devolver aos corpos doentes a condição natural de beatitude, a ordem funcional e a higiene moral.

A crença de que os monstros seriam oriundos de algum tipo de adultério ou de extrapolação das leis de conduta, principalmente a sexual, começa a formar um conjunto de dispositivos onde diversos saberes conectam-se para tratar, prevenir e de maneira embrionária, controlar as vidas, objetivando evitar quaisquer exceções a esse controle. O jogo de forças responsáveis pela produção teratológica torna-se cada vez mais diversificada, e se antes resultava da ação de deuses e demônios, passa, após o século XVI, a receber a influência de outras fontes, como o ordenamento e circulação dos astros no firmamento.

2.6 O monstro na ordem astral

O pensamento aristotélico na *História dos animais* foi um poderoso argumento para que fosse mantida a ordem dos seres na taxonomia imanente da natureza e foi, ao mesmo tempo, a negação de sua teoria. Isso porque Aristóteles, ao contrário de seus contemporâneos, não cria em seres excepcionais ou híbridos, mas a aplicação taxonômica desenvolvida inicialmente por ele serviu de pressuposto para o enquadramento cada vez mais generalizado.

A partir da releitura dessa obra, conjuntamente com o ingrediente religioso dualista do período medieval, outras possibilidades para se pensar a origem dos monstros e a prática do exame são reabertas. As causas para o nascimento de criaturas monstruosas passam a multiplicar-se, de modo a considerar outros agentes influenciadores, somado ao da ação demoníaca e à perversão da luxúria. O clima, os astros, os perfumes, as doenças, os costumes, a alimentação, o desregramento, os pensamentos, o pecado e os humores ampliam o horizonte explicativo da teratologia.

O destino escrito pelos astros é, agora, descrito pelos astrólogos para ser inscrito nos corpos no momento da concepção. Se vênus não estiver adequadamente alinhado à Lua, seres disformes poderão vir à luz. Para Boaiustuau (1561), o principal representante da doutrina astral foi o cientista Alcobiti, que tinha seus conhecimentos apoiados por Julius Maternus (s/d) e Alciat (1492-1550), importantes juristas do período.

Estes relataram um caso onde um pastor que, após ter sido acusado de ser responsável pelo nascimento de uma criatura horrenda, foi absolvido mediante o entendimento de que a cria teria nascido sob a égide do descompasso celeste. A absolvição foi possível devido à forte influência de outro astrólogo sobre os juristas, Henricus Asteldius (s/d) com o tratado *Conceptu et Generatione hominis* de 1580, onde estabeleceu as leis da simetria astral e a influência de cometas sobre o nascimento.

Até o século XVIII, segundo Leroy (2002) em *Histoire de naître: de l'efantement primitif à l'accouchement médicalisé*³⁰, eclipses e animais foram considerados como agentes teratogênicos particularmente poderosos e ele cita Rueff e Paré, que associavam os eclipses com as malformações oriundas de tumores siderais que pousavam na Terra. Esse fenômeno gerava seres com duas cabeças e outras anormalidades. Eles discordavam, no entanto, da motivação das ocorrências. Para um, ela traduzia a ira divina, enquanto para outro, tratava-se da ação da própria dinâmica da natureza celestial, que poderia ser compreendida e prevista pela ciência astrológica. Essa dissensão entre as opiniões, muitas vezes levada até as últimas consequências, embasava o juízo final de legisladores que tinham o poder de vida ou de morte sobre as pessoas.

Outra importante influência nos séculos XVI e XVII foram os trabalhos de Theophrastus von Hohenheim (1493-1541), conhecido como Paracelso. Ele procurou demonstrar as leis que regem toda a criação, combatendo fortemente a astrologia enquanto força criadora, mas no decorrer das pesquisas, mais e mais, adiciona elementos astrológicos.

Um dos axiomas na obra *A chave da Alquimia* é “Nenhum astro do firmamento, seja planeta ou estrela, é capaz de formar ou provocar alguma coisa em nosso corpo, seja a beleza, a cor, força ou temperamento” (PARACELSO, 1972, p.53). A cosmogonia abrigava tanto religião como alquimia para tentar desvendar como se daria a formação da matéria, fosse ela amorfa ou animada. Também estabeleceu padrões sobre a gênese e dinâmica da vida, mostrando como se amalgamam os elementos que constituem os corpos. Em analogia às sementes, acreditava que pequenas imperfeições, em alguns casos advindos da combinação entre sementes com germes, geravam seres disformes. Percebe-se nas afirmações de Paracelso (1972) a diferenciação cada vez mais evidente entre as causas materiais e as causas morais, porém, a mútua influência de ambos.

³⁰ Tradução livre do Francês: História do nascimento: do nascimento primitivo ao parto médico.

Paralela a essa explicação estava a da combinação dos elementos primordiais, que para ele eram três: enxofre, mercúrio e sal. Seriam essas substâncias que impulsionariam os fluídos do corpo, principalmente o sangue, que ele cria ser o liquor da vida. Caso houvesse a abundância de um e a escassez de outro ou o descaminho dos elementos durante o desenvolvimento do corpo, haveria malformações ou doenças.

Assim como no Universo como um todo, também no corpo do homem ocorreriam interações entre os três princípios. Algumas dessas interações poderiam ser maléficas, originando doenças. Por exemplo, a sublimação de mercúrio dentro do organismo poderia ocasionar seu depósito nas paredes dos vasos sanguíneos, provocando apoplexia. A expansão e a secreção de sal em lugares indesejáveis, como a pele por exemplo, causariam ulcerações, câncer ou gangrena (PORTO, 1996, p.570).

Descrente quanto a influência direta dos astros sobre a vida dos homens, Paracelso (1972) cria, no entanto, que o destino reservado a cada um estaria determinado por Deus. Sendo assim, tanto as doenças quanto as deformações seriam expressões da vontade divina e a eficácia da ação médica estaria subordinada aos planos do Altíssimo. Esses desvios, em Paracelso (1972), seriam flagelos oriundos do pecado ou processos da própria natureza. Caso fossem castigos, e por isso acometido de doenças, seria necessário deixar o enfermo em seu purgatório, pois “*Morbus quilibet purgatorium est*”³¹ (PARACELSO, 1972, p.140). Para os casos oriundos da natureza, a terapêutica deveria resgatar o equilíbrio entre as substâncias, com procedimentos específicos para homens e mulheres.

Após iniciar o livro negando a influência dos astros, como maneira de sustentar-se ao lado dos filósofos cristãos, Paracelso (1972) acabará por dar especial destaque aos planetas e estrelas, especificando a participação da Lua na doença de São Valentim, também conhecida como Epilepsia.

Podemos agora saber que o curso natural dos astros e outros elementos atingem os homens e neles produzem uma doença que aniquila o desgraçado que a sofre, destroçando-o, agitando todos os seus membros, mãos e pés com convulsões terríveis e distorcendo sua boca e olhos com os mais espantosos e variados sinais (PARACELSO, 1972, p.404).

Apesar de seu posicionamento bastante difuso sobre o papel dos astros, dos elementos químicos e da vontade divina na constituição de doenças, seu tratado foi lido por vários médicos, alquimistas e terapeutas daquele período, e nos séculos subsequentes

³¹Tradução livre do latim: Cada doença é um purgatório (1972).

permaneceu esquecido até ser resgatado pelo polímata Christoph Gottlieb von Murr (1733-1811), no final do século XVIII. A partir dele, recebeu várias menções nos anos posteriores em diversos tratados de medicina.

O trabalho de Paracelso demonstra que a natureza, em toda a sua amplitude, passa a ser sistematicamente submetida às regras e normativas de duas ordens: uma intrínseca e inerente à sua autorregulação; e a outra extrínseca, influenciada pela ação divina, como consequência das ações humanas, portanto, moral. Natureza e vontade divina, embora complementares, estão divididas e já não podem ser submetidas à mesma origem comum. Daí seu conselho aos médicos quanto a considerar e compreender tanto a ação de Deus como a da natureza em complementariedade sobre as doenças, bem como a ordem macro dos astros e a micro dos homens para a concepção da vida.

Nessa pluralidade de influências, a representação por imagens terá um valor cada vez mais decisivo para a constatação das criaturas monstruosas, bem como para sua catalogação e para a tentativa de capturá-las em grades de especificações.

2.7 O monstro na ordem das representações

A posição de Theophrastus, muito mais próxima a de Agostinho, apesar dos mais de dez séculos que os separaram, enfraqueceu a crença na ação dos demônios nas explicações sobre a origem dos males. Em ambos não há uma discussão direta sobre a teratologia, e sim uma tentativa de provocar essa discussão.

Paracelso (1972), curiosamente, não via imperfeições na natureza, mas sim desequilíbrios. Nascer, aparentando membros a mais ou estar desprovido deles, seria apenas um efeito de superfície, pois eles estariam espalhados em outras regiões do corpo, contudo, sem que pudessem ser constatados. Isso leva a questionar se realmente pode-se falar em uma teratologia em sua medicina, pois percebe-se nela o desejo de explicar as coisas pelo todo, sem separação. Em outros termos, todos seriam monstros potenciais, e apenas em alguns isso poderia ser constatar a olho nu. Desse modo, não haveria separação entre o monstro e o humano.

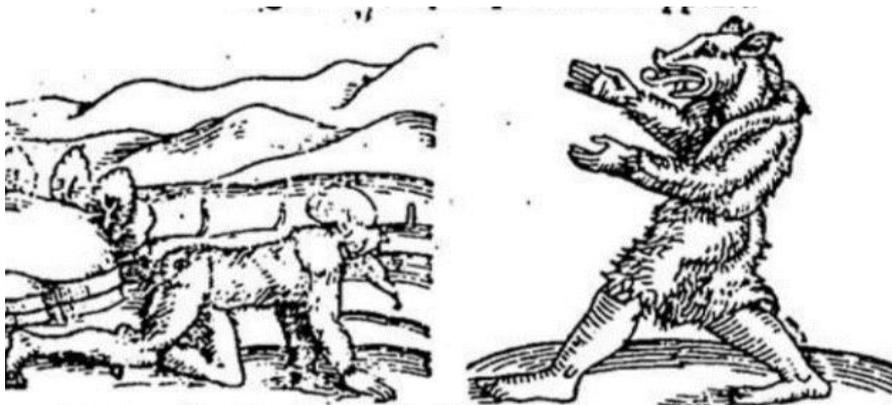
Parece haver, no entanto, duas margens intransponíveis aos animais, cuja extrapolação não é possível, tampouco, a seres humanos: a primeira delas é a da linha divisória entre o macro e o microcosmos; e a segunda, a da divisão sexual entre macho e

fêmea. Seria impossível para o homem ultrapassar esses limites ou encontrar-se a meio caminho de um ou de outro, o que inviabilizaria, por exemplo, seres hermafroditas.

A todos os seres vivos terrestres, marinhos ou do ar que por quaisquer razões cometessem essa transgressão, seriam vistos como monstros. Isso porque estar do outro lado da margem significaria ter proporções descomuns em relação a outros seres do microcosmo. Em outras palavras, é ter em excesso. Esses seres causavam medo e terror, e o transladamento entre as margens, para Paracelso (1972) poderia preanunciar os males divinos com que Deus pune as transgressões.

Nesse sentido as obras de Conradus Lycosthenes, destacadamente *Prodigiorum ac ostentorum chronicon*, uma crônica sobre o prodígio e a ostentação de 1557, expõe em gravuras como o excesso andava *pari passu* com as maravilhas e desvios da natureza.

Figura 03 - Os prodígios



Fonte: Lycosthenem, *Prodigiorum ac ostentorum chronicon*, 1575. p.11

Figura 04 - Dos prodígios e Sinais



Fonte: Lycosthenem, *Prodigiorum ac ostentorum chronicon*. p.24-25

As gravuras, além de representarem a proximidade entre grandiosidade e prodígios, também sinalizavam para os eventos que as últimas anunciavam. Essa característica difere-se da de Boaistuaú, que representava as maravilhas sem associá-las à exacerbação das proporções.

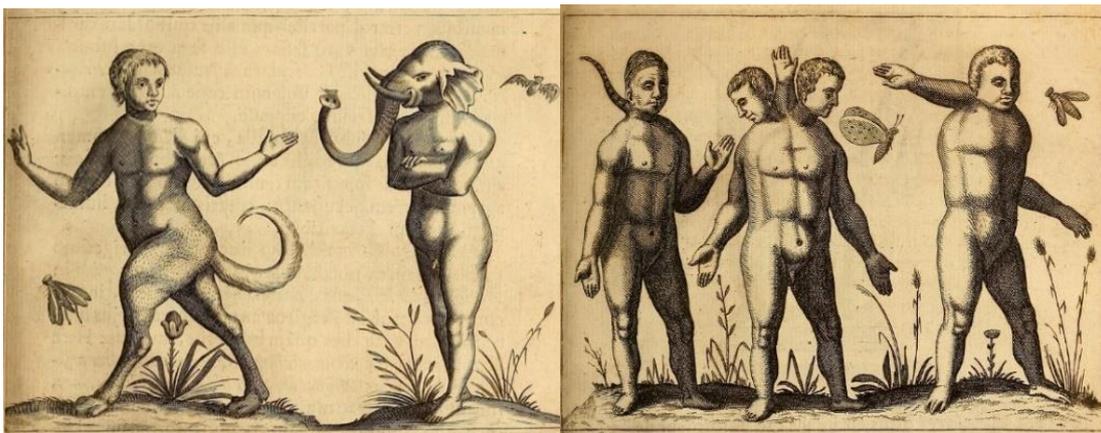
Figura 05 - Prodígios de Satã; Prodígios do Horror



Fonte: Histoires prodigieuses et mémorables, 1561, p.01; 19.

Da mesma forma Fortunius Licetus (1577-165), em *De Monstris*, procurou associar a imagem dos monstros à combinação disforme e à transgressão das leis da natureza, que impossibilitam, na concepção de alguns como Aristóteles, a congeminção de espécies diferentes. Há muito mais uma preocupação do ponto de vista estético, com as formas, do que com o excesso. A maior parte das gravuras foi inserida em 1665, pois o original de 1616 não possuía imagens. Grande parte delas foi retirada do livro de Lycosthènes.

Figura 06: Crianças com membros de animais e multiformes



Fonte: De Monstris, 1665, p.01; 19.

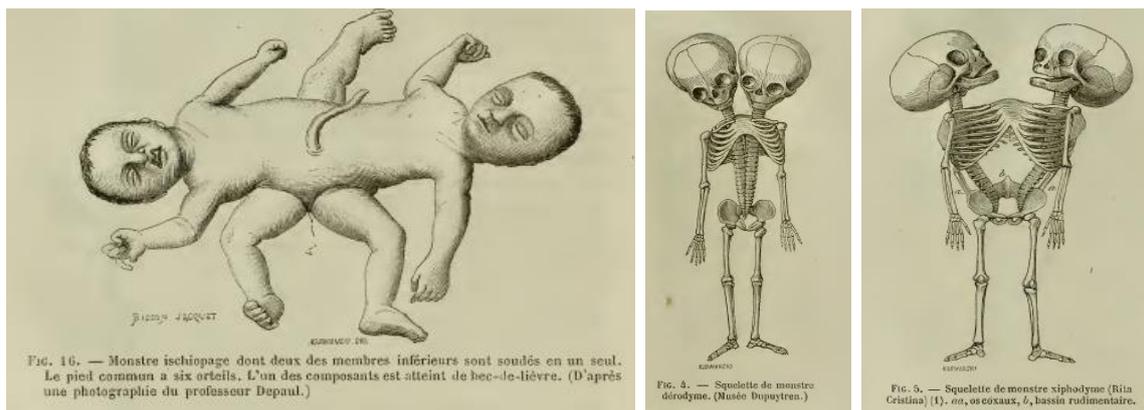
Os desenhos davam maior veracidade aos relatos que eram descritos como se tivessem sido advindos de experiências pessoais e funcionavam como manual para exame. A taxonômica desse período seguia as orientações aristotélicas. Outra influência, como dito alhures, estava nas compreensões religiosas, tanto cristãs como pagãs, quanto ao papel que os seres sobrenaturais exerciam sobre os naturais.

Esses retratos não só alimentavam a imaginação, mas ilustravam a ciência daquele período e continuaram a ser usadas até o início da modernidade. Essas gravuras serão repetidas, por exemplo, nos trabalhos de Lancereaux sobre anatomia patológica de 1875. Nela, entretanto, a monstruosidade estará associada à formação de gêmeos siameses, pois eles impossibilitariam definir onde começa um e onde termina o outro ser. Além dela, o amorfismo também era compreendido como expressão teratológica, pois ele não pode ser definido ou agrupado em classes.

Ao ascender as Luzes, das Trevas saíram uma infinidade de seres ignóbeis e pavorosos, e muitos deles, revestidos pela pele comum, caminhavam entre os demais. O declínio do período Medieval permitiu que as figuras monstruosas, que vagavam na penumbra das trevas, agora comessem a ser catalogadas e ilustradas para formar um grande inventário de seres incompreendidos e inclassificáveis, e isso nutrirá não só as especulações da ciência moderna nascente, como a anatomia, a zoologia, e mais tarde a psiquiatria, mas servirá como um artifício poderoso para a disseminação da curiosidade e propagação da imaginação.

A questão que prevalece até a emergência da modernidade é a de como classificar uma matéria grande demais para um só corpo, ou pequena demais para dois? No caso de seres dobres, como definir o número de suas almas?

Figura 07: Duplicação monstruosa



Fonte: *Traité D'anatomie Pathologique*, 1875. p. 84; 71; 72

As investigações de William Harvey (1587-1657) sobre a circulação sanguínea demonstram a importância que o líquido primordial tinha para os médicos e terapeutas dos séculos XVI e XVII, como fora em Paracelso (1972). O cérebro não era considerado, por muitos, a sede da razão. O lócus dela seria a alma, e ela repousaria no coração. Ele possibilitava, ao mesmo tempo, a vida, os afetos, a cognição e a alma.

Dessa maneira, a forma de contabilizar o número de almas a que um corpo, por exemplo, de duas cabeças teria, seria quantificando o número de corações, pois ele seria a fonte do sangue e da vida. Essa, todavia, não era a única maneira de resolver a questão. Outros médicos, a exemplo de Jean Riolan (1577-1657), influenciados pela filosofia platônica e posteriormente pela cartesiana, preferiam assumir o cérebro como sendo a sede da alma. Dirigindo questionamentos a Harvey e a Paracelso, ele duvidava da iatroquímica e da circulação proposta pelo inglês. Então, duas ou mais cabeças, duas ou mais almas.

Figura 08: Dos monstros naturais



Fonte: *De monstro Nato*, 1605. p.I

Essas gravuras são as únicas que compõem o *De monstro nato lutetiae*, de 1605, e Riolan teve cuidado especial em destacar e detalhar a região da cabeça, para levar o leitor a inferir que se trata de duas pessoas unidas e não de uma unidade, ainda que nelas pudesse haver um único coração. Outra característica presente na foto, quanto à proporção dos membros, expõe a opinião do autor sobre o destino daqueles nascidos com corpos com alterações morfológicas. Para os casos onde a malformação fosse aberrante, ele sugeria a morte, e para os nascidos com pequenas anomalias, a manutenção da vida. As razões da defesa eram diversas e iam desde o exemplo dos gregos e romanos, passando pela teologia cristã e pela ideia de presságio, até chegar na imaginação.

Segundo Riolan (1605), esses povos visaram proteger a polis de qualquer tipo de fraqueza e os nascimentos deformados expunham a cidade a toda a sorte de males. Além disso, permitir que figuras horrendas fossem mantidas vivas poderia induzir a presságios, além de levar as pessoas ao questionamento sobre a perfeição divina, pois um ser perfeito não poderia, segundo ele, gerar imperfeições. Por fim as imagens aberrantes

poderiam fazer com que a imaginação feminina trabalhasse para gerar outros seres tão disformes quantos aqueles presenciados pela mulher grávida. Por isso, para Riolan (1605), tornava-se indispensável a identificação desses seres anômalos e a necessária ação corretiva: examinar e corrigir. Além disso, deveriam ser mantidas, mesmo que sob alto custo, os campos definidores das funções dos sexos.

À mulher caberia procriar e ao homem, fertilizá-la. As obrigações de uma e outro estavam previamente determinadas. A diferenciação entre gêneros, presentes desde os trabalhos de Paracelso, e citados desde Platão, irão, paulatinamente, participar da definição de normalidade, pela exclusão das exceções teratológicas, a exemplo daqueles nomeados de hermafroditas. Assim, a sexualidade vai sendo, mais e mais, considerada como fator indispensável à prática do exame.

2.8 O monstro na economia sexual

As discordâncias de Riolan com seus contemporâneos não ficaram restritas à definição do número de almas. Em 1601 ele foi convocado pelo Parlamento de Rouen a testificar um caso de hermafroditismo. Marie Le Marcis, que até os 20 anos havia vivido como menina, passou, em razão da puberdade, a vestir-se como homem. Essa mudança, que não era tolerada nesse período, sob pena de condenação à morte, levou cinco especialistas, dentre eles Jacques Duval (s/d) e Riolan a definirem se se tratava de uma mulher que decidira viver como homem ou de um homem, que erroneamente vivera como mulher.

Cada um escreveu um parecer e enquanto Duval tratou de pormenorizar os aspectos fisiológicos e físicos da acusada, usando para isso procedimentos manuais de exame, como apalpar a região, o que era uma novidade para a época, Riolan procurou resolver o problema da perspectiva comportamental, chegando à conclusão de que se tratava de uma mulher, ao contrário de Duval que cria tratar-se de um homem (LAFLAMME, 2016).

Riolan venceu o litígio e a acusada foi absolvida, mas obrigada a vestir-se como mulher até o fim da vida e a cancelar o casamento que em breve teria com uma jovem. Se ficasse provado que se tratava de um homem, Marie Le Marcis teria sido condenada à morte. A vida dela foi preservada, mas a sexualidade inquirida, e após ser catalogada, foi

barrada e submetida à vigilância perene. Ambos, Rioland e Duval, concordavam, no entanto, tratar-se de um caso de monstrosidade (LAFLAMME, 2016).

O embate entre eles expõe a forma de tratamento dada à figura de hermafrodita, exibido, examinado e enquadrado como um caso teratológico. O século anterior ao XVII, ainda atrelado ao medievalismo, preferia condenar à tortura esses casos, sob o pretexto da opinião de especialistas de que essa seria a melhor forma de expurgo, até que o execrado confessasse suas práticas lúbricas com Satanás.

O discurso do especialista, que poderia ser teólogo, boticário ou alquimista apenas corroborava o pensamento condenatório e o subsidiava. Os procedimentos realizados nesses exames em nada assemelhavam-se ao de Riolan ou Duval, sobretudo em relação ao aspecto protoclínico que este último utilizou. Isso porque casos que envolvessem o corpo feminino, considerado impuro e corruptor, tendo em vista o desprezo que a mulher experimentou desde a Antiguidade, mudaram somente a partir do caso exposto por Duval. Como exemplo tem-se Antide Collas, francês do final do século XVI, que havia sido condenada por hermafroditismo:

Ele morava em Dôle e, após um exame, os médicos concluíram que, de fato, aquele indivíduo possuía os dois sexos, e que só podia possuir os dois sexos porque tivera relações com Satanás e que as relações com Satanás é que haviam acrescentado a seu sexo primitivo um segundo sexo. Torturado, o hermafrodita de fato confessou ter tido relações com Satanás e foi queimado vivo em Dôle, em 1599. É esse, parece-me, um dos últimos casos em que encontramos um hermafrodita queimado por ser hermafrodita (FOUCAULT, 2001, p.57).

Esse, no entanto, não foi um dos últimos casos. Outros casos, como o do casal de hermafroditas em 1603 tiveram exatamente o mesmo fim, como relatado em *Histoire et recherches des antiquités de la ville de Paris*, na seção *Jugemens superfiteux comuns à Paris*, e todos aqueles que, após escolherem dada representação de gênero, passassem a viver como outro, também eram executados. Esse último exemplo difere-se dos anteriores, porque a pessoa deliberadamente decidiu não seguir as determinações a ela impostas, enquanto nas demais, não fez qualquer escolha, mas simplesmente foi imposta aquela condição. Tanto sobre um como sobre o outro caso, no entanto, passa-se a se exercer uma vigilância constante, não apenas sobre o corpo, mas também sobre as pequenas condutas.

Segundo Riolan (1605), o que dava margem para a dúvida e até certo ponto, para aceitação da condição de hermafroditismo teria sido a filosofia platônica, com o mito do

ser andrógino. No diálogo Banquete, Platão discorre sobre a importância do amor para o ascenso à verdade e nele recorre à uma explicação mítica sobre a natureza humana e da representação do gênero sexual. Sobre isso ele escreveu:

Em primeiro lugar, três eram os gêneros da humanidade, não dois como agora, o masculino e o feminino, mas também havia mais um terceiro, comum a estes dois, do qual resta agora um nome, desaparecida a coisa; andrógino era então um gênero distinto, tanto na forma como no nome comum aos dois, ao masculino e ao feminino, enquanto agora nada mais é que um **nome posto em desonra** (PLATÃO, s/d. p.16. Destaques do autor).

Essa tentativa de definir a sexualidade é, segundo Menezes (1994), a primeira do tipo de que se tem registro. O objetivo de Aristófanes, participante desse diálogo platônico, ao usar essa alegoria é a de dar conta de todos os amores possíveis. Para isso ele afirmava que a natureza da sexualidade humana era una e somente após Zeus irar-se contra os andrógenos e dividi-los ao meio passou-se a se ter dois sexos, um macho e o outro fêmea. Desse modo, Zeus deu um sentido a *eros*³², transformando-o em impulso e desejo de unir as partes separadas.

Nessa alegoria sobre o amor, Platão continuou a defender a androgenia ao afirmar que a volição erótica una move o homem à busca de ser novamente completo, um todo. Segundo Riolan (1605), a interpretação equivocada desse mito fez com que muitos, inclusive representantes da Igreja, não vissem o hermafroditismo como uma monstruosidade. Ele, não obstante, assinala que os tempos se encarregaram de desfazer esse engano, criando os tribunais, dos quais ele participou de alguns, que após examinarem e atestarem se o sexo correspondia à sexualidade natural, impunha a necessária correção para o ajuste à normalidade.

A pesquisa de Laflamme (2016) intitulada *Le genre au tribunal: l'hermaphrodis devant la justice de la France d'Ancien Régime*³³, sobre três processos judiciais envolvendo peritos, mostra que os advogados do período de Riolan e dos séculos imediatamente subsequentes, não podiam admitir seres vivendo na linha limítrofe do masculino e feminino. Cabia então ao direito atribuir, muitas vezes de forma impositiva e sob a ameaça de condenação à morte, o gênero sexual a que estes seres deveriam estar englobados e submetidos.

³² Personificação do amor, paixão e do erotismo para os gregos.

³³ Tradução livre do Francês: Gênero no tribunal: hermafroditismo nos tribunais do Antigo Regime Francês.

Os aspectos anatômicos passam a ter grande importância decisória, mas não são suficientes para definir a sexualidade. O autor divide a pesquisa em dois momentos, sendo que o primeiro envolve os casos de Marie Le Marcis de 1601, de Rafanel de 1652 e de Angélique de La Motte d'Apremont de 1661; e o segundo de Marguerite Malaure de 1686, de Geneviève Petjean de 1724 e de Anne Grandjean de 1765. Esses períodos avançam em mais de um século e meio sobre o que Foucault (2001) acreditava serem os últimos julgamentos de réus hermafroditas.

As conclusões a que chega são que no primeiro período, de 1601 a 1661, os magistrados atribuíam um gênero jurídico de acordo com a aparência externa do órgão genital do indivíduo. No seguinte, porém, de 1686 a 1765, essas autoridades consideravam tanto a funcionalidade quanto as habilidades teóricas reprodutivas do indivíduo.

Em decorrência da falta de uma legislação clara sobre o tema, eles podiam ser facilmente condenados à morte, e se de um lado produziu-se austeridades a partir das prerrogativas legais, de outro as condenações tornaram-se cada vez mais raras. O norte decisório, no entanto, não decorria gratuitamente da positividade jurídica, mas foi ajustado pelos saberes da perícia médica que, paulatinamente, foi se constituindo como uma ciência nos moldes que a modernidade evocará para classificação, previsão e controle (LAFLAMME, 2016).

Em relação ao direito medieval ocorre, no início do século XVII, uma mudança importante, pois se no momento anterior a decisão sobre os destinos da sexualidade cabiam aos pais ou padrinhos da criança, sem necessidade da interferência jurídica ou religiosa, posteriormente, o perito será cada vez mais convocado.

Esse chamado decorrerá da necessidade de o Estado nascente intervir mais e mais sobre a vida dos sujeitos, de forma a garantir mutuamente sua existência e a de seus cidadãos. A prioridade, no entanto, repousará sobre ele, pois a imagem de coletividade que personifica é mais valiosa a ele, do que a singularidade e a particularidade dos sujeitos. Seu objetivo é o de promover a vida de todos, ainda que seja necessário, para isso, consentir com a morte de muitos.

2.9 O monstro na ordem da economia política

Durante o medievo, as escolhas parentais impossibilitavam a mudança de direção de seu gênero. Após esse período, tornou-se possível, caso assim se quisesse, a mudança, mas desde que se mantivesse a decisão no decorrer de sua vida, para não ser considerado sodomita e punido. A imposição de uma taxonômica, independentemente da vontade individual, no entanto, lançará esses corpos na zona da penumbra, no limbo da aparência de incerteza. Não basta escolher ser, é preciso ser.

A esse respeito, comentando os registros de uma personagem submetida a essas mensurações, em *Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita*, de 1868, Foucault (1982, p.2) destaca:

As teorias biológicas da sexualidade, as concepções jurídicas do indivíduo, as formas de controle administrativo nos Estados Modernos, acarretaram pouco a pouco a recusa a ideia de mistura dos dois sexos em um só corpo e conseqüentemente à restrição da livre escolha dos indivíduos incertos. A partir de então, um só sexo para cada um (FOUCAULT, 1982, p.2).

Como a força dos trabalhos de Paracelso (1972) que demonstraram a especificidade inerente às almas dos homens e das mulheres ainda ressoavam, a tentativa de mesclá-las ou a recusa em aceitar o tipo anímico doado por Deus só poderia significar, nesse período, a expressão do comportamento daquela figura que assolava o imaginário: o monstro; e a aplicação da técnica de captação desse: o exame. Seria preciso intervir na livre escolha desses indivíduos para que eles não viessem a produzir outras monstruosidades, seja por meio da gestação ou pela exposição pública de suas imagens, que poderiam induzir a imaginação a parir esta corruptela. Não caberia, por isso, ao periciado, decidir sobre sua própria natureza, pois ele tentaria dissimulá-la para “servir-se de seu próprio corpo como se ele fosse de outro sexo” (FOUCAULT, 1982, p.3). Essa antinatureza estaria à mercê da libertinagem.

O interesse médico é, portanto, peremptoriamente moral sobre a natureza do sexo, que passa a compor a hermenêutica da verdade obscurecida e visceral, objeto de interpretação de peritos e especialistas sobre os indivíduos incomuns, e também sobre os comuns. Os exames e métodos nem sempre equivalentes entre os próprios médicos, respondiam a uma demanda jurídica para ajustamento social do desejo e do

comportamento sexual. Sobre o caso de Barbin, comenta Foucault (1994, p.625) em *Le mystérieux hermaphrodite, dans Dits et écrits 1954-1988*³⁴:

*Le concept d'appartenance de tout individu à un sexe déterminé a été formulé par les médecins et les juristes seulement au XVIII siècle environ. Mais, en réalité, peut-on soutenir que chacun dispose d'un vrai sexe et que le problème du plaisir se pose en fonction de ce prétendu vrai sexe, c'est-à-dire du sexe que chacun devrait assumer, ou découvrir, s'il est occulté par une anomalie anatomique ? Tel est le problème de fond soulevé par le cas d'Herculine. Dans la civilisation moderne, on exige une correspondance rigoureuse entre les sexes anatomiques, le sexe juridique, le sexe social : ces sexes doivent coïncider et nous rangent dans une des deux colonnes de la société (p.624)*³⁵.

Antes do século XVIII, para o autor, havia maior mobilidade e trânsito para percorrer as diferentes expressões da sexualidade. Com o desenvolvimento de novas formas de produção e com a ascensão econômica e política da burguesia, além da reaproximação do catolicismo e protestantismo, distanciados desde as reformas protestantes, investiu-se fortemente na vigilância da sexualidade. Nos meandros dessa união, perseverou a influência de outras religiões que cultuavam deidades femininas, ou o equilíbrio entre elas e as masculinas, que foram, pouco a pouco, constituindo a noção de família mononuclear.

Essa, que foi e tem sido fundamental para o desenvolvimento e manutenção das formas capitalistas de produção, apregoa a necessidade de ter filhos o suficiente, mas não em demasia. Deve-se, por isso, manter a monogamia e gerar a prole que será, brevemente, (prole)tariada. Nem filhos demais, pois isso produziria grande miséria e ameaçaria os governos, nem filhos de menos, devido à necessidade de manter a produção, preferencialmente a de baixíssimo custo.

Desejava-se um exército de reserva, mas não de miseráveis. Daí a preocupação malthusiana em calcular, para melhorar gerir, o aumento populacional. O que parece ser uma preocupação resultante do enlace de crenças doutrinárias e religiosas apresentava-

³⁴ Tradução livre da Língua Francesa: O misterioso Hermafrodita, em Ditos e Escritos 1954-1988.

³⁵ Tradução livre da Língua Francesa: O conceito de pertencimento de todo indivíduo a um sexo determinado foi formulado por médicos e advogados apenas no século XVIII. Mas, na realidade, pode-se sustentar que todos têm um sexo real e que o problema do prazer surge de acordo com o chamado sexo real, ou seja, o sexo que todos deveriam assumir ou descobrir, pode estar obscurecido por uma anomalia anatômica? Este é o problema básico levantado pelo caso de Herculine. Na civilização moderna, é necessária correspondência rigorosa entre os sexos anatômicos, o sexo legal e o sexo social: eles devem coincidir e nos colocar em uma das duas colunas da sociedade.

se, de igual forma, nas discussões econômico-políticas de filósofos-economistas de verve protestante, a exemplo de Adam Smith (1723-1790) e do próprio Thomas Robert Malthus (1766-1834), que o criticou.

Apesar dessas investigações serem referências nos estudos da estatística aplicada à demografia, ele asseverou, na parte introdutória de seus *Princípios de Economia Política*, de 1820, que “a ciência da Economia Política se assemelha mais às ciências éticas que à ciência da Matemática” (MALTHUS, 1996a, p.25). Quase nenhuma menção à ética, contudo, é feita nessa obra, onde ele dedica-se a definir riqueza, trabalho produtivo, medidas de valor, renda da terra, salário, lucro, dentre outros fatores econômico-monetários. Para encontrar essas exposições é preciso retroceder até 1798, e consultar seus *Ensaio Sobre a População*.

Neles, ele lança dois postulados fundamentais, sendo o primeiro o mais conhecido e discutido: “o alimento é necessário para a existência do homem” (MALTHUS, 1996b, p.246). Essa preocupação, assentada na estatística, apontava para a necessidade de se controlar o crescimento populacional, pois enquanto este multiplicava-se geometricamente, o alimento aumentaria aritmeticamente. Se as previsões se mostrassem verdadeiras, haveria escassez de comida no mundo em pouco tempo. Não cabe discutir aqui os equívocos, à época, dessa previsão, nem suas consequências, e sim atrelar o primeiro ao pressuposto seguinte.

No segundo postulado, atinente à discussão aqui proposta, Malthus (1996b, p.246) afirma “que a paixão entre os sexos é necessária e que permanecerá aproximadamente em seu atual estágio”. Essa lei, assim como a primeira, é invariável e estaria fixada na ordenação cósmica da natureza, orquestrada pela providência divina, não havendo, portanto, maneira para se escapar de suas determinações.

Os seres humanos, nessa perspectiva, teriam sido feitos para comer e reproduzir, por serem racionais, contudo, deveriam dirigir essa capacidade no sentido de garantir a própria subsistência e existência, em conformidade às leis invariáveis da natureza, pois se eles, por desventura, se afastassem delas, estariam condenados à miséria e ao vício (MALTHUS, 1996b). Haveria, por isso, a obrigação em estabelecer um rígido controle tanto sobre a produção como sobre a população, e nesse sentido, esquadrihar, enquadrar e controlar a proliferação das proles (natalidade) tornou-se indispensável às sociedades que almejassem marchar para a perfectibilidade.

Paradoxalmente Malthus (1996b) não cria na possibilidade de atingir a perfeição humana, tampouco acreditava numa sociedade igualitária e, apesar disso, entendia ser fundamental o controle reprodutivo em equilíbrio com a produção, para perfazer a perene marcha do desenvolvimento da humanidade. Os combustíveis para esse motor seriam a propriedade privada e o casamento. Garantir, mediante a intervenção do governo estatal o bem individual, favoreceria o bem comum.

Da mesma forma, manter a instituição do casamento coagiria os homens a fugirem do vício e evitaria que contraíssem novas relações, pois “o amor à variedade é uma inclinação viciosa, corrupta e antinatural e não predomina, em grau maior, num estágio puro e perfeito da sociedade” (MALTHUS, 1996b, p.304). Pela possibilidade de gerar antinatureza e corrupção deveria, “*the commerce of the sexes*³⁶” (MALTHUS, 1996b, p.304) ser administrado estatalmente, para manter, segundo suas leis passionais intrínsecas, o equilíbrio entre produção e natalidade.

O emprego da expressão ‘comércio dos sexos’, não foi feito pela primeira vez por Malthus. Em uma coleção de textos de 1754 chamada de *The Dignity of Human Nature*, de James Burgh (1714-1775) a expressão estava transcrita. Assim como Malthus (1996b), Burgh (1795) afirmava que o desejo sexual natural ocorria entre dois sexos diferentes e não deveria ser erradicado, mas direcionado ao apoio e manutenção da espécie.

Por isso ele deveria ocorrer apenas entre um homem e uma mulher, e estar amparado pelo matrimônio, a fim de favorecer tanto a natureza, quanto a sociedade, não havendo, portanto, espaço para outros tipos de expressão sexual, que seriam considerados antinaturais. Em suas palavras:

*That the union of one mans and one woman for life, was the original design, is evident from the near equality between the number of the two sexes. For one man therefore to break loose upon the other sex, and appropriate to himself a plurality, is evidently against the order of nature and inconsistent with the good of society, in which every individual is to enjoy all his natural rights and privileges, and all monopolies are unjust*³⁷ (BURGH, 1795, p.319).

³⁶Tradução livre da Língua Inglesa: O comércio dos sexos.

³⁷ Tradução livre da Língua Inglesa: Que a união de um homem e de uma mulher por toda a vida, foi o desenho original, é evidente pela quase igualdade entre o número dos dois sexos. Portanto, um homem se libertar do outro sexo, e apropriar-se de uma pluralidade, é evidentemente contrário à ordem da natureza e inconsistente com o bem da sociedade, no qual todo o indivíduo deve gozar de todos os seus direitos e privilégios naturais, e todos os monopólios são injustos (1795).

Nem pluralidade, nem monopólio, a economia sexual deveria dirigir-se apenas à troca e conseqüente reprodução, com a prerrogativa peremptória de estar assentada sobre o contrato do casamento. Deve-se, ainda, a todo custo, evitar os excessos.

A sexualidade, dessa maneira, tornara-se parte indissociável de um contrato marital e tudo o que fugisse a ele, e que pudesse ameaçá-lo passará a ser rechaçado por Burgh (1795). O Estado interveio para normatizar os sujeitos, devido aos casos recorrentes em que esse contrato não podia ser mantido, por não haver a devida clareza quanto ao papel das partes: o dever de se ser uma mulher para um homem; e o de se ser um homem para uma mulher. Naquele contexto, tornou-se então proibido migrar-se de um sexo a outro ou procurar uma terceira via, sob pena de morte, por ser algo contranatural e por isso, ignóbil. Coube inicialmente ao complexo legal (jurídico-religioso), paulatinamente acoplado ao médico, o papel de observação, peritagem e exame desses corpos. A ideia da monstruosidade continua a participar, agora indiretamente, das teorizações e das avaliações.

Essa perícia, ponderando Laflamme (2016) a Foucault (1982), começou no século XVII e estendeu ramificações aos seguintes. Ela não era, senão raramente, realizada por médicos, e sim por juristas que se orientavam por manuais escritos por médicos e, também, oriundos de saberes de outras áreas, como a religiosa. Por isso, para Laflamme (2016), não é a medicina ou a biologia nascentes que criaram as especificações para a sexualidade. Para ele, ela adveio da rede de saberes anteriores à ciência moderna, que se conectaram para consolidar o Estado moderno sobretudo após as Revoluções Industrial e Francesa.

Ao tentar reafirmar e proteger a sexualidade normatizada, por meio de regulamentações jurídicas e médicas, esses períodos produziram uma norma impeditiva de outras experiências de sexualidade, para tentar controlar os comportamentos com exemplos inseridos nos breviários teratológicos. O monstro é a exceção à regra, usada para reafirmá-la e torná-la lei. Ele é a anomalia, que sobposta à normalidade evidenciava a beleza desta e o horror daquela. Essa sobreposição vai sendo cada vez mais utilizada para o controle da população, pelo par exame-monstro.

Malthus (1996b) e Burgh (1975) testificaram o papel cada vez maior do Estado na vigilância estética de corpos e de comportamentos, usando para isso o discurso pautado na estatística, no primeiro caso, e o das virtudes naturais e espirituais, no segundo. A mensagem que passavam era a de que dever-se-ia ser o que se é, pois não é possível ser

uma coisa diferente daquelas previstas nos manuais religiosos, jurídicos ou médicos, catalogados pelo cálculo e pela moral, previamente definidos como ‘o normal’. Com esse discurso, eles perpetuam a tentativa de naturalizar a sociedade.

Ser o que se é, no entanto, não significa salvação, ao contrário, em muitos casos isso apontava ao próprio degrado. Cabia ao perito, representante do conhecimento especializado e como uma espécie de porta-voz da sociedade, garantir a identificação da essência do ser do sujeito, sem deixar o sujeito confundir a natureza, a si mesmo ou a população, pois isso fragilizaria a sociedade. Tornou-se indispensável a severa equivalência entre o sexo representado pela anatomia, pela legislação e pela sociedade. Deles esperava-se, como se isso fosse possível, a equidade a ser transposta para as únicas colunas sociais aceitáveis: a do homem ou a da mulher.

À pergunta de Foucault (1982, p.1) “Precisamos *verdadeiramente* de um *verdadeiro* sexo?” (Destaque no original), a sociedade ocidental moderna respondeu com um retumbante: sim! Curioso notar, e o caso de Herculine Barbin testificou isso, que não estar enquadrado é ser, à revelia, enquadrado conforme os jogos de forças e de interesses vigentes. O imperativo da veridicação não se estendia, até a emergência da modernidade conforme relatado anteriormente, aos hermafroditas. “Monstruosidade que suscitava espanto e acarretava suplícios?” (FOUCAULT, 1982, p.1). Nem sempre.

A antiguidade e o medievalismo trataram a questão de diferentes formas, produzindo um riquíssimo conjunto de jurisprudência sobre o tema, em certa medida, consonantes. Hermafrodita era aquele que nascia com os dois sexos equivalentes, cabendo aos padrinhos decidir, no momento do batismo, aquele a ser seguido. E quando adulto, próximo ao casamento, o sujeito poderia decidir sobre o sexo de sua preferência, independentemente do que lhe fora atribuído, cabendo-lhe conviver com essa escolha sem mudá-la mais.

Com “as teorias biológicas da sexualidade, as concepções jurídicas do indivíduo, as formas de controle administrativo do Estado” (FOUCAULT, 1982, p.2) paulatinamente alteraram esse cenário, impedindo o sujeito de coabitar dois sexos. Deve-se conhecer e determinar o verdadeiro sexo. Verdade, portanto, determinada extrinsecamente, para revelar uma verdade intrínseca. Como se tratava de se conhecer a alma e as concepções de Paracelso (1972) ainda ecoavam na modernidade, não seria possível a um corpo possuir duas almas, visto que o homem e a mulher têm particularidades anímicas indissociáveis.

No bojo da determinação dessas verdades, os comportamentos passam a ser cada vez mais examinados. O maior vigor ou o calor já não são suficientes para aferir a qualidade e a predominância de um sexo sobre o outro, e as condutas tornam-se as principais evidências para essa análise. Os métodos, as técnicas e os instrumentos, dessa maneira, também foram alterados. As mãos que aferem o calor, como em Duval, e os olhos que medem as proporções, como em Riolan, já não são suficientes. É preciso produzir outras ferramentas para esse novo campo de investigação, instrumental suficientemente capaz de conhecer as disposições anímicas, que até mesmo o sujeito é incapaz de conhecer.

Além disso, é possível que ele queira ludibriar o investigador, para fazer prevalecer a vontade sobre a verdade, pois as condutas imorais e antinaturais, exemplos de lascívia e concupiscência carnal, raramente podem ser consideradas para se determinar a verdade. Pouco a pouco as amarras sobre a sexualidade vão produzindo uma nova forma teratológica, não mais representada nos tubos de ensaio, mas de natureza definível somente no âmbito da ético e da moral.

O próximo capítulo tratará desse novo olhar sobre o monstro, que busca cada vez mais perscrutar a dimensão anímica dos seres, da subjetividade. O corpo, transcendendo os limites da pele, projeta-se numa interioridade sem fim, ocultando muitas vezes a verdadeira natureza que a todos engendra, ao mesmo tempo em que a expressa em sinais particulares. Novas técnicas serão necessárias para ler os sintomas desse novo sujeito, visto como dissimulado, mentiroso, facínora, ultrajante e maldito. Da posição de ser, na taxonomia da filosofia natural, torna-se o sujeito para as ciências do homem.



CAPÍTULO III- O DESENCANTAMENTO DOS MONSTROS

DEMÔNIOS DO JUDAÍSMO. Durante o século XVIII a demonologia judaica viu-se povoada de intrusos latinos, franceses e alemães, que acabaram por confundir-se com os que registra o *Talmude* (BORGES, 2000, p.184).

No percurso realizado no capítulo anterior, foi possível sondar, sucintamente, apesar do vasto material produzido sobre a temática, embora pouco em Língua Portuguesa, algumas mutações da noção de monstro. Essas balizadas serão revisitadas na modernidade, que paulatinamente desloca a sensibilidade marcada pelo terror e fascínio diante do prodígio, para o lugar da curiosidade e experimentação científicas. O presente capítulo, destaca alguns elementos dessa passagem, que resulta do desencantamento das formas teratológicas, e direciona-se para a criação de monstros morais, acompanhando a inserção de novos elementos úteis ao exame. Retomar esses elementos tornou-se, ao decorrer da pesquisa, indispensável para desatar os nós que formam a biopolítica da teratologia.

A obra *La science des monstres*³⁸ de Étienne Wolff (1948, p.09), considerado por Courtine (2017) como a passagem da antiga ciência dos monstros para a teratologia científica, é aberta com “*On a commencé par décrire des monstres, on sait aujourd'hui les reproduire, on peut créer des formes nouvelles, inconnues jusqu'à ce jour*”³⁹. O que inicialmente limitava-se à observação e descrição passou, com o avanço da biologia, a ser um campo de criação.

Colocada em seu contexto histórico, a frase acima adensa-se. Durante o período em que viveu em um cativeiro, o embriologista Étienne escreveu-a nos primeiros anos da Segunda Guerra Mundial. Quantos monstros esse período resgatou, criou, afligiu e desolou? Temendo não sobreviver a ela, resolveu registrar nesse livro os estudos

³⁸ Tradução livre da Língua Francesa: A ciência dos monstros.

³⁹ Tradução livre da Língua Francesa: “Começamos descrevendo monstros, agora sabemos reproduzi-los, podemos criar novas formas, desconhecidas até hoje”.

realizados em parceria com outros cientistas, desenvolvidos até o início da década de 1940. Para isso, empregou uma linguagem acessível, destituída de termos técnicos, o que pode ser verificado desde o título.

Reconhecendo a origem latina do termo monstro, Wolff (1948) destacou o sentido relacionado ao verbo mostrar. Os seres anormais tiveram o estranho poder de despertar fascinação e horror, admiração e repulsa. Pela influência direta da religião, particularmente a cristã, as deformidades resultariam da ação de seres sobrenaturais. Isso teria impossibilitado o estudo desses sujeitos, pois o mesmo olhar que se dirigia à curiosidade da imagem aberrante, enclausurava-se nos limites por ele imposto.

Cabem aqui alguns questionamentos ao autor. Aprofundando-se na etimologia latina, remetendo ao tratado romano de Marco Túlio Cícero (106–43 a.C.) *De Divinatione*⁴⁰ (44 a.C. /1923, p.426), o orador questiona o pensamento dominante em Roma quanto ao papel dos prodígios nas adivinhações:

*Res mirabilis, propterea quia non saepe fit; sed si fieri non potuisset facta non esset. Atque hoc contra omnia ostenta valeat, numquam quod fieri non potuerit, esse factum; sin potuerit non esse mirandum. Causarum enim ignoratio in re nova mirationem facit; eadem ignoratio si in rebus usitatis est non miramur*⁴¹.

A adivinhação era, na Antiguidade Clássica, uma das formas de contato dos homens com os deuses. Os prodígios indicavam os sinais da vontade divina sobre o destino humano, desde assuntos íntimos, até os referentes à cidade. Cícero (44 a.C.), no entanto, questiona a identidade na natureza. Para ele não haveria antinatureza ou exceções a ela, e todos os seres seriam, desse modo, uma de muitas expressões. O problema quanto aos prodígios repousaria na ignorância das pessoas em relação a eles. Da dificuldade em compreendê-los alimentava-se a crença na interferência dos deuses sobre o mundo. Incompreensão precedida de tradição.

A limitação em se estudar esses seres, anteriormente ao surgimento da biologia, não estava, ao contrário do que dissera Wolff (1948), nos preceitos e preconceitos advindos da religião cristã. Como foi possível observar no capítulo anterior do presente trabalho, o cristianismo participou efetivamente, dentro da proposta teológica, com

⁴⁰ Tradução do Latim: Sobre a adivinhação.

⁴¹ Tradução do Latim de Beatris Gratti (2009, p.127): “Fato admirável, porque não ocorre com frequência; mas, se não pudesse ocorrer, não teria ocorrido. E isso pode valer contra todos os prodígios, nunca ocorreu algo que não poderia ocorrer; se poderia, não deve causar espanto. Pois a ignorância das causas num fato novo causa espanto; se há a mesma ignorância em fatos ordinários, não nos espantamos”.

intervenções, e procurou manter e problematizar o caráter divino dessas criaturas. Ele lançou luz sobre esses seres, para escondê-los nas sombras dos calabouços e masmorras, a fim de melhor esquadrihá-los e controlá-los.

Com o esgotamento da Idade Média, os monstros divinos ou malignos que habitavam as penumbras dos porões subterrâneas passaram a ser incorporados pela nova organização econômica e social. E se, anteriormente escondidos, lentamente, foram expostos nas ruas e feiras nascentes, pois passaram a ser utilizados como mercadoria.

Viajando pela Suíça, Alemanha e Itália, Michel de Montaigne (1533-1592) deparou-se com uma criança monstruosa. Os pais desfilavam com o garoto de cerca de quatorze anos de idade, mostrando-o aos transeuntes em troca de alguma ninharia. Ele estava unido pelo tórax, entre os mamilos e o umbigo, a outra criança que possuía apenas partes do corpo. Com o ceticismo que lhe era peculiar, Montaigne (2006), interpreta ironicamente a criança como um prognóstico favorável ao rei, que deveria manter unido as várias partes do Estado sob a mesma lei. Por tratar-se de um prognóstico dirigido ao passado, este seria, de antemão, desnecessário.

Mencionando Cícero (44 a.C.), o cético chama a atenção para aqueles nomeados de monstros. A imensidão da natureza compreende formas infinitas e as figuras surpreendentes têm relações ainda desconhecidas pelo homem. “*Whatever falls out contrary to custom we say is contrary to nature, but nothing, whatever it be, is contrary to her. Let, therefore, this universal and natural reason expel the error and astonishment that novelty brings along with it*”⁴² (MONTAIGNE, 2006, p.1). A natureza não deveria ser confundida com o costume, e a novidade não deveria levar ao engano e ao assombro. Essas asseverações nascem do contato que ele teve em suas viagens com sujeitos, até então, vistos como criaturas aberrantes.

Wolff (1948) retira convenientemente de seu livro as conclusões de Montaigne e as observações de Cícero, para indicar o espanto geral presente até o século XIX. Para o médico, a anatomia comparada e a fisiologia descritiva, cujo marco seriam as obras de Étienne Geoffroy Saint-Hilare (1772-1844) e Isidore Geoffroy Saint-Hilare (1805-1861), pai e filho, teriam estabelecido os parâmetros da teratologia, como: história das coisas extraordinárias.

⁴² Tradução livre da Língua Inglesa: “O que quer que caia contrário ao costume, dizemos que é contrário à natureza, mas nada, seja o que for, é contrário a ela. Que, portanto, essa razão universal e natural expulse o erro e o espanto que a novidade traz consigo.”

No intervalo entre abjugar o monstro dos alçapões para enclausurá-lo no vidro de Béquer, há uma mutação social, tanto em relação à concepção teratológica como nas marcas que ela deixou na cultura, particularmente na ocidental, que excedem a taxonomia e gnosiologia médicas. Wolff (1948, p.15), ao afirmar “*Il semble que l'humanité perde tout sang-froid et entre en transe quand elle se trouve en présence d'un être qui sort de la moyenne ou de la norme*”⁴³, aponta a essa suspeita. A dirige, todavia, à cultura, razão porque acaba por reduzir a teratologia à embriologia.

Há, não obstante, na redução operada por ele, uma positividade. Relendo os trabalhos de Étienne e de Camile Dareste (1822-1899), Wolff (1948) deparou-se com as primeiras experiências no campo da teratologia, realizadas com ovos de aves. Dareste buscava produzir novas formas, com características previamente projetadas, sem correspondência àquelas produzidas naturalmente. Ou seja, ele acreditava que os monstros poderiam ser criados por vontade humana e pela intervenção da ciência. *Elles montrent qu'il est possible de produire des monstres en intervenant "du dehors"*⁴⁴ (WOLFF, 1948, p.19. Destaque no original). As criaturas fantásticas deixaram de ser o resultado dos desígnios divinos ou malignos e passaram a poder ser, também, produzidas pela vontade dos homens.

Essa seria a maneira da ciência impulsionar a ordem da natureza na direção do desenvolvimento a ela intrínseco. O darwinismo havia mostrado como o evolucionismo e a seleção natural perpetuam ou restringem a manutenção das espécies. Nesse jogo, onde os seres só podem ser pensados em uma dinâmica interativa de concorrência e cooperação, a mutação é indispensável à sobrevivência. Desse modo, Dareste prendeu-se à ilusão do controle programado das mutações, como se a natureza tivesse por obrigação seguir nos trilhos por ele assentados, o que não era compartilhado por Wolff. *De ce point de vue, Wolff conclut que les monstres ne sont que des tentatives pour rejoindre le développement normal, un essai de régulation qui s'est révélé tardif, incomplet ou non efficace*⁴⁵ (VAGELLI, 2018, p.248).

A teratogonia, estudo acerca da criação experimental de monstruosidades, podia instigar a natureza ao desvio, mas não era capaz de determinar a direção ou o caminho

⁴³ Tradução livre da Língua Francesa: “Parece que a humanidade perde toda a compostura e entra em transe quando ela se encontra na presença de um ser que está além da média ou da norma”.

⁴⁴ Tradução livre da Língua Francesa: “Eles mostram que é possível produzir monstros intervindo "de fora””.

⁴⁵ Tradução livre da Língua Francesa: “Desse ponto de vista, Wolff conclui que os monstros são apenas tentativas de retomar o desenvolvimento normal, uma tentativa de regulação que se mostrou tardia, incompleta ou ineficaz”.

que o desenvolvimento perfaria, tampouco gerar a reversibilidade desse processo. Podia-se criar o monstro, mas daquele momento em diante ele estaria por conta própria e a ação científica tornar-se-ia obsoleta para a garantia daquela vida desviada artificialmente. Em outras palavras, pode-se criar o monstro, mas não se pode controlá-lo, como no Frankenstein, obra de ficção científica de Mary Shelley (1797-1851).

É possível concordar com Canguilhem (2012, p.198), que enquanto “o artista da Idade Média representava monstros imaginários, o sábio do século XIX pretende fabricar monstros reais”. Com isso, as causas e leis teratológicas teriam sido desvendadas, mas desde que os seres aberrantes fossem subsumidos às próprias aberrações. Desse modo, a teratologia cria um campo para a experimentação e visibilidade, onde os seres criados são expostos na vitrine da anomalia. Essas imagens representariam a insistência do patológico em resistir à normalidade e, por isso, deveriam ser postos em outro mostuário: “Retirem o impedimento e vocês obterão a norma” (CANGUILHEM, 2012, p.198).

O acúmulo dessas experiências possibilitou, nas décadas anteriores à Segunda Guerra, arquitetar monstros compósitos. Esse feito, para Wolff (1948), teria diluído o mistério em torno do tema e garantido a sobriedade científica nas pesquisas teratológicas. Avançando para além do campo da embriologia, com a percepção de que essas criaturas poderiam ser criadas em frascos de Becker, abre-se margem para uma reflexão: assim como nos laboratórios, os monstros poderiam ser produzidos em outros campos, como o criminal, o político e o social? Ou em campos geográficos mais restritivos e insólitos, como o de Auschwitz-Birkenau, Treblinka e nas Gulags?

A opção feita pela embriologia em relação à teratologia, embora Wolff (1948) refira-se a essa ciência como sendo a história de coisas extraordinárias, reduziu a verdadeira biografia dos monstros à série de gravuras inanimadas que compuseram os livros de anatomia e fisiologia daquele período, até os dias atuais.

As fascinantes curiosidades suscitadas pelas deformidades do corpo, a crueza dos tratamentos que lhes eram infligidos, os horrores e aflições que elas inspiravam, as exposições que as colocavam em cena, as formas de comércio que ocasionavam, numa palavra, toda esta parte obscura da sensibilidade e de práticas que cercavam a presença dos monstros humanos na sociedade tradicional tendem a apagar-se aqui por trás de uma história de discursos científicos (COURTINE, 2017, p.487).

Cada vez mais reduzidos a seus corpos, com os corpos restritos às anomalias anatômicas e essas a processos intrínsecos básicos, a racionalidade médica transformou

as vivências em uma metáfora experimental. Algo semelhante também será feito pela psiquiatria, psicologia e áreas criminais, embora com algumas considerações psicossociais

Nessa história, de desencantamento, contam-se os avanços da racionalização e medicalização das percepções do monstro e não se fala da sensibilidade a que a vida deles despertava, nem a questão que essas existências traduziram, enquanto confrontações à norma. Isso, contudo, não significou que séculos de produção supersticiosa se prostrassem a algumas décadas de estudos empíricos, como se a ordem do espírito científico tivesse moldado a matéria caótica da natureza. A força trazida pela imagem do monstro ainda ressoava, mesmo sob tempos de empiria.

Essa ascese do olhar projeta, naquilo que representa, às vezes sem confrontar a própria consciência, fantasias, para tentar desacreditá-las por meio do rigor científico. Muda-se então a lente da verdade teológica, oriunda da herança antiga e medieval, para as das superstições e curiosidades sedimentadas e fossilizadas sob os rótulos de conhecimentos das áreas médicas e jurídicas. Essa secularização do olhar, diferentemente da conclusão de Wolff (1948) quanto a inaugurar uma teratologia verdadeiramente científica, amputou a vida ao reduzi-la às formas orgânicas, e as vivências, ao restringi-las ao campo da moralidade.

Coincide com esse apagamento a propagação cada vez mais irrefreada de certos aspectos, para compor inventários e catálogos recheados de seres, outrora, prodigiosos.

Uma verdadeira epidemia de monstruosidades estende-se pela Europa, particularmente na Itália e na Alemanha, por volta do fim do século XV e começo do século XVI, propagada pelos desenvolvimentos tecnológicos da imprensa e estimulada por um despertar do olhar curioso. Uma vez que os monstros abandonam as margens do mundo conhecido para vir frequentar seu centro, uma curiosidade febril estimula os círculos cultos, no curso do século XVI, a coligar relatos e imagens de monstros nos tratados de Rueff, Licostenes, Boaistuau, Paré, e a povoar os primeiros laboratórios de curiosidades, de organismos monstruosos (COURTINE, 2017, p.489-490).

Esses livros, repletos de histórias ficcionais, eram formulados como coleções que outorgavam aos detentores a reputação de sábios e de relicários, e por isso acumulavam tanto valor monetário como poder sacro a quem os possuísse. Com o advento da imprensa seguido da criação de oficinas médicas, posteriormente chamadas laboratórios, a

referência ao sagrado deixou de ser necessária, e passou-se ao processo de sacralização da ciência.

No século XVI, os registros sobre monstruosidades se avolumaram e preencheram páginas inteiras dos folhetins nascentes, com histórias duvidosas, onde se retratavam relatórios policiais e médicos, memórias autobiográficas, histórias inventadas ilustradas com gravuras diversas de corpos multiformes. Superstição e ciência complementavam-se para saciar a curiosidade amedrontada, ainda refém do medievalismo e das Reformas (COURTINE, 2017).

O assombro, sentimento característico da sensibilidade medieval, pouco a pouco, torna-se curiosidade e desejo de observar, de consumir com o olhar, de possuir como item para coleção. A presença repentina e inesperada de um monstro, ainda que perseguida pelos olhares curiosos naquele período, inicialmente suspendia o discurso e era, por si, uma linguagem. Segundo Courtine (2017), com as novas formas de convivência trazidas com o Classicismo e com a ampliação da produção e do comércio, as impressões causadas por esses seres entraram na dinâmica mercadológica. Daí a necessidade de se investir em imagens aberrantes, a fim de serem consumidas.

Os folhetos, tomando um exemplo anacrônico, tratavam-se de uma espécie de jornalecos dos tempos atuais, que prosperaram nos séculos XVII ao XVIII. Neles relatavam-se crimes, sacrilégios, homicídios variados, duelos e as punições públicas que esses atos obrigavam; além de catástrofes naturais e sobrenaturais, bruxarias, histórias assombrosas e monstruosas. Dessas histórias inaugurou-se um gênero literário: o monstro-impresso (COURTINE, 2017). Aos poucos, a possibilidade de se escrutinar e examinar o corpo do outro, comparando-o aos impressos em folhetins, a fim de averiguar se se trata de um monstro, tornou-se uma prática comum, entre cultos e populacho.

De folhetins a brochuras, a extensão do alcance dessas histórias cresceu em conformidade à alfabetização e transformou-se em itens de coleção. Fidalgos e burgueses letrados acumulavam o material, da mesma forma que eruditos, para retratá-los em compêndios e tratados especializados. A reprodução do material, na maioria das vezes, dava-se sem alteração. “As compilações de Rueff, Paré, Boaistuau, Lieti e muitos outros, muitas vezes aumentadas e reeditadas no curso dos séculos XVI e XVII, elas mesmas divulgam essas ficções populares nas bibliotecas do público culto” (COURTINE, 2017, p.495). O tratamento dado às coleções de materiais tinha, no entanto, valor empírico. A mescla de ficção, com as primeiras observações científicas, prevaleceu até o século XIX.

Essa literatura científico-fantástica obedecia a algumas regras. Primeiramente, cada relato era precedido de uma imagem. A ilustração teria de abarcar tanto o caráter profético, como destacar a ênfase de dada marca no corpo, devendo ser, portanto, um espetáculo (*monstrare*) e um sinal divino (*monere*)⁴⁶ condizentes com o momento histórico-político em que se vivia e onde a imagem estaria representada. Em segundo lugar, o monstro não precisaria ter um referente ou verossimilhança na realidade. A mesma prancha poderia representar monstros diferentes, segundo a história almejada. Essa aparente confusão significava mais do que o efeito da superstição religiosa, pois ainda hoje tem sido amplamente empregada em contextos característicos, na atualidade. Por mais diversa que fosse daquela impressa nos folhetins, a imagem testemunhava a verdade subversiva, inventada nas historietas: a maravilha que ofuscava, confundia e legitimava o interesse de olhar (COURTINE, 2017).

Entre o ofuscamento e a legitimação passaram-se quatro séculos. Nesse processo, o monstro sofreu mutações produzidas pelo comércio, pela literatura e pelas ciências médicas e jurídicas, para torna-se monstruosidade. Alvo dos olhares populares pelas características acima apontadas, o monstro transformou-se em uma experiência e forma de vivenciar a realidade e a fantasia. De um lado, tornou-se espetáculo comercial, nos folhetins, feiras e circos; e de outro incorporou-se à subjetividade, por meio das fantasias e do domínio da moralidade, sob o olhar vigilante da consciência, para o governo de si e dos outros.

Chega-se, desse modo, à diferenciação entre o monstro e a monstruosidade. Ao contrário do que possa parecer, embora a segunda derive da primeira, tratam-se de experiências diversas. Enquanto o monstro ocupava no medievo a imprevisibilidade, como expressão do maravilhoso, no campo da regularidade do milagre, o monstruoso, trazido às luzes, tem o poder de assombrar, abolido. “Portanto, o monstruoso é a substituição dos monstros reais pelos monstros virtuais concebidos em um universo de sinais” (COURTINE, 2017, p.499). Construído em forma de imagens e enredos, o monstro é barrado pelo desejo de se conhecer o monstruoso e suas facetas. Esse desejo foi, não obstante, histórico e convencionalmente gestado.

A expressão cultural popular dos séculos XVI e XVII comportava regras para a composição das histórias teratológicas. Sobre isso, indaga Courtine (2017, p.499) acerca dessas construções imaginárias produzidas discursivamente para retratar monstros

⁴⁶ Tradução livre do latim: Mostrar; advertir.

longínquos: “Como é que as folhas ocasionais constroem a imagem do que ninguém jamais viu?” e “Por que razão seu público reconhecia espontaneamente figuras monstruosas que ninguém jamais tinha observado?”.

Antes de expor os princípios de fabricação da monstruosidade, vale uma ressalva ao autor. Seus questionamentos pautam-se na afirmação de que esses seres jamais teriam sido vistos. Entende-se aqui, que não seria possível afirmar isso, pois a percepção imagética constrói-se em conjunto com outros processos psicológicos, dos quais, a imaginação e a emoção participam ativamente. Sendo assim, é possível enxergar formas, sentir odores ou ouvir sons que não têm caráter de existência compartilhada, mas habitam a fantasia do artífice e formam, do ponto de vista individual, uma experiência pessoal e cultural vívida, verdadeira e real.

Nesse sentido, o temor infantil ocasionado pelo escuro pode ser um exemplo. A criança não teme propriamente a escuridão, e sim o que se esconde em suas sombras. Os entes se esgueiram pelas trevas e a realidade deles pode ser aferida por aquilo que produzem: a sensação de medo. Resultando em taquicardia e vasoconstrição periférica, os hormônios simpaticomiméticos e neurotransmissores instigam à formação de imagens monstruosas, para promover a resposta de fuga (CANTERAS, 2003). A criança acredita, desse modo, tê-las visto concretamente, a ponto de poder descrevê-las em detalhes. Essas descrições são delineadas com os matizes e formas culturais que constituíram a subjetividade dela, em suas experiências e vivências intra e intersubjetivas.

Afirmar que a criança viu na escuridão o que não existe, aligeiraria a questão. Do mesmo modo, como questionar a realidade produzida pelo olhar, ou objeto deste, naquela população dos séculos XVI e XVII?

É possível concordar com Courtine (2017, p.499) acerca da “hibridação”, como um princípio para a fabricação do corpo monstruoso, quando se parte da sensibilidade e mentalidade culturais da época. É, portanto, uma questão cultural e não de realismo filosófico⁴⁷. Além do corpo humano, a composição deveria conter algo da ordem da animalidade, em uma imbricação do bestial com o homem, sob regras de distribuição e repartição definidas. A bestialidade deveria ocupar a periferia do corpo, em cujo centro

⁴⁷ Em filosofia, uma das acepções para “Realismo” é o nome da atitude que segue os fatos “como eles são”, sem tentar sobrepor interpretações que os distorcem ou sem aspirar a violá-los por seus próprios desejos”. MORA, José Ferrater. Realismo. In. **Dicionário de filosofia – Tomo II, L – Z**. Editora Sudamericana: Buenos Aires, S/d., p. 538.

perseveraria o humano. Nesse núcleo, poderiam ser somadas novas periferias, sem comprometer, contudo, a aparência humana.

A periferia poderia equivaler às formas do corpo simétrico, onde o número de membros estaria multiplicado ou subtraído. Tratava-se, pois, de um jogo de profundidade e superfície, onde a periferia serviria de base à interpretação do centro. A cabeça e membros de animais ligavam o monstro às características psicológicas atribuídas a eles. Chifres, pés de cabra, focinho de raposa, dentre outros, admoestavam quanto à personalidade duvidosa da personagem monstruosa. Poderiam, também, ser atribuídos sons de animais às falas, como sibilar, rosnar, bezoar, grasnar ou uivar.

Outro aspecto, parcialmente representado pelas imagens de animais, dizia do componente anímico dos monstros. Essas figuras nem sempre estavam refletidas nas ilustrações, mas compunham o bestiário dos jornais daquela época, em forma de biografias, processos criminais e condenações. Retratadas como monstruosas, essas histórias compunham outro tipo de hibridação, onde o corpo nem sempre traduzia a anomalia desses seres, disformes na alma (COURTINE, 2017).

Hibridação, centro e periferia, excesso e falta, profundidade e superfície, corpo e alma formavam os componentes estéticos para a fabricação das monstruosidades. Esses arranjos, rearranjos e classificações moldaram, pouco a pouco, a sensibilidade cultural em relação ao monstro, que deixou de terrorizar para instigar a curiosidade, no universo de um medo adestrado e disciplinado. Por fim, o monstro foi transformado no incomum familiar, que para ser reconhecido precisava corresponder a critérios estéticos formulados previamente na e pela cultura.

Nas palavras de Courtine (2017, p.501), pode-se concluir disso:

Antes de mais nada, que a confecção dessas ficções é obtida pelo jogo de uma dupla série de operações: uma realizando distorções sistemáticas da figura humana, a outra imbricando nela traços não humanos. O que chamamos acima de monstruoso é o duplo produto de uma desfiguração humana, assim como de uma supressão e de um transplante de representação de órgãos não humanos. O que levanta de imediato a questão da origem, de um lado, e, de outro, da posteridade dessas representações.

Concordar com a conclusão de Courtine (2017) leva, seguindo o mesmo trajeto do autor, a discordâncias em relação a ele. A iconografia do universo dos monstros, ainda que restrita ao trajeto de pesquisa feito pelo autor, a seus corpos, não se limitava à

estetização da aparência. O corpo monstruoso, mais do que um simulacro compósito de representações bestiais, era ele mesmo capaz de agir e modificar, em certos casos, à força, pessoas e comunidades. O assombro advindo dos gestos, potencialmente violentos e criminosos desse corpo, resultava tanto da estetização representada nas gravuras e historietas ficcionais, como da ação real transcrita em processos judiciais, alguns deles publicizados nos folhetins. Os monstros que Courtine (2017) afirmou não terem sido vistos por ninguém, habitavam ou rondavam as cidades e, eventualmente, tinham seus rostos estampados nos jornais.

Para percebê-los, no entanto, necessita-se de outro prisma diferente do privilegiado pelo autor, que foi o médico-estético. Para visualizar esses monstros, embaralhados aos compósitos de animais e humanos, dever-se-ia empregar a lente jurídico-psicológica. Igualmente sinaléticos da desordem, ao serem submetidos às Luzes, esses seres rastejaram entre os escombros da religiosidade até serem, nos séculos seguintes, capturados pelos hospitais e manicômios judiciários. Os estigmas característicos da condição monstruosa, imperceptível no corpo, estavam flagrantes na alma, em uma noção mais atual, na subjetividade.

Essas marcas anômalas estampadas na alma-subjetividade funcionavam como uma maneira de trazer à memória o castigo infringido àqueles que se comportam de maneira hedionda. Os folhetins eram, desse modo, peças de reposicionamento, conquista e reconquista da doutrina cristã, na direção das mentalidades populares. Uma forma secular de divulgação do religioso às massas. Caso não fosse fisgado pela imagem ou pela ficção, seria pelo relato do crime.

O monstro, não obstante, transcendeu a representação que se lhe impunha e continuou, apesar da domesticação imposta a sua imagem, a assombrar e a suscitar uma curiosidade diversa à impulsionada pela ciência, pertencente talvez, ao campo criativo da fantasia. Dois exemplos podem ser trazidos nesse sentido. Um do fim período Medieval e que despertou grande interesse dos estudiosos da época, e outro, do Iluminismo, que influenciou as concepções modernas sobre delinquência e monstruosidade moral.

3.1 Trevas e Luzes: A monstruosidade de Gilles de Rais

Entre as figuras que passaram a habitar o imaginário popular, sobretudo o francês, ao fim do medievo, está a de Gilles de Rais (1404-1440), mais conhecido como Barba

Azul. Espécie de herói antimoderno, esse facínora foi retratado, vários séculos depois, pela escritora e psicanalista Elizabeth Roudinesco, e pelo filósofo e escritor Georges Bataille (1897-1962), cada um olhando e analisando por perspectivas diferentes a vida e a morte de Gilles. Enquanto Roudinesco (2008) destacou a parte obscura e perversa de Rais, Bataille (1991) analisou, momento a momento, o processo condenatório que culminou com a condenação de um pusilânime. Ambos, entretanto, concordarão com o aspecto pueril do personagem.

Em que os crimes de Gilles diferenciavam-se dos demais, para fazê-lo marcar as memórias de seus contemporâneos até chegar aos dias atuais? Essencialmente, conforme os dois autores, em nada. Os seus, ao contrário de muitos, foram investigados, registrados, analisados, divulgados e vendidos, de forma a fazer dele um dos símbolos máximos do criminoso a ser temido, naquela e em outras épocas. “*Gilles de Rais owes his lasting glory to his crimes. But was he, as some affirm, the most abject criminal of all time? In essence, this speculative affirmation is barely defensible*” (BATAILLE, 1991, p.11)⁴⁸. Próprio à espécie humana, o crime tem um aspecto secreto e oculto, que evita ser posto sob a luz. “*On the night marked out by our fear, we are bound to imagine the very worst. The worst is always possible; and also, with crime, the worst is the last thing imaginable*” (BATAILLE, 1991, p.11).

Operando sobre a imaginação, onde a possibilidade do pior faz-se constantemente presente, os crimes de Rais não foram escondidos, mas divulgados. “*Crime, obviously, calls for night; crime would not be crime without darkness, yet — were it pitch dark — this horror of night aspires to the burst of sunshine*” (BATAILLE, 1991, p.13). Parte da divulgação deveu-se ao fato de tratar-se de um membro ilustre da fidalguia francesa e notório soldado da cavalaria. Iniciado no crime por seu avô materno, Gilles tornou-se o seu único herdeiro e, com a herança, lançou-se às festas feéricas e às bebedeiras tresloucadas. Com os excessos, dilapidava a fortuna acumulada pelo avô, por meio de embustes e brutalidades premeditadas. “*À avareza de um sucedia portanto a prodigalidade do outro*” (ROUDINESCO, 2008, p.35).

⁴⁸ Tradução livre da Língua Inglesa: Gilles de Rais deve sua glória duradoura a seus crimes. Mas ele foi, como alguns afirmam, o criminoso mais abjeto de todos os tempos? Em essência, essa afirmação especulativa dificilmente é defensável.

Idem. Na noite marcada por nosso medo, somos obrigados a imaginar o pior. O pior é sempre possível; e também, com o crime, o pior é a última coisa imaginável.

Idem. O crime evidentemente evoca a noite; o crime sem a noite não seria crime, porém, embora escuro como o breu, o horror da noite aspira ao brilho do sol.

Na raiz da inversão complementar, da avareza à prodigalidade, criaram-se as circunstâncias em que Rais alimentou o gozo pelo crime. Influenciado grandemente por seu avô, tornou-se um soldado brilhante, lutando ao lado da jovem Joana d’Arc (1412-1431). Em combate, desfrutou o gosto mórbido da morte e os prazeres dos despojos, além dos êxtases em ser aclamado a cada vitória. Chegou a ser declarado marechal da França, o que lhe rendeu grande quantidade de dinheiro. A companheira de combate, porém, apesar de ser bastante jovem e ainda virgem, foi condenada à fogueira por heresia, apostasia, idolatria e por ter envolvimento sexual com o Diabo. Em 1920, cinco séculos mais tarde, foi canonizada pelo papa Bento XV.

Com a morte do avô e de Joana d’Arc, Gilles faz do crime a meta de vida. Cidade após cidade, pilhava-as e tomava as crianças, com o pretexto de cuidá-las; outras eram sequestradas e desapareciam, sem que os pais tivessem quaisquer notícias. Ao roubá-las, Gilles impunha-lhes as mais terríveis sevícias:

Retalhava os corpos, arrancava os órgãos, corações sobretudo, dando-se ao trabalho de sodomizá-las na hora de sua agonia. Frequentemente, tomado pelo furor, usava seu membro ereto para esfrega-lo contra os ventres dilacerados. Era quando entrava numa espécie de delírio no momento da ejaculação. Preocupado com a estética e a perfeição teatral, escolhia as crianças mais bonitas – meninos de preferência -, fazendo-se passar por seu salvador e atribuindo o vício a seus lacaios. Assim, obtinha as mímicas desejadas (ROUDINESCO, 2008, p.37-38).

Quando atingia o ápice da loucura, Gilles rachava o crânio das crianças e, em transe, invocava os demônios transmutando-se em “dejeito, sujo de sangue, esperma e restos de comida” (ROUDINESCO, 2008, p.38). Às sombras das conquistas com Joana, ele fechou-se na própria fortaleza para desfrutar de glória aberrante, coroando-se da morte e sofrimento alheios. Transformado em monstro sacro, ele queria as glórias de outrora e, almejando superar as vilanias do avô, tornou-se o símbolo do crime.

Ao contrário de como passou a ser associado, sendo considerado sinônimo de sedução, perspicácia e engenhosidade, Bataille (1991), ao estudar o processo de Rais, descreve-o como infantil, covarde e sem astúcia, a não ser para o combate armado e para a degeneração. A necessidade de desfrutar das antigas honrarias, ter-lhe-ia impulsionado aos atos abomináveis que cometeu. Dilapidar a riqueza, convencido de que se aproximaria do Diabo, e de que ele próprio expressava, de algum modo, um ente divino, só o fez pauperizar e tornar-se mais perdulário.

*His tragedy is that of a Doctor Faust, but an infantile Faust. Before the Devil, in fact, our **monster** trembled. Not only did the Devil — our criminal's last hope — leave him trembling like a leaf, but Gilles de Rais was ridiculously, devotedly afraid of him. The Devil reduced him to begging. The **monster** was covered in blood, but he was a coward* (BATAILLE, 1991, p.16. Destaques do autor)⁴⁹.

Apesar das invocações e oblações, Bataille (1965) relata que o Diabo nunca visitou o marechal. Em 1439, o rei francês Carlos VII (1403-1461) promulgou a ordem que impedia a contratação de mercenários para a guerra, substituindo-os pelo exército regular submetido à hierarquia. Nesse cenário, não havia mais espaço para os sicários, como Gilles de Rais e, preservando nos crimes a que estava afeito, ele acabou por ser sentenciado à morte. Durante o julgamento, tendo inicialmente se declarado inocente, acabou assumindo as centenas de assassinatos que praticou na companhia de outros soldados, ex-fidalgos e amigos seus. Afirmou, conforme Bataille (1991), ter agido sozinho, sem qualquer auxílio, e ter sido guiado apenas pelas próprias inclinações, no intuito de livrar os comparsas, da mesma condenação.

Ao fim do julgamento, pediu que suas palavras fossem traduzidas nas línguas populares para serem ouvidas por todos os pais e mães, a fim de que não educassem os filhos na ociosidade. Recomendou que evitassem vinhos quentes, especiarias e toda a sorte de estimulantes. Por fim, implorou pelo perdão de Deus e pela presença daqueles a quem fez sofrer por seus crimes, suplicando que o acompanhassem com cantos, procissões e suplícios por sua alma decadente. Após ser excomungado, Gilles de Rais foi enforcado e queimado. As cinzas foram retiradas das chamas e sepultadas por damas da nobreza, para novamente ser reintegrado à igreja (BATAILLE, 1991).

Ao fim de nove anos de sevícias grotescas, o monstro “de alta linhagem teve direito a um processo mais equânime que o da humilde serva de Deus cujo espectro acompanhara sua vida” (ROUDINESCO, 2008, p.40), e lhe rendera a glória que desfrutou. Enquanto a combatente virgem foi condenada ao opróbrio e ao silêncio, sem ter sido questionada sobre as motivações de suas ações, ao soturno Rais foi dedicada a glória e a fala, com a qual respondeu, em relação aos seus crimes, que não gostaria de ser incomodado com questionamentos acerca deles. A voz de Gilles, entoando cânticos a

⁴⁹ Tradução livre da Língua Inglesa: Sua tragédia é a de um Doutor Fausto, mas um Fausto infantil. Diante do diabo, na verdade, nosso **monstro** tremia. Não só o Diabo - a última esperança de nosso criminoso - o deixou tremendo como uma folha, mas Gilles de Rais estava ridiculamente e devotadamente com medo dele. O Diabo o reduziu a implorar. O **monstro** estava coberto de sangue, mas ele era um covarde.

Deus antes de ser enforcado, absolveu-o de suas dívidas, por meio de uma cerimônia católica

O que explicaria as causas para os atos terríveis de Rais? Enquanto monstro sagrado que passara a ser após o édito real de Carlos VII, nada, a não ser a força dos próprios desejos, a insistência em contatar o Diabo para dele receber dádivas, e a educação recebida pelo avô, tê-lo-iam motivado aos atos horrendos praticados por ele e pelos amigos. O avô, entretanto, guiava-se, ao fim do medievo, pelas condições postas por seu momento: aniquilar para não ser aniquilado. Gilles, em contrapartida, agia por si e para si. Sobre isso diz Roudinesco (2008, p.41):

Ao cometer crimes sexuais – isto é, crimes perversos ou ‘contra a natureza’, crimes vãos e por puro deleite -, que não visavam nem a destruir um inimigo nem a eliminar um adversário, mas sim a aniquilar o humano no homem, Gilles tornara-se agente de seu próprio extermínio. E, a propósito, o espetáculo das crianças sodomizadas, degoladas e imoladas só fazia remetê-lo a seu status de criança pervertida pela lei do crime mas aspirante à graça. O **monstro sagrado** era uma criança, dirá Bataille, isto é, o mais perverso e o mais trágico dos criminosos (Aspas no original).

A experiência de Gilles aponta ao tensionamento em relação às causas para a formação de monstros morais e uma nova ordem de monstruosidades começava a surgir. Seriam elas resultantes da ordem divina e da associação humana com demônios, ou da cultura e da educação, como nos casos de Rais e de seu avô?

Dirigindo a questão ao Período Medieval, obtém-se uma resposta, e ao Iluminismo, outra. No segundo, a ordem divina, ao ser posta para além dos limites da razão, deixou de explicar as causas e os efeitos do mundo. Nesse momento, o universo inteiro foi submetido às leis da natureza e, agora, os homens puderam desatar as antigas amarras “da fé, da religião, da crença, do sobrenatural e da monarquia absoluta, e, portanto, também, das práticas escusas a elas associadas com vistas à salvação da alma: flagelos, suplícios, castigos, penitências, etc.” (ROUDINESCO, 2008, p.42).

Ao deixar de buscar as motivações para a formação do monstro no sobrenatural, começa-se a traçar as linhas que constituirão o antinatural. A inversão possível da natureza, oriunda do retrocesso do desenvolvimento, ou dos resquícios da animalidade ainda presentes no homem civilizado, ou advindos da má educação, poderiam perverter a natureza benevolente do homem. Os conselhos deixados pelo pueril Rais ainda retumbaram pós Renascimento: ojeriza ao ócio e culpa pelas relações sexuais contrárias

às da natureza. Permitir ao corpo desfrutar do gozo seria visto, mesmo por alguns representantes do Iluminismo, como o agente produtor de aberrações morais. Essa, no entanto, não é a posição do filósofo iluminista Donatien Alphonse François de Sade (1740-1814), o marquês de Sade, para quem a própria moral da sociedade seria aberrante.

3.2 Iluminismo de Marquês de Sade e a monstruosidade libidinosa

Na obra de Francisco de Goya (1746-1828), *El sueño de la razón produce monstruos*⁵⁰, de 1799, vê-se um homem exausto deitado sobre folhas de papel, caneta e compasso – filosofia e geometria-, dispostos em uma mesa, onde se inscreve nela o título da obra. Vestido com trajes da época, que remetem a mecenas, ele está cercado por seres noturnos, como corujas, gatos e morcegos, que parecem surgir apenas quando sua razão dormita, e ele não pode mais controlá-los.

Esboçado em preto e branco, a única porção do quadro onde não há seres da noite, à exceção da mesa, é o espaço acima e à esquerda do espectador. Nele prevalece o tom acinzentado. Não há, nesse lugar, monstros, mas eles parecem, pouco a pouco, invadi-lo. Sempre que a razão declina eles retomam seus lugares e, da obscuridade, ressurgem à meia-luz. “*However, an alternative interpretation posits the nocturnal phantasmagorias could also aid the sleeper, because reason alone is monstrous. Understood from this point of view, art cannot be reduced only to reason*” (MAS, 2016, p.20)⁵¹.

Se, de um lado, as Luzes representaram a vitória da razão sobre as Trevas, de outro, a claridade extrema lançada diretamente aos olhos, cega o olhar. Poderia ser essa uma nova forma de enxergar o quadro e questionar: será que a razão exaustiva e cansada não produziria, ela mesma, monstros? Interpretada dessa maneira, a própria razão, solitária e elevada à exaustão, seria monstruosa. Concordante com a segunda interpretação estavam Sade e o grupo de colegas libertinos com quem conviveu enquanto esteve em liberdade.

Incrédulos em relação às asceses e às preocupações com a alma postas pela doutrina cristã, o grupo que ficou conhecido como *Poètes Maldits* – Poetas Malditos-,

⁵⁰ Tradução livre da Língua Espanhola: O sonho da razão produz monstros.

⁵¹ Tradução livre da Língua Inglesa: No entanto, uma interpretação alternativa postula que as fantasmagorias noturnas também poderiam ajudar o adormecido, porque a razão sozinha é monstruosa. Entendida desse ponto de vista, a arte não pode ser reduzida apenas à razão.

entre eles Sade, passou a buscar na insubmissão, rebeldia e libertinagem uma forma de conduta semelhante à de deuses: sem culpa ou limitações – o que também os aproxima da vida dos monstros, posto estarem para além da moral, e na exceção. A paixão pelos excessos do corpo, prevalecendo sobre a razão, orientava esse individualismo barroco, que preferia a ordem natural e famigerada, às recompensas da vida *post mortem*.

Experiência e paixão eram superiores, para eles, aos dogmas e à razão. Nesse sentido, para Delon (1998), quando se ouve no teatro de arlequins de Pierre de Marivaux (1688-1763), influenciador de Sade, que “aquele senhor está apaixonado por aquela senhora é a mesma coisa que disséssemos: o sujeito viu a mulher, sua visão excitou desejos em seu coração, ele arde de vontade de enfiar seu cacete na boca dela” (ROUDINESCO, 2008, p.32).

Como a anunciada busca pela transcendência, prerrogativa do medievalismo, diluiu-se juntamente com a derrocada do feudalismo, reportar-se a Deus deixou de ser a única forma de experimentar os excessos dos sentidos. A busca pelos prazeres assumidos como males, passou a ser a forma de vivenciar todos os desejos, até os mais sombrios e proibidos segundo o conjunto de regras morais da época. Ser humano é, para os libertinos, dar vazão completa e irrestrita às vontades. O radicalismo desse movimento foi uma resposta aos excessos funestos praticados pela Igreja, com suas fogueiras, torturas e Cruzadas, que fizeram dos princípios religiosos uma justificativa para ampliar o domínio político e econômico, para controlar populações por meio do apassivamento e dizimar seus inimigos.

Além disso, essas práticas lascivas e libidinosas eram muito comuns no restrito universo aristocrático, que sob o escudo de suas imensas fortunas, cegava com ouro os olhares dos miseráveis e atraía a indulgência dos religiosos com a simonia. Essa situação, diante das revoluções que se anunciaram, tornou-se insustentável, e esse hábito de vida de uma minoria arruinada do *Ancien Régime*⁵² converteu-se num estilo de vida a uma burguesia ascendente, como apontou Starobinski (1994). E *pari passu* com a invenção da cultura enquanto um processo civilizatório genérico, adveio o tédio por uma existência sem determinações, sufocada pelo livre-arbítrio.

A alma tem suas necessidades, como as tem o corpo, e uma das maiores necessidades do homem é a de ter o espírito ocupado. O tédio que segue em breve a inação da alma é um mal tão doloroso para o homem que

⁵² Tradução livre da Língua Francesa: Antigo Regime.

ele empreende muitas vezes os mais penosos trabalhos a fim de poupar a si mesmo da aflição de ser por ele atormentado... (p.16).

Se numa releitura teológica das tecnologias de governo das consciências, as escolhas estavam determinadas pelos limites colocados pela doutrina cristã, agora, sem a certeza compulsória de figuras divinas, o homem ficava esmagado pelas convenções da liberdade. Séculos de aplicação de técnicas de exame da própria consciência, a exemplo da confissão, até sobre os detalhes mais sutis, adensaram o julgamento introspectivo e escolher tornou-se inócuo, pois se com os deuses ou Deus as escolhas eram inúteis, sem eles, ainda mais, visto que decidir implica sempre em recair em erros, o que, previamente, suscita a culpa pelo engano, como discute Foucault (2006) na *Hermenêutica do Sujeito*.

Esse tédio, seguido de uma culpa impertinente não diz apenas de um estado subjetivo, de um sujeito isolado, mas traduz a realidade, que pode ser lido nos trabalhos artísticos, como os de Sade, e mais tarde, na poesia de Baudelaire (1821-1867). Anuindo com esse pensamento, para Oliveira & Brandini (2015) “o tédio não é apenas um estado mental inferior, é também uma característica do mundo, que se mostra em constante transformação” (p.475). Nesse ambiente de fuga ao tédio e erradicação da culpa, despontaram esses autores franceses, ainda que ambos não fossem contemporâneos, compartilhavam do mesmo clima cultural, e sobretudo, do mesmo ideal libertino.

Segundo Lever (1991), tentando contra o tédio e graças a uma educação orientada pela arrogância e pelo bel-prazer, onde a censura e a consciência eram tratadas como debilidades, desde criança, Sade nutriu uma natureza despótica que somente tiveram vazão pelas palavras que escreveu. Apesar da conduta tirânica e do desprezo pela alteridade, o único crime praticado por ele foi o literário, capaz de desagradar tanto a aristocracia e a monarquia, como a burguesia e a Igreja. Apesar disso, passou 28 anos preso, em três regimes diferentes, sendo trocado de prisão em prisão, em cada um deles. Primeiramente em Vincennes, depois em Charenton e, por fim, na Bastilha, instituições essas que também abrigaram loucos e miseráveis. Sua enfática libertinagem encobria outra característica: a da perversão.

Derivado do latim, emprega-se o vocábulo *perverter* em Português como mudança completa de direção. Pode indicar também derramamento de um líquido ou substância, onde o prefixo ‘per’ indica total ou completamente. Na Língua Francesa, a palavra *perversion* estava registrada desde o século XV. Sua origem deriva do latim clássico *perversio*, criado pelo supino do verbo *pervertere*. A literatura sadiana foi uma

das responsáveis por reinventar a palavra, e ela passou a significar uma decadência completa, um declínio do bem para o mal, no sentido moral. Ademais, a seu sentido fixou-se o sexual e o patológico. Sade perverteu a perversão e, para desse modo, ser o divulgador da inversão à lei moral. Assim, denunciou o pretensão casamento entre natureza e moral, ponto de sustentação do legalismo e da patologização que emergiram com o Iluminismo.

Claro, o universo romanesco de Sade é povoado por grandes feras libertinas – Blangis, Dolmancé, Saint-Fond, Bresac, Bandole, Curval, Durcet -, mas em nenhum momento estes reivindicam qualquer filosofia do prazer, do erotismo, da natureza ou da liberdade individual. Muito pelo contrário, o que põem em ação é uma vontade de destruir o outro e se autodestruir num transbordamento dos sentidos. Em tal sistema, a natureza é claramente reivindicada como fundamento possível de um direito natural, mas sob a condição de que seja apreendida como a fonte de todos os despotismos. A natureza no sentido sadeano é atormentada, passional, excessiva, e a melhor maneira de servi-la é seguir seu exemplo. Sade distorce então o Iluminismo numa “filosofia do crime e a libertinagem numa dança da morte”. Contra os enciclopedistas, que tentam explicar o mundo pela razão e por uma exposição dos saberes e técnicas, Sade constrói uma Enciclopédia do mal fundada na necessidade de uma rigorosa pedagogia do gozo ilimitado (ROUDINESCO, 2008, p.47-48. Destaques no original).

Enquanto a razão seria, nas Luzes, a forma de combater os monstros das Trevas, conduzindo a humanidade à beatitude pela submissão do corpo ao intelecto, o perverso francês instiga a submeter a lei aos ímpetos da carne, devendo ser o desejo individual prerrogativa sobre o social. Nesse sentido, só há um código: o do prazer visceralmente carnal. Nessa propedêutica da fruição dos desejos, não haveria castigo ou mesmo desarrazoamento, pois o destino reconquistado pela vontade lasciva encontrar-se-ia com a libertação e a morte. Desse modo, o gozo do mal é o imperativo moral.

Nessa direção, Foucault (2001) afirma que as imagens monstruosas apareciam em pares complementares nos romances sadeanos. Em *Juliette*, por exemplo, há o acoplamento entre a monstruosidade do poderoso com o populacho, do político com o subversivo, e a cumplicidade de um para com o outro. O monstro não se constitui, nessa obra, como acidente da natureza ou da sociedade, mas como uma autodeterminação pela prática dos excessos. E será o autodirecionamento da conduta, contra a natureza, que poderá fabricar os monstros.

Dessarte, essa posição esclarece que o monstro, derivado do excesso, produz-se na relação com o outro do excesso. Ela é individual, por ser dirigida pela vontade pessoal,

e relacional, pois almeja alcançar o outro e destruí-lo. O monstro afirma o próprio desejo libertino como um superpoder, ao negá-lo ao outro. “Como quer que seja, o poder, o excesso de poder, o abuso do poder, o despotismo, são sempre, em Sade, o operador da libertinagem. É esse superpoder que transforma a simples libertinagem em monstrosidade” (FOUCAULT, 2001, p.126).

Desse modo, produz-se na literatura sadeana uma pedagogia do prazer, para o desenvolvimento e fomentação dos próprios desejos, à revelia do outro, que deve servir apenas como objeto de consecução da fruição. Não se trata, com e contra o ideário Iluminista, de garantir a liberdade, mas de submetê-la aos próprios excessos, para pôr “em ação uma vontade de destruir o outro e se autodestruir num transbordamento dos sentidos” (ROUDINESCO, 2008, p.46).

O prazer sadeano trata de um direito natural universal, onde o crime e a libertinagem enlaçam-se, como no coito. Essa é a resposta de Sade a toda a racionalidade perpetrada pelo Iluminismo e sintetizada pelos enciclopedistas, que buscavam descrever e explicar o mundo, com conhecimentos e técnicas puramente racionais. A Enciclopédia sadeana foi elaborada rigorosa e metodicamente, com o intuito de levar a razão ao sono para, como no quadro de Goya, permitir a evasão de monstros.

Eis por que, ao descrever o ato sexual libertino – sempre fundado no primado da sodomia-, compara-o ao esplendor de um discurso perfeitamente construído. Ou seja, a princípio, o ato sexual perverso, em sua formulação mais altamente civilizada, e mais sombriamente rebelde – a de um Sade ainda não definido como sádico pelo discurso psiquiátrico -, é um relato, uma oração fúnebre, uma educação macabra, em suma, uma arte da enunciação tão ordenada quanto uma gramática e tão desprovida de afeto quanto um curso de retórica (ROUDINESCO, 2008, p.47).

Deve-se salientar que toda a apologia sadeana à perversão foi levada a cabo pelo autor no âmbito da escrita, pois passou grande parte da vida preso e confinado. Sua influência, no entanto, embora tenha encontrado eco em diversos movimentos literários, a exemplo do baudelairiano, não se restringiu apenas a esse campo. A psiquiatria, em parceria com o direito penal, serviu-se dos personagens e comportamentos descritos nos romances de Sade para elaborar modelos de compreensão e diagnósticos das condutas desviantes. Além disso, a medicina higienista viu na libertinagem e nos personagens sadeanos, figuras a serem evitadas, dado o impacto que provocavam na saúde. Sobre isso, produziam-se pesquisas nas áreas médicas a fim de alertar acerca dos males causados pelas práticas devassas.

Na dissertação de um médico português de meados do século XIX lê-se:

A libertinagem, olhada à luz da medicina, é o flagelo que mais corrompe a humanidade. Paixão violenta, seductora aos olhos da mocidade inexperiente, essencialmente devastadora, é a libertinagem a causa próxima de horrorosos estados mórbidos, que aniquillam a vitalidade mais resistente. A philosophia bíblica e o dogma hippocratico erguem-se ao mesmo tempo contra esta aberração do espirito humano, que, gerando as trevas do mundo physico e moral, e collocando a sociedade n'uma posição baixa, miseravel e abjeta, tenta despedaçar todos os élos, pelo quaes sômos ligados á sublimidade, a que temos direito, como a obra prima do Supremo Ser. [...] As idéas materialistas que certos genios atiram ás classes d'uma illustração mediocre, ornadas de estylo attrahente, germinadas no cynismo, e sustentadas á custa da vaidade egoísta ou política ambiciosa, degenerando ainda no crisol da ignorancia da plebe, fecham o segredo d'este problema hygienico. (FAROL, 1865, p.10-11. Mantido o Português original).

Além da advertência de Farol (1865), é possível ver no Dicionário de Psicanálise (1988) o termo sadismo como referência à perversão sexual, geralmente acoplada ao vocábulo masoquismo. Esse termo foi cunhado por Richard von Krafft-Ebing em 1886, para designar comportamentos cruéis, geralmente flagelações, como uma forma de atingir o clímax sexual (ROUDINESCO & PLON, 1998). Também está descrito no DSM-V, o Transtorno do Sadismo Sexual, 302.83, e no CID-10, o Sadomasoquismo, F65.5. Ao englobar na semiologia médica os termos sadiano e perversão, relacionando-os à loucura, buscou-se pela medicina controlar comportamentos indesejáveis e vistos como desviantes.

O espaço aberto pela literatura, apesar da ferrenha perseguição às novelas sadeanas, sobretudo na Era Vitoriana, viu na escrita de Sade um furo, como o olho onisciente de Hórus, deus egípcio, e no Marques, a imagem da criatura inclassificável descoberta em Hermópolis. Esse furo, representado na literatura sadeana pelo ânus, é a porta de entrada para a subversão e ascensão dos apetites, a exemplo do pênis, que ao enrijecer, eleva-se. Neste jogo lúbrico, o ato sexual é a forma de tratar o outro como um mero objeto dentre os demais. Tudo é objetificado e a vitória do processo civilizatório proposto no Iluminismo, transforma-se em declínio da razão e ascenso da materialidade representada pelo corpo.

Pouco importam as qualidades do material, pois elas são apenas características para delinear os objetos, que hora são um peru, depois um anão, posteriormente um eunuco ou um hermafrodita, não importa. Juliette jubilava por ter sido “fodida pelo macaco” e posteriormente pelo “perdigueiro, mas no cu, pelo hermafrodita, pelo eunuco,

pelos dois italianos, pelo consolo de Olympe: todo o restante me masturbou e lambeu, e saí dessas novas e singulares orgias após dez horas dos mais pitorescos prazeres” (SADE apud ROUDINESCO, 2008, p.48).

Se os objetos não importam, a ritualística sim. Sade reaproxima a liturgia religiosa com a formação e transmissão do conhecimento, numa filosofia e pedagogia dos prazeres, onde cada detalhe e prática tem seu momento e lugar. Essa práxis carnal finca os alicerces das antípodas radicais da Lei, subvertendo e pervertendo o contrato social, defendido pelos contratualistas, que para ele devem estar assentados na obrigação à sodomia, no incesto e no crime.

Nessa performance sociopolítica todos podem possuir uns aos outros, e fica proibida a propriedade privada, portanto, interditados os enlaces formais, como o casamento ou o namoro. A possibilidade de unidade fica desfeita, bem como o retorno à totalidade. A materialidade sadeana é a de uma torrente em constante transbordamento, ou seja, a própria perversão. Com esse engajamento literário e filosófico, onde estatui uma ética libidinosa perversa, Sade emprega a *aufklärung*⁵³ para iluminar e conceber uma genuína felicidade no mal. Dessa forma, o francês reconstrói os alicerces da imoralidade colocando nos lugares do pecado e da blasfêmia, o prazer lúbrico e o júbilo no mal. “Assim, as concepções libertinas pertenciam a um mundo lascivo, indecente e atrevido dos primórdios do Iluminismo. Tudo era válido de questionamento, e nada mais seguiria isoladamente e sagrado” (BATISTA, 2016, p.7).

A inserção desse componente maldito, atrelado às condutas sexuais proibidas e funestas, começa a produzir uma nova noção da monstruosidade moral, que é rejeitada e que deve ser evitada a todo custo, para a preservação da sociedade. A própria escrita sadeana agencia determinados tipos morais, como se houvesse na direção da conduta, componentes inatos. Esses traços idiopáticos, presentes nos personagens de Sade, acentuam as “características constantes e imutáveis (mas que, na pena do marquês, se cientificizam, rumo à futura ciência genética), e uma discretíssima noção de transformação” (BARROS, 2012, p.92. Destaques no original).

A intenção sadeana é a de contrapor a natureza inegavelmente monstruosa, quando vista pela ótica da moralidade e das convenções religiosas e sociais, à razão iluminista, que estaria sedimentada na moralização. Dar vazão aos desejos corresponderia

⁵³ Comumente traduzido para o Português como Luzes ou Iluminismo, em referência ao movimento literário, filosófico e político.

às normas do próprio corpo, enquanto tolhê-lo em prol da razão significaria pender à anormalidade. “Mas o fio da anormalidade – que interpela os limites do próprio leitor, já que trata-se de levar ao paroxismo a “vontade de ilustração” – indica que é o próprio elã da racionalidade que leva à virada criminoso” (BARROS, 2012, p.93. Destaques no original). Nesse sentido, controverso em relação às Luzes, o crime e a monstruosidade produzem-se no próprio exercício racional. Em outras palavras, Sade a sua própria tecnologia de exame.

A posição “hiper-revolucionária” de Sade, para empregar a terminologia de Barros (2012), fê-lo ser caçado por todos os lados e em diferentes regimes. Seja no período Monárquico, no Republicano ou no Império, a literatura sadeana e o autor foram perseguidos e considerados malditos. Nem mesmo a Queda da Bastilha livrou-o dos grilhões. A defesa do incesto, do antropofagismo, da lascívia, da perversão, do ateísmo, da imoralidade, do crime, da violação, da destruição e do excesso despertaram grande temor, tanto por parte do Estado que emergia, como nas instituições tradicionais, a exemplo da igreja.

A fim de conter e evitar a influência direta da literatura sadeana, foram tomadas medidas administrativas, classificando a obra e autor como corruptores da ordem e da moral vigentes. Se a Gilles de Rais havia sido dado o direito de falar e justificar as centenas de mortes de crianças, a Sade, embora não tenha em vida praticado os crimes relatados em seus livros, foi condenado ao silêncio e proibido de escrever e de ser lido. Não houve perdão para as ideias que ajudou a propagar.

Mesmo almejando evitar a influência perniciosa das obras, os tipos relatados nas novelas acabaram servindo como modelos classificatórios, que foram compondo grades de especificações. Somado a isso, a conjugação entre sexualidade e crime, no plano primevo, como incesto e antropofagismo, passa a ser, cada vez mais, empregada para identificar indivíduos potencialmente perigosos, sobretudo no século XIX, e perseverando até os dias atuais. A imagem do monstro foi interpenetrada e encarnada no incestuoso e no antropófago, símbolos do soberano e do povo. “São essas duas figuras, em sua gemelidade mesma, que vão estar presentes na problemática da individualidade anormal” (FOUCAULT, 2001, p.126).

O primeiro monstro que foi registrado, vocês sabem, é aquela mulher de Sélestat, cujo caso Jean-Pierre Peter analisou numa revista de psicanálise. A mulher de Sélestat, que matou a filha, cortou-a em pedaços e cozinhou sua coxa com repolho em 1817. É, também, poucos anos depois, o caso de Léger, aquele pastor que a solidão conduziu de

volta ao estado natural e que matou uma menina, violentou-a, cortou-lhe fora os órgãos sexuais e comeu-os, arrancou-lhe o coração e chupou-o. É também, nos anos 1825, o caso do soldado Bertrand que, no cemitério de Montparnasse, abria os túmulos, retirava os cadáveres das mulheres, violentava-os e, em seguida, abria-os à faca e pendurava como guirlandas as entranhas nas cruzes dos túmulos e nos galhos dos ciprestes. É isso, essas figuras é que foram o ponto de organização, de deflagração, de toda a medicina legal: figuras da monstruosidade, portanto, da monstruosidade sexual e antropofágica (FOUCAULT, 2001, p.127).

Os exemplos trazidos bem poderiam ser os de personagens descritos nas novelas ou contos sadeanos. Eles, no entanto, não foram objetos da imaginação do autor, e sim pessoas que viveram efetivamente. Seus crimes alimentaram as temáticas envoltas na figura dupla do transgressor sexual e do antropófago, questões essas recorrentes durante o século XIX e que estão sedimentadas nas bases da psiquiatria e das penalidades, sobre a qual foram erigidas as figuras-símbolo, a exemplo da do criminoso violento nato, e do libertino, reativadas cotidianamente.

Seja em Sade ou em Gilles de Rais, a imagem do monstro como figura prodigiosa transforma-se em terrível e maldita. O sentimento que passa a suscitar deixa de ser o da curiosidade e admiração, como nos monstruários e feiras, e torna-se a do medo. Devendo ser evitados a todo o custo, os monstros morais simbolizam a derrocada e destruição do tecido social, a partir de determinadas condições morais vigentes, pelos crimes oriundos de motivações idiossincráticas. Eles agiriam, como Gilles de Rais, pela ganância e satisfação próprias, e como na literatura de Sade, pelo gozo incessante do mal.

Sobre isso, o capítulo a seguir destacará como essas imagens foram reativadas e empregadas nas táticas e técnicas de governos da vida, biopolítica, utilizadas pelo Estado, perfazendo o caminho que vai do fortalecimento das instituições de sequestro, até a formulação do Exame. Este, como tecnologia de identificação de monstros, cujas imagens atualmente são multifacetadas, obedece ao rigor característico das ciências *jus-psi*. Com isso, pretende-se formular possíveis pontos de articulação a uma noção de teratopolítica.



CAPÍTULO IV – ARTICULAÇÕES À TERAPOLÍTICA: INSERINDO FORA, PARA EXCLUIR DENTRO

OS NESNÁS. Entre os monstros da Tentação figuram os *nesnás*, que “só tem um olho, uma face, uma mão, uma perna, meio corpo e meio coração” (BORGES, 2000, p.186).

Tendo desenvolvido alguns aspectos do movimento de desencantamento das imagens monstruosas no item anterior, o presente capítulo abordará os elementos incorporados às estratégias de administração e de governo do Estado, conhecidas como biopolíticas, que atravessam as formas de controle e de subjetivação modernas e contemporâneas. A peste, a loucura, a pedagogia, a medicina e a antropologia criminal compõem as referências de inclusão e exclusão de indivíduos investidos e desinvestidos pelo Estado, formando novas agências e ontologias, como os manicômios judiciários e os delinquentes natos. Com essas considerações, serão buscadas pistas à composição do conceito de teratopolítica.

4.1 Digressão à loucura, à anormalidade e ao método

Após a História da loucura (1961), em um intervalo de mais de dez anos, o curso Os Anormais (1974-1975) foi ministrado. Esse hiato entre eles, permitiu a Foucault passar da reflexão sobre como se produz o conhecimento, a exemplo de As palavras e as coisas (1966), para uma analítica do poder. Partindo do marco zero, Foucault suspende, *aufheben*⁵⁴, o saber médico, cuja historiografia teria sido, para ele, construída sobre as bases da psicopatologia, para propor uma iconografia das vivências em torno da loucura. Dessa forma, ele delineou as condições históricas de possibilidade para a emergência dos saberes médico-psiquiátricos, bem como de outras áreas a eles ligadas, como as da psicologia e psicanálise (FOUCAULT, 2014).

⁵⁴ Traduzido, a partir da Língua Alemã como suspensão, no sentido de anular temporariamente.

Outro curso lido em correspondência aos dois acima é *O poder psiquiátrico* (1973-1974). Nele, Foucault apresentou uma crítica à metodologia investigativa sobre a loucura, propondo que ela seja pesquisada transversalmente aos limites da institucionalização. Esse posicionamento refletiu a opção política foucaultiana pela despsiquiatrização, fortalecendo os movimentos antipsiquiátricos daquele período, sem contudo, filiar-se a eles. Fortemente influenciados pela leitura da *História da loucura*, esse movimento teve início no Reino Unido e se estendeu para outros países, como França e Brasil. Ronald Laing (1927-1989) e David Cooper (1931-1986) emprestaram da crítica foucaultiana a força para resistir à sequestração dos doentes mesmo contra a vontade deles, poder esse que submete arbitrariamente o paciente ao desejo do médico.

As expressões de sofrimento, muitas vezes nomeadas como loucura, deveriam ser sufocadas em instituições de asilamento, longe dos ouvidos e dos olhares públicos. Exemplos como esse podem ser encontrados ainda hoje em diversos países, como no Brasil. A história da loucura, desse modo, aponta para duas direções: a da formação dos saberes, no caso, o psiquiátrico; e a dos arranjos, agremiações e tensionamentos histórico-sociais que condicionaram a formação do poder psiquiátrico. De um lado epistemologia e, de outro, crítica ao poder.

A mudança de olhar feita gradualmente por Foucault, desde *O Poder Psiquiátrico*, da Arqueologia à Genealogia, responde ao impacto que a obra de Goffman (1961), sobre as prisões, causou nos estudiosos do tema. Ao descrever o sistema disciplinar dos hospitais psiquiátricos estadunidenses, o autor evidenciou o exercício programado sobre os corpos e subjetividades dos apenados. Na instituição total, conceito por ele empregado, as identidades reproduziriam a condição de reclusão total. A penitenciária, que deveria ser a instituição na qual se pagam as penas, tornou-se o lugar de controle máximo da subjetividade, desde as horas relativas ao sono, até as refeições, as atividades laborais e físicas, etc. Cada minuto de vida é controlado e vigiado, para ser submetido ao programa institucional. O caráter absoluto do controle, dá a ela a prerrogativa de instituição total.

O Poder psiquiátrico, então, é o ajuste de ponteiros do relógio feito por Foucault, para preencher as lacunas deixadas pela *História da loucura* quanto aos estudos sobre os mecanismos de poder. Como exemplo tem-se a crítica dirigida por ele a Pinel, até então visto como o símbolo de humanização da psiquiatria, como a figura libertária que quebrou os grilhões que aprisionavam os loucos. Ele retira a máscara de curandeiro benevolente de Pinel e de seus seguidores psiquiatras, autoproclamados de humanistas. Por trás dessa

aparência, ressignificadas por formas de controle mais sutis e generalizadas, surge seu novo ofício: o exercício do poder (LECOMTE, 1997).

Os Anormais, curso que se segue ao Poder psiquiátrico, marca a iniciativa foucaultiana de investigar, não apenas em relação ao poder, mas de descrever e analisar os mecanismos de vigilância e controle empregados na intersecção loucura-crime. Essa guinada para a discussão sobre o poder, fortemente influenciada pelas contribuições de Dumézil (1898-1986) e Nietzsche (1844-1900), deram contornos cada vez mais políticos às suas pesquisas (FOUCAULT, 2003).

A necessidade de ampliar a análise dos dispositivos de segurança foi reflexo das iniciativas de campo, sobretudo as do *Groupe d'Information des Prisiones*, Grupo de informação das prisões - (DIP), quando ele vivenciou na prática os sofrimentos decorrentes da vida encarcerada. Levando as reivindicações dos sujeitos em cumprimento de pena, e de suas famílias, abriram-se espaços de discussão em rádios, imprensa e universidade sobre as condições precárias a que os detentos estavam sujeitos (FOUCAULT, 2006).

Essa experiência, útil à presente pesquisa, fê-lo deslocar a preocupação em abordar as formações epistemológicas, para passar a lançar luz sobre a problemática da atualidade. Tratava-se lá e trata-se aqui de fazer um diagnóstico do presente, mostrando o que, de tão visível, cansou o olhar, a ponto de esconder-se (ARTIÈRES, 2004). Nesse sentido, o monstro e o anormal ilustram o desgaste da imagem, por serem vistos demais, a exemplo do caso Nando. Somado a isso, o Exame ilustra as formas de docilização e tentativa de governos sobre as vidas praticada pelo Estado.

Dessas imagens-acontecimento advieram ferramentas diagnósticas do presente, ao permitir indicar as composições discursivas de formação dos dispositivos. Tratam-se desse modo, não de dados fixos, mas de vestígios históricos. Essas coleções carregam nos enunciados, conforme Foucault (2015), as continuidades e descontinuidades de forças centrípetas e centrífugas dos saberes-poderes. Advém desse jogo as variadas formas de apresentação e reposição dos discursos constituintes da verdade. Na medida em que esses elementos são desconfigurados e reagrupados, como em um caleidoscópio, novas configurações emergem, em um gesto de recombinar as peças, para forjar um instrumento diagnóstico.

Atando o nó do entrecruzamento da teratologia com a anormalidade, Nando elucida a descontinuidade discursiva das instituições *jus-psi*, obrigando-a a construir, de

imediatos, novas conexões, e assumi-las como antigas verdades. Isso ficará bem evidenciado nas falas do promotor de justiça e dos técnicos médico-psiquiatra e psicólogo, onde os discursos se desarticulam, frente à dúvida das motivações para os crimes por ele praticados, e se rearticulam, como verdades decifradoras e definitivas da natureza íntima de o ser criminoso.

Estaria na vida pregressa ou na disposição genética, segundo a promotória, apoiada pelo discurso técnico *jus-psi*, os pressupostos que o teriam impulsionado ao crime. É desejo de matar, por defeito de desenvolvimento, desestruturação da personalidade ou valorização pobre da realidade (FOUCAULT, 1977). O olhar passa das grandes às pequenas anomalias, mas elas continuam servindo de sustentação a esse olhar. Essas imagens aberrantes do crime, avivados constantemente na memória, levam à mudança operada pelo Estado, que deixa de preocupar-se exclusivamente com a reparação do ato praticado, e começa a considerar a periculosidade daquele que o cometeu (FOUCAULT, 2001).

A periculosidade resultaria de alguma predisposição ou indisposição médico-psicológica do sujeito. A biografia do acusado poderia trazer elementos de sustentação a essa tese, sejam em suas experiências infantis traumáticas, nas práticas da sexualidade, no abuso de substâncias, na ociosidade, na tendência à maldade. O olhar retroativo do perito busca quaisquer resquícios de perversão, para com eles oficializar e subsidiar o exame e desenhar o prognóstico. Em relação ao anormal, este pode ser tratado com terapias ou ressocializado pela educação e prisão, numa tentativa infundável de voltar ou chegar à condição de normalidade (FOUCAULT, 2001).

Nem todos, no entanto, podem ser tratados. Alguns, a exemplo dos nomeados de psicopata, são considerados intratáveis e incuráveis. Os pontos difusos, sinais de perversidade, são conectados pelo método do examinador, que chega sempre à mesma verdade sobre o criminoso, implicada em seus crimes: ele é perigoso e deve ser barrado. A metodologia dos técnicos estaria pautada na ciência, quando se trata de examinar anormalidades; mas avança ao religioso quando o campo é transposto ao da teratologia moral. Tratado como o doente do crime, para ele não há tratamento possível, pois os remédios disponíveis não conseguem atingir a radicalidade do problema: ele estaria desprovido de consciência, em outras palavras, teria a alma comprometida pela perversidade (HARE, 2013), podendo ser usado como modelo, por excelência, de comparação.

Se não tratada a tempo, a anormalidade pode chegar a se tornar teratologia moral. Enquanto o monstro, até o século XIX, era visto como a exceção, o anormal passa a espreitar a todos, de todos os lugares. Por isso, seria necessário redobrar a vigilância sobre todos e cada um, bem como a si mesmo, para não dar vazão às partes obscuras da subjetividade (FOUCAULT, 2014d). Por isso, o anormal deve ser incluído na vigilância e excluído da convivência.

4.2 Excluir para incluir, incluir para excluir

No bojo das discussões foucaultianas está o tema da exclusão. Excluir para não deixar entrar, apagar, afastar e restringir são verbos recorrentes no vocabulário investigativo do autor. Pela possibilidade de desatarem as tramas de sustentação do Estado nascente, a política sobre a vida e a arte de governar as populações abrem espaço para a inserção de um novo mecanismo de controle asilar. Transitando-se da desrazão em História da loucura até o terreno da delinquência em Vigiar e Punir, é possível perfazer um dos percursos, cujo ponto de chegada é o do banimento dos indivíduos considerados perigosos. Alguns desses momentos serão aqui destacados.

Valendo-se da justificativa de reaproveitar os prédios destinados ao atendimento dos leprosos, cada vez mais abandonados em decorrência ao declínio da doença, as pessoas com comportamentos transgressores das regras sociais estabelecidas, tratadas como idiotas, lunáticos, bufões ou severamente apaixonados foram, por força interventiva do Estado, postos em hospitais gerais com outros indivíduos pobres e criminosos, e com outros considerados detratores e lascivos. Essa situação só será modificada com a captura dos desarrazoados pelos estabelecimentos psiquiátricos (FOUCAULT, 2014).

Nesse estratagema de controle social, passa-se a monitorar os vagabundos e nômades sociais, a fim de fixá-los na indústria nascente e evitar as perdas na produção agrícola e industrial, decorrentes de atos contra a propriedade privada. Cria-se, desse modo, o delito e o delinquente. Para estes, outra instituição será gestada, nos moldes da utopia panóptica: a prisão.

Esses dois modos de exclusão serão convergidos para acorrentar pela alma e corpo, o indivíduo limítrofe. Ele vai ser captado, ao mesmo tempo, pelo campo da desrazão e da delinquência. Traduzindo a imagem do erro, esse ser traz em si a marca da

desordem, seja do corpo, como mostra a deformidade, seja da alma, onde se esconde a imoralidade. “Digamos que o monstro é aquele que combina o proibido e o interdito” (FOUCAULT, 2001, p.414). Violação, desse modo, das leis biológicas e legais.

Com o declínio da imagem do monstro e com a ascensão da recepção da monstruosidade, aquele vai cedendo lugar à anormalidade. Passagem, então, do monstro ao anormal. Foucault (2001) demonstra nos *Anormais* (1974-1975), que esses, nos estágios iniciais de esquadramento de suas representações, foram objetos da psiquiatria criminal. Enquanto o monstro infringiu as leis da natureza e, por isso, cometia um crime, o comportamento anormal contrapunha-se às regras e, de igual modo, deveria ser punido.

Diferentemente do anterior, não obstante, buscava-se conhecer e reconhecer as razões por trás de seu ato. Antes de ser submetido a julgamento, devia-se averiguar as condições de sustentação da deliberação, ou seja, a sobriedade ou o vício da razão. Essa categorização nos quadrantes da loucura e da razão, quando aplicados a esse indivíduo taxado de anormal, falhavam. O anormal inquiria, pelas próprias ações, a norma.

A questão sobre de onde adviria o desvio por ele apresentado dirigia-se tanto à constituição biológica como à social e, até mesmo, religiosa. Por que o facínora comete tais atrocidades? Se fosse considerado como monstro, ele estaria do lado de fora do ordenamento jurídico e, por ser desumano, não poderia ser sentenciado. Tendo sido não obstante, capturado pelo saber médico-jurídico, passa a haver para ele representação e, por isso, pode ser julgado em seus atos e, também, por ser o que é, a exemplo do caso nomeado de Nando.

Vale a interrogação se seria possível conceber um monstro anormal ou um anormal monstruoso. A conjunção dos termos parece, de antemão, tratar-se de uma tautologia, pois o monstro implicaria anormalidade. Considerando-se, porém, que o anormal está submetido a um campo de normatização, o monstro subverte, desde o ponto de partida, a intenção de condicioná-lo à normatividade. Mais do que romper, ele corrompe as regras. Sendo assim, não se pode falar em redundância, mas seria um erro colocá-los um como qualificador do outro, pois estão em campos semânticos distintos. Enquanto um traz a regra, implica e implica-se nela, o outro a desconstrói, por exceder as especificações (CANGUILHEM, 2009). O monstro forma-se nas bordas da regra, enquanto o anormal, por analogia, é fagocitado por ela.

O monstro traduz-se na condição de exclusão. Ele está fora, pois sempre escapa às representações humanas, sejam elas biológicas ou jurídicas. Não se faz necessário retê-lo num asilo para assinalar a exclusão, pois ele está, de antemão, excluído. A (in)definição monstro é, por si só, excludente. Está fora dos limites da moralidade, da humanidade, da razão e foge à classificação, porém se vincula ao conjunto de especificações para alimentar o processo de seleção e de exame. “O monstro, segundo Aristóteles, é um erro da natureza que se enganou quanto à matéria” (CANGUILHEM, 2009, p.127). Trata-se, desse modo, de um ser de antinatureza.

No gesto de excluir está implicada a ação social e a administrativa do Estado, de confirmação dessa exclusão. Tal aplicação, dirigida à condição de anormalidade, precisa ser exaustivamente detalhada, para suprimir quaisquer dúvidas em relação à necessidade dessa ação. Por isso, ele está inserido nas grades de especificação médica e jurídica, capazes de descrever, analisar, controlar e prever comportamentos desviantes que possam comprometer o tecido social (FOUCAULT, 2001). A figura do monstro permite reviver as memórias dos loucos, criminosos e posteriormente doentes do crime, como um processo contínuo de marcação moral, até retornar ao seu ponto de partida: a exclusão de fato. O espaço reservado a ele será o do entrecruzamento hospitalar com o carcerário.

Excluir significa garantir a fixação identitária na geografia social. Desse modo, excluir é incluir na exclusão, sob o olhar minucioso, vigilante e punitivo do Estado. É um processo caro, de subjetivação e produção de saber, para a perpetuação do poder do *establishment*. Pôr o anormal, invocando-o como o quase (des)humano, portanto, nas bordas dos limites definidores do humano, cria uma zona de toque, um elo, entre ele e o monstro.

4.3 Monstro anormal: episteme histórica

Pensando, como faz Canguilhem (2009), a possibilidade de uma epistemologia histórica, enquanto um sistema de práticas, discursos e conceitos em dado período, a mudança de uma a outra episteme demarca o declínio, ascensão e a vigência de nova ordem de verdade, pela emergência de um outro sistema de validação (PORTOCARRERO, 2009). Como foi possível ver no Capítulo II – O encantamento dos monstros, com o declínio do medievalismo, houve a transformação na percepção desses seres, que prossegue até o advento das modernas ciências.

Inicialmente tidos como prodígios, as mudanças histórico-sociais retiraram-no do lugar cósmico para pô-lo no entrecruzamento religioso entre a moral e o mal, até transpor essa linha e fixar-se entre as ciências médicas e jurídicas. Essa mudança tornou-o, cada vez mais, objeto de vigilância e de punição, pelo caráter de perigo que exprime, como se verá a seguir.

Na Idade Média, período em que o religioso se alinhavava com a razão, os monstros eram arquétipos para ilustrar a verdade da fé. Tudo nele se mistura. A realidade e a imaginação trocam conteúdos para criar toda sorte de seres e as distinções entre ficção e realidade não possuíam os mesmos contornos que os atuais. Nesse modelo de episteme, o monstro é espetacular, é *moneo*, ou seja, aquele que avisa ou aconselha, tanto por seu físico, como por seu comportamento (LE GOFF, 1993).

Como foi possível ver nos Capítulos II e no III – O desencantamento dos monstros, ele pode ter no corpo membros em demasia ou faltantes, enormes ou minúsculos, composições ou dilacerações, sexo e gêneros indiscerníveis, ter partes ou aspectos animais; ou pode ser decadente na alma, terrivelmente assassino e hediondo, preocupado unicamente com a própria sorte, ao preço das vidas de outrem.

Aos poucos, com o Renascimento, o monstro vai sendo inserido como parte da criação divina para, como o louco, trazer em si as mensagens advindas de Deus. As mensagens que traz em seu corpo tensionam a perfeição divina, com a imperfeição do diabo (KAPPLER, 1980). O monstro transporta em seus ombros a marca da dúvida. Para além do prodígio, ele é um sinal das catástrofes e maldições que podem acometer-nos, pelos pecados e transgressões praticados. Seu corpo e comportamento inclassificáveis atestam sua condição que “combina o impossível e o interdito” (FOUCAULT, 2001, p.70).

Os desejos sexuais ignóbeis, em seus corpos andrógenos ou hermafroditas, e as propensões ao excesso e a atos ferozes e monstruosos, como fizeram notar Gilles de Rais (1404-1440) e Marquês de Sade (1740-1810). Esse quadro, que marcou a passagem de monstruosidades biológicas para as morais, transcende o corpo, e coloca na alma, ou melhor, na subjetividade, os sinais transgressores dos limites. Pode-se falar em uma regressão da figura do soberano: ele é O criminoso (FOUCAULT, 1977). São os atos hediondos que apontam à natureza teratológica do monstro moral. Não se trata de exceção, mas de multiplicidade de atos.

Esse monstro, que sempre esteve à vista da sociedade, ao contrário do dito por Courtine (2017), foram captados pela lente psicojurídica e pela sociologia nascentes para defender a sociedade de possíveis ações desmedidas, a exemplo das praticadas durante a Revolução Francesa. Em uma delas, a condessa de Pérignon foi assada viva com suas duas filhas na praça pública de Dauphine. Como seis sacerdotes se recusaram a devorar o “corpo assado da condessa” (FOUCAULT, 2001, p.123) e das filhas dela, também foram jogados vivos na fogueira, em uma espécie de oblação política.

Os múltiplos atos desproporcionais, quando pensados a partir de uma população, seja ela reacionária ou revolucionária, podem ser facilmente evidenciados. Trata-se, nem tanto, do grande monstro, aquele capaz de atos igualmente terríveis e grandiosos, mas do somatório de atos hediondos, a que todos são capazes. É a anormalidade familiar, o estranho em nós, em uma “nuvem de pequenas anomalias, de personagens que são ao mesmo tempo anormais e familiares” (FOUCAULT, 2001, p.138). Essa figura que incorporava em si a profusão de comportamentos exacerbados, vai tornando-se uma espécie de leviatã, onde pequenos gestos de pessoas comuns são ligados e funcionam como uma imensa representação. Por analogia, com o telescópio percebe-se o grande monstro moral, e com o microscópio, pequenos monstros, células teratológicas.

Foucault (2001) sustenta que a imagem colossal teria cedido espaço às pequenas anomalias. Ele apresenta um caso de 1826, sobre Henriete Cornier, que decapitou premeditadamente o filho do vizinho, defenestrando a cabeça, como uma ogra. O ato não foi considerado desumano, e ela não foi condenada à morte. Insistentemente perguntada sobre as motivações para o ato, ela respondeu, simplesmente, que aquela ideia lhe havia passado pela cabeça.

A ênfase sobre as motivações, em detrimento do ato em si, tornou-se a tônica para as sentenças, marcadamente com o estabelecimento do Código Penal francês de 1810. Como mensurar um crime? A resposta estaria nas motivações para a consumação da ação. Nelas, estão implícitos os agravantes e o delito pode ser dimensionado, medido e calculado, para tentar ser uma ciência nos moldes das exatas. É desse cálculo que se atribui o cômputo da pena, que fica modulado pelos agravantes e atenuantes.

A sentença tem o sentido de evitar os motivos que produziram o crime, por isso faz-se necessário corrigir o culpado, seja pela educação, ressocialização ou terapêutica, em uma ortopedia social. A marca do crime praticado permanece, mas as motivações podem ser remidas e o culpado tratado e corrigido, exceto para os casos nos quais não há

qualquer possibilidade de correção, como para os considerados delinquentes natos, a exemplo dos psicopatas.

Nos casos em que o sujeito foi tomado pela loucura e, por isso, tem sua vontade condicionada pela doença, não caberia a penalização. Sem crime e sem ofensa, o acusado, levado pelo ímpeto da loucura a praticar o delito, era isentado de culpa, por não ter sido capaz de resistir à força da vontade (FOUCAULT, 2001). A capacidade de discernir é fundamental para aplicação da pena e ela deve ser aferida, conforme o grau máximo e o mínimo da possibilidade de julgamento. Essa incumbência fica sob a responsabilidade do olhar clínico do psiquiatra.

Do silêncio de Henriette Cornier surge, nos saberes-poderes médico-judiciários a categoria do anormal. Feitas as perícias médicas não foi constatado nenhum problema ou desordem no âmbito da loucura ou demência e, embora se trata-se de um infanticídio, não havia da parte da infanticida justificativas ou motivações para o homicídio, o que a livrou das penalidades legais previstas. Por isso, houve a necessidade de se rearranjar as grades de especificação para enquadrar essa modalidade de crime, a partir do novo Código Penal francês que começava a vigorar em 1810.

O assombro com os atos criminosos imotivados deslocou o olhar clínico do psiquiatra, da ontologia do monstro, para a monstruosidade ontológica. Não se trata de mero jogo de palavras, mas do redirecionamento do olhar médico-jurídico, pela insurgência desse acontecimento que imprimiu no sujeito a dinâmica teratológica. Muda-se a pergunta: O que é um monstro? Para: Quais são os sintomas da monstruosidade?

Sem ser diagnosticada como louca, as motivações de Henriette eram enigmáticas e, por isso, não pôde ser responsabilizada, mesmo sem ser diagnosticada como louca (FOUCAULT, 2001). Diante da impossibilidade do veredito, abriu-se um espaço negativo de intersecção, entre o não louco e o não imputável: o anormal. A normalidade dela decorre do ímpeto, do instinto, de uma propensão à ação, espécie de energia passional violenta, que deve ter sido formada com o próprio desenvolvimento infantil.

Esse caso marca a passagem epistêmica do monstro, para a figura do anormal. De forma semelhante à medicina, a psiquiatria judiciária começa a se ocupar de monstros morais. E se a embriologia, como mostra Wolff (1948), tornou-se capaz de descobrir as causas para a formação e se tornou capaz de recriar seres teratológicos, o racionalismo psiquiátrico buscou, de igual modo, no mesmo período, conhecer e definir os mecanismos constituintes da teratogênese moral. Se algo foi produzido, há uma causa subjacente ao

efeito. Como nem todas as motivações são conhecidas por quem pratica os atos, cabe ao técnico perscrutar os recônditos infantis da vontade, descobrir o que se oculta no ato e a significação dele.

Lembrando Pierre Rivière, pode-se ilustrar a perplexidade dos especialistas frente ao caso, em relação às motivações, que teve, dentre outros, contornos infantis. O corpo de médicos e juristas guiou-se pelas palavras do matri-fratricida, e variava conforme as direções dadas por ele ao discurso (FOUCAULT, 1977). Implicado aos motivos foram colocadas as questões sobre a periculosidade do autor, a aplicação da sanção e as possibilidades de reabilitação.

Rivière e Cornier marcam a maneira como o monstro foi, gradativamente, transferido da medicina, anatomia e clínica, para a psiquiatria. Os critérios foram alterados e a figura do monstro dissolveu-se entre loucos e doentes imorais, constituindo criminosos em potencial. Sobre eles é necessário, a fim de proteger a sociedade, criar mecanismos de vigilância, formas operacionais de exercício de saber-poder.

Para que essa nova modalidade teratológica seja apreendida pelo exame é necessário esquadrihá-lo, acompanhá-lo, sondá-lo e analisá-lo nos pequenos detalhes, para se construir um padrão, uma norma. A elaboração de padrões é fundamental para determinar anormalidades. A normatização estabelece o quadrante, a regra geral por meio da qual os entes podem ser categorizados por essa ou aquela característica.

Em resumo, segundo Quêtelet, a existência de uma média é o sinal incontestável da existência de uma regularidade, interpretada em um sentido expressamente ontológico: "A principal idéia, para mim, é fazer prevalecer a verdade e mostrar o quanto o homem, mesmo à sua revelia, está sujeito às leis divinas e com que regularidade ele as cumpre. Aliás, essa regularidade não é peculiar ao homem: é uma das grandes leis da natureza que são pertinentes tanto aos animais como às plantas, e talvez seja espantoso que não a tenhamos reconhecido mais cedo" (CANGUILHEM, 2009, p.61. Destaques no original).

Dentre as possibilidades para se compreender a norma, há a observação e a prescrição. Quando elas se fundem, tem-se a norma observada, geralmente representada por um *quantum* estatístico, em forma de média e regularidade. A prescrição é para que o objeto da aferição seja enquadrado, aplicando-se quando e, se necessário, técnicas de inserção na regra. Essa convergência técnica cria condições para a elaboração de tecnologias de exame e enquadramento a fim de, pela análise do estado de coisas, inserir a valorização ao que subjaz esse estado de coisas. Desse modo, busca-se definir e dar

condições gerais a todos, para serem homens médios, conforme almejava Quetelet, segundo Canguilhem (2009).

O homem médio é muito mais um projeto político e social, do que uma conclusão médica ou científica. Ela pode ser transportada para qualquer área coberta pela norma, controlando e determinando comportamentos. Essas prescrições e interferências são definidas por condições e momentos sociais bastante específicos. Aqueles que não seguem as normas sociais definidas e transformadas em códigos, a exemplo do jurídico, são vistos como desviantes. Desse modo, o desvio não qualifica o ato cometido, mas representa a consequência da aplicação da norma e de possíveis sanções ao transgressor. O desviante traduz a aplicação do rótulo e seus comportamentos desviantes, os sintomas aferidos pela comunidade (FOUCAULT, 2003).

É a norma que define as linhas divisórias do normal e anormal. Aquela tem a positividade derivada de uma negação ou o dever ser advindo do não seja. A norma postula o que não se deve ser ou fazer, qualificando os comportamentos desviantes e desqualificando os sujeitos desse desvio (FOUCAULT, 2001). Em relação aos monstros, no entanto, esses estariam aquém dessa norma, pois fora da normalidade e da anormalidade, participariam de outra modalidade normativa. Não se trataria, assim, de exclusão, mas de negação das destinações políticas e sociais. Tal negação resultaria em se remover tais sujeitos da face da terra, pela incapacidade de se julgar o que não é nem normal nem anormal, visto carecerem de identidade na natureza (CANGUILHEM, 2009).

A saída para isso foi a de, gradualmente, capturar o monstro pelas grades da anormalidade. Por isso, após o período Medieval, as deformidades foram inseridas no universo das leis legais e dos limites biológicos, passando dos quadros da verdade religiosa e moral, para moldes científicos. O processo de normalização apreendeu o monstro, e ele acabou servindo de protótipo-antípoda para as várias agências de normalização, a exemplo da escola, do hospital e da indústria, para capturar cada momento da vida da vida humana: infância, adolescência e velhice. Sobre isso, Canguilhem (2009) aponta para a mudança conceitual da norma, de uma observação médica, passando pela sociedade, até vir a ser um tipo de projeto político.

Canguilhem (2009) assinala que se deve distinguir entre o padrão, desenvolvido como um conceito médico, de o normal, conceito esse do campo social. No século XIV, usava-se o qualificador 'normal' para classificar a linha férrea, a escola ou o conta-gotas e ele era, portanto, o efeito de uma decisão. Desse modo, a padronização não teria a função

de excluir, rejeitar ou ignorar, pelo contrário, tratava-se de uma técnica positiva de intervenção e transformação em vistas de um projeto normativo. Opondo-se ao poder negativo, a supressão completa do monstro em direção à normalização produz, pela anormalidade, um homem que busca a norma. Daí o protótipo do homem normal constituir-se pela noção de anormalidade, e não o contrário.

As variadas técnicas interventivas de positivação dirigidas a indivíduos que são classificados ou podem ser objetos de classificação dentro do quadrante da anormalidade configuram-se como dispositivos de normalização. O que essas técnicas objetivam? Para Canguilhem (2009) reduzir, mas sem destruir, a distância entre o anormal e o normal. O poder da norma está em apontar para aquilo que não atende aos requisitos dela, de maneira coerente com a etimologia '*norma*', que se refere à régua ou esquadro, bem como em seu sentido latino '*normalis*', que se traduz como perpendicular. A normação – ato e efeito de normalizar -, significa impor e dobrar, perpendicularmente, uma existência.

Isso não significa eliminar certas subjetividades, mas sim padronizá-las, de modo a conformarem-se à norma advinda de exigências consentidas como coletivas. Essa, forjada no processo de consolidação do Estado moderno, carrega consigo o projeto arquitetônico-político, que substituiu o modelo soberano feudal de ação governamental, pelo de vigilância e controle estatais modernos (FOUCAULT, 2008). O normal passa pelo projeto e contabilização sociais e políticas indispensáveis à manutenção, previsão e controle estatal. O indivíduo passa a integrar esse cálculo em que a cultura lhe atribui a valoração positiva ou negativa, conforme sua classificação. Assim, enquanto o indivíduo normal surge nos contornos da anormalidade, o anormal representa a extrapolação de limites construídos culturalmente. Em outras palavras, o normal engendra um projeto normativo.

O normal é que é primeiro, e a norma se deduz dele, ou é a partir desse estudo das normalidades que a norma se fixa e desempenha seu papel operatório. Logo, eu diria que não se trata mais de uma normação, mas sim, no sentido estrito, de uma normalização (FOUCAULT, 2008, p.83).

Se a normação, tornada normalização, implica em maneiras de dobrar existências, como forma de governar subjetividades, por ela, é possível acompanhar as intrincadas redes de poder e os padrões que se cristalizam nos interstícios da lei. Esses espaços sulcados anteriormente à legislação possibilitam o movimento do conjunto infralegal de regulação dos comportamentos. As normas jurídicas apenas mascaram

outras normas e confirmam a necessidade dos administradores da moralidade que buscam coincidir a moral com o normal (FOUCAULT, 2003). Nessa perspectiva, o Estado não é o único detentor do poder, mas apenas uma de muitas tramas na rede de poderes composta por múltiplos sujeitos e instituições. Entre elas, a família e a escola contribuem singularmente com essa microfísica de poder.

4.4 Os monstros

A investigação acerca do progresso e possíveis patologias da subjetividade individual inicia-se na infância (FOUCAULT, 2001). A lente especular deve aferir e prever, ainda na tenra idade, as possibilidades de irregularidades no desenvolvimento. Nos casos de anomalias evidentes, o tratamento deve ser aplicado de forma salutar e, para os que não são visíveis, apresenta-se a terapêutica profilática. Espera-se, desse modo, que as Sofias e Emílios, personagens-protótipos criados por Rousseau na obra dedicação à educação chamada Emílio, ou da Educação, possam resguardar a pureza natural, contra os desvios da vida em sociedade (LUZ e PIRES, 2020).

Alguns desses comportamentos desviantes podem se apresentar na infância e, para os estudiosos do século XVIII e XIX, o principal deles seria o onanismo. Como mostra o livro inglês anônimo *Onania*, de 1722, a masturbação é a causa de todos os males, capaz de produzir uma doença completa, com odores particularmente fétidos, língua trêmula e olhos fundos. Cartilhas, prospectos e folhetins instruíram as famílias desse período a combaterem essa falha moral, sintoma dos instintos e dos impulsos mórbidos, por meio da vigilância constante das mãos e lençóis das crianças.

O onanismo, esse terrível flagello, que corrompe com especialidade a infancia, jámais quando ella recebe uma educação de collegio, é o alpha de muitos problemas pathologicos, que nos offerecem ambos os sexos nos differentes periodos da existencia. Isto é deploravel e deve combater-se. [...] O onanismo é instinctivo ou ensinado. O primeiro caso, que eu admitto é razão bastante para insistir em que a mocidade deve estar precavida e informada das terriveis consequencias do mal. [...] O onanismo é a morte! (FAROL, 1865, p.44-46. Mantido o Português original).

Enquanto a família normalizava a sexualidade e os ímpetos infantis, coube à escola treinar, monitorar e rastrear o intelecto. Mesmo os vistos como incorrigíveis

tiveram um espaço inaugurado para serem supervisionados, a exemplo dos classificados de surdos, cegos e idiotas. Sobre os sintomas desses últimos dizia-se que sofriam de “uma paralisia, uma sonolência de ‘todas as funções do entendimento e das afecções morais’; seu espírito permanece imobilizado numa espécie de estupor” (FOUCAULT, 2014, p.289. Destaques no original).

Essas escolas de supervisões específicas, como a aberta em Paris em 1790 no Couvent des Célestins, destinada aos surdos, ficaram cada vez mais numerosas. Não cabe aqui fazer a história da pedagogia e educação, pois há um volumoso trabalho nessa direção. Importa, no entanto, destacar a comissão de 1899 chefiada por Alfred Binet (1857-1911) que teve por meta integrar as crianças consideradas anormais no ensino regular.

Houve um intenso trabalho a muitas mãos, de professores, médicos, psicológicos e magistrados, para definir, sondar, avaliar, classificar e contabilizar as crianças anormais, distinguindo física e mentalmente os seus aspectos intrínsecos e extrínsecos. O movimento não se restringiu ao solo francês, mas nele floresceram e foram trocadas experiências em infindos congressos para a discussão de métodos e técnicas de investigação, classificação e tratamento no campo da pedagogia do anormal.

Como exemplo, tem-se o psiquiatra Auguste Ley (1873-1956) que escreveu um artigo *Les Enfants Anormaux*⁵⁵, em memória à morte de Binet, em que apresentou e comentou a série de investigações no campo das classificações da educação especializada. Fazendo críticas à crescente rotulação das crianças anormais, esclareceu a unidade intelectual-afetiva da anormalidade:

*Les anomalies morales marchent donc fréquemment de pair avec les anomalies intellectuelles. La classification catégorique en anormaux ou irréguliers moraux, affectifs ou du caractère, et en anormaux psychiques proprement dits, est bonne en théorie, elle est utile pour s'y reconnaître et pour dépister les cas mais pratiquement et objectivement les anomalies s'enchevêtrent, et il y a beaucoup de chances pour qu'un arriéré psychique présente en même temps des troubles affectifs, des défauts du caractère et des anomalies de l'instinct social*⁵⁶ (LEY, 1911, p.507).

⁵⁵ Tradução livre da Língua Francesa: As crianças anormais.

⁵⁶ Tradução livre da Língua Francesa: Anomalias morais caminham, portanto, frequentemente de mãos dadas com anomalias intelectuais. A classificação categórica na anormalidade ou irregularidade moral, afetiva ou de caráter, e na anormalidade psíquica propriamente dita, é boa em teoria, é útil para se reconhecer e para detectar casos, mas de forma prática e objetiva as anomalias tornam-se emaranhadas, e há uma boa chance de que um atraso psíquico apresente, ao mesmo tempo, distúrbios afetivos, defeitos de caráter e anomalias do instinto social.

O psiquiatra associou abertamente as anomalias intelectuais às morais e chegou a afirmar que estariam amalgamadas. Em relação à especificidade delas, levou em conta apenas que essa separação serviu para a detecção de casos singulares. Ley (1911) afirmou ainda, que se encontrava nos psicólogos Théodore Simon (1872-1961) e Binet as tentativas, precisa e aceitável, de determinar os vários estados, diferenciando o idiota, do imbecil; o debiloide do retardado, para citar algumas especificações.

Os dois psicólogos franceses haviam publicado, anos antes, em 1907, o trabalho sobre crianças anormais, expondo seus métodos de classificação, mensuração psicométrica e sugestões de intervenção. Esse trabalho foi o resultado de anos de atuação na Comissão Ministerial sobre os Anormais (BINET, 1904). Ley (1911, p.508) afirma que os últimos trabalhos de Binet e Simon foram, por meio dos testes, capazes de mostrar as formas de desenvolvimento infantis, tanto em seu aspecto mental, como afetivo-social. Passou a ser possível identificar e aferir os momentos da evolução infantil, a partir de escalas e modelos previamente definidos. Para esse fim, as ferramentas matemáticas foram muito mais úteis à medição, do que o vocabulário de analogias literárias do método clínico que era empregado até aquele momento. Dessa aparente vantagem, não obstante, advieram muitas críticas ao par Simon-Binet.

A principal delas está na predefinição da ontogênese infantil, em que o modelo ideal da criança é transposto para outros momentos do desenvolvimento, como no caso de adultos idiotas. Não haveria, e Ley (1911) concorda com seus interlocutores médicos e psicólogos, a possibilidade de embutir no adulto a figura prototípica infantil. A criança e o adulto estão separados por suas próprias leis, e unidos pela trajetória do desenvolvimento. Apesar da validade das críticas, o autor destaca que tanto a originalidade como a novidade do trabalho dos dois psicólogos estava em fornecer pontos de sustentação para apontar às especificidades entre crianças da mesma idade, fazendo a tônica mudar da ontogênese para a patologia, aferível pelo grau do comprometimento mental.

Onde estariam esses pontos de sustentação? Em um arranjo estatístico para a obtenção da média, conforme proposto por Lambert A. Jacques Quetelet (1796-1874). Esse método consistia em aplicar a matemática, mais especificamente o binômio de Newton e a probabilidade, aos fenômenos sociais e psicológicos. Entre os principais

trabalhos de Quetelet estão *The Propensity to Crime*, de 1831 e *Anthropométrie, ou Mesure des différents facultes de l'homme*, de 1870⁵⁷.

Unificando os testes de Simon-Binet à estatística de Quetelet-Newton, pode-se medir e também, por meio de técnicas de controle e terapêuticas, conduzir os comportamentos de dada população a uma média previamente estabelecida. Determinada a média que se quer atingir, os números ilustrariam se o panorama esperado está mais próximo ou mais distante de ser atingido. Desse modo, o conceito de normalidade torna-se, cada vez mais, definido por um *score* mediano obtido pela média populacional.

*On est frappé en effet de voir chez certains anormaux s'établir un déséquilibre des processus psychiques, un manque d'harmonie, un véritable trouble dans le rythme normal de la psychogenèse. Il est difficile de saisir ces troubles d'une façon précise, si ce n'est lorsque nous posséderons une formule nous donnant la possibilité de comparer entre elles les valeurs représentatives des processus mentaux explorés expérimentalement*⁵⁸ (LEY, 1911, p.513).

Para o autor, a definição prévia da média e a aplicação da fórmula oriunda dela favoreceriam a compreensão do conjunto de anormalidades, pois cada uma teria um ritmo próprio de desenvolvimento psicogenético. Deve-se, por isso, submeter a anormalidade à normatividade média. Desse arranjo entre testes psicométricos, verbais e mentais, com a estatística proposto por Simon-Binet, produziu-se os ramos da psicologia da aprendizagem e do desenvolvimento, por Ley (1911), classificadas como científicas.

O interesse em classificar as crianças vistas como anormais residia no desejo de integrá-las ao convívio social, pois muitas, como destaca Ley (1911), permaneciam exclusivamente na convivência familiar, e isso teria dificultado tanto a vida delas quanto os estudos científicos a elas direcionados. Por isso, ele propôs que as crianças anormais fossem colocadas em escolas asilares chefiadas por médicos psiquiatras e psicólogos. Essas instituições deveriam possuir instalações para exames científicos, bem como laboratórios de pesquisa psicológica.

⁵⁷ Tradução livre: A propensão para o crime; Antropometria ou medida das diferentes facultades do homem.

⁵⁸ Tradução livre da Língua Francesa: Estamos impressionados, na verdade, de ver em certas anormalidades um desequilíbrio dos processos psíquicos, uma falta de harmonia e uma verdadeira perturbação no ritmo normal da psicogênese. É difícil compreender esses distúrbios de maneira precisa, exceto quando temos uma fórmula que nos oferece a possibilidade de comparar entre os valores representativos dos processos mentais explorados experimentalmente.

Insistindo na criação de escolas especiais destinadas ao atendimento de crianças anormais, Ley (1911) não cria ser saudável aproximar esses estudantes dos alunos normais. Para ele, os comportamentos considerados como vadiagem, indolência e o absenteísmo seriam, na verdade, sintomas de um estado mental pouco ou defeituosamente desenvolvido. Discursos moralizadores não seriam suficientes para instigar as crianças defeituosas à escola, mas sim ambientes médico-educacionais especializados e adaptados de acordo com a anormalidade delas, de forma a garantir plenamente o aprendizado baseado em um programa educacional científico.

Estabelecidas as bases para o progresso educativo, caberia ao psicólogo gestar, conduzido por interesses científicos, o desenvolvimento pedagógico dos alunos, visto estar ele habilitado a determinar as propensões individuais da aprendizagem. Essas tendências deveriam apontar para os trabalhos manuais e, somente eles, teriam de ser desenvolvidos. Ley (1911, p.518) considerava um grave erro buscar todas as aptidões adormecidas nos indivíduos anormais, pois não se deveria perder tempo dando “*sçavoir livresque*”, conhecimentos de livros, a eles. Segundo esse psiquiatra, as crianças anormais aprenderiam mais com as mãos do que com a cabeça. A tônica da instrução deveria recair sobre os corpos, pois a cognição estaria debilitada.

A posição desse autor frente à produção científica daquela época e a influência recebida da psicometria de Simon-Binet demonstra a preocupação cada vez maior em inserir as crianças nomeadas de anormais, portanto, fora da norma ou média, nas instituições de ensino. Se de um lado isso poderia favorecer o desenvolvimento que lhes fora negado, de outro, aumentou a vigilância sobre essa parcela da população infantil, até então invisível aos olhos dos pesquisadores anteriores àquele período. Ao ser trazida às instituições especializadas que se proliferaram pelo mundo, a infância anormal entrou na rede de saberes-poderes para ser esquadrinhada e controlada. “Foi por intermédio da criança não-louca que se fez a psiquiatrização da criança e, a partir daí, que se produziu essa generalização do poder psiquiátrico” (FOUCAULT, 2006, p.257).

Como a cognição dessas crianças, muitas vezes, mostrava-se comprometida, restava submeter o corpo ao adestramento, de modo a refrear os ímpetos onanistas. Os comportamentos sexuais e violentos infantis entraram no radar dos administradores morais e a nova pedagogia do anormal estabeleceu o elo entre a criança e o adulto anormais, por meio da psicogênese do desenvolvimento. Se a criança, durante o período medieval, era vista como o adulto em miniatura (ARIÈS, 1986), com a pedagogia médico-psicológica, o adulto anormal passou a ser a criança gigante.

Enquanto adulto, ele deve estar submetido às regularidades normativas, e enquanto criança, deve ser tratado e ajustado para aproximar-se da média, que representa os padrões de normalidade. Dessa maneira, rompeu-se com um poder meramente repressivo que desqualificava, antes do período moderno, o sujeito tido como anormal e o reprimia ao preço da condenação de sua vida. A norma, nesse contexto, desempenhou o papel positivo de inclusão e regulação do anormal. Assim, a noção de monstrosidade ficou mitigada e o monstro pôde ser sujeitado aos tratamentos terapêuticos e pedagógicos, para ser objeto de constante e minuciosa vigilância e, até, quem sabe, com a possibilidade de ser supostamente recuperado, para se adequar à sociedade.

4.5 A peste, a lepra e a loucura

A normalização resultou da mudança histórica ocorrida no século XVII, que passou do modelo de controle excludente, próprio às formas de extirpação da lepra, para o da inclusão vigiada, como se deu no controle das pestes. A isso Foucault (2001, p.57) chamou de “a invenção de tecnologias positivas de poder”, em que as novas estratégias para a formação de conhecimento e de multiplicação de mecanismos de governo foram construídas. Deixando de eliminar, passou-se a fabricar e a produzir poderes que multiplicaram os efeitos da gestão administrativa das vidas.

Em a História da Loucura, Foucault (2014, p.5), começa dizendo que ao “final da Idade Média, a lepra desaparece no mundo ocidental”. Com o fim da doença, inauguraram-se grandes espaços que foram, pouco a pouco, ocupados por outros convalescentes, doentes, miseráveis, indesejáveis, crianças da correição, enfim, toda a sorte de pessoas desajustadas socialmente. Juntamente com os numerosos prédios construídos para o tratamento, a lepra deixou maneiras para se tratar as doenças, e todas elas envolviam, em maior ou menor medida, a exclusão do convívio social por parte do doente.

Inserido nessa temática, o estudo de Delaveau (1974) destaca que rejeitado e afastado da sociedade, o leproso carregava em seu corpo doente, tanto a possibilidade de contágio quanto a lembrança da ira divina. Igualmente, os pestilentos traziam em si o castigo, e por isso precisavam ser expurgados, na carne e na alma. Esses enfermos eram submetidos ao ritual chamado de *Separatio Leprosarum*, caracterizado como:

uma cerimônia semelhante às celebradas em favor dos mortos no ocidente cristão. Padre e igreja eram paramentados, o povo assistia ao cerimonial e o enfermo era coberto com um véu negro, sendo sobre sua cabeça derramada terra a fim de representar sua morte. Ao término da solenidade a autoridade eclesiástica dizia: *Sic mortuus mundo, vivus iterum Deo*. Morto para o mundo, renascido em Deus. Na simulação o doente era levado a um cemitério e introduzido numa cova por alguns momentos. Depois de retirado, o sacerdote lhe informava as regras de conduta a serem seguidas e o colocava fora da comunidade; nesse momento, ele perdia sua antiga identidade e recebia o termo “leproso” como denominação (MATTOS e FORNAZARI, 2005, p.49. Destaque no original).

Excluí-los implicava em salvar-se da doença e da maldição advinda do pecado. Diferentemente da lepra, entretanto, a peste passou a exigir formas de atendimento mais direcionadas aos sintomas, bem como tratamentos mais radicais devido à capacidade dizimadora e a potência contagiosa que carregava. Cada sintoma poderia corresponder a determinada forma de contágio e, a cada uma delas, cabia uma modalidade de exclusão, considerando que nenhum remédio efetivo havia sido produzido na Idade Média, a não ser o controle sobre o fluxo da doença. Evitar o contato com o doente era o melhor remédio.

As pestes, por sua vez, não se restringiam ao corpo do doente e, muitas vezes, não podiam ser prontamente diagnosticadas. Uma delas, as doenças venéreas, migravam de corpo em corpo sem serem notadas, até comprometerem totalmente a vida dos doentes. “Rapidamente a doença venérea se instala, no decorrer do século XVI, na ordem das doenças que exigem tratamento” (FOUCAULT, 2014, p.12). Para serem aceitos nas instituições terapêuticas, nos séculos XVII e XVIII, esses doentes eram submetidos a chicotadas e a penitências como forma de tratamento. O mal que os acometia era visto, mais como pecado e impureza, do que como uma doença. Apesar disso, o acompanhamento médico deveria ser realizado de perto, como forma profilática à população saudável. Tratava-se, nem tanto de curar a doença, mas de punir os venérficos por sua concupiscência.

Lado a lado com os doentes venéreos, por mais de cento e cinquenta anos, foram postos os sujeitos considerados insanos. Dessa proximidade nasceu um parentesco entre eles, como se a insanidade fosse o resultado dos excessos de práticas sexuais perniciosas. “Ao inventar, na geometria imaginária de sua moral, o espaço do internamento, a época clássica acaba de encontrar ao mesmo tempo uma pátria e um lugar de redenção comuns

aos pecados contra a carne e às faltas contra a razão” (FOUCAULT, 2014, p-97-98). O venéfico passa a dividir o cômodo das instituições terapêuticas com a loucura.

Nesse período, até o início do século XIX, a insanidade, tal qual as doenças venéreas, começa a ser vista como uma peste. Enquanto no modelo dos leprosários a loucura não oferecia risco, por não ter sido associada à lepra, nas técnicas de controle das pestilências, os loucos passam a receber terapêuticas semelhantes à dos acometidos pelas doenças libidinosas. Participavam do tratamento, juntamente com as penitências e chibatadas, os jejuns. O interesse estava em debilitar o corpo, para assim subjugar os ímpetos carnis. Essa intervenção visava diminuir a circulação do doente e o desenvolvimento da doença venérea, que em muitos casos podia avançar para manifestações de insanidade mental.

Em 1804, um médico chamado Giraudy apresentou um relatório ao ministro do interior descrevendo a situação do hospital de Charenton. Em sua descrição, afirmou ter recolhido informações de 476 casos, por meio dos quais conseguiu identificar o agente causador dos estados de loucura:

151 ficaram doentes em consequência de afecções acentuadas da alma, tais como o ciúme, o amor contrariado, alegria excessiva, ambição, temor, terror, pesares violentos; 52 por disposição hereditária; 28 por onanismo; 3 por vírus da sífilis; 12 por abuso dos prazeres de Vênus; 31 por abuso das bebidas alcoólicas; 12 por abuso das faculdades intelectuais; 2 pela presença de vermes nos intestinos; um por sequelas já sarna; 5 por sequelas do darto; 29 por metástase leitosa; 2 por insolação (FOUCAULT, 2014, p.247).

O número de doentes venéreos, se comparado com os demais é pouco representativo no universo dos casos, mas esse mal aterrorizou a Europa durante o século XV. Jeanselme (1951) afirma que todas as crônicas dos contemporâneos da época descreveram ou fizeram menção ao problema. O *novo morbo* foi considerado uma praga, um mal no sentido amplo, e atingiu cerca de vinte por cento de toda a população do período. A causa de tamanho morticínio teria sido a funesta conjunção entre Marte e Saturno.

Se com o avanço do tratamento e formas de prevenção contra o contágio os casos diminuíram, a filiação entre pecado, sífilis e loucura permaneceu nos séculos subsequentes. As crianças, geradas do encontro de pais sífilíticos deviam ser acompanhadas e tratadas, entre os remédios, com o uso de mercúrio, para não serem também vetores da doença, pois em muitos casos, infectavam as amas de leite enquanto

recebiam a amamentação. Era indispensável ainda que fossem assistidas, no sentido médico e do olhar, pela vigilância sanitária, pois as casas de caridade não as recebiam a menos que estivessem curadas, embora poucas sobrevivessem à doença (JEANSELME, 1951).

A associação entre loucura, sexualidade e doença moral orientou os programas de combate e controle da peste, e esse modelo serviu como fundamento para os projetos sociais de governamentalidade e de biopolítica, formas de controle e administração estatais sobre a vida, população e governo das subjetividades. Nesse modelo, a anormalidade tornou-se mais útil do que a teratologia, tanto na expressividade do monstro como da monstruosidade.

De um lado, o Estado moderno, consolidou as tecnologias de esquadramento e de vigilância gestadas nas experiências de controle da peste e de enclausuramento dos indesejados e inseriu-as como tecnologias de governo, assumindo para si o controle sobre a vida cotidiana, de forma a fixar também os vagabundos e mendigos da cidade, para inseri-los no grande cálculo estatal (FOUCAULT, 2016); e de outro, por meio do cristianismo, empregou os métodos de confissão para direcionar a consciência dos indivíduos. As técnicas de autoinspeção e autovigilância, oriundas do regime monástico e de comunidades religiosas do Período Medieval, passam a integrar as formas de controle administrativo-estatal (FOUCAULT, 2014e).

Unidos, igreja e Estado dividiram o mesmo objetivo de sondar, examinar, identificar e isolar irregularidades. Apesar da confissão ficar protegida sob a promessa sacerdotal contra a exposição pública, os olhos da consciência acabam fixados sobre o si mesmo, que sonda, pune e impede a recorrência do mal na alma. Essa dobra subjetiva aprofundou a percepção de si, e na medida em que perscrutava, inaugurava novos espaços interiores e de interiorização.

Se o sujeito se torna mais aprofundado e ensimesmado, o registro de suas faltas pode servir de direcionamento às estratégias para o controle e captura das subjetividades pelas comunidades religiosas, a exemplo dos *quakers*. “Desse modo, se é verdade que a forma-prisão não pode ser derivada das teorias penais de Beccaria, Brissot etc., como instituição e como prática ela é derivável da concepção *quaker* de religião, moral e poder” (FOUCAULT, 2015. p.81. Destaque no original). Esclarecendo, prossegue o autor:

Como diz Burroughs, o governo deve “punir e suprimir os malfeitores”, deve louvar e dar recompensas “àqueles que fazem o bem”; deve

proteger a pessoa e os bens dos homens contra a violência e os malfeitos dos malvados”. A noção fundamental que justifica o poder é a do mal: é só porque há mal e malvados que o poder se justifica suprimindo-os, e, em última análise, realizada essa supressão dos malvados, ele precisa se autossuprimir; resta então apenas a comunidade dos justos, que pode estabelecer uma comunicação mútua e praticar espontaneamente o bem em conjunto. O caráter central do mal⁵⁹ em relação à organização política é um dos fundamentos da concepção quaker de política (FOUCAULT, 2015. p.81. Destaque no original. Destaques no original).

Enquanto o medievo funda, o século XVIII aprofunda e fixa essa união estratégica religiosa-estatal como grade de imputação delituosa, investigação criminal, produção de relatórios, delações sobre si e sobre outros, e interrogatórios. As formas de penitência se multiplicaram em quantidade e tamanho, e o Estado costurou essas redes administrativas, submetendo as vidas ao fluxo dessa corrente, conforme os interesses governamentais. E se de um lado ele se orientava pela utopia panóptica, de tudo ver, prever e controlar, (FOUCAULT, 2014d), em seu retrovisor permanecia a imagem ainda não superada do monstro.

As denúncias expunham aqueles que, na visão das agências estatais, imploravam por penalidades. A consciência transgressora, ao induzir o infrator a mostrar o rosto, fê-lo admitir a culpa perante as autoridades. Esse desejo concebido pelas comunidades religiosas e paulatinamente ramificado em outras esferas sociais, conectou-se aos indivíduos por meio das variadas instituições administrativas do Estado. São elas que ofereceram rostos aos invisíveis. Um, em particular, foi talhado e ofertado aos indigentes, pobres e desvalidos: o da infâmia.

4.6 Da exceção à regra

Em tempos de poder real, anteriormente ao Estado moderno, os registros administrativos davam-se por cartas chanceladas, por meio das quais eram redigidos relatórios, tomadas decisões e executados confinamentos. A verticalidade do poder dava-se de cima para baixo, até inverter-se e passar a ser de baixo para cima, pelo acompanhamento, julgamento e sentenciamento oriundo da própria população. Seja pela vagabundagem, embriaguez ou libertinagem, a vigilância dos comportamentos é a todos distribuída, operando um controle dos mínimos movimentos e pensamentos do sujeito,

⁵⁹ O manuscrito original acrescenta: “caráter central da noção de *evil* (*evil men, evil doers*)”.

tanto sobre si como sobre os outros. Foi a transformação das técnicas confessionais em tecnologia estatal.

A tomada do poder sobre o dia-a-dia da vida, o cristianismo a organizara, em sua grande maioria, em torno da confissão: obrigação de fazer passar regularmente pelo fio da linguagem o mundo minúsculo do dia-a-dia, as faltas banais, as fraquezas mesmo imperceptíveis, até o jogo perturbador dos pensamentos, das intenções e dos desejos; ritual de confissão em que aquele que fala é ao mesmo tempo aquele de quem se fala; apagamento da coisa dita por seu próprio enunciado, mas aumento igualmente da própria confissão que deve permanecer secreta, e não deixar atrás de si nenhum outro rastro senão o arrependimento e as obras de penitência (FOUCAULT, p.212-213).

Essa tecnologia de coação inventada pelo ocidente cristão impõe a todos e a cada um o olhar interior de si para si, de si para o outro e do outro para si. Esses olhos perscrutam as faltas e excessos e, por meio das instituições estatais modernas, submetem os às formas de linguagens e códigos pelas quais são registrados, para produzirem as técnicas de disciplinamento e controle da vida. Enquanto a confissão na Idade Média deveria ser feita em primeira pessoa, na modernidade trata-se de admitir e denunciar o próprio ou o crime de outrem, desde os minúsculos até os monstruosos.

Esse papel deixou de ser atribuição soberana e o sujeito cotidiano passa a reclamar esse lugar de inquirição. Todos podem denunciar e, da mesma forma, todos são alvos de suspeição. Denunciadores e suspeitos convivem entre si e em si, pois é possível ser as duas coisas ao mesmo tempo. Alvos dessa vigilância, pouco a pouco vai sendo constituída a ontologia do delinquente. Um em especial recebe atenção redobrada e a ele recai o estigma da infâmia: o indivíduo pobre.

Emprestando a imagem de facínoras vultuosos, como a de Gilles de Rais (1404 - 1440), condenado pelo assassinato de mais de 200 crianças, o delinquente, visto aqui como o infame moderno, acopla, à imagem desconhecida dos indivíduos pobres, o medo que dela advém, para formar a ontologia do indivíduo perigoso. Medo e desconhecimento unem-se e trazem das sombras o delinquente. Ao contrário da vida fidalga vivida por Rais, os indivíduos perigosos estão espalhados entre a população pobre que se concentra nas cidades. Os malandros, libertinos, bêbados e miseráveis são penalizados e vigiados por seus comportamentos ínfimos e perigosos.

A Idade Clássica, portanto, elaborou o que podemos chamar de uma "arte de governar", precisamente no sentido em que se entendia, nessa época, o "governo" das crianças, o "governo" dos loucos, o "governo"

dos pobres e, logo depois, o "governo" dos operários (FOUCAULT, 201, p.60. Destaques no original).

Nascido de lendas monstruosas, passa a pesar sobre os comuns, também chamados de infames, por serem aqueles sobre quem pouco ou nada é dito, as imagens assustadoras estampadas nos jornais, livros e relatos de façanhas terríveis. “Os discursos do poder na Idade Clássica, tal como o discurso que a ele se dirige, engendra monstros” (FOUCAULT, 2003, p.212). Assim, fica reservado ao pobre a expressão do rosto da infâmia. Como no Período Clássico haviam miseráveis em demasia, a força embutida na imagem terrificante dos símbolos teratológicos passou do incomum ao mais que comum, da raridade à vida cotidiana.

O personagem Jean Valjean da obra *Os Miseráveis* de Vitor Hugo (2012) pode ser um exemplo da transposição desse medo. Após roubar um pedaço de pão, na tentativa de garantir a própria sobrevivência, ele foi condenado à pena de trabalhos forçados. Pelo fato de ser ex-presidiário, é enxotado de todos os lugares e por todas as pessoas, até que um bispo lhe estende as mãos. Sendo forçado a fugir durante toda a vida, Jean Valjean é tratado como perigoso por todos aqueles que viessem a saber de seu passado miserável, ignorando as transformações em seu comportamento e vida.

Javert, personagem antípoda, persegue-o implacavelmente por toda a vida no intuito de mostrar que apesar das mudanças de Valjean, ele continuava a ser uma besta monstruosa. A condenação, para Javert, não decorreu de seu ato criminoso, mas do nascimento ignominioso, da própria condição de miserabilidade, que o encerrava no crime e na incapacidade de conter os ímpetos violentos. Atribuía ele, símbolo da justiça do período, uma natureza criminosa e sempre pronta a delinquir, a Jean Valjean. Ser honesto incorreria em antinatureza, pois uns nasceriam para a equidade, enquanto outros para a iniquidade e o herói da história estaria marcado pela natureza desarrazoada e criminosa.

Ao adentrar na vida comum dos “ausentes da história”, da “gente pobre e pobre gente” (PELEGRIN, p.131), o monstro, outrora definido por sua raridade, dissolveu-se em múltiplas figuras para assumir os aspectos da loucura e do crime, prefigurando a imagem do delinquente, o sempre pronto a delinquir. Sem deixar de existir, as figuras teratológicas esgueiraram-se para os tubos de ensaios, para o interior dos corpos e para os receituários morais, colocadas sob o mesmo rótulo da anormalidade.

Essa inserção traduziu a tentativa de impor sobre os monstros a ordem que, na visão das ciências do período, impunha-se a toda a natureza. “Estranha figura esta do corpo monstruoso na era clássica: seja qual for a maneira de observá-las, desordens e deformidades do corpo parecem reenviar a imagem de ordem e da razão” (CORTINE, p.502). Do corpo, mas também do comportamento e, por consequência, da alma que o anima, para assim constituir o protótipo do anormal.

4.7 O louco e a besta: outras (re)apresentações da monstruosidade

Aqueles taxados de loucos, durante o Renascimento, encarnavam a desordem. Absorvidos pelo desejo, a alma desses indivíduos animalizava-se. Como se a loucura fosse, ao mesmo tempo, sintoma e castigo pelos desejos pecaminosos, ela passou a ser rechaçada, mas notabilizada. Por isso, afastados das cidades e das igrejas, esses sujeitos eram postos em embarcações chamadas de Nau dos Tolos, para perambularem pelos mares e rios e, com alguma sorte, chegarem à terra firme. “Essas caras grotescas feitas no ventre dos monstros pertenciam ao mundo da grande metáfora platônica e denunciavam o aviltamento do espírito na loucura do pecado” (FOUCAULT, 2014, p.24).

Se de um lado, a loucura apontava à marca imposta pela inobservância às leis divinas, de outro expunha o caráter faltoso da condição de ser humano. O rosto monstruoso e sua correlação com a loucura advertiam os homens dos males a que podem ser submetidos, caso ignorem as leis. Delícia, mas pecado, como no tríptico de Hieronymus Bosch (1450-1516), intitulado de Jardim das Delícias Terrenas (1504). Ela, não obstante, fascina e torna-se uma das formas de admoestação dos excessos da razão. Dá-se “uma surpreende inversão, e é o animal, agora, que vai espreitar o homem, apoderar-se dele e revelar-lhe sua própria verdade” (FOUCAULT, 2014, p.25).

Em um primeiro movimento, ao escapar à submissão, a face da animalidade humana rompeu com a tentativa de domesticação oriunda dos símbolos e valores humanos. Essa fuga fascinou o homem com o resplendor de “sua desordem, seu furor, sua riqueza de monstruosas impossibilidades”, pois “é ela quem desvenda a raiva obscura, a loucura estéril que reside no coração dos homens” (FOUCAULT, 2014, p.26). No segundo momento, a loucura deixa de estar centrada na expressão do castigo divino, para revelar as fraquezas, vícios e ilusões terrenas. “Por certo, a loucura atrai, mas não fascina.

Ela governa tudo que é de fácil, de alegre, de ligeiro no mundo. (...) Tudo nela é uma superfície brilhante: não há enigmas ocultos” (FOUCAULT, 2014, p. 29).

Essas duas loucuras, ou dois momentos, coexistiram no fim do medievalismo e avançaram às Luzes e ao Renascimento: uma fascinante, mas obscura, posto ser inclassificável; e a outra atraente, e indesejável, restando-lhe a clausura. Uma, perto dos homens, mas invisibilizada e ridicularizada; e a outra estampada, mas jogada aos porões e calabouços, e depois, no período moderno, nas prisões e hospitais. Tal destino, aparentemente semelhante ao dos monstros, não podem estar subsumido um ao outro. Isso porque monstros e loucos possuem, na concepção epistemológica, e também nas ciências modernas nascentes, espaços diferentes entre si. Enquanto aquele pertencia ao quadrante das maravilhas e prodígios, o louco habita o da humanidade.

O lugar do humano, no entanto, com o grande movimento de internação da loucura, escondeu o rosto e os comportamentos do louco, confinando-os em instituições de sequestro. Como exemplo dessas instituições tem-se o Hospital Geral criado por decreto em 1656, na França, onde as pessoas podiam ser internadas contra a própria vontade. Loucos, pobres, doentes, criminosos políticos e criminosos comuns são, segundo o interesse das famílias, da comunidade e do Estado, jogados nesses prédios construídos para outros fins. Há os que aceitavam o tratamento e os que o recusam, mas sobre ambos ele incidia, fosse como terapêutica, fosse como punição.

Essa prática social, conforme Foucault (2014, p.64), caracterizou-se como a nova reação à miséria, que com o declínio do medievo cresceu de maneira vertiginosa e “de modo mais amplo, um outro relacionamento do homem com aquilo que pode haver de inumano em sua existência”. Aqueles que, por motivos financeiros, de saúde, de trabalho ou pátria, não pudessem responder pela própria existência, passaram a constituir a massa e a formar a expressão do indesejável. Essas intervenções foram, paulatinamente, centrando-se sobre o desarrazoado, que sem posses e sem razão para garantir a própria vida, despertou o interesse das áreas médicas e jurídicas em confiná-los para serem objetos de produção de conhecimento.

De um lado a institucionalização tornou-o objeto de um saber sistematicamente especializado, e de outro, retirou-lhe o que caracteriza o homem: a posse da razão. A ruptura foi consumada com a filosofia cartesiana, para quem a loucura seria a antítese dessa característica fundamentalmente humana.

No caminho da dúvida, Descartes encontra a loucura ao lado do sonho e de todas as formas de erro. Será que essa possibilidade de ser louco não faz com que ele corra o risco de ver-se despojado da posse de seu próprio corpo, assim como o mundo exterior pode refugiar-se no erro, ou a consciência adormecer no sonho? (FOUCAULT, 2014, p.52).

Ao contrário do sonho e das demais formas de erro, a loucura torna-se, e Foucault (2014) assim salienta, o outro do homem racional. A identidade do louco constitui-se apenas como parte negativa da razão. Com o esvaziamento dos leprosários, em decorrência do avanço do tratamento e da compreensão sobre a lepra, as portas foram abertas para acolher as formas desumanas prefiguradas pelo louco. Essa doença passou a ocupar o domínio do conhecido, enquanto a loucura começou a ocupar o espaço do desconhecimento. Conjuntamente com o grupo dos insanos, os pobres e desvalidos, passaram a tomar essas instituições, que rapidamente cresceram e se estenderam por toda a Europa.

Se a ontologia do louco se caracterizava pela mente que ele detém, sendo o outro do homem racional, o monstro é o outro devido às características intrínsecas ao seu corpo e comportamento. Ambos adentram o universo da alteridade marcados pela negatividade e tornam-se, desse modo, estranhos aos homens e às suas leis; e ambos se entrelaçam nos hospitais gerais, onde se criam as condições para aproximar o que, em períodos anteriores, estivera distante.

A linha divisória que separava os profanadores, libertinos, devassos, loucos e miseráveis vai desaparecendo. No fim do século XVII em diante, não só aqueles acusados de empregarem estratégias malignas, como feitiços e poções foram mandados para o Hospital Geral, mas também os que utilizam a razão como forma de induzir ao ateísmo e à devassidão. O Marquês de Sade é um desses exemplos. Considerado infame, foi condenado ao internamento por distorcer os costumes da época com obras que afrontavam a religião e o racionalismo, pilares do antigo e do Novo Regime.

Combatido pela monarquia, posteriormente pelos revolucionários e, por fim, por Napoleão Bonaparte, sobre ele pesava o consenso geral de que suas ideias deveriam ser combatidas e seus livros incinerados. A voz do infame, louco e libertino teve de ser calada. “A libertinagem deslizou agora para o lado da insanidade” (FOUCAULT, 2014, p.114). O caso de Sade mostra a passagem da posição da insanidade para o novo domínio no qual a razão é acusada de sujeitar-se aos ímpetus do corpo, de forma a desregrar-se na imoralidade. Empregar a razão para justificar logicamente o transbordamento dos

sentidos, sobretudo ao direcioná-los ao crime e à sexualidade desregrada foi tratado como desvirtuamento da própria natureza da razão. Sade é, desse modo, a figuração da libertinagem, da estranheza, da antinatureza e dos excessos a serem evitados.

Caracterizado como infame e bizarro, as palavras de Sade, como se vê, tiveram de ser obstaculizadas, pois elas subvertiam a realidade. Produziu-se sobre ele, o imoral, um estranhamento sobre o qual pesava a marca da diferença e a necessidade de interná-lo. Outrora conhecido de muitos, agora ele tornava-se estranho e familiar a todos simultaneamente, em outras palavras, tornou-se o diferente. Sade é o díspar e seu comportamento o prova, na diluição da loucura e na ode à monstruosidade, ele causou a estranheza.

Assim como Sade, várias pessoas, pelas razões mais diversas foram internadas contra a própria vontade e confinadas entre as mesmas grades e paredes, ainda que se tratassem de conterrâneos, amigos ou mesmo familiares dos denunciadores. Desse processo segregador emergiu o bizarro, o estranhamento e a diferença, no momento onde tudo obedecia à atmosfera familiar. O internamento criou a alienação ao tornar diferente o compartilhado (FOUCAULT, 2014). É do espaço produzido por essa nova experiência de alteridade negativa, advinda do estranhamento, que a loucura encontra o monstro.

A familiaridade entre a monstruosidade e a loucura colocou aos loucos encarcerados nos hospitais e prisões, os limites para a vivência de seus corpos. Apesar do confinamento, essa experiência era compartilhada com o populacho e com a burguesia. Assim como fora com as figuras monstruosas, expostas em feiras, circos e museus públicos, também em coleções particulares e literatura de folhetins, o corpo do louco foi transformado em espetáculo a ser mostrados, *monstrare*⁶⁰.

Eis a loucura erigida em espetáculo acima do silêncio dos asilos e tornando-se, para alegria geral, escândalo público. O desatino se ocultava na discricção das casas de internamento, mas a loucura continua a estar presente no teatro do mundo. Com mais brilho que nunca. No Império, ir-se-á mesmo mais longe do que tinham ido a Idade Média e a Renascença: a estranha confraria do Navio Azul oferecia outrora espetáculos nos quais se representava a loucura; agora é a própria loucura, a loucura em carne e osso, que representa. Coulmier, diretor de Charenton, havia organizado, nos primeiros anos do século XIX, esses famosos espetáculos em que os loucos representavam ora o papel de atores, ora o de espectadores observados (FOUCAULT, 2014, p.164).

⁶⁰ Assim como apresentado no capítulo **O desencantamento dos monstros**, a palavra monstro deriva de *monstrare* e *monere*, que significa mostrar, advertir.

No início do século XIX, qualquer pessoa poderia visitar os hospitais gerais e, em dias ensolarados, alguns deles como Bicêtre chegaram a receber duas mil pessoas em um único dia. Pagava-se a entrada e conduzido pelo guia, o espectador visitava as celas com os mais diversos espetáculos. O passeio proporcionava sentimentos variados aos espectadores, desde risos e curiosidade, até piedade e maldade. “A loucura torna-se puro espetáculo num mundo sobre o qual Sade estende sua soberania e que se oferece como distração à consciência tranquila de uma razão segura de si” (FOUCAULT, 2014, p.165).

A condição de internamento esconde e modifica o sentimento de vergonha que ela suscita e, da aparente tentativa de ocultar a loucura, as instituições do período, na verdade, a expõe como espetáculo e atração às massas. Sob a intenção de ofertar tratamentos aos necessitados, vendia-se ingressos aos shows de novos personagens, outrora ocupados por seres prodigiosos. Nesse sentido, Foucault (2014, p.165) afirma que “até o começo do século XIX e, até a indignação de Royer-Collard, os loucos continuam a ser **monstros** – isto é, seres ou coisas que merecem ser mostrados”. Para Foucault (2014), a loucura foi transformada em algo para ser olhado, no entanto, sem as características dominantes do monstro, como as marcas exuberantes do corpo monstruoso. A imagem animalizada do louco, apesar disso, simbolizaria a insistência em manter “estranhos mecanismos, bestialidade da qual o homem, há muito, está abolido” (p.165).

A essa bestialidade que deveria ter sido subjugada e superada, o Estado respondeu com o internamento de grande parte da população. Nesse sentido, cabe o questionamento: até que ponto é possível considerar esse rebaixamento à animalidade como forma de monstrosidade? O caminho para a resposta alarga-se com o acoplamento da loucura com a criminalidade. O louco pode ser, a um só tempo, a soma de todas as suas convivências, tais como: o devasso, o assassino, o vagabundo e, com o imoral, todos eles mostram-se detentores de comportamentos prejudiciais à manutenção do Estado.

Mas é uma espécie de imagem da animalidade que assombra, então, os hospícios. A loucura extrai seu rosto da máscara da besta. Os que são amarrados às paredes das celas não são tanto homens de razão extraviada, mas bestas presas de uma raiva natural: como se, em seu limite extremo, a loucura, libertada desse desatino moral onde suas formas mais atenuadas estão encerradas, viesse reunir-se, por um golpe de força, à violência imediata da animalidade (FOUCAULT, 2014, p.167).

Na condição de animais, o tratamento por eles recebidos era o mais vil. Alguns ficavam presos a esgotos, enquanto outros, por manifestarem acessos de raiva eram acorrentados à porta das celas como cães. Dormindo sobre palha, recebiam a comida através das grades, por onde também eram retirados os excrementos com rastelos. Algumas celas tinham o formato de jaulas e lembravam “estábulos humanos” (FOUCAULT, 2014, p.168). Havia um sistema de segurança articulado para evitar o desencadeamento da raiva por parte dos alienados. “Esse desencadeamento é entendido, de início, como perigo social. Mas o que é sobretudo importante é que esse perigo é imaginado sob as espécies de uma liberdade animal” (FOUCAULT, 2014, p.168).

Para Foucault (2014) o fato negativo do homem não ser tratado como tal, mas como animal, é bastante positivo. Isso porque, ao contrário do Período Medieval que atribuía poderes sobrenaturais à associação entre homens e animais, e consequente bestialização, a animalização do homem no Classicismo faz do desatino um agente espontâneo e sem causas predecessoras, a não ser a da própria natureza, seja ela social ou biológica. Por esse olhar, a loucura não resultaria do castigo ou da associação entre o plano terreno e o metafísico, mas ela adviria das disposições orgânicas, dos comportamentos imorais e da convivência em sociedade.

Os aspectos animais da loucura tiram do homem a condição de humano sem, contudo, entregá-lo a outros poderes, e devolveu-o ao marco zero de sua própria natureza. O homem é regredido à arcaica condição de animal que fora um dia. Ele, no entanto, não é o doente, mas sim o animal, e nessa condição, ele pode conviver como os outros animais de forma a suportar as vicissitudes da existência: frio, dor, ratos, excrescências, etc.

Isso indica que a loucura ainda não era questão médica e que tratar não implicava em oferecer essa ou aquela terapêutica, mas sim em submeter-se à condição animal. Ao ser animalizado não há mais que se falar na loucura do homem, pois esse ser desapareceu e, à força, cedeu lugar a outro. “Animalidade desenfreada, só se pode dominá-la pela *domesticação* e pelo *embrutecimento*. O tema do louco-animal foi efetivamente realizado no século XVIII, na pedagogia que às vezes se tentou impor aos alienados” (FOUCAULT, 2014, p. 170. Destaques no original).

No Classicismo, contudo, a loucura ainda não estava posta sob as leis gerais das ciências naturais, apesar da insistência em tratar o louco como um animal. Ela ocupava ainda o espaço do Bestiário, mas sem o mal pensado pelo medievalismo. O louco,

escoimado e sem faltas, estaria inserido na condição violenta e imprevisível da loucura, daí seu caráter de perene ameaça. Esse abafado perigo, próprio de animais selvagens, precisa ser contido, já que para ele não cabe correção. A maneira para contê-lo era a mesma aplicada aos selvagens em geral: a domesticação.

O tema da domesticação reaparecerá com as práticas iniciais da psiquiatria materialista mecanicista. Nelas, tratava-se menos de devolver os benefícios da sanidade ao paciente do que submeter a vontade do doente à do médico. Assim como o animal domesticado observa e atende o mando do dono, do louco esperava-se o mesmo. Sobre isso diz Foucault (2014, p.171): “Virá um momento em que dessa animalidade da loucura se deduzirá a ideia de uma psicologia mecanicista e o tema da remissão das formas da loucura às grandes estruturas da vida animal”. Esse momento difere-se do anterior, não só pelo acúmulo de anos, mas pelos fundamentos das práticas, embora os objetivos, em grande parte, coadunaram-se.

4.8 Do interior do confinamento, ao confinamento interior

No fim do século XVIII, com a popularização de casas destinadas a receber prioritariamente doentes acometidos de problemas mentais, diferentemente do anterior, onde pessoas eram encaminhadas por diferentes razões a esses estabelecimentos de internação, os hospitais psiquiátricos tornaram-se espaços de padronização destinados “a receber exclusivamente os insensatos” (FOUCAULT, 2014, p.420). Dessa forma, a loucura acabou retornando à humanidade. Descarregada da irracionalidade, ela passou a expressar uma dinâmica própria, que a razão ainda não foi capaz, em absoluto, de definir todos os contornos.

Se o monstro pôde ser transformado em humano na forma do anormal, da mesma forma foi possível retirar os andrajos bestiais do louco para reintegrá-lo à humanidade, não mais como espetáculo, e sim como objeto de estudos das ciências médicas, psicológicas e jurídicas. Isso não significa que o temor da sublevação da ira do louco tenha cessado. Na verdade, ocorreu exatamente o oposto. Afastado dos olhares da multidão, ele agora passou a ser observado em seus ínfimos comportamentos, para que qualquer sobra de razão pudesse ser utilizada como forma de tratamento.

O momento em que a jurisprudência da alienação se torna a condição preliminar de todo internamento é também o momento em que, com Pinel, está nascendo uma psiquiatria que pela primeira vez pretende tratar o louco como um ser humano. O que Pinel e seus contemporâneos sentirão como uma descoberta ao mesmo tempo da filantropia e da ciência é, no fundo, apenas a reconciliação da consciência dividida do século XVIII. O internamento do homem social preparado pela interdição do sujeito jurídico significa que pela primeira vez o homem alienado é reconhecido como incapaz e como louco; sua extravagância, de imediato percebida pela sociedade, limita — porém sem obliterá-la — sua existência jurídica (FOUCAULT, 2014, p. 147).

Tratar a loucura objetivava, a um só tempo: a correção dos comportamentos, a ortopedia social e a moralização do indivíduo. Isso porque o louco deveria ser, nos moldes de Phillippe Pinel (1745-1826) temperante, produtivo e moral. O espaço de movimentação do alienado compreenderia a intersecção entre filantropia e ciência. Adviria desse limite o estatuto de sua incapacidade e embora ele existisse juridicamente, precisava ser conduzido por outros mais capazes. Essa condução orientava a terapêutica, e ela própria favorecia a cura, na medida em que levava a força da razão a curvar a insanidade. Para isso ele precisava estar asilado, a fim de ser desalienado da alienação que o acometera.

Se antes o louco estivera inserido nas formas dos Bestiários, agora ele passa a habitar o jardim das espécies. A cada denominação para o mal que o acometia era sugerido um tratamento. “Pinel enumera, entre as vesânicas, a melancolia, a mania, a demência e o idiotismo — às quais acrescenta a hipocondria, o sonambulismo e a hidrofobia” (FOUCAULT, 2014, p.224), enquanto Jean-Étienne Dominique Esquirol (1772-1840) ocupou-se da monomania, em suas várias expressões: mania, imbecilidade, demência e melancolia.

Em relação à monomania, especificamente a homicida, por meio dela os médicos buscavam explicar porque alguns homens calmos e razoáveis, em certos momentos, praticavam crimes horrendos, aparentemente sem causa ou motivação justificada. Sempre que praticadas, tais selvagerias eram vistas como o sintoma inquestionável da ausência de juízo por parte de quem as praticou. Ao cometer o crime, expunha-se a natureza implacável e tautológica que os constituía: a criminalidade. Esses rudimentos da nosologia médica atravessados pelas práticas *jus-psi* deram os primeiros passos na definição e compreensão dos processos mentais, dos diagnósticos e prognósticos das doenças, que ocorreram apenas no século seguinte.

Começou nesse momento a ser dirigido uma nova visada, que embasou o olhar clínico. Na ordem da classificação das manifestações da insanidade, os cuidadores começaram a perceber, a partir de registros e observações, diferenças importantes entre cada grupo de enfermidades. A aparência das doenças mudava pela aplicação de um ou de outro procedimento terapêutico. Correlacionando órgão, sentimentos e movimento, um médico da época chamado Cullen, citado por Foucault (2014, p.226), começou a empregar a expressão doenças nervosas.

Proponho-me entender, sob o título de doenças nervosas, todas as afecções preternaturais do sentimento e do movimento que não se fazem acompanhar da febre como sintoma da doença primitiva; refiro-me também, sob esse título, a todas as doenças que não dependem de uma afecção local dos órgãos, mas de uma afecção mais geral do sistema nervoso e das propriedades desse sistema sobre as quais se baseiam sobretudo o sentimento e o movimento.

Essa forma patológica percebida pelo médico teria uma dinâmica própria, preternatural. Por isso, a classificação, o gênero e os processos envolvidos nesse tipo de doença não coincidiriam com as outras formas de nosografia. Para desenvolver as técnicas de registro que descreveu essa nova modalidade médica foi indispensável a presença constante do médico a observar, de perto, o doente. Formou-se assim o par médico-paciente. “É esse par, com as figuras imaginárias através das quais se comunica, que organiza, segundo os novos modos, o mundo da loucura” (FOUCAULT, 2014, p.228). A partir desse par foi efetuado todo trabalho do saber acerca da manifestação e condição da loucura.

A humanidade devolvida aos loucos por Pinel veio sob o preço da tutela. É a psiquiatria quem passa a deter a verdade da doença e ela não pode mais ser buscada na natureza irreconciliável do insano. Apto a falar de si, mas incapaz de fazê-lo de forma comunicável, são os sintomas e a leitura médica deles que formam a linguagem do louco e sobre a loucura. Desse modo, a psiquiatria sabe mais sobre a doença e o doente, do que ele próprio de si.

Voltemos a atenção para o nosso ponto de partida: de um lado, uma consciência que pretende reconhecer o louco sem mediações, sem nem mesmo essa mediação que seria um conhecimento discursivo da loucura; do outro, uma ciência que pretende poder desenvolver, segundo o plano de suas virtualidades, todas as formas da loucura, com todos os signos que manifestam sua verdade (FOUCAULT, 2014, p. 228).

No espaço entre a consciência do louco sobre sua loucura e o conhecimento médico formou-se um hiato. O insano nada saberia daquilo que o acomete, enquanto todo o saber estaria reservado ao médico, mesmo sobre as experiências que não vivenciou. “O louco e a loucura são estranhos um ao outro: cada um deles retém em si sua verdade, como que confiscando-as para si” (FOUCAULT, 2014, p.228). O saber médico, até o século XIX, irá preencher e aprofundar essa cisão.

Estando a fala do louco suprimida de sentido, senão como sintoma traduzível apenas pelo saber médico, aquele deve submeter-se aos tratamentos dirigidos pelos que conhecem os mecanismos gerais da enfermidade. A aceitação da loucura concorre em duas direções: do médico ao paciente e do paciente ao paciente. A posição do médico dá-lhe o direito de orientar o tratamento e a do paciente de segui-lo, mesmo se sua vontade se mostrar contrária à da direção médica. Por isso, o doente deve lutar contra as próprias convicções, colocando, em seu lugar, as do médico. No cerne desse tratamento está o conjunto de aplicações morais, pois “já não é mais como despertador que o médico deverá agir, mas como moralista” (FOUCAULT, ANO, p.365).

Esse processo de moralização dá-se como realização da doença. O tratamento médico, diferentemente do período anterior, consiste agora em dar vasão e orientação às manifestações da insanidade. Trata-se de curar o ilusório prolongando a ilusão e, para isso, as artes e o trabalho seriam ferramentas bastante úteis. Na medida em que fantasia com o teatro e cria por meio das práticas laborais, o doente deparar-se-ia com os elos rompidos da razão e, por mais que muitos deles não possam ser restaurados, a percepção sobre si desse rompimento constituir-se-ia como o gesto salutar. E por que essa percepção é saudável? Pois ao deparar-se com a própria incapacidade, o doente livremente coloca-se à disposição do tratamento médico. Assim, o gesto emblemático de Pinel de retirar o louco das correntes demonstrava que, tutelados, eles deveriam ser eternamente gratos a essa libertação. A maneira de melhor exprimir essa gratidão seria com a submissão.

Nem sempre, entretanto, o louco agia de forma grata. Exemplos de acessos de cólera são citados por Pinel no Tratado Médico-Filosófico, mas em todos os casos ele ressalta a necessidade de os cuidadores agirem de maneira austera e sem o emprego da violência, o que foi expressado no comentário abaixo:

En tales casos se seguía antiguamente un método sencillo, y solo bueno para hacer incurable la manía, que era abandonar al loco en lo interior de su jaula, qual á un ente indomable, cargarle de cadenas, o tratarle con suma crueldad, como si no quedase más recurso que el de libertar á la sociedad de él, y esperar la terminación natural de tan cruel existencia.

Pero este partido, tan cómodo para la negligencia de un jefe, y que respiraba á un mismo tiempo mucha ignorancia é inhumanidad, debe ser entregado ahora á la execración pública, con otras muchas preocupaciones que han sido el azote e oprobio del género humano (PINEL, 1804, p.138)⁶¹.

A exortação do médico francês deixa claro a posição contrária que demonstrava em relação aos tratamentos desumanos. Para ele, esses rudimentos da barbárie deveriam ter ficado para trás, ilustrando um período arcaico onde imperava a ignorância. Pondo de lado os antigos métodos de contenção, Pinel opta pelo tratamento moral e em vários relatos de casos, como o do soldado Chevingé, que acometido de um delírio de grandeza decorrente do excesso de vinho, acreditava ser general, o psiquiatra demonstra a eficácia desse tratamento.

E em que consistia tal tratamento? De maneira geral, os enfermos eram retirados das celas, grades e correntes, e postos em liberdade vigiada. Ao serem libertos, Pinel e os cuidadores, que também deveriam ser baluartes da moral e possuir estatura imponente, lembravam ao doente que eles haviam sido libertados graças à benevolência médica. Voluntariamente agradecidos, eles cumpriam todas as exigências que lhes eram postas. Grande parte das obrigações resumia-se a serem bons cidadãos, cumpridores dos deveres sociais. E isso lhes era exigido. A cada um dos doentes era atribuído um papel previamente determinado, como se estes papéis estivessem sempre presentes no interior dos enfermos: “são espécies sociais já constituídas que dormitaram durante muito tempo sob a loucura, e que se levantam em bloco, numa conformidade perfeita com aquilo que representam, sem alteração nem caretas” (FOUCAULT, 2014, p.521).

A quebra das correntes e dos grilhões que aprisionavam o louco fê-lo curvar a cabeça ao dever, em forma de orientação, aos tipos sociais definidos pelos médicos. As observações registradas pelos psiquiatras visavam, não só desvelar os comportamentos e pensamentos do enfermo, mas também sinalizar em quais momentos ele abdicava do tratamento moral, para ser coagido a aceitá-lo. O importante é submetê-lo ao tratamento, apesar da cura. O soldado Chevingé, por exemplo, não se libertou do desatino e, mesmo assim, tornou-se o servidor exemplar. Coube a ele reconhecer e desempenhar o papel que

⁶¹ Tradução livre da Língua Espanhola: Nesses casos, no passado se seguia um método simples, e só bom para tornar a mania incurável, que era abandonar o louco dentro de sua jaula, como uma entidade indomável, carregá-lo com correntes ou tratá-lo com extrema crueldade, como se não houvesse outro recurso senão libertar a sociedade dela e aguardar o fim natural de uma existência tão cruel. Mas este partido, tão confortável pela negligência de um chefe, e que respirava ao mesmo tempo muita ignorância e desumanidade, deve agora ser entregue à execração pública, com muitas outras preocupações que têm sido o flagelo e a reprovação da raça humana.

lhe foi atribuído, da melhor forma possível: reconhecer, porque esse personagem vislumbrado pelos médicos estaria adormecido em seu interior; e desempenhar, posto ser necessário agir sobre os próprios pensamentos, sentimentos e condutas. Tanto um quanto o outro só seriam possíveis graças à percepção e intervenção médicas.

Vê-se assim como a força do mito pôde prevalecer sobre toda verossimilhança psicológica e sobre toda observação rigorosamente médica; está claro que, se os indivíduos libertados eram realmente loucos, eles não foram curados com aquele ato, e que seus comportamentos devem ter mantido durante muito tempo os traços da alienação. Mas não é isso o que importa para Pinel; para ele, o essencial é que a razão seja significada por tipos sociais cristalizados bem cedo, desde que o louco deixou de ser tratado como o Estranho, como o Animal, como figura absolutamente exterior ao homem e às relações humanas. O que constitui a cura do louco, para Pinel, é sua estabilização num tipo social moralmente reconhecido e aprovado (FOUCAULT, 2014, p.522).

Com efeito, o relacionamento do louco dá-se, não com o médico, mas com o papel a ele atribuído, imbuído em um dever moral de aceitá-lo, haja vista ter sido o doente, libertado pela filantropia médica. A maneira de pagar a dívida é, tão somente, aceitando o esquema de procedimentos montados para que ele volte a ser um personagem social adequadamente ajustado. Assim, de alienado da sociedade, a única forma a ele disponibilizada para retornar ao convívio social é alienando-se de si, negando-se, para aceitar a verdade dada pelo médico, a partir de tipos sociais predeterminados. Trata-se, dessa maneira, de negar a si, para assim, afirmar-se ao médico.

Caso o louco resista a aceitar a condição a ele imposta, passará então a ser o único culpado pela própria alienação, por ter recusado o tratamento. Apesar disso, não poderá furtar-se à percepção de que ele se difere dos demais e que, portanto, o convívio deva ocorrer com seus iguais, para com eles buscar a verdade da loucura. Pra isso, o asilo e os retiros eram indispensáveis. Neles, o doente era inserido “numa dialética simples da natureza”, para edificar um grupo social. “E isso de um modo estranhamente contraditório” (FOUCAULT, 2014, p.516).

Esse modelo de reclusão deveria funcionar como um sistema de seguros, para auxiliar o doente em suas diversas necessidades: comida, lazer, vestuário e religião. A assistência era financiada por redes de doação, tanto de instituições religiosas como pelos familiares, além de pessoas interessadas em filantropia, e finalmente pelo Estado. Os internados que tivessem condição de arcar com os custos, faziam-no de maneira integral. O funcionamento deveria obedecer ao do modelo familiar, como se houvesse a comunhão

de sentimentos fraternais entre os membros. Todos, sem exceção, deveriam submeter-se alegremente ao tratamento assistido pelos cuidadores, que cumpriam o papel de pais severos e amorosos. “E nessa afeição comum, sem indulgências mas sem restrições, os doentes reencontram a calma felicidade e a segurança de uma família em estado puro: serão os filhos de uma família em sua idealidade primitiva” (FOUCAULT, ANO, 516).

Os princípios norteadores dessas instituições seguiam a mesma lógica do fundamento contratualista: contrato, família e afeição natural, possibilitadas apenas pelo exercício de negação da própria vontade. Essa prática, quando direcionada ao louco e ao nomeado de monstro são, a um só tempo, impossíveis, mas desejáveis. Impossível porque lhes são negadas as possibilidades de escolha, e desejáveis, pois o interesse em dobrar a vontade a eles negada é a bússola que orienta o tratamento moral. A maneira para objetivos antitéticos manterem-se mutuamente dava-se pela busca do sentimento natural original, semelhante ao prefigurado na ideia rousseauiana do bom selvagem. A diferença em relação a ela é que, enquanto essa era ilustrada com a liberdade como fundamento da condição humana, no ideário defendida nos retiros, o primeiro homem, prefigurado por Adão, é inexoravelmente dependente de Deus.

Ambas as ideias se sustentavam no princípio da moralidade e da necessidade em se reestabelecer as formas humanas mais puras e originárias: a do Adão, anterior ao pecado; e a do bom selvagem, antecessor da sociedade civil. Nelas não havia doenças, segundo esses ideários, carências ou imoralidades. “Desse modo o doente será levado a esse ponto em que a sociedade acaba de surgir da natureza, e onde ela se realiza numa verdade imediata que toda a história dos homens contribuiu, em seguida, para embaralhar” (FOUCAULT, 2014, p.517). Por meio dos retiros, então, desapareceriam todos os entraves postos pela convivência numa sociedade sem muros, e neles o louco poderia desfrutar, verdadeiramente, da liberdade. “Tais são os poderes místicos do *Retiro*: poderes que dominam o tempo, contestam a história, reconduzem o homem para suas verdades essenciais, identificando-o no imemorial com o Primeiro Homem natural e com o Primeiro Homem social” (FOUCAULT, 2014, p.517. Destaques no original). Razão e desrazão estão, nesse homem primevo, reconciliadas.

O espaço barrado entre razão e desatino é desfeito no momento em que deixa de ser colocado. O desarrazoado tem no médico, na moral e na culpa as verdades da própria condição e, por isso, seria desnecessário buscá-las. Basta que ele, no retiro, deixe-se conduzir permanentemente de volta, se assim for necessário, ao lugar sem história, onde nada e ninguém estivera alienado.

1- O papel do internamento é o de reduzir a loucura à sua verdade. 2 - A verdade da loucura é aquilo que ela é, menos o mundo, menos a sociedade, menos a contranatureza. 3 - Essa verdade da loucura é o próprio homem naquilo que ele pode ter de mais primitivamente inalienável. 4 - O que existe de inalienável no homem é, ao mesmo tempo, a Natureza, a Verdade e a Moral, isto é, a própria Razão. 5 - É por conduzir a loucura a uma verdade do homem, a uma natureza que é a natureza da doença e natureza serena do mundo, que o *Retiro* recebe seu poder de cura (FOUCAULT, 2014, p.518. Destaques no Original).

Essas são, para Foucault (2014), as bases sobre as quais o olhar dirigido à loucura e aos doentes estão sustentadas. Esse espaço mítico, no entanto, transcende os muros dos retiros e passa a orientar tanto as formas de tratamentos medicamentosos, como a condição jurídica em que o louco será posto. Ela deixa em aberto, entretanto, algumas questões, dentre elas: por que alguns indivíduos não recebem quaisquer tipos de tratamentos para a condição em que se encontram? Por que o tratamento psiquiátrico e psicológico é desaconselhado por psiquiatras para os casos de sujeitos diagnosticados com psicopatia? Por que o psicopata não é tratado, médico e juridicamente, como incapaz de tomar decisões, ainda que suas ações sejam consideradas imorais, insanas e aniquiladoras da sociedade?

Em relação às questões acima colocadas, é possível que esse lugar do inalienável, a que os retiros almejavam conduzir os loucos, estabelecesse dois tipos de natureza: uma benevolente e, portanto, adequada aos princípios e valores que regem as sociedades; e outra maligna e monstruosa, e que por isso deveria ser rechaçada, condenada e separada do contato social e do convívio com outros homens. A imagem do louco, assim, desdobra-se em duas: no sociável, dócil, tratável e mutável; e no insociável, violento, intratável e imutável. Ambas devem ser submetidas às formas de medicalização e serem enquadradas no conjunto geral das padronizações, do normal e do patológico.

4.9 Controle social da loucura: o anormal e o monstruoso

Que és então? Pois, se não é um deus, és um monstro! (Foucault, 2005).

Os sujeitos tratados como loucos, até o século XIX, juntaram-se à figura do anormal. Se por um lado, o Estado almejava a normalização deles, essa deu-se como uma inclusão excludente. Nesses espaços reservados ao tratamento, para os que têm a natureza

bondosa, ou ao não tratamento, aos que são essencialmente maus, há a união de três instâncias formadas: pela justiça, com os procuradores e juízes; pela administrativa, constituída pelo governo; e pela médica, com os profissionais das áreas *psi*. Da união dessas três agências foi possível desenvolver-se a tutelarização da loucura, conforme Castel em *A ordem psiquiátrica: a Idade de ouro do alienismo*, 1978.

Enquanto a medicina nos séculos XVII e XVIII aprimoraram as técnicas do tratamento moral, a fim de chegarem aos pressupostos teóricos da psiquiatria, os posteriores irão, cada vez mais centrar-se na terapêutica medicamentosa, no organicismo e nos processos psicológicos. A essa mudança de direção não se pode creditar apenas acréscimos quantitativos dos períodos anteriores. Ela tem, na verdade, um caráter mais abrupto e radical.

Quando a causa das doenças deixa de ser oriunda da inobservância, por parte do louco, das leis morais, há de se indagar, então, de que ordem passa a ser agora a natureza do problema. Se não está na alma, conceito esse cada vez mais rechaçado pelas ciências modernas nascentes, tendo em vista o caráter metafísico nele engendrado, onde estariam as causas? A aposta seguinte foi a de que estariam no amálgama corpo-subjetividade, em uma inversão absoluta em relação ao monstro. Por que inversão? Enquanto o monstro invoca a imagem aberrante de proporções mastodônticas, o organicismo-subjetivista médico-psicológico migrou para porções cada vez menores e mais microscópicas do corpo e nos recônditos da subjetividade. A essa mudança brusca, Castel (1978, p.10) chamou “metamorfose”. Prossegue o autor:

Por oposição às mudanças em série, chamaremos metamorfose a transformação do conjunto dos elementos do sistema. Uma metamorfose marca a passagem a uma outra coerência, é a expressão de uma outra política. Não se pode mais interpretá-la a partir da reestruturação interna do dispositivo médico. E o produto de uma renegociação global das divisões de poder com as outras instâncias interessadas numa política de controle: a justiça, a administração central, as comunidades locais, a escola, as famílias, etc.

Ainda que a metamorfose, muitas vezes torne irreconhecível o estado anterior do metamorfoseado, ele mantém em si as qualidades anteriores. A lagarta transformada em borboleta conserva os processos anteriores, porém acrescidos de outras funções, como a possibilidade de voar, por exemplo. Do mesmo modo foram mantidas, mas transformadas, as convicções dos séculos anteriores.

Como visto anteriormente, o Estado moderno consolidou-se com o fortalecimento e promoção de instituições de educação, controle e subjetivação, como os hospitais, os presídios, a escola e a família nuclear. O papel cumprido por Pinel e seus seguidores não se restringia à preocupação íntima para com os loucos, mas sustentava-se pela filantropia. Ela, angariada pelo Estado, comunidades, famílias e indivíduos, visava atender ao interesse estatal, de modo a garantir o funcionamento das instituições, o controle dos cidadãos e o bem-estar geral, com exceção ao do louco perigoso, ao anormal e ao monstro. Daí o tratamento moral estar mais próximo das ciências políticas do que das da natureza e/ou biológicas.

A psiquiatria é efetivamente uma ciência política já que ela respondeu a um problema de governo. Ela permitiu administrar a loucura. Mas deslocou o impacto diretamente político do problema para o qual propunha solução, transformando-o em questão "puramente" técnica. Se existe repressão, esta se deve ao seguinte: com a medicina, a loucura passou a ser "administrável" (CASTEL, 1978, p.14. Destaques no original).

Administrar a loucura, a terapêutica, a medicação, o asilo, os comportamentos, enfim, trabalhar como administrador, criando e aplicando estratégias de controle social, eis o papel da psiquiatria nascente. Esse protagonismo, não obstante, fica reduzido quando surgem as figuras dos juízes e dos policiais nos tribunais. Sobre isso Castel (1978) afirma que os saberes médico-psicológicos, quando funcionam bem, são desapossados pelos juízes, e pelo Estado, para desatarem o nó causado pela representação do louco e do anormal, acrescentando-se a eles, o monstro.

Essa nódoa, que expõe os limites da sociedade balizada pelo contrato social, precisa ser capturada e reeditada pelas ciências e, em parceria administrativa com o direito e Estado, controlada ou aniquilada, para dirimir os riscos e perigos. “Os sucessivos equilíbrios de seu intercâmbio dão conteúdo concreto ao que se deve entender por estratégia de controle social: não como imposição brutal de um aparelho coercitivo, mas, instauração de dispositivos práticos por responsáveis bem intencionados” (CASTEL, 1978, p.14). Cabem aos parceiros, um pouco distantes, o juiz e o policial, a fiscalização dessa administração médico-psicológica do louco.

O desconhecimento e o reconhecimento de pessoas loucas despertam a sensação de medo e de desconfiança. Obrigadas a conviver amedrontadas pelas doenças epidêmicas, escassez de alimentos, guerras e violência, erigir o Estado significou para a administração governamental a busca pela segurança. E nesse anseio, o papel da

psiquiatria foi indispensável, na medida em que ela possibilitou, até certo ponto, o controle do alienado e a defesa da sociedade. Defesa contra quem? Contra os perigos internos e familiares, como o delinquente, o louco, o louco-delinquente e o monstro.

Vai aparecer, nesse momento, a ideia de uma guerra interna como defesa da sociedade contra os perigos que nascem em seu próprio corpo e de seu próprio corpo; e, se vocês preferirem, a grande reviravolta do histórico para o biológico, do constituinte para o médico no pensamento da guerra social (FOUCAULT, 2016, p.258).

Deve-se identificá-los e, se possível, tratá-los de forma a serem incluídos entre aquelas pessoas que não despertam medo. Outra forma de atenuar a insegurança é a de mantê-los longe dos olhos, mas sempre vigiados. A vigilância, como forma de administração da vida, deve ocorrer na cooperação das agências destinadas a esse fim, no caso a médica e a judiciária. Nessa intersecção introduz-se a prática, para Castel (1978, p.15), indispensável às sociedades modernas: a perícia.

Uma avaliação fundada na competência técnica vai impor, a certos grupos "marginais", um estatuto que terá valor legal embora seja constituído a partir de critérios técnico-científicos e não de prescrições jurídicas inscritas em códigos. Um processo de corrosão do direito por um saber (ou por um pseudo-saber, mas essa não é a questão), a subversão progressiva do legalismo por atividades de perícia, constituem uma das grandes tendências que, desde o advento da sociedade burguesa, opera os processos de tomada de decisão que engajam o destino social dos homens. Do contrato à tutelarização (Destques no original).

Para essa transformação ou metamorfose, a medicina mental foi preponderante. Com a consolidação da perícia criminal e do trabalho do médico-perito como auxiliar nas decisões do juiz, a tutela do louco ficou completamente entregue às decisões do Estado. De posse do conhecimento sobre os processos orgânicos, dos psicológicos e da dialética entre ambos, a perícia médica abarcaria a totalidade do animal humano, estando em condição supostamente privilegiada para embasar as decisões jurídicas.

O médico, no entanto, nada tem a dizer sobre o monstro a não ser taxá-lo, sem admitir o limite teórico da psiquiatria, de intratável, a exemplo do caso Nando. As taxações são diversas: maníaco, maquiavélico, sádico, assassino serial e psicopata. E, embora haja nos manuais termos consolidados pela nosologia médica, eles são facilmente substituídos por outros que, se nada descrevem, servem para impressionar os ouvintes.

Muitos deles, empregados em diagnósticos de séculos passados, ainda se perpetuam nos laudos periciais atuais, em um misto de apelos biológicos e morais.

4.10 O mal analto no delinquente nato

Como visto em capítulos anteriores, os seres mágicos habitavam, não só a imaginação, mas definiam as tomadas de decisão das autoridades locais daqueles períodos. Crianças nascidas com deformidades poderiam ser, conforme acreditava-se oriundas de uniões impossíveis, entre homens e demônios. Da mesma forma, os hermafroditas deveriam ter a sexualidade administrada, para não cometerem alguma torpeza com outras espécies ou seres. Havia, como forma de impedimento a essas transgressões, um estatuto penal dirigido quase exclusivamente às decisões que envolviam monstros, monstruosidades ou condutas monstruosas.

Enquanto uma exceção no campo jurídico-biológico, ele representava um fenômeno muito raro e extremo que rompia, ao mesmo tempo, com as leis da natureza e as da sociedade. “Ele é o limite, o ponto de inflexão da lei e é, ao mesmo tempo, a exceção que só se encontra em casos extremos, precisamente. Digamos que o monstro é o que combina o impossível com o proibido” (FOUCAULT, 2001, p.70). Dessa junção, para Foucault (2001), a partir do século XVIII, adveio a figura do anormal, com o confisco das características próprias ao mostro.

Como contradição à lei, o monstro leva até o ponto máximo a transgressão. E apesar de ser considerada infração, em sua definição mais radicação, ele não aciona o gatilho legal e por parte da lei não lhe é dirigida resposta. Isso porque, ao mesmo tempo em que a viola, ele deixa o aparato legal sem voz. “Ele arma uma arapuca para a lei que está infringindo” (FOUCAULT, 2001, p.70). Não sendo a resposta da lei, quais poderes o monstro provoca? “Será a violência, será a vontade de supressão pura e simples, ou serão os cuidados médicos, ou será a piedade” (FOUCAULT, 2001, p.70).

O monstro enquanto infração coloca-se para além da lei, constituindo-se como modelo para as grandes e pequenas discrepâncias. Inteligível, abarca as diversas formas com que se apresentam as anomalias, nas sutilezas e minúsculas irregularidades; contém também as violências excruciantes, das quais duvida-se que possam ser cometidas. “É a questão, por exemplo, que Lombroso formulará ao lidar com os delinquentes”

(FOUCAULT, 2001, p.71). Sendo impossível e proibido, ele é um princípio de inteligibilidade tautológico, pois apenas o monstro pode explicar o monstro.

Não à toa, o psiquiatra italiano Cesare Lombroso (1835-1909), na obra *O homem delinquente*, de 1876, começa as exposições e análises sobre a predisposição ao crime partindo das observações de plantas, insetos e animais. As exceções da natureza, para ele, poderiam apontar pistas para a origem dos comportamentos criminosos, de modo a prevê-los e controlá-los. A partir delas, ele pretende expor o quadro geral dos atavismos humanos, e encontrar neles a causa para os crimes. De inspiração positivista, com elementos do darwinismo social, Lombroso (2007, p.6) afirmava que “o criminoso é geneticamente determinado para o mal, por razões congênicas. Ele traz no seu âmago a reminiscência do comportamento adquirido na sua evolução psicofisiológica. É uma tendência inata para o crime”. As circunstâncias sociais apenas fariam eclodir o que se encontrava, em germe, no interior do sujeito.

A hereditariedade para o mal seria intratável, mesmo sendo o delinquente, por definição, o doente do crime. Do ponto de vista social, comportamentos de violência extrema poderiam ser tidos como monstruosos, pela união do proibido com o excedido. Pela perspectiva da natureza, contudo, eles apenas seguiriam o desenvolvimento evolucionista que prepara uns para o crime e outros para a pacificação. Segundo ele, ao citar um médico chamado Renan, os atos criminosos são difusos e frequentes nas espécies e nas plantas, e “a natureza dá o exemplo mais implacável de insensibilidade e da maior imoralidade” (LOMBROSO, 2007, p.21). Bastaria ver como as plantas carnívoras devoram suas vítimas.

No caso dos animais, as evidências por ele apontadas são mais vívidas. As abelhas matam as rainhas excedentes; os gorilas e os leões empregam de violência para dominar territórios; a colmeia ataca operárias de outras colmeias; as formigas roubam a prole das outras; o canibalismo e o infanticídio são recorrentes entre todas as espécies; os macacos abandonam seus filhos, sem remorso. Como se vê, a natureza daria muitos exemplos de comportamentos considerados criminosos pela sociedade humana. Curiosamente, Lombroso (2007) ignorava que a moralidade está alicerçada na razão e, por consenso também de médicos e psiquiatras daquela época, as plantas e os outros animais não a possuiriam.

O primeiro capítulo intitulado, *Os delitos e os organismos inferiores*, lança os pressupostos da obra inteira. Nela, os delinquentes, assim como as plantas e os animais,

agem por forças que não conseguem compreender ou controlar. São algozes sociais e vítimas dos atavismos. O tamanho da cabeça, a posição dos olhos, o formato do nariz, a compleição corporal, a nodosidade dos dedos e pés, as protuberâncias do crânio, cada uma dessas pistas esclarecia as motivações para os atos criminosos.

Lombroso (2007) aprofunda essa investigação com vários estudos de antropologia criminal e amplia os elementos anatômicos, inserindo também os psicofisiológicos. Deles, o psiquiatra italiano analisa as tatuagens, a sensibilidade tátil e visual, a sensibilidade afetiva, o suicídio, os afetos e as paixões, a religião, a inteligência, a reincidência, as gírias, as associações para o mal, a hereditariedade e os ímpetos às práticas criminosas. Sobre as tatuagens, diz o autor que a escolha por uma prática “dolorosa e frequentemente longa e perigosa como a da tatuagem e a grande frequência neles de traumas, levaram-me a suspeitar que haja neles uma sensibilidade à dor, mais abafada do que a das pessoas comuns” (2007, p.47). Segundo ele, o mesmo poderia ser verificado entre os alienados.

Outro importante fator a ser observado é o do desenvolvimento da criança. A demência moral e a tendência à prática de delitos começariam a ser evidenciadas precocemente por meio da cólera. A raiva, a vingança, os ciúmes, a mentira, a preguiça e o ócio, a crueldade e a obscenidade poderiam ser constatadas mesmo em crianças bem pequenas, nos pequenos monstrinhos.

É um fato fugidio talvez aos observadores, exatamente pela sua simplicidade e frequência, e apenas levantado por Moreau, Perez e Bain, que os germens da demência moral e da delinquência encontram-se, não excepcionalmente, mas normalmente nas primeiras idades do ser humano. No feto, encontram-se frequentemente certas formas que no adulto são **monstruosidades**. O menino representaria como um ser humano privado de senso moral, este que se diz dos frenólogos um demente moral, para nós, um delinquente-nato. Há nisso toda a violência da paixão (LOMBROSO, 2007, p.59. Destaque nosso).

O psiquiatra admite que em alguns casos a má educação durante a primeira infância poderia contribuir para a consolidação das tendências ao crime. Ele, contudo, assevera que na soma considerável dos casos teria pouca importância no resultado final, pois os fatores e as predisposições genéticas seriam determinantes. Caberia ao Estado afastar do convívio social e evitar que essas crianças compartilhassem, entre as outras igualmente más, os ímpetos para o crime. Por isso ele sugeria os manicômios criminais como forma de acolhimento delas, considerando serem essas instituições mais úteis às

crianças do que aos adultos. Essa seria a forma de sufocar a tendência ao mal. “Essa ideia não é algo novo ou revolucionário. Sob uma forma mais radical e menos humanitária, a Bíblia já havia ordenado ao pai apedrejar o filho maldoso” (LOMBROSO, 2007, p.86).

Em relação à educação, Lombroso (2007) faz a correlação entre instrução e delinquência. Para ele, quanto mais se investe em instrução, tanto mais o delinquente reincide no crime. Ao ser educado, o psiquiatra cria que o criminoso teria favorecidas as técnicas e as práticas delituosas, pois passaria a cometê-las com maestria. “Quem, como Locatelli, que indaga como pode acontecer essa influência perniciosa da instrução, notará que o delinquente na prisão aprende com a arte de ferreiro ou do calígrafo os meios de delinquir com menor perigo e maior vantagem” (LOMBROSO 2007, p.156). Dessa forma, investir em educação nas prisões resultaria no avanço da criminalidade, financiada pelo Estado.

Orientando-se por ditos populares, o psiquiatra cria que a reincidência é uma constante imutável para os criminosos, e nem seria necessário saírem da prisão para constatar o fato entre os delinquentes. Muitos presos, segundo ele, mesmo nas celas, praticam recorrentemente seus delitos sem o menor pudor ou intenção de mudar. Como o senso moral, em sua opinião, faltava à imensa maioria dos apenados, o esforço para mudá-los de caminho seria vão. O mesmo valeria para a assistência social. Ainda que fossem favorecidos com imensas fortunas, ele afirmava que os delinquentes seguiram nos delitos apenas pelo prazer de delinquir.

O que mais importa é que a consciência popular sentenciou há séculos:
- *Semel malus semper malus* = Igual ao mal é sempre o mal; Os ladrões não se arrependem jamais; Quem começa mal, termina pior; *Vizio per natura, fin alia fossa dura* = Vício por natureza, termina na fossa dura; Quem de um vício quer se abster, peça a Deus não o obter (LOMBROSO, 2007, p.158. Destaques no original).

Devido à falta de compreensão moral, para ele, os delinquentes não sentiriam culpa, por tanto, jamais se arrependeriam. Citando o caso de um ladrão sobre as motivações que o levavam a roubar, esse respondeu que o fazia por instinto, e que seu ato garantia a manutenção dos juízes, advogados e carcereiros. Tratava-se, portanto, de um ladrão orgulhoso, que embora percebesse o ato maldoso que praticava, justificava-o presunçosamente. Diante dessa fala, Lombroso (2007) acreditava ter as provas incontestáveis para sua teoria. Nascidos para o delito, pouco poderia ser feito para curá-los, pois os atos desvelavam a natureza delituosa que os engendra.

Seguindo nessas análises, o psiquiatra italiano compara o sentimento de arrependimento dos insanos com o dos delinquentes. Para ele, raramente os loucos nasciam maldosos e imorais, mas durante as crises provocadas pela doença mental, eles poderiam vir a praticar atos maldosos. Ao fazê-lo, na maioria dos casos, ao ato seguia-se o arrependimento, diferentemente dos delinquentes, que seriam incapazes de arrependerem-se e, quando o faziam, o arrependimento estaria envolto em cinismo e mentira.

O perigo causado por um sujeito delinquente só é menor do que o causado pela associação de delinquentes. Lombroso (2007, p.185) afirma que a associação para o mal expressa o problema mais importante daquele período. A união “das almas perversas” produz o “fermento maligno” que faz crescer as tendências malignas. Delas nascem as atrocidades, alimentadas pelo ímpeto ao mal e pela vaidade oriunda da prática delituosa. Além disso, o encontro de vários criminosos evocaria o sentimento generalizado de injustiça aos de fora do grupo, e de força e coesão aos de dentro. Por isso, ele aconselha que os bandos sejam combatidos a todo custo.

O tipo mais aterrador de todos os trazidos por Lombroso (2007) é aquele que soma a demência moral com a delinquência inata. O temor causado pela imagem dessa combinação, por si só, justificaria o encarceramento e a morte desses sujeitos. Muitos deles, conforme os dados estatísticos trazidos pelo médico, encontravam-se presos em cadeias comuns, o que corroborava, para ele, a ideia de que eram perigosos. Empregando a frase de outro estudioso do tema ele diz que “os dementes morais nascem plasmados naturalmente para o mal” (LOMBROSO, 2007, p.212).

Tendo em vista o medo produzido pela imagem do demente-moral-delinquente-nato, Lombroso (2007) faz um estudo mais pormenorizado que o dos tópicos anteriores da obra. No capítulo XVI, intitulado Dementes morais e delinquentes natos, ele analisa 27 itens, que vão desde a reação pública, passando pela afetividade e sexualidade, até chegar aos fatores hereditários favorecedores dessa combinação. Enquanto a causa para os atos imorais dos dementes são oriundos da doença que os acomete, freando o desenvolvimento psicológico e fazendo degenerar o psiquismo, no caso dos delinquentes-natos os fatores são biológicos e imutáveis.

Somente em algumas exceções os sujeitos nasceriam com as duas características somadas. A possibilidade de adquirirem as duas, pela convivência social, no entanto, seria bastante grande. Isso porque os dementes são postos, devido aos atos resultantes da

degeneração, na maioria das vezes, em companhia com os delinquentes. Do convívio entre eles, cada qual acaba apreendendo do outro as características idiossincráticas e as reproduz. Essa situação faz, para Lombroso (2007, p.223), que eles fiquem em uma condição pior do que antes de reunirem-se. Ao demente é ensinado a delinquir, ao delinquente a agir impulsiva e compulsivamente. Por carecem de livre-arbítrio, a ambos não cabe educação, instrução ou “ginástica mental”, “motivo que não valem mais nos dementes morais ou nos delinquentes natos, que logo caem na reincidência” (LOMBROSO, p. 2007, p,223).

Sem a possibilidade de mudar, posto ser incapaz mental e fisicamente, o demente-delinquente inspira medo. Se, conforme Foucault (2014, p.27) “em todos os lados, a loucura fascina o homem”, em todas as direções esse ser híbrido, forjado às portas do século XX, causa assombro aos cidadãos e ao Estado. O que caracteriza o par demência-delinquência como monstrosidade, é a situação compósita dele. Ao contrário dos seres fantásticos, ele é um monstro banalizado e cotidiano. “O anormal vai continuar sendo, por muito tempo ainda, algo como um monstro pálido” (FOUCAULT, 2001, p.71).

Ambivalente, essa composição aglutina dois tipos de indivíduos: um a ser corrigido e em quem pode operar o tratamento; e outro incorrigível, dado a determinação biológica que o define. Sobre os dois incide a necessidade de vigilância constante, até nos mais ínfimos comportamentos, pensamentos e desejos. Tratando-se do demente-delinquente, ela deve ser redobrada e incidir não só no passado, mas principalmente dirigir-se ao futuro, e ser preditiva. Para esse fim, a rede de vigilância deve ser ampliada. A rua, a oficina, o bairro, a paróquia, a polícia, a escola, dentre outros, devem operar em conjunto com o corpo médico-judiciário, no intuito de denunciar os casos suspeitos. Em se tratando do mostro, eles seriam bastante raros, a exceção da exceção, mas essa formação monstruosa em que se unem o delinquente e o louco, pode ser recorrente.

Tanto o efeito de crimes assombrosos dos delinquentes, quanto a taxa de acometimento de doenças mentais não são exceção, mas observáveis cotidianamente. “É um fenômeno tão recorrente que apresenta – e esse é o seu primeiro paradoxo – a característica de ser, de certo modo, regular na sua irregularidade” (FOUCAULT, 2001, p.73). A irregularidade regular forja um monstro banalizado e empalidecido, que deve ser corrigido na impossibilidade de sua correção. Posto ser impossível, deve ser vigiado, preferencialmente no centro de aparelhos destinados a esse fim.

Mesmo incorrigíveis, todos os ímpetos, impulsos e predisposições precisam estar sob vigilância. A essa moralização por rédeas, nada pode escapar, nem mesmo o feito ou pensado no particular e que, aparentemente, não afetaria a ninguém. O demente-delinquente, dessarte, não tem posse sobre o próprio corpo. Ele deve submetê-lo ao tratamento que não visa mudá-lo, e sim obliterá-lo. Por isso, a sexualidade será também vigiada e trazida como prova de sua incorrigibilidade. Será impedido de ter relações sexuais, de masturbar-se ou de exprimir desejos, pois eles só expressariam a torpeza que os acomete.

A associação entre crime, torpeza e loucura, produziu a imagem do demente-delinquente, que atemoriza a cidade. Essas três formas de desvios que o marcam são, comumente, enfatizadas para referir-se a esses sujeitos, quando postos sob vigilância pelo Estado e pelo aparato médico-judiciário. A partir do século XX, elas caminharão sempre juntas, ao se referir ao indivíduo tido como o monstro banal ou o anormal. Nessa direção Foucault (2001, p.76) afirma:

E, precisamente, o ponto de aparecimento do que poderíamos chamar de uma genealogia da anomalia humana, uma genealogia dos indivíduos anormais, se formará quando houver sido estabelecida uma rede regular de saber e de poder que reunirá, ou em todo caso investirá, de acordo com o mesmo sistema de regularidades, essas três figuras.

Ainda que Foucault (2001) estivesse referindo-se a outras três formas, sendo elas o onanista, o incorrigível e o monstro, a referência do autor são bastante próximos aos aqui desenvolvidos. Como ponto de partida, ele concorda que na base de sustentação da imagem do demente-delinquente opera a força do monstro, senão no sentido teratológico, no moral-judiciário. Toda a problemática da anomalia repousava sobre o monstro. “O monstro é que é o problema, o monstro é que interroga tanto o sistema médico como o sistema judiciário” (FOUCAULT, 2001, p.78). Ele era, e as pistas apontam para o fato de que continua sendo, quem interroga as instâncias de poder e os campos de saber, ligados, direta ou indiretamente, à área *jus-psi*.

Somado a isso, a potência contida nele de, a qualquer momento, praticar um crime, faz com que o sistema jurídico produza mecanismos de controle; o policial, de combate ostensivo e preventivo; o educacional, de reeducação e reinserção; e o médico, de profilaxia e ortopedia social. Essas ações não visam a impedir o ato, mas vigiá-lo, para garantir a sensação generalizada de segurança. Trata-se, por tanto, de manter o perigo, e pô-lo sob controle. Para isso, tornou-se indispensável que a ameaça fosse alardeada e

produzisse pânico, na justa medida em que esse estado de alerta fosse seguido pela sensação de segurança, para gerar calma.

Esse amálgama de sentimentos aparentemente contraditórios, mas na verdade complementares, posto funcionarem em conjunto, serve como modelo para justificar determinadas intervenções do Estado. Sob o discurso de que a sociedade precisa ser protegida a qualquer custo, o limiar para essa intervenção amplia-se. A necessidade de normalização, pela regulamentação e disciplinarização, passa a ser indispensável, com o intuito de se evitar possíveis descompassos sociais. Institui-se uma sociedade de normalização, onde “se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação” (FOUCAULT, 2016, p.302).

Deriva do nó que liga as normas da disciplina e da regulamentação, o poder que se exerce sobre a vida e também sobre o corpo. Ambos ficam assujeitados, para a sensação geral de segurança, aos códigos e medidas estatais. Desse modo, profilaticamente, evitam-se as ações do delinquente, a desproporção do anormal e a perversão do monstro. Na convergência dos interesses de diferentes instituições, como a penal, a escolar, a jurídica, a médica e a psicológica, produziu-se essa tecnologia de controle da população e dos indivíduos, a que se pode chamar de biopolítica.

Para a circulação dessa forma de poder, as faces da criminalidade, naquilo que ela tem de desproporcional e perigosa, são superexpostas, alertando ao perigo de se permitir a livre convivência social do criminoso. Como forma de defender a sociedade dos possíveis ataques deflagrados por ele, deve-se investir para que receba um tratamento diferenciado e específico à sua condição ameaçadora, para assim contê-la. A essa preocupação seletiva estatal, dirigida a todos, mas investida sobre alguns, Foucault (2016) chamou de racismo de Estado. Nele, importa menos se alguns morrerem, desde que todos estejam protegidos. Com a vigilância redobrada e classificados dentro de categorias de risco social, o criminoso é visto como o inimigo a ser combatido, dentro dos próprios limites do Estado. Desse modo, pesa sobre ele o racismo estatal, sendo considerado o elo fraco e pernicioso do sistema social a ser extirpado.

Se a criminalidade foi pensada em termos de racismo foi igualmente a partir do momento em que era preciso tornar possível, num mecanismo de biopoder, a condenação à morte de um criminoso ou seu isolamento. Mesma coisa com a loucura, mesma coisa com as anomalias diversas (FOUCAULT, 2016, p.308).

Uma vez controlado, seja pela eliminação radical, seja pela vigilância perene, o criminoso, envolto sob a pele do delinquente, anormal e monstruoso, projeta a imagem do Estado como um ente cuidador e justo, sobre quem nada se pode interpelar. Se a terapêutica moral sobre os loucos visava adestrá-los, o tratamento punitivo para os delinquentes natos, contê-los, o enfrentamento do criminoso associado ao monstro implica em erradicação. A aniquilação desse indivíduo não gera sentimento de culpa no Estado, pois desumanizado ao ser taxá-lo de monstruoso, representa o mesmo que a peste representava para os séculos anteriores.

Com efeito, a associação entre loucura, delinquência, anormalidade, criminalidade e monstruosidade funciona como uma categoria política, que assume, conforme a conveniência e as estratégias estatais, variadas facetas. Pode-se afirmar que uma delas é a alcunhada de psicopata, somando-se a ela a do maníaco e a do assassino serial. Disperso entre as formas com que o monstro pode se manifestar, ao psicopata-maníaco-serial dá-se um rosto. Transitar entre os termos de forma a equivalê-los, apesar da especificidade de cada um deles, não está redutível à imprecisão terminológica ou ao emprego descomprometido do senso-comum. Eles estão, na verdade, implicados, e o medo advindo desse somatório confuso é alimentado e direcionado pelo e para o Estado.

Lo monstruoso no es la mezcla de elementos naturales, sino las conductas criminales que pueden originarse en una desviación de la naturaleza. Dicho de otra manera, si antes un monstruo era potencialmente un criminal, ahora el criminal es siempre virtualmente un monstruo. Para ser más claros, la monstruosidad siempre fue percibida como la posibilidad de transgredir la ley. Ahora se invierten los papeles: toda criminalidad es referida a un fondo de monstruosidad, de desviación de la naturaleza⁶² (CASTRO, 2004, p.250).

Enquanto desvio, ele deve ser barrado, contido e controlado pelas medidas biopolíticas. As agências médicas, para descrever e predizer, e a judiciário-psicológica para moralizar e barrar, são acionadas em conjunto para garantir e salvaguardar o Estado e a sociedade. Como as imagens do monstro e da monstruosidade participam das bases que perpassam as estratégias de administração da vida e da população, é possível vislumbrar, dentro da biopolítica, uma forma mais específica de governo, que poderia ser

⁶² Tradução livre da Língua Espanhola: O monstruoso não é a mistura de elementos naturais, mas as condutas criminosas que podem ter origem em um desvio da natureza. Em outras palavras, se antes um monstro era potencialmente um criminoso, agora o criminoso é quase sempre um monstro. Para ser claro, a monstruosidade sempre foi percebida como a possibilidade de infringir a lei. Agora os papéis se invertem: toda a criminalidade remete a um fundo de monstruosidade, de desvio da natureza.

chamada de teratopolítica. Ela, no entanto, como demonstraram as várias passagens históricas onde se tentou assimilar o monstro, resiste à redutibilidade biopolítica.

*Ahora bien, la monstruosidad no debe comprenderse sólo en un sentido negativo, esto es, como una producción específica y objeto de gestión del biopoder, sino que también presenta un sentido afirmativo, es decir, las vidas que escapan de ser apropiadas por el poder y crean formas de resistencia y vida en común*⁶³ (TORRANO, 2014. p.93. Destaques no original).

Contra essa resistência à assimilação, luta o Estado e, para isso, ele delinea e esquadrinha o corpo com seus atavismos, e os recônditos da subjetividade dos eleitos que servirão como exemplo e caução ao projeto de segurança e vigilância das sociedades, a exemplo da brasileira, de controle. Identificar, confinar, catalogar e usar de modelo: eis o tratamento estatal dado aos considerados monstros; e também a todos os demais.

Nesse sentido, termos como psicopatas, psicopatia, *serial killers* e maníacos, são empregados em diferentes contextos e com variados conceitos, para abarcar e classificar pessoas, enclausurando o sujeito no crime por ele cometido ou na mera acusação. Assim, a pretensão aqui não é a de validar, invalidar, conceitualizar ou problematizar esses rótulos, e sim a de apresentar a maneira como ele tem sido empregado em suas diferentes formas, concepções e acepções, tanto nas pesquisas, como na atuação profissional, a exemplo dos jornais e dos tribunais, e ainda pelas instituições estatais. A forma que recorrentemente é empregada para classificá-los passa pelo processo do exame.

4.11 O exame

Em *Vigiar e Punir* (2014d), Foucault aponta para algumas características da sociedade disciplinar e de seus dispositivos, termos forjados por ele, que se referem aos modelos societários onde o poder, nas formas de vigilância e punição, são empregados como técnicas de controle das vidas, pelas variadas agências e instituições estatais. “*El dispositivo disciplinario, en cambio, tiene como objetivo la singularidad somática. Más precisamente, el objetivo de las disciplinas es convertir la singularidad somática en el*

⁶³ Tradução livre da Língua Espanhola: Ora, a monstruosidade não deve ser entendida apenas em sentido negativo, ou seja, como objeto específico de produção e gestão do biopoder, mas também tem sentido afirmativo, ou seja, as vidas que escapam de serem apropriadas pelo poder e eles criam formas de resistência e vida em comum.

sujeto de una relación de poder y, de este modo, fabricar individuos”⁶⁴ (CASTRO, 2004, p.101). Esse sujeito das relações de poder, passa por um minucioso processo de esquadramento onde cada conduta é classificada em consonância com um modelo determinado. A própria classificação é, em si, uma forma de punição às vidas que escapam à média.

Em suma, a arte de punir, no regime do poder disciplinar, não visa nem a expiação, nem mesmo exatamente a repressão. Põe em funcionamento cinco operações bem distintas: relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto, que é ao mesmo tempo campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir (FOUCAULT, 2014d, p.179).

Diferenciando os indivíduos e comparando-os por uma regra de conjunto, almeja-se deslocá-los ao ponto ótimo, onde a regra mínima servirá de fôrma para moldá-los em conformidade à média. “Medir em termos quantitativos e hierarquizar em termos de valor as capacidades, o nível, a ‘natureza’ dos indivíduos” (FOUCAULT, 2014d, p.179. Destaque no original). Os desajustados são, nessa perspectiva, aqueles cujas arestas excederam a fôrma, tornando-se anormais e devem, por isso, ser recolocados nela para serem normalizados perenemente.

Normalizar significa, desse modo, retirar os excessos e as faltas, de maneira a diferenciar, homogeneizar e excluir, em um processo contínuo de comparação, tomando como molde um tipo determinado bastante fluído. Em outras palavras, as características do modelo podem alterar-se, embora a nomenclatura de referência permaneça a mesma. O edifício da vigilância e da punição descansa sob dois pilares: o do grande tribunal, onde é classificado algo como a natureza do indivíduo, podendo ele ser ou não ser determinado rótulo; e o dos pequenos tribunais, que funcionam como campos definidores das condutas, e que indicam a força do ato e a tendência a praticá-lo. Trata-se, assim, da junção entre o jurídico e o antropológico, a exemplo da construção da figura do delinquente, do anormal e do monstro moral.

O funcionamento jurídico-antropológico que toda a história da penalidade moderna revela não se origina na superposição à justiça criminal das ciências humanas, e nas exigências próprias a essa nova racionalidade ou ao humanismo que ela traria consigo; ela tem seu ponto de formação nessa técnica disciplinar que fez funcionar esses

⁶⁴ Tradução livre da Língua Espanhola: O dispositivo disciplinar, por outro lado, visa a singularidade somática. Mais precisamente, o objetivo das disciplinas é converter a singularidade somática no sujeito de uma relação de poder e, desse modo, fabricar indivíduos.

novos mecanismos de sanção normalizadora (FOUCAULT, p.180, 2014d).

Por meio da disciplina ilumina-se o poder da norma. Ela atravessa as variadas instituições, desde a escola, até a fábrica, o exército, os hospitais, o sistema judiciário, etc. Onde houver comportamento atrelado ao conjunto institucional, e Estado, lá estará a norma. É ela quem classifica, hierarquiza e distribuiu os lugares no quadro social, obrigando à homogeneidade, na mesma medida em que individualiza. As diferenças individuais ficam postas nessas grades, hierarquias e sanções, e devem ser dirimidas ou suplantadas.

A técnica de controle normalizante, onde fica evidenciada a vigilância, pela classificação, qualificação e punição, é o exame. Em todos os dispositivos disciplinares ela está altamente ritualizada. No livro de registro de funcionários e alunos, nas atas de agentes de segurança, nos diagnósticos psiquiátricos e psicológicos, nos processos penais pode-se ver reunidos “a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade” (FOUCAULT, p.181, 2014d). No cerne desse processo, vê-se manifestar a sujeição daqueles percebidos como objetos, bem como a objetivação daqueles que se sujeitam a ele e “a superposição das relações de poder e das de saber assume no exame todo o seu brilho visível” (FOUCAULT, p.181, 2014d).

Essa interconexão do saber com o poder representa mais uma inovação da Era Clássica. Isso porque, no medievo, o exame definia-se como uma técnica voltada a si mesmo, para aferir os próprios pensamentos e compará-los com os dos parâmetros postos pelo cristianismo. O objetivo, nesse caso, era o do expurgo e da ascese contra os pensamentos pecaminosos, portanto, um procedimento de si, para si (FOUCAULT, 2014e). O mesmo pode ser dito caso se retroceda ao período anterior. Na Grécia Clássica, o exame estava posto como um conjunto procedimental de inquirição sobre a lógica e as motivações daqueles que procuravam o Oráculo, para não perguntarem demais ou de maneira despropositada, como esclarece Foucault (2014) em *A hermenêutica do sujeito*.

A mudança da tecnologia do exame, em relação a esses conjuntos históricos, está na ordem qualitativa. Embora nos dois casos acima apresentados o exame constituía-se como técnica apenas a um conjunto de iniciados, como monges ou filósofos, após a Era Clássica ele passa a se caracterizar como uma das principais tecnologias de vigilância sobre as vidas. Não mais de si para si. Agora ele será empregado pelas agências e instituições estatais, bem como por parte da sociedade, como técnicas de poder-saber

administrativas e de governo da vida, não apenas de si, mas dos outros. Sobre isso questiona Foucault (2014d, p.181):

Fala-se muitas vezes da ideologia que as “ciências” humanas pressupõem, de maneira discreta ou declarada. Mas sua própria tecnologia, esse pequeno esquema operatório que tem tal difusão (da psiquiatria à pedagogia, do diagnóstico das doenças à contratação de mão de obra), esse processo tão familiar do exame, não põe em funcionamento, dentro de um só mecanismo, relações de poder que permitem obter e constituir saber? O investimento político não se faz simplesmente no nível da consciência, das representações e no que julgamos saber, mas no nível daquilo que torna possível algum saber (Destques no original).

Condição básica para o reconhecimento epistemológico, e não só instrumental, da medicina no século XVIII, sobretudo da psiquiatria, foi o de funcionar como aparelho de examinar. Inicialmente como no ritual da visita, em que o médico, assim como o padre, ia até a casa do doente para examiná-lo eventualmente. Com o passar do tempo, o eventual passou a ser constante, e ao doente coube a tarefa de deslocar-se até o hospital. De local de assistência, a casa hospitalar passou à de formação e aperfeiçoamento científicos: “viravolta das relações de poder e constituição de um saber” (FOUCAULT, 2014d, p.182). Substituindo a velha referência aos autores tradicionais, o hospital converteu-se em campo de pesquisa que recebeu constantemente objetos disponibilizados ao exame: os doentes.

Igualmente a escola, ao ser formada e reformulada, torna-se um tipo de aparelho constante de exame, onde são acompanhados o passo a passo e o cotidiano do processo de ensino-aprendizagem. Medir e sancionar marcam a ordem do dia, daí a importância ímpar das provas e testes de mensuração, seleção e enquadramento. “O exame não se contenta em sancionar um aprendizado; é um de seus fatores permanentes: sustenta-se segundo um ritual de poder constantemente renovado” (FOUCAULT, 2014d, p.183). Ao mesmo tempo em que o exame permite avaliar a transmissão do saber, ele produz um campo abrangente de conhecimento sobre o aluno, reservado ao mestre, à instituição escolar e ao Estado. Equipa-se uma pedagogia que funciona como ciência, sobre a qual produzir-se-ão e se testarão técnicas, métodos e mecanismos pedagógicos.

Seja qual for a instituição, nela, o exame compreende um mecanismo de ligação entre certo tipo de formação do saber com determinado exercício de poder, invisível. Na medida em que é exercido para dar contornos às bordas do anormal, escamoteia-se. Aquele sobre o qual incide, no entanto, é sempre visto. As marcas deixadas pelo exame

garantem a visibilidade constante do anormal, agora objetivado. “No espaço que domina, o poder disciplinar manifesta, para o essencial, seu poderio organizando os objetos. O exame vale como cerimônia dessa objetivação” (FOUCAULT, 2014d, p.183). Sobre os enquadrados para essa cerimoniosa observação. E de que forma ela opera? Na e pela produção de arquivos.

Minuciosos, os arquivos registram dentro de tempo e espaços definidos, os corpos, as condutas, as marcas, as ações, os pensamentos, os sentimentos, enfim, toda a rede subjetiva que pode ser objetivada para tornar-se registro. “O exame que coloca os indivíduos num campo de vigilância os situa igualmente numa rede de anotações escritas; comportamentos em toda uma quantidade de documentos que os captam e fixam” (FOUCAULT, 2014d, p.185). Forma-se dos registros, outras redes descritivas adjuntas, nos moldes administrativos e burocráticos, mas com técnicas e inovações singulares. Elas podem abranger a identificação, a assimilação ou a descrição.

Era esse o problema do exército, onde urgia encontrar os desertores, evitar as convocações repetidas, corrigir as listas fictícias apresentadas pelos oficiais, conhecer os serviços e o valor de cada um, estabelecer com segurança o balanço dos desaparecidos e mortos. Era esse o problema dos hospitais, onde era preciso reconhecer os doentes, expulsar os simuladores, acompanhar a evolução das doenças, verificar a eficácia dos tratamentos, descobrir os casos análogos e os começos de epidemias. Era o problema dos estabelecimentos de ensino, onde era forçoso caracterizar a aptidão de cada um, situar seu nível e capacidades, indicar a utilização eventual que se pode fazer dele (FOUCAULT, 2014d, p.185).

Advém daí a criação de diversos códigos para a individualidade disciplinar capazes de transcrever, normalizando os aspectos singulares estabelecidos pelo exame: critérios físicos de qualificação; semiologia médica do sintoma e prognósticos das doenças; códigos escolares e militares para o desempenho e identificação de comportamentos e condutas indesejáveis. Inicialmente rudimentares, essa tecnologia compreende hoje várias esferas da vida do indivíduo, de populações e de regiões. Isso porque, captados pelo exame, os indivíduos e a população são comparados, seriados, organizados e colocados em categorias, por aproximação, semelhança ou por afastamento e dessemelhança.

Os hospitais e as escolas constituíram grandes laboratórios de formulação dos métodos de escrituração e de documentação. Desde a forma de arquivá-los, até a confrontação desses dados nas reuniões médicas, pedagógicas ou prisionais, construindo

uma contabilidade de doenças, curas e condutas, de maneira a calcular o impacto desses dados para a cidade, o estado ou a nação, fizeram dessa técnica a tecnologia imprescindível para a disciplinarização promovida pelo Estado.

Entre as condições fundamentais de uma boa “disciplina” médica nos dois sentidos da palavra é preciso incluir os processos de escrita que permitem integrar, mas sem que se percam, os dados individuais em sistemas cumulativos: fazer de maneira que a partir de qualquer registro geral se possa encontrar um indivíduo e que inversamente cada dado do exame individual possa repercutir nos cálculos de conjunto (FOUCAULT, 2014d, p.186).

Por todo esse aparelho descritivo que o acompanha, o exame possibilita, correlativamente: a objetivação dos indivíduos em objeto descritível e analisável, sem limitá-los a traços específicos, de forma a mantê-los em suas singularidades, acompanhando a evolução individual, dentro das próprias potencialidades, e em um sistema de saber permanente; e ainda, a composição de sistemas de comparação para aferir fenômenos globais, grupais e coletivos, e estimar os desvios entre pares de indivíduos ou grupos variados, na distribuição populacional. Basta considerar os relatórios e anamneses do campo médico, psicológico e do serviço social para ver operar as facetas do exame.

Do mesmo modo, no campo judiciário-psiquiátrico, o exame é amplamente empregado. Particularmente nessa área, ele tem a função de dobrar o delito, “tal como é qualificado pela lei, com toda uma série de outras coisas que não são o delito mesmo, mas uma série de comportamentos, de maneiras de ser [...]” (FOUCAULT, 2001, p.19). Passa-se do ato à conduta, da ação delituosa à maneira de ser, do comportamento à natureza, ou melhor, à naturalização do criminoso. Constrói-se “um duplo psicológico-ético do delito” (FOUCAULT, 2001, p.20), cujas causas podem ser morais, psicológicas, fisiológicas ou genéticas. Por se tratar de múltiplas determinações, cada indivíduo é tomado como um caso particular.

O caso não trata do conjunto de circunstâncias que qualificam o ato, alteração e aplicação da regra, mas é o indivíduo mesmo, tal como pode ser mensurado, enquadrado e comparado a outros, mas em sua própria individualidade. Um exemplo, nesse sentido, é o Plano Individual de Atendimento – PIA, empregado tanto na aplicação de medidas socioeducativas previstas no ECA e no SINASE, como na oferta dos serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. São, portanto,

instrumentos de aplicação a indivíduos de diversos grupos e seguimentos sociais, em cuja base está o exame.

Durante muito tempo a individualidade qualquer – a de baixo e de todo mundo – permaneceu abaixo do limite da descrição. Ser olhado, observado, contado detalhadamente, seguido dia por dia por uma escrita ininterrupta era um privilégio. A crônica de um homem, o relato de sua vida, sua historiografia redigida no desenrolar de sua existência faziam parte dos rituais do poderio. Os procedimentos disciplinares reviram essa relação, abaixando o limite da individualidade descritível e fazem dessa descrição um meio de controle e um método de dominação (FOUCAULT, 2014d, p.187).

Consolidam-se, não mais as transcrições de bustos à lembrança futura, mas registros para o uso eventual. Daí os loucos, os anormais, as crianças desajustadas, os delinquentes, etc., serem objetos de descrição individuais e de casos a serem exaustivamente estudados, de maneira a servir para a compreensão de fenômenos desviantes e para a consolidação das ciências que se dedicam a tais estudos. Produz-se um saber, para se exercer um poder. “Esta transcrição por escrito das existências reais não é mais um processo de heroificação; funciona como processo de objetivação e de sujeição” (FOUCAULT, 2014d, p.187).

O exame fixa a ritualística científica, da descrição, previsão e controle das diferenças individuais, funcionando como escrita técnica de técnicos, mas também política, na medida em que submete uns a outros. Nele, os desvios, as notas, os traços restituem, estatutariamente, a própria individualidade, pela acentuação das singularidades, fazendo do indivíduo um caso. “Finalmente, o exame está no centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber” (FOUCAULT, 2014d, p.188). Ao combinar a vigilância hierárquica às sanções normalizadoras, o exame opera como função disciplinar para a extração máxima das potencialidades, de forma a fabricar individualidades. Isso porque o processo de individualização e a produção de indivíduos tornou-se indispensável à manutenção da organização social atual, pautada no lucro, no domínio, na vigilância e controle, e na punição.

O emprego das técnicas de exame, embora disseminadas amplamente, ampara e descarta determinados aspectos, conforme o local onde está inserido. Pensando sua aplicação no campo penal, ele possibilita a mudança do alvo de aplicação da penalidade, para o “do ponto de vista psicológico-moral” (FOUCAULT, 2001, p.22). São eles, o psicológico e o moral que receberão atenção especial. De caráter tautológico, o exame

inserido nesse contexto define o sujeito pelo que ele faz: mata porque é assassino, rouba porque é ladrão, estupra porque é estuprador. Ele, no entanto, não se limita apenas à infração, mas se propõe a conhecer as motivações. Sejam elas oriundas das relações sociais ou gestos imanentes, o exame psiquiátrico ampara, cientificamente, a pena. Dobra-se o delito com a criminalidade, para punir outras coisas, além da infração.

A anamnese, a história da vida pregressa, a descrição das relações sócio-parentais, vão produzindo elementos para justificar a aplicação maior ou menor da pena. Trata-se de um elemento de demonstração, como uma profecia sobre o passado. “Em outras palavras, mostrar como o indivíduo já se parecia com seu crime antes de o ter cometido” (FOUCAULT, 2001, p.24). O mau aluno, o mau pagador, o filho desnaturado, o desertor ou o sem ocupação, terão penas mais severas do que aqueles sem essas características. Além disso, aquele que acumular esses predicados e chegar a ser enquadrado como delinquente, poderá ter no exame, também, a sentença que impedirá, ao máximo, o convívio social fora das instituições de sequestro, a exemplo da penitenciária. Perigoso, o delinquente, nessa perspectiva, deve ser interdito com rigor.

O psiquiatra judiciário – e é possível inserir aqui também o psicólogo judiciário – acaba, dessa maneira, tendo o duplo papel de técnico e de jurisperito, não sobre as leis, mas sobre a verdade do sujeito, para instrumentalizar a decisão do juiz ou do corpo de jurados. É como que, com suas técnicas de exame, onde ele compara performances, fosse capaz de aprender verdades que o próprio indivíduo desconhece acerca de si. O exame restitui ao sujeito, a verdade que ele não sabe que possui, ideias essas que já se encontravam em Lombroso e Pinel.

Ou seja, o juiz deve conhecer a alma do criminoso para poder interrogá-lo como convém, para poder pegá-lo em suas perguntas, para poder tecer em torno dele toda a astúcia capciosa dos interrogatórios e lhe extorquir a verdade. É como sujeito detentor de verdade que o criminoso deve ser investido pelo saber do juiz; não é nunca como criminoso, como quem cometeu o crime. (...) Não é o sujeito criminoso, é o sujeito sapiente que é assim investido por esse saber (FOUCAULT, 2001, p.107).

Uma questão se coloca a esse respeito. E quando o sujeito perde o status de sapiente, como no caso do delinquente? Nessa situação, convoca-se o perito para extrair a verdade dele, como se ela estivesse sob sua pele, e se evidenciasse por seus atos. Outro problema ainda permanece: como dar crédito aos dados extraídos daqueles alcunhados de psicopatas, de monstros do crime?

Para essa questão, Casoy (2014, p.128) considera que os “psicopatas são mentirosos crônicos” desde a infância, enquanto Pereira e Russi (2016, p.6) afirmam que “eles são mestres em mentir, e se vangloriam disso e quando são pegos não sentem nenhum constrangimento”. Desse modo, a rede de mentiras poderia impossibilitar o trabalho de peritagem médico-psiquiátrica. Nessa mesma direção, em relação à mentira, Silva (2008, p.76) comenta:

Temos que distinguir, porém, a mentira corriqueira da mentira psicopática. Os psicopatas são mentirosos contumazes, mentem com competência (de forma fria e calculada), olhando nos olhos das pessoas, são tão habilidosos na arte de mentir que, muitas vezes, podem enganar até mesmo os profissionais mais experientes do comportamento humano. Para os psicopatas, a mentira é como se fosse um instrumento de trabalho, que é utilizado de forma sistemática e motivo de grande orgulho (Destaque no original).

Detalhando essa capacidade supra-humana de praticar a mentira, Silva (2008) afirma que eles se tornam, com o passar do tempo, tão hábeis nessa prática, a que chama de arte, que misturam verdades e mentiras para confundir e ganhar credibilidade. Admitindo pequenos deslizes, eles escondem os verdadeiros crimes. Em decorrência disso, ela adverte: “por isso é preciso muita observação, conhecimento de sua vida passada e um pouco de distanciamento emocional para não se deixar enganar com facilidade por um psicopata” (SILVA, 2008, p.77).

Ao se considerar a posição da médica Silva (2008), a verdade não poderia ser extraída do sujeito diagnosticado como psicopata. Cabe apenas, ao perito psiquiatra, determiná-la, considerando os atos do criminoso e comparando-os com as histórias de outros, igualmente transgressores. Como, para ela, a origem do problema é eminentemente genética, portanto, biológica, a única intervenção possível é a de mantê-lo interdito. Nem mesmo a psicoterapia ou a terapia medicamentosa seriam recomendadas, pois, além de agravar o problema, poderiam servir de ferramentas para consolidarem as práticas perversas. “A psicopatia não tem cura, é um transtorno de personalidade e não uma fase de alterações comportamentais momentâneas” (SILVA, 2008, p.173).

Posto fora do campo de intervenção médico-psicológica, para Silva (2008), ao psicopata resta apenas o da penalidade, mesmo à criança que manifestar esse comprometimento. Desse modo, o trabalho do perito restringe-se ao de, por exclusão, assegurar que o indivíduo examinado preencha a todas as características gerais que podem

defini-lo como o psicopata. Subvertendo a verdade, este acaba por ser uma das representações atuais da figura do monstro e, sem poder ser definido, ele próprio serve como régua de aferição a outros comportamentos, obrigando à constante vigilância e intervenção estatal, visando à garantia da segurança geral, ou pelo menos, da sensação de estar-se seguro.

4.12 A (in)definição da psicopatia em Robert Hare

Dedicado aos estudos da psicopatia e dos psicopatas, o psicólogo experimental canadense Robert Hare propagou diversos trabalhos nessa temática, que influenciaram vários escritores, dentre eles Silva (2008). Na verdade, o livro da autora faz a adaptação à linguagem e contextos brasileiros, de *Without conscience: the disturbing world of the psychopaths among us*⁶⁵, de 1995, escrito pelo canadense. Na edição brasileira, o texto é apresentado como tendo a finalidade de divulgar ao grande público, o *Psychopath Checklist* ou *Hare's Psychopath Checklist Revised – PCL-R*, que se trata de um instrumento psicológico, “padrão ouro para o diagnóstico dessa condição, com aceitação internacional e utilização em diversos países e continentes” (TABORDA, p.IX, 2013).

Impressionado com o trabalho do psiquiatra estadunidense Tervey Cleckey (1903-1984), *The mask of sanity: attempt to clarify some issues about the so-called psychopathic personality*⁶⁶, de 1941, Hare (2013), a partir do conjunto de características descritos por Cleckey (1988), retirados de casos clínicos de pacientes psiquiátricos, elabora um instrumento, baseado em ferramentas estatísticas, para quantificação, mensuração e identificação de possíveis psicopatas. Para Taborda (2013), Hare dirige o manual, principalmente aos profissionais que atuam nas vertentes criminais, especialmente no sistema penitenciário, para “levá-los a questionar visões inocentes e edulcoradas da criminalidade, pelas quais o delinquente não passa de vítima de uma sociedade que somente lhe negou oportunidades” (TABORDA, p.X, 2013).

Fica claro, no entanto, nas primeiras páginas do manual que a pretensão de Hare (2013) é a de voltar-se ao público leigo, para que qualquer um seja capaz de identificar os psicopatas. Referindo-se a eles como predadores sociais, Hare (2013) afirma que a

⁶⁵ Tradução livre da Língua Inglesa: Sem consciência: o mundo perturbador dos psicopatas que vivem entre nós.

⁶⁶ idem: A máscara da sanidade: uma tentativa de esclarecer algumas questões sobre a chamada personalidade psicopática.

principal tática empregada é a da sedução e manipulação, como arma para abrirem caminhos à crueldade. Incapazes de consciência ou sentimento, ele os descreve como egoístas que desarticulam, sem qualquer culpa, a trama que mantém o tecido social.

Ainda que concentre os esforços desse livro sobre o público encarcerado, que constituirá o campo e o objeto das pesquisas realizadas por ele e pelo seu grupo de pesquisadores, em outras obras tratará de psicopatas em diversos ambientes, como o empresarial, a exemplo de *Snakes in suits: When psychopaths go to work*⁶⁷. Dessa forma, ele transforma a psicopatia em um fenômeno cotidiano; o psicopata, em vizinho sempre à espreita; e o leitor, em cientista e analista do comportamento.

Ao longo dos anos, acabei me acostumando com a seguinte situação: estamos jantando, e um dos presentes faz uma pergunta gentil sobre meu trabalho. Então esboço brevemente as características distintivas da psicopatia. Todas as vezes, invariavelmente, alguém à mesa de repente fica quieto, pensativo e, em seguida, exclama: “Deus do céu, eu acho que Fulano deve ser...” ou “Sabe de uma coisa, eu nunca tinha pensado nisso antes, mas a pessoa que você está descrevendo é meu cunhado”. Essas respostas refletidas, preocupadas, não se limitam a meu círculo social. É comum pessoas que leem meu trabalho telefonarem para meu laboratório para descrever um marido, filho, empregado ou conhecido cujo comportamento inexplicável tem lhes causado sofrimento e dor há anos (HARE, 2013, p.25. Destaques no original).

Ao evitar usar a terminologia científica, Hare (2013) opta pela experiência pessoal e por trazer elementos de filmes, livros ficcionais e noticiários a fim de familiarizar o leitor com as suas conclusões. Apesar disso, ele faz um esforço, com critérios flexíveis, para tentar definir o que compreende como psicopata. Inicialmente, diferencia o sociopata do psicopata afirmando que, próximo ao primeiro estão os que atribuem às experiências sociais e familiares a causa para a psicopatia; enquanto ao segundo, onde ele se inclui, estariam aqueles que acreditam serem elas decorrentes da conjugação de fatores psicológicos, biológicos e genéticos. Tanto um como o outro tomam por base a comparação sintomatológica descrita no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos mentais – DSM.

Considerando que alguns sintomas são subjetivos e, dado à dificuldade em aferi-los, muitos médicos acabaram considerando apenas os aspectos objetivos, “o resultado foi uma confusão durante a última década, em que muitos médicos pressupunham, erroneamente, que transtorno da personalidade antissocial e psicopatia eram sinônimos”

⁶⁷ Tradução livre da Língua Inglesa: Cobras de terno: quando os psicopatas vão trabalhar.

(HARE, 2013, p.40). Houve, desse modo, uma justaposição entre os diagnósticos e o criminoso contumaz tornou-se sinônimo de psicopata. Grande parte dos criminosos, para ele, não podem ser chamados de psicopatas, enquanto muitos destes, sequer chegam à prisão. Nesse sentido, ele adverte: “não se esqueça disso se precisar consultar um médico ou psicólogo sobre um suposto psicopata em sua vida. Confirme se o profissional sabe a diferença entre transtorno de personalidade antissocial e psicopatia” (HARE, 2013, p.40-41).

Para evitar essas confusões, Hare (2013) perfaz, brevemente, o desenvolvimento histórico do conceito de psicopatia, encontrando-o inicialmente no trabalho de Hervey Cleckley, com soldados em tratamento psiquiátrico da Segunda Guerra Mundial. A pesquisa de Cleckley teria nascido da necessidade prática de identificar e diagnosticar, premente, indivíduos que pudessem romper ou destruir o comando militar. Nesse contexto, a direção da máquina nazista teria servido como um exemplo aterrorizante a ser evitado. A pergunta que se colocava era: “Como e por que certos indivíduos – inclusive, de modo aterrorizante, um indivíduo no comando de uma nação – agiam abertamente contra regras que a maioria das pessoas acatava para conter seus impulsos e fantasias básicos?” (HARE, 2013, p. 42).

A guerra definiu duas ordens de inimigos: os do exterior, formado pelas Nações do Eixo; e do interior, que residia nas casernas do próprio exército estadunidense. Para identificar os de dentro, Cleckley (1988) observou, descreveu e comparou, conforme Hare (2013), características comuns aos pacientes que considerou mais comprometidos. Charme excepcional, sagacidade e rapidez de pensamento, persuasão e incapacidade de compartilhar a beleza da vida estão entre os predicados mais acentuados. Esses adjetivos, Hare (2013, p.43) define-os como “consideráveis habilidades sociais”, por meio das quais os psicopatas pretendem enganar os juízes para livrá-los da prisão, e para serem encaminhando-os aos hospitais destinados a doentes mentais, dos quais fugirão facilmente. Para ele, pouco importa a instituição. Seja a militar, a educacional, a hospitalar ou a prisional, os psicopatas se farão presentes e tentaram adquirir a maior vantagem possível.

Hare (2013) destaca os casos clínicos de Cleckley (1988), mas deixa de lado outro campo determinante à construção da ontologia desse inimigo social: o literário. A exposição de Cleckley (1988), na obra considerada por Hare (2013) como a mais influente, por ter fornecido “a estrutura clínica de muitas pesquisas científicas sobre psicopatia realizadas nos últimos 25 anos”, *The Mask of Sanity*, está recheada de poetas e escritores

considerados por ele como abomináveis. Dentre eles estão Baudelaire, Verlaine, Swinburne, Flaubert, Gautier e Huymans. A lista segue, fielmente, a exposição feita por Mário Praz (1896-1982) no livro *The Romantic Agony*, de 1933.

Na obra citada, Praz (1954) estudou a literatura romântica de *Les Poètes Maudits* e o Decadentismo, movimento literário francês do século XIX, que repercutiu e inspirou escritores até o século XX. O que há em comum entre os autores e os personagens, é a sensibilidade erótica, o culto aos excessos e as experiências-limite. Além disso, em todos eles percebe-se a fascinação pelas obras de Marquês de Sade. Cleckley (1988) enxerga a literatura de Sade e também a de Dostoiévski, como relatos claros de comportamentos psicopáticos. Isso não significa que os autores possam ser classificados como tal. Na verdade, ele não cria que os psicopatas fossem capazes de expressar-se pela arte, e se o fizessem, tentariam pintar o quadro mais geral do homem médio.

In contrast with them, the typical psychopath does not labor consistently to express in art pathologic reactions or distorted appraisals of life. In words the typical psychopath characteristically gives normal evaluations, defines excellent moral standards, enthusiastically claims the accepted goals and aims of civilized man as his own. He is often an articulate spokesman for the good life. If the sort of patient described here should have sufficient talent and industry to produce works accepted as valuable literature or art, I do not think it likely he would in them try to express nihilistic or perverse attitudes. Whatever he might express would probably be as spurious, as little representative of authentic human experience, as his convincing but empty promises, his eloquent protestations of a love he does not feel. His production, however brilliant technically, would be a valid rendering of neither health nor disease but a counterfeit.⁶⁸
(CLECKLEY, 1988, p.310).

Como se vê, embora Cleckley (1988) discorde da associação entre o conteúdo da obra e a identificação de autores psicopatas, ele não via com bons olhos as obras escritas pelos representantes do Decadentismo. Se elas não servem de sintoma para diagnosticar os escritores, é possível derivar dos personagens criados por eles, características da

⁶⁸ Tradução livre da Língua Inglesa: Em contraste com eles, o psicopata típico não se esforça de forma consideravelmente para expressar na arte reações patológicas ou apreciações distorcidas da vida. Nas palavras, o psicopata caracteristicamente típico dá avaliações normais, define excelentes padrões morais, afirma com entusiasmo as metas e objetivos aceitos pelo homem civilizado como seus. Ele costuma ser um porta-voz articulado da vida comum. Se o tipo de paciente descrito aqui tivesse talento e dedicação suficientes para produzir obras aceitas como literatura ou arte valiosa, não acho provável que ele tentasse expressar atitudes niilistas ou perversas. O que quer que ele possa expressar provavelmente seria tão espúrio, tão pouco representativo da experiência humana autêntica, quanto suas promessas convincentes, mas vazias, seus protestos eloquentes de um amor que ele não sente. Sua produção, por mais brilhante que fosse tecnicamente, não seria uma representação válida nem de saúde nem de doença, mas de uma falsificação.

psicopatia. Nessa via, o autor associa os casos de pacientes psiquiátricos que atendeu, com esses conteúdos literários que descrevem detalhadamente comportamentos, pensamentos, sentimentos e intenções desagregadoras da trama social. Dessa maneira, embora os escritores não configurem, eles mesmos, como inimigos sociais, o mesmo não pode ser dito dos personagens por eles criados.

A posição de Cleckley (1988) contrapõe-se à de Lombroso descrita em *The Man of Genius*⁶⁹, de 1891, onde ele correlaciona doenças mentais à genialidade. O próprio Lombroso (1891) irá, mais tarde, rever alguns aspectos dessa ideia, sem, no entanto, abandoná-la, e ela continuará a influenciar diversos pesquisadores. Em suas palavras, “*It is certain that there have been men of genius presenting a complete equilibrium of the intellectual faculties; but they have presented defects of affectivity and feeling; though no one may have perceived it, or, rather, recorded it*”⁷⁰ (LOMBROSO, 1891, p.VI).

Certo da associação entre genialidade e degeneração, Lombroso (1891, p.VIII) procurava descrever as leis e a origem que regeriam as leis teratológicas desse monstro: “*The man of genius is a monster, say others. Very well, but even monsters follow well-defined teratologic laws*”⁷¹. Para ele, gênios e insanos, a quem vê como sinônimos, nasceriam de paixões violentas durante a concepção, pela idade avançada dos pais ou pelo alcoolismo deles. Excepcionalmente, o *gen* do gênio pode florescer, pois na imensa maioria dos casos, esses monstros são eliminados “*thanks to that beneficent sterility through which nature provides for the elimination of monsters*”⁷² (LOMBROSO, 1891, p.332).

Desde Lombroso (1891), a associação entre genialidade, loucura e criminalidade tornaram-se cada vez mais comuns no campo da antropologia criminal e da psiquiatria forense. Cleckley (1988) chamava a atenção aos limites dessa união que se tornara corrente e, apesar de ele objetar as convicções lombrosianas, muitos leitores de sua obra, a exemplo de Hare (2013) insistiram nessa aproximação. Divulgadores das pesquisas de Robert Hare, como Silva (2008, p.42) continuam a sustentar essa ideia:

⁶⁹ Tradução livre da Língua Inglesa: O homem de gênio.

⁷⁰ Tradução livre da Língua Inglesa: É certo que houve homens de gênio apresentando um equilíbrio completo das faculdades intelectuais; mas apresentam defeitos de afetividade e sentimento; embora ninguém possa ter percebido, ou melhor, registrado.

⁷¹ Tradução livre da Língua Inglesa: O homem de gênio é um monstro, dizem outros. Muito bem, mas mesmo os monstros seguem leis teratológicas bem definidas.

⁷² Tradução livre da Língua Inglesa: graças àquela esterilidade benéfica com que a natureza prevê a eliminação dos monstros.

O mais surpreendente é que, a princípio, os psicopatas aparentam ser melhores que as pessoas comuns. Mostram-se tão inteligentes, talentosos e até encantadores como o próprio conde romeno que o cinema imortalizou como Conde Drácula. Inicialmente nos despertam confiança, simpatia e acabamos por esperar mais deles do que das outras pessoas. Ilusórias expectativas!

Sem definir ou categorizar, Hare (2013) e Silva (2008) empregam as características, inteligência e capacidade para mentir, como sinônimos e adjetivos. Assim, o tópico que Cleckley (1988) dedicara à interposição entre genialidade e psicopatia, acabou esquecido, bem como a crítica que dirigiu à Lombroso (1891). Para Hare (2013) e Silva (2008), por se tratarem de sujeitos extremamente inteligentes, mentirosos e manipuladores, os psicopatas podem estar em qualquer local: empresas, escolas, igrejas e na família. Eles sugerem, então, que tais indivíduos sejam precipuamente identificados, seja por profissionais preparados, seja por pessoas em geral: “Saber identificá-las pode ser um antídoto (talvez o único) contra seu veneno paralisante e mortal” (SILVA, 2008, p.19. Destaque no original). Ela adverte, desse modo, que os pais observem exaustivamente os comportamentos dos filhos para averiguarem se eles podem ser psicopatas em potencial.

Como já foi dito anteriormente, podemos observar características de psicopatia desde a infância até a vida adulta. Antes dos 18 anos, por uma questão de nomenclatura, o problema é chamado de Transtorno da Conduta. Crianças ou adolescentes que são francos candidatos à psicopatia possuem um padrão repetitivo e persistente que pode ser sintetizado pelas características comportamentais descritas a seguir: * Mentiras frequentes (às vezes o tempo todo); * Crueldade com animais, coleguinhas, irmãos etc.; Condutas desafiadoras às figuras de autoridade (pais, professores etc.); * Impulsividade e irresponsabilidade; * Baixíssima tolerância à frustração, com acessos de irritabilidade ou fúria quando são contrariados; * Tendência a culpar os outros por erros cometidos por si mesmos; * Preocupação excessiva com seus próprios interesses; * Insensibilidade ou frieza emocional; * Ausência de culpa ou remorso; * Falta de empatia ou preocupação pelos sentimentos alheios; * Falta de constrangimento ou vergonha quando pegos mentindo ou em flagrante; * Dificuldades em manter amizades; [...] * Sexualidade exacerbada, muitas vezes levando outras crianças ao sexo forçado; [...]. (SILVA, 2008, P.171. Destaques no original).

Nessa mesma direção, Hare (2013) insiste na necessidade de se identificar, a quem nomeia, de predadores sociais. Segundo ele “os psicopatas são encontrados em qualquer segmento da sociedade, e há uma boa chance de que, algum dia, você tenha um doloroso e humilhante encontro com um deles” (HARE, 2013, p.212). Dessa maneira, a melhor forma para ficar protegido seria a de entender a natureza da psicopatia e tentar encontrá-

la, pela comparação de traços, nos diversos indivíduos. Hare (2013) vê nisso um guia de sobrevivência. As características que ele descreve como sendo as do psicopata seguem, quase à risca, as de Cleckley (1988, p.341-342).

1. Superficial charm and good “intelligence”/ 2. Absence of delusions and other signs of irrational thinking/ 3. Absence of “nervousness” or psychoneurotic manifestations/ 4. Unreliability/ 5. Untruthfulness and insincerity/ 6. Lack of remorse or shame/ 7. Inadequately motivated antisocial behavior/ 8. Poor judgment and failure to learn by experience/ 9. Pathologic egocentricity and incapacity for love 10. General poverty in major affective reactions/ 11. Specific loss of insight/ 12. Unresponsiveness in general interpersonal relations 13. Fantastic and uninviting behavior with drink and sometimes without/ 14. Suicide rarely carried out/ 15. Sex life impersonal, trivial, and poorly integrated/ 16. Failure to follow any life plan.⁷³

A etiologia apresentada por Cleckley (1988) terá aspectos mais ou menos enfatizados por Hare (2013). Isso porque, ao contrário daquele, que se dirigia a médicos de sua época, o último visa instrumentalizar tanto leigos como peritos para o trabalho de identificação de psicopatas potenciais. Enquanto Cleckley (1988) explorou, principalmente, pacientes psiquiátricos para só, posteriormente, investigar outras instituições, Hare (2013), embora tenha feito um trajeto semelhante, buscou estender seus trabalhos às instituições em geral. Dessa forma, ele concentrou os esforços em elaborar a escala de identificação que leva seu nome.

Conjuntamente com ela, embora haja as particularidades destacadas anteriormente entre as características salientadas por Hare (2013) a partir de Cleckley (1988), as definições do DSM – V e do CID-10 seguem as mesmas linhas, porém com algumas especificidades. Em ambas há, para Henriques (2009), a acentuação histórica entre a correlação da delinquência com a patologia. O CID-10 no campo dos Transtornos da Personalidade e do Comportamento do Adulto descreve a personalidade dissocial ou antissocial, com o código F.60.2:

Transtorno de personalidade, usualmente vindo de atenção por uma disparidade flagrante entre o comportamento e as normas sociais

⁷³ Tradução livre da Língua Inglesa: 1. Aparência sedutora e boa inteligência/ 2. Ausência de delírios e de outras alterações patológicas do pensamento/ 3. Ausência de “nervosidade” ou manifestações psiconeuróticas/ 4. Não confiabilidade/ 5. Desprezo para com a verdade e insinceridade/ 6. Falta de remorso ou culpa/ 7. Conduta antissocial não motivada pelas contingências 8. Julgamento pobre e falha em aprender através da experiência/ 9. Egocentrismo patológico e incapacidade para amar/ 10. Pobreza geral na maioria das reações afetivas/ 11. Perda específica de *insight* (compreensão interna)/ 12. Não reatividade afetiva nas relações interpessoais em geral/ 13. Comportamento extravagante e inconveniente, algumas vezes sob a ação de bebidas, outras não/ 14. Suicídio raramente praticado/ 15. Vida sexual impessoal, trivial e mal integrada/ 16. Falha em seguir qualquer plano de vida.

predominantes, e caracterizado por: (a) indiferença insensível pelos sentimentos alheios; (b) atitude flagrante e persistente de irresponsabilidade e desrespeito por normas, regras e obrigações sociais; (c) incapacidade de manter relacionamentos, embora não haja dificuldade em estabelecê-los; (d) muito baixa tolerância à frustração e um baixo limiar para descarga de agressão, incluindo violência; (e) incapacidade de experimentar culpa ou de aprender com a experiência, particularmente punição; (f) propensão marcante para culpar os outros ou para oferecer racionalizações plausíveis para o comportamento que levou o paciente a conflito com a sociedade. Pode também haver irritabilidade persistente como um aspecto associado. Transtorno de conduta durante a infância e adolescência, ainda que não invariavelmente presente, pode dar maior suporte ao diagnóstico. Inclui: personalidade (transtorno) amoral, dissocial, associal, psicopática e sociopática (OMS, 1993, p.199-200. Destaques no original).

Os fatores psicossociais são levados em conta para o diagnóstico proposto no CID-10. É possível observar nele a familiaridade entre as descrições de Cleckley (1988) e a etiologia recheada por traços psicológicos. Esse aspecto não está evidenciado prontamente no DSM-V, que discorrerá sobre os itens elencados. Inseridos nos Transtornos da Personalidade do Grupo B, o Transtorno da Personalidade Antissocial, 301.7, tem os seguintes critérios diagnósticos:

A. Um padrão difuso de desconsideração e violação dos direitos das outras pessoas que ocorre desde os 15 anos de idade, conforme indicado por três (ou mais) dos seguintes: 1. Fracasso em ajustar-se às normas sociais relativas a comportamentos legais, conforme indicado pela repetição de atos que constituem motivos de detenção. 2. Tendência à falsidade, conforme indicado por mentiras repetidas, uso de nomes falsos ou de trapaça para ganho ou prazer pessoal. 3. Impulsividade ou fracasso em fazer planos para o futuro. 4. Irritabilidade e agressividade, conforme indicado por repetidas lutas corporais ou agressões físicas. 5. Descaso pela segurança de si ou de outros. 6. Irresponsabilidade reiterada, conforme indicado por falha repetida em manter uma conduta consistente no trabalho ou honrar obrigações financeiras. 7. Ausência de remorso, conforme indicado pela indiferença ou racionalização em relação a ter ferido, maltratado ou roubado outras pessoas. B. O indivíduo tem no mínimo 18 anos de idade. C. Há evidências de transtorno da conduta com surgimento anterior aos 15 anos de idade. D. A ocorrência de comportamento antissocial não se dá exclusivamente durante o curso de esquizofrenia ou transtorno bipolar (APA, 2014, p.659).

Abaixo dos critérios são destacados outros fatores como o de ser o transtorno um “padrão difuso de indiferença e violação dos direitos dos outros, o qual surge na infância ou no início da adolescência e continua na vida adulta” (APA, 2014, p.659). O mesmo padrão era usado para referenciar os psicopatas, sociopatas ou aqueles com transtorno

dissocial. Na base para a categorização diagnóstica estão a “falsidade” e a “manipulação”, cujos dados podem ser coletados por meio de sistemáticas avaliações clínicas, além de outras fontes colaterais, como o histórico da vida pregressa (APA, 2014, p.659). Isso porque, para se fechar o diagnóstico, é preciso que o indivíduo diagnosticado tenha mais de 18 anos de idade e tenha apresentado alguns dos comportamentos destacados, antes de ter completado 15 anos.

Esse transtorno envolve um padrão persistente e repetitivo de desrespeito aos direitos básicos alheios e às normas e regras sociais. Eles envolvem agressões a animais, pessoas, bem como a destruição de propriedades, roubos, fraudes e severas violações, que são persistentes mesmo na vida adulta. São indivíduos manipuladores e, por desprezarem os sentimentos dos demais, agem sempre em benefício próprio. Além disso, são pessoas inconstantes, mentirosas e muitas vezes violentas, mesmo com entes próximos. Mau pagadores, são irresponsáveis e culpam aos demais pelos próprios ilícitos. “Indivíduos com transtorno da personalidade antissocial frequentemente carecem de empatia e tendem a ser insensíveis, cínicos e desdenhosos em relação aos sentimentos, direitos e sofrimentos dos outros” (APA, 2014, p.660).

Somam-se a essas características, a ausência de empatia, o cinismo e o desdém pelos sentimentos alheios, que escondem atrás do charme desinibido e superficial. Geralmente são reincidentes criminais e integram a população carcerária. Eles podem ser, ainda, “irresponsáveis e exploradores nos seus relacionamentos sexuais. Podem ter história de vários parceiros sexuais e jamais ter mantido um relacionamento monogâmico” (APA, 2014, p.660). São candidatos a mortes prematuras e violentas, além de recusarem a monotonia e fazerem usos de substâncias ilícitas, sendo, às vezes, jogadores contumazes. Apresentam características de outras personalidades, como a *borderline*, a histriônica e a narcisista. A chance de desenvolverem o transtorno cresce se as condutas anteriormente elencadas aparecerem antes dos 10 anos de idade.

Tanto os aspectos destacados pelo CID-10, como pelo DSM-5 e por Hare (2013) são consonantes aos de Cleckley (1988). A descrição detalhada do DSM-5 assemelha-se ao conjunto de condutas preteridas pelo autor e destacadas nos trabalhos de Praz (1954) sobre o Decadentismo e os *Les Poètes Maldits*, principalmente quanto à herança sadiana deixada a eles pelos escritos do Marquês. Os trabalhos de Hare (2013), por sua vez, lançam mão de casos excepcionais sobre os quais, tal como o de personagens da literatura francesa daquele período, fogem ao campo da especulação. Por isso, ele precisou criar a escala que acredita ser capaz de examinar esses indivíduos aparentemente normais, mas

assombrosos. “Esses monstros da vida real geralmente parecem mais normais do que seus irmãos e irmãs e comportam-se do mesmo modo” (HARE, 2013, p.17).

A escala foi adaptada à população forense brasileira por Hilda Clotilde Penteadó Morano (2003) com o nome de *Hare's Psychopathy Checklist Revised – PCL-R*, o que resultou na tese de doutorado apresentada à Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutora em Ciências. Foge aos interesses deste trabalho abordar a pesquisa de Morana (2003) que repercutiu na atuação de diversos profissionais que trabalham em instituições prisionais, UNEIs ou na atividade de peritos judiciários das áreas médicas e psicológicas.

No capítulo a seguir, será feito o levantamento das pesquisas brasileiras que utilizam, na maioria dos casos levantados, embora essa não seja a única escola ou teste de identificação de psicopatia, a *Hare's Psychopathy Checklist Revised – PCL-R*. Tendo em vista que a terminologia e definição de psicopatia não é bem delineada, à definição bastante abrangente de psicopata, será acrescida a de *serial killer*. Será feita, também, referência à tentativa de intervenção feita com alunos do curso de bacharel em psicologia, na UFMS, campus de Campo Grande.



CAPÍTULO V - PANORAMA DAS PESQUISAS BRASILEIRAS SOBRE A PSICOPATIA E UMA TENTATIVA DE INTERVENÇÃO⁷⁴

BALDANDERS. No cinto leva uma espada e nas mãos um livro aberto, com as figuras de uma coroa, de um veleiro, de uma taça, de uma torre, de uma criança, de uns dados, de um gorro com guizos e um canhão (BORGES, 2000, p. 195).

Nesse item, é feito o levantamento das pesquisas e das formas de abordar a temática relacionadas ao diagnóstico, classificação e identificação de psicopatas, relatadas em teses e dissertações. O termo inventário foi empregado pela ambiguidade que provoca: no sentido jurídico, trata-se da listagem de bens deixados por pessoas falecidas; e em seu oposto, o de provocar à invenção. Buscou-se aqui, desse modo, trazer elementos para a compreensão em relação à aceitação tácita de profissionais das áreas jus-psi quanto ao emprego de instrumentos de avaliação amparados na teratopolítica.

Os objetivos gerais desses processos classificatórios, embora se sustentem na prerrogativa de que mensuram expressões comportamentais e motivações afetivo-cognitivas, mascaram a preocupação principal: o fato de sondarem, categorizarem e definirem uma natureza implacável e inalienável, própria aos doentes do crime, mas para os quais não há cura. Os enunciados, prerrogativas para essa sentença irrevogável, correm pelos trilhos jurídico-psicológicos e formam dispositivos de vigilância e estratégias de controle e assujeitamento na contemporaneidade.

Criando a ontologia social do criminoso, e encerrando-o numa ordem classificatória de onde não poderá livrar-se, os dispositivos conformam os sujeitos à taxonomia normativa do nós e os outros, e produz uma ruptura que fragiliza a alteridade. Se o outro foi identificado e diagnosticado como psicopata, termo que não será definido

⁷⁴ Parte dessa capítulo foi publicado, com alterações, em: LUZ, Heriel Adriano Barbosa da; OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento; BERNARDES, Anita Guazelli. Sob a ótica do exame: pesquisas sobre psicopatia e psicopatas no cenário científico brasileiro. **Revista Polis e Psique**, Porto Alegre, RS, v. 10, n. 1, p. 187 - 206, mar. 2020. ISSN 2238-152X. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/95616>>. Acesso em: 17 nov. 2020. doi: <https://doi.org/10.22456/2238-152X.95616>

e nem definitivo nesse trabalho, uma condenação pesada é posta sobre o diagnosticado, que será enclausurado nas penitenciárias, casas correccionais, etc. Não se trata de recuperá-lo, mas de afastá-lo do convívio social, por ser considerado predador de vidas e criminoso nato.

Esse mecanismo pode ser justificado e evidenciado pelas práticas de saberes-poderes, convenientemente empregado como uma forma de dominação sobre o outro, e como uma técnica de exame da própria consciência, onde me examino para evitar ter os mesmos pensamentos ou comportamentos detestáveis daquele que a cultura projetou como o criminoso analto.

Basta abrir o *feed* de notícias encontrar diariamente com novos psicopatas a características, perfis, motivações e crimes diversificados. Se as páginas policiais estão abarrotadas desses sujeitos tidos como obscuros, o caderno B, comumente traz entre os lançamentos de séries e filmes o tema do maníaco ou do assassino em série, com enredos envolvendo desde alienígenas até robôs destituídos de consciência e empatia. A temática desperta tanto interesse que há canais de televisão dedicados quase que exclusivamente ao assunto e neles criminólogos de diferentes áreas comentam, sob diversos ângulos, científicos ou não, o *modus operandi* dos psicopatas.

Os *trends topics* do buscador mais acessado na atualidade mostram o interesse crescente por esses indivíduos e pelos métodos usados para sua detecção e delineamento de seu perfil na avaliação científica comumente realizada por profissionais. Um exemplo é o aumento de 1.300% para o descritor ‘teste de Rorschach’ entre os períodos de 06 a 12 de maio de 2018, após publicação pela imprensa nacional dos procedimentos e resultados da avaliação psicodiagnóstica de uma pessoa processada no Brasil pela morte dos pais⁷⁵.

Para o cinema foi anunciada há pouco a gravação de um longa-metragem sobre a vida dessa ré confessa, que teve a avaliação divulgada. O enredo será escritor por uma investigadora graduada em administração de empresas⁷⁶, colaboradora em telenovelas. O mesmo aspecto pode ser identificado no cenário literário ‘ficcional?’, tanto para esse, como para outros casos. Escritores de diferentes áreas, quase sempre acadêmicas, celebram o sucesso de vendas, contando histórias e dando receitas para identificar esses indivíduos potencialmente perigosos⁷⁷.

⁷⁵<https://bit.ly/2mEiuYE>

⁷⁶<https://bit.ly/2NmXWPG>

⁷⁷<https://goo.gl/EhyFF9>

Crescem, nessa mesma direção, os estudos brasileiros nas diferentes áreas e sob diversas vertentes, que têm como fio condutor ou como objeto de investigação os psicopatas, e a psicopatia como a causa desse mal. Alguns a denominaram, apesar do início recente à ocasião, de o mal do século.

Com o objetivo de problematizar essas pesquisas, o presente capítulo pretende apontar as influências subjacentes ao campo científico, e fazer um panorama deste cenário. Por isso foi escolhido apenas uma plataforma nacional, a Sucupira, que agrega os relatórios de mestrado e doutorado da Agência de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

Como alguns trabalhos são anteriores à criação desse banco de dados, foi necessário buscar nas bibliotecas das instituições de origem ou contatar o pesquisador, a fim de que pudessem compartilhar os relatórios. Cabem aqui dois agradecimentos: o primeiro aos pesquisadores consultados, que muito gentilmente dividiram o resultado das pesquisas e se prontificaram a oferecer outros esclarecimentos, e também às bibliotecas das instituições de ensino superior, cuja preocupação em manter atualizados seus acervos é notável.

5.1 Busca, sondagem e compilação dos dados

Para delinear a forma como a psicopatia e os psicopatas são investigados no cenário científico nacional foi feito o levantamento do estado do conhecimento. Este último nos parece bastante promissor no sentido de podermos conhecer, de maneira geral, os métodos e conteúdos pelos quais o tema é construído, problematizado e investigado. Quanto à escolha dos descritores, esta ocorreu em função da entrada 'Psicopata' realizada em 2018. Por derivação, a partir da ocorrência de outros termos a ele conectados, e tendo em vista a noção de exame, ampliou-se a busca para 'Serial+Killer', 'Psicopatia' e 'Escala+Hare'.

Os termos foram empregados isoladamente e sem combinação para não diminuir o quociente geral. Nesse momento não se discriminou teses e dissertações, nem se estabeleceu corte cronológico. O total de resultados, precedidos pelos descritores foi de, respectivamente: Psicopata =12 ocorrências; Serial+Killer =14 ocorrências; Psicopatia =71 ocorrências; Escala+Hare =11 ocorrências; $\Sigma_{total/geral}=108$ ocorrências para os relatórios. Após a eliminação dos títulos repetidos, que pontuaram em mais de um

descriptor, chegou-se a $\Sigma_{\text{total/relativo}}=92$ relatórios. Seguem os dados dos relatórios encontrados, por ordem alfabética, nos anexos deste trabalho.

Seguindo-se à leitura dos resumos do $\Sigma_{\text{total/relativo}}$, dois critérios foram demarcados: a) a prioridade dada nas pesquisas à questão da psicopatia no/do psicopata, ou tê-la como seu objeto, ou tê-lo como sujeito da pesquisa; b) permitir o acesso ao relatório final e, se for o caso, oferecer outros esclarecimentos pessoais, por parte dos pesquisadores, não descritos nele. Como em alguns casos constatou-se que um ou dois desses critérios não foram atendidos, optou-se por subtrair 12 relatórios, restando $\Sigma_{\text{total/final}}=80$, desses, 59 dissertações de mestrado e 21 teses de doutorado.

A maior parte dos trabalhos, 45 deles, foi desenvolvida em programas de psicologia. Quanto ao restante, 10 foram realizados na medicina, dos quais 05 em psiquiatria, 03 em fisiopatologia e 02 no programa multidisciplinar de medicina e ciências da saúde. Em relação aos demais, 05 trabalhos estavam inseridos na área de Ciências Criminais, 04 nas Ciências Jurídicas ou Direito e o restante dividido em diversas áreas como História, Administração, Tecnologias da Inteligência e Design Digital, Comunicação Social, Letras, Estudos de Linguagens e Educação.

A ampla maioria dos trabalhos sobre esse tema, desenvolvidos no campo da psicologia, expuseram a preocupação em produzir uma visão científica descritiva e definidora da subjetividade, personalidade, caráter, traços ou dinâmica patológica dos sujeitos classificados como psicopatas ou portadores/possuidores de psicopatia, em uma direção semelhante à da psiquiatria.

O privilégio dos psicólogos ao acesso e à elaboração de testes, inventários e escalas implicou também nesse resultado, tendo em vista a porcentagem de 66% de utilização desses recursos pelos pesquisadores. As outras áreas com maior número de pesquisas seguiram a mesma tendência, principalmente a médica, onde todas recorreram ao recurso do uso de testes psicológicos, sobretudo na psiquiatria, apesar da prerrogativa de deverem ser usados apenas por profissionais da psicologia com registro no conselho.

Para a especialidade de fisiopatologia, o teste foi usado para corroborar os dados obtidos com outros instrumentos como neuroimagem, aferição de volume de massa branca cerebral e respostas psicofisiológicas. Como alguns instrumentos de avaliação

psicodiagnóstica são de uso exclusivo do psicólogo⁷⁸, seria esperado que houvesse pouca procura a esse recurso por pesquisadores não psicólogos. Apesar dessa especificidade e das sanções legais, alguns pesquisadores não psicólogos fizeram uso desses recursos, sem observância à obrigatoriedade da formação em psicologia e do registro.

Sobre os instrumentos de avaliação, a Escala Hare – (EH) e suas adaptações tiveram preferência entre os pesquisadores, o que indiretamente relaciona-se ao descritor Escala+Hare utilizado na busca inicial. Se para ele foram encontradas 11 ocorrências, em 42 pesquisas nas diversas áreas, ou seja, em mais da metade do total, corrobora a uma eleição deste instrumento entre pesquisadores. Na área médica, em 100% dos casos, a escala foi empregada, e em Psiquiatria foi praticamente o único recurso. Houve na psicologia apenas um relatório questionando diretamente a exclusiva preferência por esse instrumento.

Além do uso de instrumentos tecnológicos mais avançados, como a tomografia computadorizada – (TC), a ressonância magnética –(RM) e a tomografia por emissão de fóton único – (SPECT) e, também, a da aferição de massa neural branca, o recurso à identificação de expressões faciais foi empregado em três casos, como um instrumento de identificação e de previsão de manifestação futura de psicopatia.

Nos estudos onde foram aplicados testes, principalmente a EH, o *locus* privilegiado de pesquisa foram instituições penais e de privação de liberdade. O número dessas instituições somou 47% do total, mas se for considerar o percentual de aplicação da EH nelas, chega a mais de 95%. Dessa porcentagem, 13 trabalhos foram desenvolvidos em instituição socioeducativa em meio fechado, com adolescentes privados de liberdade, pela facilidade ao acesso nessas instituições.

⁷⁸Normatizações sobre Avaliação Psicológica: Resolução CFP n° 025/2001 (revogada pela Resolução CFP n° 002/2003) Novembro/2001. Define teste psicológico como método de avaliação privativo do psicólogo e regulamenta sua elaboração, comercialização e uso. Disponível em <<https://goo.gl/9jMyie>>. Houve, no entanto, uma alteração do Supremo Tribunal Federal em 8 de março de 2021 que revogou, pelo placar de 7x4, a exclusividade do psicólogo quanto a comprar ou comercializar testes e manuais que eram de uso exclusivo. Assim, qualquer pessoa pode adquirir os testes psicológicos. Conforme a decisão: **O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade material do inciso III e dos §§ 1º e 2º do art. 18 da Resolução 2/2003 do Conselho Federal de Psicologia, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Edson Fachin, Marco Aurélio, Rosa Weber e Dias Toffoli. Plenário, Sessão Virtual de 26.2.2021 a 5.3.2021.** Disponível em <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2292199>>

Na maioria das aplicações foram respeitadas as recomendações dos desenvolvedores dos testes e a aplicação deu-se, com duas exceções, de forma coletivizada. Percebe-se que nos resultados finais dos relatórios, há uma acentuada preocupação em estabelecer um tipo padrão ou em apontar um ponto de corte para a Escala, definindo a média, e menos em assinalar diferenças individuais entre os sujeitos da pesquisa.

O recurso à anamnese foi constatado em 02 casos e o Mini Exame do Estado Mental – (MEEM) em 03 situações, como pré-condições de testagem. A História Progressiva foi um recurso para aquelas pesquisas que não fizeram uso de testes, orientadas pelas abordagens clínicas fenomenológicas ou existencialistas. A opção por essa metodologia decorreu da tentativa de considerar as vivências dos sujeitos, na influência das motivações às práticas delituosas. Do total geral, duas pesquisas foram feitas no formato de estudo de caso.

Em relação aos relatórios dos Programas de Pós-graduação em Ciências Criminais consultados, as preocupações dirigiram-se para o interesse em estabelecer um diálogo entre o Código Penal, a criminologia e o processo penal, trazendo a tríade imputável/semi-imputável/inimputável para problematizar os regimes especiais e as Medidas de Segurança⁷⁹, voltadas àqueles diagnosticados como psicopatas.

Além disso, apareceu o interesse em definir parâmetros de investigação criminal, como características, motivações e idiossincrasias, descrevendo os *modus operandi* de assassinos seriais. Por fim, surgiu o questionamento sobre a possibilidade de ser uma categoria jurídica, haja vista que nas pesquisas, sobretudo na medicina e na maior parte da Psicologia, parece haver um entendimento tácito sobre o conceito corresponder univocamente às classificações do CID-10 e do DSM-V, embora ele possa ocorrer apenas por aproximação.

Algumas pesquisas em Ciências Criminais, em Psicologia Social e em Clínica psicanalítica, humanista ou existencial optaram por investigar o próprio conceito para apontar seus pontos de sustentação e de fratura. Das demais pesquisas pode-se depreender a ampliação da discussão em duas direções. Na primeira delas estabeleceu-se um diálogo com as expressões culturais, tanto artísticas como factuais, onde o tema da psicopatia

⁷⁹Medida de segurança é forma de sanção penal aplicada ao inimputável, ou seja, àquele acometido de doença mental (ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado). Elas podem compreender internação ou liberdade assistida sujeitas a tratamento em hospital de custódia ou ambulatório. Seu período não pode ser superior ao limite cominada para o crime.

encontra emergência em fenômenos extemporâneos, pelo caráter ficcional, às construções científicas, para estabelecer com ela um diálogo profícuo. Há análises de ficções onde os personagens são ou têm aspectos classificáveis como psicopatia quando olhados pelo prisma das avaliações que tomam por base a EH. Para essas pesquisas, se a ficção literária incorpora temáticas e conceitos científicos, da mesma maneira as ciências nutrem-se das formas ficcionais e paraficcionais, formulando a partir delas representações, hipóteses, conceitos e objetos de investigação científica, como é o caso do Psicopata.

Quanto à segunda direção apontada pelas pesquisas, as formulações produzidas a partir dos dados, fora de seus campos de investigação e sem o suporte teórico de análise daquelas, são assumidas e combinadas pelos pesquisadores para produzirem generalizações metaconceituais que serão aplicadas em múltiplos casos. As formas de aplicação destacadas foram: para a detecção de perfis de psicopatia em organizações corporativas, grupos comunitários, ambientes digitais, universidades; e aplicação de testes para seleção de funcionários em empresas privadas e públicas, no intuito de se evitar a contratação de psicopatas.

Poderia ainda ser apontada outra forma que direta ou indiretamente encontra-se no bojo da discussão de praticamente todas as pesquisas aqui levantadas: afinal, como é evidenciada a formulação nosológica para psicopatia (característica do psicopata)? Nesse sentido, um dos trabalhos de um Programa de Linguística salientou a dissimetria entre os discursos do psiquiatra, do psicólogo e do juiz.

Ao invés de combiná-los a partir de proposições comuns às três áreas, ele desenvolveu-se no sentido de refletir sobre as oposições e aproximações delas. Haveria de fundo tanto uma estrutura linguística intrínseca à constituição ideológica e técnico-científica particular das áreas, como um embate discursivo estratégico em que, por vezes, desvela-se o rompimento do elo comunicacional e que, para ser repostado, exige a imposição recursiva da normatividade axiomática. A lógica que opera é mais a da imposição e exacerbação das representações, do que a técnico-científica fundamentada por evidências.

5.2 Caracterizações, resultados e análise das pesquisas pelo exame

Nessa sessão, a hermenêutica foucaultiana será utilizada como recurso de interpretação e análise dos relatórios. Não se tratou aqui de estabelecer ou aferir o grau de comprometimento e de desenvolvimento de dada ciência, nem de debater os

paradigmas de sustentação epistemológica das estruturas das comunidades científicas analisadas (KUHN, 1998), mas se tentou evidenciar as regras próprias aos jogos de linguagem, combinando os desempenhos que legitimam as pesquisas, às suas opções teórico-metodológicas (LYOTAR, 1988) sobre o levantamento realizado quanto aos estudos de psicopatia no Brasil.

Para isso, a Análise do Discurso, especificamente a hermenêutica, funcionou como ferramenta para dar visibilidade ao painel composto por enunciados discursivos que emergiram do conjunto das pesquisas, demarcando nelas as estratégias que compuseram os pressupostos norteadores das opções de teórico-metodológicas (FOUCAULT, 2011). Ressalta-se, que a questão da hermenêutica e da interpretação pelas ferramentas foucaultianas têm dupla direção.

Por um lado, ela se ocupa do estabelecimento das condições histórico-epistemológicas das diferentes concepções interpretativas, portanto, de realizar uma arqueologia. Por outro, a arqueologia enquanto método de análise histórico pode distanciar-se da hermenêutica, caso ela seja considerada como aplicação de leis e sistemas fechados e previamente definidos para um determinado campo a ser analisado, visando desvelar a essência ou a verdade oculta de dado objeto. A hermenêutica, aproximada da arqueologia, é aqui entendida como a representação das práticas e das regularidades, mormente, as das pesquisas aqui levantadas.

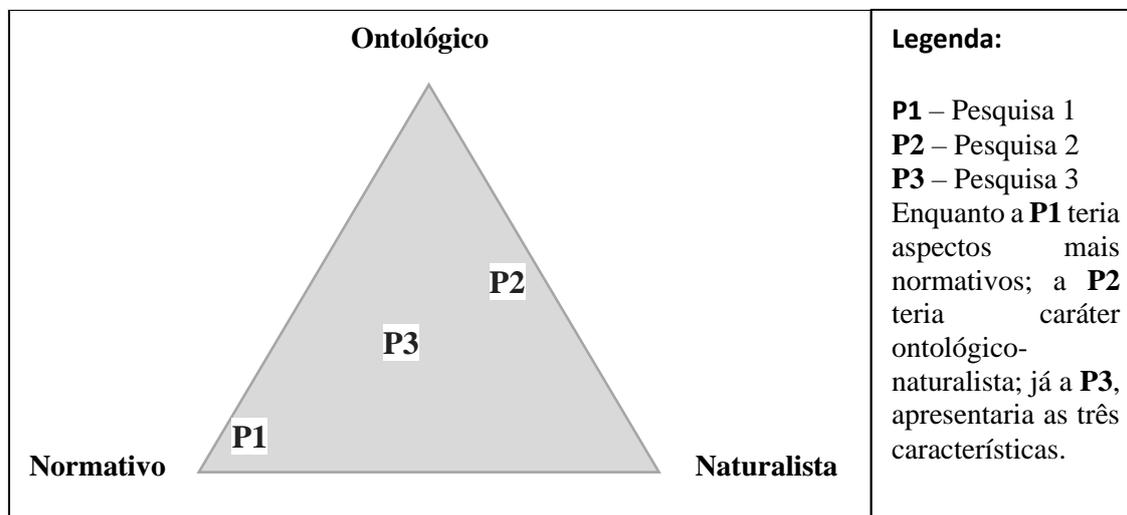
Nessa direção, indaga Deleuze (2005, p.24):

E qual é a conclusão da *Arqueologia*, senão um apelo a uma teoria geral das produções, que deve confundir-se com uma prática revolucionária, na qual o “discurso” agente se forma de um “lado de fora” indiferente à minha vida e à minha morte? Pois as formações discursivas são verdadeiras práticas, e suas linguagens, em vez de um logos universal, são linguagens mortais, capazes de promover e, às vezes, exprimir mutações (Destaques no original).

A intenção foi, dessa maneira, considerando a particularidade das pesquisas, agremiá-las em conjuntos sustentados por seus enunciados sobre o diagnóstico de psicopatia, nos quadrantes normativos (relativos à moral), ontológicos (relativos ao ser mesmo do sujeito) e naturalistas (relativo às disposições biológicas), que acabam norteando certas práticas. Cada um deles aparece, em maior ou menor medida, nos relatórios levantados. Nessa perspectiva, evocou-se o conhecimento como formulação ou invenção resultante do embate travado em seu próprio campo ou no confronto com outras

áreas ou saberes. Assume-se aqui que esse litígio é de ordem política, pois a escolha tática por dado instrumento está implicada numa motivação e posicionamento sócio-político de análise.

Figura 07 - Diagrama, em triângulo, das pesquisas sobre psicopatia.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O diagrama acima compõe a cartografia social das pesquisas levantadas. Para Deleuze (1988, p.44) “O *diagrama* não é mais o arquivo, auditivo ou visual, é o mapa, a cartografia, co-extensiva a todo o campo social” (Destques no original). Por meio de funções e matérias disformes, o diagrama ignora a distinção entre as formas discursivas e não discursivas, para representar ambas.

Se há muitas funções e mesmo matérias diagramáticas, é porque todo diagrama é uma multiplicidade espaço-temporal. Mas, também, porque há tantos diagramas quanto campos sociais na História. Quando Foucault invoca a função de diagrama, é pensando as nossas sociedades modernas (de disciplina), onde o poder opera um enquadramento de todo o campo: se existe modelo, é o modelo da “peste” que enquadra a cidade contaminada e se estende até o mínimo detalhe (DELEUZE, 1988, p.44. Destques no original).

Considerando que os procedimentos de análise se formam pela raridade, exterioridade e acúmulo dos enunciados definidos em função dos resultados e caminhos possíveis (FOUCAULT, 2015), aplicou-se o procedimento do acúmulo de enunciados, a saber, o normativo, o ontológico e o naturalista - ao montante de relatórios de pesquisas levantadas. Isso permitiu compor o diagrama, a partir do arquivo, onde constam as várias

performances e desempenhos que podem expressar os acontecimentos enquanto práticas sociais formativas, e também formadas, nos diferentes saberes científicos (FOUCAULT, 2015). Define Castro (2004, p.16) o conceito de acontecimento como:

(Événement) Foucault se sirve del concepto de acontecimiento para caracterizar la modalidad del análisis histórico de la arqueología y también su concepción general de la actividad filosófica. La arqueología es una descripción de los acontecimientos discursivos. La tarea de la filosofía consiste en diagnosticar lo que acontece, la actualidad. Como observa él mismo en L'Ordre du discours, se trata de una categoría paradójica, que plantea problemas "temibles" y que fue "raramente tomada en consideración por los filósofos" (OD, 59). En un primer momento, se puede distinguir dos sentidos de este término: el acontecimiento como novedad o diferencia y el acontecimiento como práctica histórica. En el primer sentido, Foucault habla de "acontecimiento arqueológico"; en el segundo, por ejemplo, de "acontecimiento discursivo". El primero quiere dar cuenta de la novedad histórica; el segundo, de la regularidad histórica de las prácticas (objeto de la descripción arqueológica). Existe claramente una relación entre estos dos sentidos: las novedades instauran nuevas formas de regularidad⁸⁰ (Destakes no original).

Nesse sentido, a imagem do psicopata foi entendida, conforme a definição anterior, como um acontecimento. Cabe a advertência de que o propósito não foi o de estabelecer um diagnóstico ou perfil do cenário nacional, mas sim o de construir um panorama para ser interpretado com os elementos e funções enunciativas convergentes, retirados dos próprios relatórios. Sem inferir o oculto ou o velado, objetivou-se trazer o mais-que-dito, redesenhando caminhos interpretativos para planificar aqui, uma lógica do sentido norteador da análise das pesquisas (DELEUZE, 2009).

Nesse contexto foi trazido o Exame, a partir do conjunto de formulações, descrições e noções produzidas nas investigações foucaultianas, onde se articularam os diferentes momentos de sua pesquisa, desde a análise das teorias do conhecimento até a das práticas de si. Esse conceito tático e técnico, descrito no capítulo anterior, serve aqui como ferramenta de compreensão sobre os dispositivos disciplinares - formas empregadas

⁸⁰ Tradução livre da Língua Espanhola: Foucault usa o conceito de evento para caracterizar o modo de análise histórica da arqueologia e também sua concepção geral da atividade filosófica. A arqueologia é uma descrição de eventos discursivos. A tarefa da filosofia é diagnosticar o que está acontecendo, a realidade. Como ele mesmo observa em *L'Ordre du discours*, é uma categoria paradoxal, que levanta problemas "assustadores" e que "raramente foi levada em consideração pelos filósofos" (OD, 59). A princípio, dois sentidos desse termo podem ser distinguidos: o evento como novidade ou diferença e o evento como prática histórica. No primeiro sentido, Foucault fala de "evento arqueológico"; no segundo, por exemplo, de "evento discursivo". O primeiro quer dar conta da novidade histórica; a segunda, da regularidade histórica das práticas (objeto da descrição arqueológica). Há claramente uma relação entre esses dois sentidos: as novidades estabelecem novas formas de regularidade.

pelo Estado em compasso com as ciências -, para produzir redes de circulação de saber-poder.

Empregado de diferentes formas nas diversas instituições, perseverou-se no Exame, desde a emergência, a intenção de diferenciar e classificar para favorecer o controle e a administração, e com o Estado moderno, sobretudo ao final do século XIX, essa tática aprimorou-se, a fim de garantir a vigilância sobre as vidas e sobre as populações. A sua aplicação é polivalente, dá-se nos campos jurídicos, médicos, psicológicos, policiais, administrativos, etc., permitindo a aproximação e o distanciamento destes, e em cuja valência podem habitar interesses comuns, geralmente relativos às garantias do *establishment*.

Como instrumento, o Exame pode ser aplicado em diversos espaços, situações e públicos: ambientes virtuais, empresariais, carcerários, socioeducativos, hospitalares, ambulatoriais e jurídicos. Por meio dele extrai-se um saber advindo da sistematização dos dados das tabelas, inventários, testes psicológicos, questionários, prontuários, etc., na mesma medida em que se repõe um poder. Isso porque, ao classificar por determinado saber, restringe-se nos limites da taxonomia, o circuito de atuação de um sujeito ou população. Ou seja, restitui-se um poder.

O rotulado é restringido pelo mecanismo de poder, e o saber oriundo disso é ampliado, havendo a contínua retroalimentação. Nessa dinâmica, os pesquisadores acreditam deter em suas mãos um instrumento técnico-científico capaz de revelar, traduzir ou provocar a manifestação de um aspecto ou fenômeno desconhecido até mesmo pelo próprio investigado, com o qual poderá restabelecer os quadrantes preditivos do que seja o normal ou anormal, salutar e não patológico e o confiável ou o perigoso.

Pode-se extrair, a partir do levantamento realizado, e tendo o exame como parâmetro, três performances de pesquisas: a normativa; a ontológica e a naturalista. A maior parte dessas investigações, mais de 3/4 do total, está compreendida na área formada por esse triângulo.

Tomando-se apenas as pesquisas empíricas, no entanto, o cômputo geral delas mantém-se na área formada por esses três vértices, mas, tanto os instrumentos empregados como a metodologia utilizada, bem como as razões para a escolha destes, estão intrinsecamente ligados à opção epistemológica dos seus autores.

Na constituição ontológica, por exemplo, há nas pesquisas a tentativa de estabelecer ou presentificar um tipo-ideal, mas como nelas a discussão sobre a cultura está solapada, cria-se uma antropologia sem história na qual a condição de ser, seja humano ou desumano, desenvolve-se por sua determinação idiossincrática. O sujeito está, de antemão, condenado à condição de ser aquilo que ele é, como em qualquer visão naturalista. Os limites de e para o ser, não obstante, acabam delineados nos instrumentos de investigação e em seus resultados: escala, teste, inventário, auto ou hétero identificação de emoções, etc.

As formulações naturalistas intentaram, nas pesquisas levantadas, produzir um espaço fértil entre a psicologia, a fisiologia e a epistemologia. Duas elaborações destacaram-se: na primeira delas buscou-se estabelecer, pela observância das condições de falseabilidade, justificação e generalização, com o recurso da estatística e psicometria, a fidedignidade dos instrumentos de avaliação, e de adaptação populacional, além de medir a capacidade inferencial destes; na segunda, o uso dos instrumentos objetivou aferir e corroborar dados estatísticos e hipóteses do pesquisador sobre a psicopatia.

Com exceção de um trabalho, todos os demais confirmaram as hipóteses, o que abre margem à discussão acerca da falseabilidade como condição para a produção científica baseada em evidências. Parece haver nesse panorama, uma inversão epistemológica do naturalismo metodológico, sugerindo que determinados instrumentos de investigação, e ainda os objetos, tenham sido escolhidos no intuito de corroborar a hipótese e as crenças endossadas pela visão política dos autores.

Apesar do cuidado, dentro de uma proposta de psicologia de base empírica, em atentar às exigências metodológicas, experimentais e procedimentais de pesquisa, a aceitação tácita das perspectivas antropológico-epistemológica, inerentes ao instrumental, da maior parte delas, contribui para os equívocos da infalibilidade e da indubitabilidade na produção de conhecimento científico (MOSER et al. 2009), o que poderia comprometer o próprio naturalismo, cuja premissa: “Uma análise adequada utiliza conceitos da psicologia” FELDMAN, 2012, p. 275) deve ser seguida por: “Resultados empíricos podem resultar em modificações de análises” (p.278), porque a “Análise científica é mais útil que a análise conceitual” (p.283).

Para que a ciência não seja confundida com um dogma, mas se constitua como conhecimento verdadeiro e justificado, a falibilidade e a dúvida devem sustentá-la, o que gera novas proposições, fazendo a ciência avançar. Em mais da metade dos relatórios

verificados, as pesquisas empíricas não geraram novas formas de conhecimento, mas apenas restringiram-se a aplicar, adaptar ou corroborar as existentes principalmente as Robert Hare, mais especificamente pela escala por ele elaborada, que traz nela todo o bojo de sua meta-teoria sobre a psicopatia.

Esses fatores, no panorama das pesquisas, ligam-se diretamente à normatividade, pela qual se tenta esquadriñar para enquadrar o sujeito nos quadrantes da norma e da normalidade vigentes. A complexidade da subjetividade é posta à prova pela média e pelos marcos legais, e a moralidade é assumida como sinônimo de ética e confundida com saúde. O psicopata seria, ao mesmo tempo, imoral, patológico e criminoso, potencialmente ou em ato. Aligeira-se a discussão ética, que fica reduzida: à demarcação territorial do campo normativo, psicológico e médico, entre o nós, não psicopatas, e o outro, o psicopata; e à projeção da consciência de si, como empatia, afeto, culpa e arrependimento.

Essas categorizações, notadamente as duas últimas, oriundas do discurso religioso, são aceitas como categorias, noções ou axiomas da ciência psicológica, e sobre isso não pesou quaisquer questionamentos, possivelmente por não compor um dos problemas a que os trabalhos se dedicaram ou pela tentativa de escapar à discussão proposta nesta área pela teoria do conhecimento ou na ética da filosofia da ciência.

Amparar-se, todavia, em constructos discursivos religiosos compromete a própria condição ética em que se alicerça a normatividade, pois enquanto aqueles empregam noções generalistas, esta condiciona a norma às qualidades do igual e do desigual.

O que se evidenciou no conjunto dos resultados das pesquisas, para concluir, foi a ligação direta entre a motivação prévia e comportamento eliciado, combinando os três aspectos acima referidos, para personificar a um só tempo o modelo genérico e a potência idiossincrática que conduz inevitavelmente ao ato criminoso.

Nelas, os recursos procedimentais e metodológicos foram empregados para recolocar, pela classificação, a potência dessa determinação tríplice da identidade da psicopatia, para perfazer a lógica do “*cercle vicieux*”⁸¹ (DEL VECCHIO, 2005, p. 95), em outras palavras: faz porque é psicopata e é psicopata porque faz. O exame permite encerrar o sujeito na área psicobionormativa, definindo e delimitando seu corpo, subjetividade e motivação.

⁸¹ Tradução livre da expressão em Língua Francesa: Círculo vicioso.

Como antípodas às performances de pesquisa acima descritas, algumas se preocuparam em criticar e oferecer outras saídas, a partir das áreas da psicanálise, humanismo e fenomenologia, as noções aceitas tacitamente nas anteriores, buscando formar uma ontologia. Se, de um viés as investigações psicanalíticas propuseram a aproximação da noção de psicopatia como uma formação psíquica própria à psicodinâmica perversa, de outro, fizeram da perversão a condição básica da constituição psíquica.

Observou-se que, tanto a universalização quanto a metalinguagem pautada no inconsciente tenderam mais a diluir os sujeitos da pesquisa no discurso psicanalítico do que fazê-los emergir a partir dele. Por outro lado, as pesquisas dirigidas a problematizar o delineamento da noção de psicopatia compuseram um quadro fértil e complexo, trazendo um extenso material literário e jornalístico, num movimento de composição e decomposição.

Em um dos relatórios de pesquisas intitulado A falência da Medida de Segurança: da exclusão à alteridade (COSTA, 2015), elaborado sob a orientação da perspectiva da alteridade radical levinasiana, a experiência de ser psicopata foi tomada como uma forma de relacionamento social que expõe as dimensões intersubjetivas do vínculo eu-outro. A psicopatia, no entanto, não se configura como instância, substância ou condição para o ser. Para essa abordagem haveria uma confusa assimilação dos termos psicopatia e psicopatas que criou problemas de ordem conceitual, investigativa e humanitária.

Ao reduzir o sujeito ao comportamento manifestado no ato criminoso comprometer-se-iam questões éticas fundamentais, a exemplo da dignidade da pessoa humana. A psicopatia, por ser uma condição e não uma doença, refere-se apenas a um dos múltiplos aspectos do sujeito, mas o rótulo de psicopata acaba limitando as possibilidades de ser do sujeito rotulado. Por isso, Costa (2015) optou em compreender o *modus vivendi* ao invés do *modus operandi*.

Além dessas questões, a pesquisa de Campos (2014) na abordagem foucaultiana, destaca os problemas teóricos, metodológicos, procedimentais, estatísticos e éticos, tanto na aplicação da escala adaptada para o Brasil, quanto da original. Dentre eles estão: pressupostos teóricos, filosóficos e antropológicos não definidos e discutidos nos trabalhos de Robert Hare; o *locus* de pesquisa ser, prioritariamente, a instituição carcerária; carência de estudos sequenciais; inobservância das considerações éticas atuais em pesquisa com seres humanos; aplicação longitudinal para dados colecionados com

procedimentos transversais; desconsideração às questões culturais e particulares das instituições carcerárias; confusões psicométricas entre traço e fator; além de outros problemas.

Dirigindo-se à cartografia social - panorama social-histórico-político, ao lócus de pesquisa e ao processo de escolha de determinada população, aparecem relatórios onde são expostos o caminho de desumanização e objetificação pelos quais passam os sujeitos da pesquisa. Eles destacam que o fundamento dos critérios de seleção e orientação da investigação sobre a psicopatia é o controle e, às vezes, o aniquilamento de parte da população considerada disfuncional, que passa a ser referenciada como perigosa e degenerada.

Como exemplo, ao declarar-se a impossibilidade de tratamento do psicopata, restar-lhe-á somente a condenação perpétua pela Medida de Segurança, que por ter caráter indeterminado ao cumprimento da pena, às vezes acaba funcionando como prisão perpétua. Esse é um dos pressupostos de Hare (2013), a da não possibilidade de recuperação. Corrobora-se a aceitação tácita de uma antropologia, com pressupostos implícitos, a partir de elementos das ciências naturais, que nem sempre condizem com os das ciências humanas, mas são articulados de forma a justificar alguns resultados.

Em outra dinâmica de pesquisa, a dos relatórios que analisam a temática pela perspectiva da linguagem, eles podem ser distribuídos pelos vieses semiótico e ficcional. No último, a dramaturgia é trazida para provocar aqueles pesquisadores que creem na assepsia da investigação e da pesquisa, levando-os a se questionarem sobre a real motivação que os conduziu à escolha deste problema de pesquisa. Propõem essa discussão mostrando como o crescimento das pesquisas dirigidas à temática dos criminosos seriais relaciona-se à produção ficcional.

A cada lançamento são revigorados os interesses, como foram os casos: do filme *Psicose* – 1960; do livro e filme *O Silêncio dos Inocentes* – 1981 e 1991 respectivamente; e das séries *Dexter* - 2006 e *Hannibal* - 2013. Há uma indústria cultural que retroalimenta a ficção e a ciência.

No viés semiótico analisaram-se as formas como a imprensa repercutiu casos envolvendo seriais killers, maníacos ou psicopatas. Um deles tratou da reabertura da investigação, após a série de notícias sobre assaltos e homicídios, do caso conhecido como *Títica*, em uma praia da região Sul do país. Outro formato de pesquisa, também nos

moldes semióticos, analisou os enunciados linguísticos, por meio dos quais se delimitou territórios discursivos de circulação de linguagem e de reposição de saberes.

Nesse relatório, a linguagem marca a assimetria da economia discursiva médico-jurídico-psicológica levando à compreensão de que esse quadro representado anteriormente na área do triângulo, forma, na verdade, um tríptico assimétrico. Dessa maneira, quando o magistrado exerce uma função próxima à do poder soberano, anterior ao aparecimento do Estado, e decide o destino de um acusado, surgem duas questões que permanecem abertas: haveria no Estado moderno uma fissura através da qual afloraria a figura tirânica do antigo soberano? Isso não poderia fomentar um Estado de exceção?

O quadro delineado e o reverso dele formaram a positividade das condições de exercício da função enunciativa e, pelas unidades discursivas, pode-se demarcar o *a priori* histórico das pesquisas. Nele desenvolveram-se identidades formais, apareceram continuidades simbólicas, translações conceituais, regras e rearranjos no jogo investigativo da temática da psicopatia, apontando para a estetização, estandardização e evocação da figura prototípica do inimigo social que se personifica na imagem do psicopata.

5.3 (In)conclusões do *a priori* histórico

A preocupação em demarcar, classificar e diagnosticar por meio da identificação de características particulares e populacionais tem um desenvolvimento bastante remoto e estão imersos nos rituais, na cosmogonia e no mito, que são as pré-condições para a determinação do exame. Os códigos sumério de Ur-Nammu, e sumério-acádio de Lipit-Ishtar, datados de 2040 a.C. e 2112 a.C., respectivamente, mostram que, ainda na Antiguidade, os indicadores legais eram utilizados como sistema de ordenamento para a vigência e manutenção do domínio imperial. Esses importantes dispositivos permitiam à voz do soberano estender-se muito além dos muros do palácio real e, posteriormente, dos limites da cidade. Era uma forma de fazer ecoar e de dar visibilidade às pretensões soberanas, estivessem elas formalizadas ou não na figura real, o que nem sempre acontecia (DRAPKIN, 1982).

As inscrições criavam ramificações discursivas que permitiam conectar assimetrias para produzir espaços de unidade política. Em alguns casos, a exemplo do

assírio, o entalhe cuneiforme unia homens e deuses, para por meio da boca do rei, emanar leis e oblações às quais deviam se curvar tanto a natureza como os homens.

A cada ciclo monárquico o rito, precípua do sistema jurídico hodierno, reestabelecia esse poder real. Ele era, portanto, tático, pois possuía em si um jogo estratégico para ordenação do cenário social. Não havia ainda nessas sociedades o distanciamento entre o mágico, o religioso e o racional, tampouco a percepção do tempo enquanto sucessão cronológica ordenada e vivia-se o ritual como o acabamento indefinido e sempre renascente da vida dos seres (GUSDORF, 1980). A essas noções coligava-se a antiguidade grega, sobretudo à importância atribuída à palavra, não apenas da caligrafada, mas da proferida.

Como nas sociedades antigas, na Grécia Clássica, o léxico aproximava os confins imperiais e permitia tanto o comércio de produtos, como a troca cultural, que possibilitou a formação da pólis, particularmente, de Atenas. Sobre isso Vernant (2002, p.53): “O que implica o sistema da polis é primeiramente uma extraordinária preeminência da palavra sobre todos os outros instrumentos do poder”. Fosse ela uma opinião espontânea litigante ou o resultado do trabalho intelectual de legisladores, nela estava orquestrada a economia das vidas e dos grupos como um canal entre mito e política, tornando-se “o instrumento político por excelência, a chave de toda autoridade no Estado, o meio de comando e de domínio sobre outrem” (VERNANT, 2002, p. 53-54).

Há de se considerar, contudo, que tanto a guerra como o trabalho escravo compuseram as forças necessárias à fundação e manutenção da pólis. Isso porque, a palavra, não está dissociada do contexto histórico-político e social. Como havia formas diferentes em cada *geno*, de governo e condução política, houve a necessidade de tentar coaduná-las, o que não extinguiu por completo as diferenças. Esse espaço polissêmico abriu-se ao cultivo de técnicas e formas de enquadramento e verificação que, embora não se constituam propriamente como os rudimentos das tecnologias de exame atuais, dado os distanciamentos políticos, sociais e epistemológicos, apresentam algumas correspondências, como na seleção e formação de soldados para as guerras. Por exemplo, a aferição era desde Hipócrates (460 a.C.–370 a.C.) e Galeno (129-217), este já distante da democracia ateniense, formas importantes de formulação de leis para a tomada de decisão, não apenas quanto à terapêutica, mas sobretudo em relação à política.

A prática da aferição, contudo, não se restringiu ao povo greco-romano. Os chineses da Dinastia Xia a utilizavam muito tempo antes, dentro da especificidade cultural

de seu momento, há mais de quatro milênios, também como recurso à seleção de soldados para as guerras imperiais, onde os inaptos poderiam, até mesmo, serem condenados (DUBOIS, 1970).

A utilização, no entanto, como ferramenta de individuação e vigilância é fruto do ocidente recente, contando com pouco mais de dois séculos e as questões da criminalidade com as quais se lida atualmente são assuntos nascidos na própria formação do Estado moderno, portanto, atuais. Nessa forma administrativo-política, o inimigo social convive com os demais cidadãos no interior da sociedade, havendo a necessidade de controle e previsão destes sujeitos, o que leva à proliferação de técnicas, táticas e instrumentos amparados nos cálculos de Estado, ou seja, estatísticas, como é o caso dos testes psicológicos de individualização, identificação e classificação, a fim de auferir um caráter científico à prática, conveniente e conivente com as medidas estatais.

Para isso é que são erigidos tipos ideais, figuras-limite, como é o caso do psicopata. Por composição, essa imagem ubuesca constitui a estetização do mal. A partir dela e orientados pelos artigos 5º, 6º e 7º da Lei de Execução Penal, os profissionais inseridos no contexto carcerário aplicam seus *checklists* de psicopatia ou em Unidades Socioeducativas computam a previsibilidade da reincidência desses, doentes para alguns e sem consciência para outros, infratores e futuros criminosos, incuráveis e sem reabilitação. Nessas instituições estar privado de liberdade e ser diagnosticado com psicopatia, significa um tipo de condenação perpétua.

Os profissionais e pesquisadores fazem o papel de sentinelas para vigiarem ou produzir tecnologias de identificação de almas perversas. A ação seguinte é a de mortificar essa alma condenada *a priori* por natureza, impulsos e ímpetos malditos. Identificado, abre-se outro segmento de controle no qual a indústria farmacêutica assume a dianteira: a castração química e o entorpecimento psicológico, receitas da ciência médica combinada à jurídica. Calça-se a luva à mão: lucro para a indústria farmacêutica, sensação de segurança para a população e de missão cumprida pelas ciências jus-psi. Estabeleceu-se assim a ontologia do criminoso, psicopata, inimigo social por excelência.

Resta a pergunta: se as profissões têm por base um código ético e profissional que destaca a inalienabilidade, o respeito e a garantia à vida, por que há a aceitação tácita do anteriormente exposto pela quase totalidade de profissionais e de pesquisadores que trabalham ou investigam essa temática? Essa questão permanece inconclusiva. Houve, contudo, a intenção de responder a essa questão.

5.4 Tentativa de intervenção: incursão no campo da educação

Dos trabalhos levantados nos itens anteriores, dois chamaram a atenção, para além da proposta de se fazer um levantamento das pesquisas sobre psicopatas no Brasil. O primeiro, pelo olhar dirigido ao sujeito diagnosticado como psicopata; e o segundo, pelo incômodo sentido pela pesquisadora em aceitar prontamente a rotulação e a forma como foi ensinada a prática do exame, por meio da Escala Hare, em uma instituição penitenciária em que estagiou.

Elias, participante da primeira pesquisa, falecido aos 24 anos de idade, enquanto cumpria Medida de Segurança, representa uma de muitas mortes dentre os qualificados de anormais. A vida dele retrata a operação, às vezes por meio ilícitos, de confinamento e de desumanização de pessoas consideradas indesejáveis. A nota de pesar do Grupo Persona, que acompanhou parte de sua trajetória dizia:

“Fique com Deus, Elias! Você foi um exemplo de coragem, determinação e força (mesmo que alguns o tenham considerado apenas “um louco infrator”). E foi seu exemplo que nos fez sublimar sua morte (ainda que as marcas sejam perenes) e continuar este trabalho. Obrigado por ter passado por nossas vidas. Seu delito foi apenas uma vírgula numa história de afetos, encantamentos, simplicidade, sonhos, desejos, vontades, empenhos e tudo o mais que forma a história de todo ser humano, tão digno quanto qualquer um de nós, ainda que fora da “norma da maioria”. E que Deus seja justo com aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para que sua história terminasse de forma tão trágica. Nada mais contraditório do que aqueles que se dizem contra a violência, se utilizarem dela para chegar a um objetivo tão vil” (COSTA, 2015, p.5. Destaques no original).

Outros participantes da pesquisa também tiveram as vidas ceifadas durante o projeto, que resultou na tese de doutoramento de Elisa W. K. A. da Costa, apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília. Desde as primeiras inserções, Costa (2015) notou que o cotidiano das pessoas custodiadas por Medidas de Segurança, nas prisões onde realizou a pesquisa, estava repleto de diversas violações dos direitos, mesmo os mais básicos, como a vida. Somado a toda precariedade estrutural, o trabalho realizado pelos profissionais envolvidos com a saúde mental, além de insuficiente, estava acompanhado, em muitos casos: do emprego da violência, da formulação inadequada de diagnósticos aligeirados e incorretos; da inexistência de tratamento.

Diante desse quadro, conjuntamente com o grupo formado por diversos profissionais e alunos, foi planejada e montada uma proposta, em cujas bases estão a ética do cuidado e a alteridade. Nela, além de reavaliações, foram elaborados planos terapêuticos em conformidade a cada caso, atinentes também a questões jurídicas e aos encaminhamentos que se fizessem necessários, em um esforço de várias instituições e pessoas. Costa (2015) chama a atenção para um ponto importante que visa mudar as formas precárias como os sujeitos são tratados no cárcere: a postura profissional. Antes dela, no entanto, está o caminho da formação acadêmica do futuro psicólogo, médico ou operador do direito. Em relação à formação em psicologia, observa Costa (2015, p.109)

É notória, também, a ausência de uma formação direcionada à prática psicológica em ambientes prisionais. Nas aulas de Ética e de Curso e Profissão (matérias constantes do currículo de graduação) pouco é discutido acerca do tema. Assim, os recém graduados saem de suas universidades destituídos do saber psi específico para este tipo de atuação. O que nossa disciplina tentou suprir foi justamente tal lacuna, de forma a voltar os olhares dos futuros psicólogos aos direitos e deveres seus e da população em conflito com a lei (Destques no original).

A mesma impressão de Costa (2015) foi compartilhada por Yamada (2009). A pesquisadora, ao participar do treinamento para utilização da Escala Hare PCL-R, ficou impressionada com o fato de que os outros participantes da formação, também psicólogos, não experimentaram qualquer incômodo em relação ao emprego desse instrumento. Ao contrário, todos eles, com exceção dela, diziam-se lisonjeados por terem a oportunidade de aprender as técnicas de aplicação dessa escala.

Durante as aulas, o instrutor, também profissional de psicologia, aplicava nos próprios internos a escala, preferencialmente naqueles que ele, previamente, julgava tratar-se de psicopatas. Colocado em frente à sala, o indivíduo, servia de cobaia aos presentes.

Todo o dispositivo foi montado levando-se em consideração o modo de reação do psicopata sendo o próprio preso tratado como tal. No meio do conflito instaurado, uma psi com farda pergunta se o número de pessoas durante a entrevista não poderia atrapalhar o procedimento e o caçador responde: “Não, de forma alguma. Os psicopatas adoram plateia, quanto mais gente assistir, melhor eles se sentem. (YAMADA, 2009, p.13. Itálico no original).

O diagnóstico e o rótulo estavam preparados, antes mesmo de qualquer avaliação. Apesar das claras transgressões ao código de ética profissional da psicologia, na seção 5.2.2 intitulada Do exame criminológico e da Comissão Técnica de Classificação, presente nas Diretrizes para a atuação e formação dos psicólogos do sistema prisional brasileiro, nenhum dos presentes esboçou qualquer reação desfavorável. *“Aplausos são dados ao PCL-R, aplausos à tecnologia, ao avanço e à ciência. E viva o mais novo projeto de classificação e avaliação da população carcerária!”* (YAMADA, 2009, p.14. Itálico no original).

A Escala Hare (PCL-R), cuja adaptação foi feita por Hilda Morana, está entre os testes que receberam parecer favorável pelo Conselho Federal de Psicologia. A aprovação feita em 2/12/2005, foi prorrogada pela Resolução CFP nº 09/2020, com vigência até 31/12/2021. Colocado como constructo que envolve a saúde mental e a psicopatologia, ele pode ser aplicado a pessoas de 16 a 51 anos de idade. Atualmente é vendido pela CASAPSI Livraria e Editora Ltda.

O espanto de Yamada (2009), em relação ao teste, levou-a a conduzir sua pesquisa na direção de compreender as relações de saber-poder que possibilitaram essa construção, bem como problematizar o porquê de dirigir-se ao público encarcerado. O que chamou a minha atenção, entretanto, na experiência relatada por ela, foi a postura passiva e conveniente dos profissionais diante da opção pelo emprego dessa escala, além da forma como foi conduzida a formação para a aplicação. Os profissionais aplaudiram, consentâneos, aquela prática. Uma das hipóteses que surgiu para compreender esse comportamento conveniente foi a levantada por Costa (2015), quanto à formação acadêmica.

Pensando nos dois exemplos acima, decidi ofertar, enquanto professor substituto no curso de bacharelado em Psicologia da UFMS, uma disciplina voltada à discussão da temática da presente pesquisa⁸², e assim contribuir, ainda que de forma insuficiente, com a formação acadêmica a alunos de psicologia da instituição. De caráter especial, contou com a participação de 12 pessoas. O programa das aulas foi composto por discussões sobre os conceitos de normalidade/anormalidade, problemas epistemológicos quanto a verdade e as formas jurídicas, filmes e documentários na temática da psicopatia, e participação nos julgamentos de Nando, no Tribunal do Júri de Campo Grande - MS.

⁸² Ementa da disciplina está disponível em anexo.

Durante a divulgação da proposta houve boa receptividade dos alunos, contrastando com o baixo número de matrículas. Foi solicitado, com antecedência de 18 meses à coordenação do curso, geral e pedagógica, a criação de um código específico para a disciplina, o que não foi atendido. Com o mesmo código, o discente que tivesse feito no passado disciplinas sob a denominação de Tópicos Especiais não poderia matricular-se novamente nesta, independentemente de ter interesse. Isso acabou diminuindo o número de alunos matriculados, apesar do interesse manifestado anteriormente. Essas situações corroboraram as impressões prévias que tínhamos quanto a trabalhar uma disciplina que discutisse essas temáticas.

Além disso, outro professor efetivo ofereceu uma disciplina com o mesmo código e no mesmo dia e horário de nossa proposta, o que impossibilitava os alunos de participarem, pois não é possível cumprir duas vezes uma disciplina de mesmo código. Por tratar-se de uma temática contemplada em disciplina obrigatória, muitos que disseram ter interesse em acompanhar a matéria que ofereceríamos, não puderam fazê-lo.

Começamos então a proposta com 12 alunos. A eles, distribuímos, no primeiro dia, um questionário composto por questões envolvendo avaliação psicológica, psicopatia e psicologia, a fim de averiguar o posicionamento e o conhecimento deles sobre a temática⁸³. Nossa intenção era a de, ao fim da disciplina, aplicar o mesmo questionário para ver se haveria divergências em relação a resposta.

No decorrer dos meses o número de alunos do curso foi diminuindo e, somado a isso, vários feriados e eventos acadêmicos coincidiram com o dia da aula, quase impossibilitando a continuidade. Foi possível, apesar das dificuldades, levá-los para participarem em dois julgamentos envolvendo o caso Nando, no Tribunal do Júri de Campo Grande - MS. Eles aconteciam no mesmo dia e horário das aulas, o que facilitou a participação. Houve uma ocasião que, em decorrência da saúde fragilizada do réu, o julgamento precisou ser suspenso. Nada nos foi comunicado até estarmos reunidos em frente ao Fórum.

Ao término da disciplina foi pedido aos alunos restantes que entregaram, como trabalho final, um artigo onde escolheram e discutiram os temas discutidos em aula, correlacionando-os aos julgamentos. Apenas dois trabalhos foram entregues.

⁸³ Constam em anexo.

Pedi ainda, a um dos alunos que respondesse a algumas perguntas gerais referentes à experiência de participar como espectador dos julgamentos, tendo em vista ter sido uma experiência nova para eles, e por ter acompanhado toda a disciplina. A escolha pelo aluno decorreu de ter sido o único a participar integralmente de três julgamentos. Seguem adiante as perguntas e respostas:

Como foi a experiência de participar dos julgamentos de Nando?

Foi no mínimo perturbadora, no sentido de um quebra de expectativas, após um período de grande espera para a entrada do Nando que era aguardado por câmeras e microfones tal como uma celebridade e devo dizer que como estudante de psicologia ao se tratar de um suposto psicopata, *serial Killer*, tive um grande interesse em encontrar e poder observar alguém que possui uma personalidade de certa forma rara ou inusitada, alguém assustador, dono de um olhar paralisante ou qualquer outra coisa descrita em filmes, séries e livros, mas não foi isso que encontrei, ao contrário Nando chegou ao julgamento como alguém desinteressante, longe de qualquer brilhantismo.

Quais foram suas impressões sobre os julgamentos?

Antes do julgamento em si havia um clima muito cortês em relação aos que iriam participar, na minha impressão como se já houvesse uma espécie de combinado a respeito de como iria se proceder o julgamento, e que aquilo se tratava apenas de meras formalidades, o juiz em questão não hesitou em usar algumas vezes a palavra 'Psicopata' para se referir a Nando, ainda que o mesmo estivesse sendo julgado por seus crimes e que o próprio termo psicopata não esteja mais em vigor a partir dos manuais diagnósticos.

Enquanto o advogado se baseava em construir seu argumento a partir da ideia de que Nando deveria ser julgado a partir das provas de seu crime e não pelo caráter pessoal de Nando, fazendo para isso uma análise histórica do direito, o promotor lançava-se a demonstrar as monstruosidades dos crimes e a necessidade de que Nando esteja então preso.

Acredita tratar-se de um psicopata, com inteligência superior, sem consciência, frio e manipulador?

Nando apresenta sim suas singularidades e diferenças, mas se trata de alguém simples, suas capacidades mentais não são para além de qualquer outro ser humano, possui humanidade e sofre à sua maneira as angústias do ser como todos nós, contém sentimentos e emoções, qualquer coisa para além disso não passaria de mero romance.

Pelo relato do aluno é possível inferir que Nando, antes mesmo de ser julgado já estava condenado. Não seriam necessários outros dez julgamentos, pois desde o primeiro, da série de dezesseis, até o fechamento da presente tese, ele estivera condenado. Tratava-se mais de expor a imagem monstruosa construída sobre ele, do que de fazer justiça e reparação. Apesar das dificuldades na efetivação da intervenção, considero que, ao menos a esse aluno, atingimos os objetivos de nossa proposta que era problematizar termos vagos, como *serial killer*, psicopata, maníaco, etc.

Após indicar as dificuldades em trabalhar o tema com os alunos, potenciais profissionais da psicologia, será trazido no próximo capítulo o ocaso local. Ocaso, vocábulo que se refere ao pôr do sol, também foi empregado nas técnicas de composição das tragédias gregas para indicar os momentos de castigo pela hamartia praticada pelos heróis trágicos. Eles, assim como Nando, estavam previamente condenados antes mesmo do julgamento dos homens, pois o ato em si, *hýbris*, dirigia-se contra os deuses.



CAPÍTULO VI - OCASO LOCAL

OS LÊMURES. Também lhe deram o nome de larvas. Ao contrário dos lares da família, que protegiam os seus, os lêmures, que eram as almas dos mortos malvados, erravam pelo mundo, infundindo pavor aos homens. Imparcialmente, torturavam os ímpios e os justos (BORGES, 2000, p.197).

O capítulo a seguir abordará, a partir de dados extraídos dos julgamentos, de materiais jornalísticos e de conversas informais com técnicos e profissionais envolvidos direta ou indiretamente com o processo, o caso classificado midiaticamente como Nando ou O *Serial Killer* do Danúbio Azul. A importância em trazer esse caso está em demonstrar como se operacionaliza a teratopolítica, nesse exemplo, pelos meios midiáticos. Por ter sido amplamente divulgado pela imprensa nacional e pelo caráter público das informações, não houve a preocupação em preservar a identidade dele. Seu nome, no entanto, não será utilizado aqui. Além disso, não haverá registro de dados pessoais coletados diretamente, seja por meio de entrevistas ou relatos, mas apenas os que foram veiculados publicamente.

A partir da década de 1970, cunha-se em vários países do mundo, sendo os Estados Unidos da América o pioneiro, o termo *Serial Killer* (SEREZA, 2015). Com essa expressão que designa o assassino em série, os profissionais e estudiosos da área almejaram conhecer e classificar os criminosos homicidas recorrentes, na busca de compreenderem as formas de ação deles, para preveni-las. Desde seu batismo, o termo esteve unido a uma espécie de tipologia da personalidade, classificando seus detentores de psicopatas ou portadores de psicopatia. Ao nascer, o destino desses sujeitos estaria de antemão marcados com o germen do crime e do mal.

A influência recebida dos países norte-americanos foi determinante para a abordagem brasileira, que recebeu inspiração tanto das produções ficcionais como as das produções técnica e científica sobre essa matéria (SEREZA, 2015). Esse impacto, embora tardio se comparado ao de outras regiões do país, foi notório no Estado de Mato Grosso do Sul, em 1986. Embora os homicídios tenham sido recorrentes na região, tanto contra

os povos originários e (HECK e MACHADO, 2011), também, contra os primeiros colonos a fixarem residência no local, por meio da prática de grilagem (SENA, 2006), a identificação com os atos de homicídios seriais começa a ser empregada somente ao final da década de 1980.

O primeiro caso a ser amplamente divulgado pela mídia do estado, no formato de jornal escrito e nos telejornais foi o de “Buickinho” (REDAÇÃO, 2010). Acusado de assassinar e enterrar os corpos de seis pessoas, ele foi condenado à pena de 96 anos de reclusão. Além desses crimes, atribuiu-se a ele a exumação dos corpos das vítimas enterradas em cemitérios públicos. Estes não teriam sido os primeiros crimes praticados por ele, que após ter cumprido medidas em unidades de internação em Minas Gerais, permaneceu internado em um manicômio judiciário pelas mortes de outras cinco pessoas.

Ele nunca foi encontrado para cumprir as penas e, somente, a partir de 2008, quando foi alterada a lei que entendia ser necessária a comunicação pessoal das acusações diretamente ao réu, foi concluído o julgamento, onde o mesmo foi sentenciado.

Em 2008, mais de 20 anos depois, já sob a égide das redes sociais, principalmente o Orkut, desativado em 2014, o termo *serial killer* foi amplamente utilizado pela imprensa para qualificar o adolescente acusado de assassinar, por estrangulamento e asfixia, três pessoas. Alinhado de O Maníaco da Cruz, pois deixou duas das vítimas em posição semelhante à da crucificação, foi apreendido e encaminhado a uma Unidade Educacional de Internação – UNEI, para cumprir medida privativa de liberdade.

Ao término do limite máximo fixado pelo ECA para o cumprimento desse tipo de medida, de três anos ou até os 21 anos de idade, com a possibilidade de liberação compulsória, o jovem continuou em uma UNEI. Após evadir, ao fim do período de três anos, e ser novamente apreendido, foi encaminhado a uma ala ambulatorial da Santa Casa onde esteve por poucos meses. Por pressão da diretoria da instituição, em decorrência do alto custo desse atendimento, foi encaminhado para o Instituto Penal de Campo Grande – IPCG. Foi mantido, por uma Medida de Segurança, em uma ala de saúde do IPCG, por determinação de uma juíza, até que novas providências fossem tomadas pelo estado de MS. O rapaz está atualmente com 29 anos de idade e permanece no presídio. Nenhuma medida nova foi tomada.

No corrente ano, em um caso alinhado de ‘Pedreiro Assassino’, um homem confessou ter matado e ocultado os cadáveres de sete pessoas. Na última condenação, a mulher e a filha admitiram a participação no assassinato de um senhor de 61 anos, com o

objetivo de tomarem posse da residência onde ele morava. Os homicídios ocorreram entre 2016 e 2020, e foram motivados por desavenças e pela intenção do réu confesso de se apropriar dos bens das vítimas (FERREIRA, 2020).

O delegado responsável pelas investigações afirmou que, durante os relatos nas oitivas, não notou qualquer arrependimento ou abalo emocional por parte do autor. Ao comentar o caso, um psiquiatra de atuação na perícia forense definiu-o como um assassino em série. Conforme a declaração dada pelo especialista a um site de notícias, esses sujeitos estão inseridos nas personalidades psicopáticas, e nem sempre são identificados na fase infantil, mas desde esse momento tendem a apresentar comportamentos violentos com animais e com outras crianças. Durante a vida adulta, tornam-se cordiais e cooperativos, por isso pessoas próximas não imaginam que eles sejam capazes de atos bárbaros. “Já nascem, crescem e vivem assim” (FERREIRA, 2020, s/p).

Muito mais recente, o impacto midiático dos crimes por ele praticados, não obstante, foi ofuscado pela série de assassinatos cometidos por outro autor, cujo caso ficou conhecido na imprensa local e nacional como Nando ou O *Serial Killer* do Danúbio Azul, detalhado a seguir, em ordem cronológica. Sobre o caso, ao longo de dois anos, nos jornais eletrônicos CampoGrandeNews e MídiaMax, além do impresso Correio do Estado, foram produzidas, respectivamente, 130, 90 e 26 matérias, perfazendo o total de 246 sobre o caso, durante o período consultado. Nando foi exaustivamente noticiado.

6.1. Cenas do acontecimento

A primeira matéria, de 11 de novembro de 2016 no site local CampoGrandeNews, trazia o título: “Grupo criminoso explorava viciados em drogas e ‘sumiu’ com dez pessoas” (OLIVEIRA & HENRI, 2016, p.1. Destaque no original). Aqui começava a ser tramada toda a rede, que examinará e reexaminará Nando. Iniciando-se pela Polícia Civil, Imprensa, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Vara de Execução Penal, Presídios, etc. Preventivamente, trazia a matéria, oito pessoas foram presas, dentre elas Nando, suspeitas em diversos desaparecimentos. O esquema foi descrito como composto por tráfico de drogas, exploração sexual, posse ilegal de arma de fogo e de entorpecentes, além de vários homicídios.

Nando foi apontado, inicialmente, como o chefe da organização, onde comandava o tráfico de drogas local na região. Os demais comparsas seriam os responsáveis pelo

aliciamento e exploração sexual de jovens e adolescentes dependentes químicos. No momento em que eles resolviam deixar o grupo para quem se prostituíam, as vítimas eram torturadas e assassinadas pelos outros integrantes. Sentindo-se ameaçados, os moradores da região temiam relatar os delitos à polícia. Desse modo, 16 pessoas foram mortas ao longo de dois anos sem que houvesse qualquer intervenção por parte do Estado. A maior parte das vítimas foi registrada como desaparecidas.

Na semana seguinte noticiava-se: “Chefe de quadrilha enterrava vítimas de cabeça para baixo, dizem comparsas” (FERNANDES, 2016, p.1). De acordo com a delegada, ele atraía usuários de drogas em situação de vulnerabilidade social para trocar favores sexuais por entorpecentes. Sua presença amedrontava a todos. Até aquele momento, apenas um corpo havia sido encontrado e todos os dez desaparecidos teriam sido enterrados da mesma forma. Desde as primeiras notícias, os homicídios atribuídos a Nando serão, mais e mais, relacionados a motivações sexuais.

No dia seguinte, ao menos cinco matérias foram escritas sobre as novidades do caso. Todas estampavam fotos do autor e da ossada, apontada por ele, divulgadas pela polícia civil de MS para a imprensa. Essas imagens estavam estampadas nos jornais.

Figura 10 - Ossada humana de uma das vítimas foi encontrada ontem (17), durante escavações, no Jardim Veraneio⁸⁴



Fonte: Divulgação/Polícia Civil. S/d.

⁸⁴ Optou-se por manter o título original.

A imagem anterior, acrescida da foto do acusado apontando o local dos sepultamentos, iria compor a série de notícias dos dias seguintes. Nelas, descrevem-se as motivações para os crimes, envolvendo tanto o tráfico de drogas como exploração sexual. Ao comentar o caso, os vizinhos mostraram-se surpresos com o fato, pois “Nando” sempre foi prestativo e cooperativo com os demais moradores do bairro.

No dia 21 de novembro, de 2016, outras duas ossadas foram encontradas e encaminhadas ao IMOL para exames de antropologia forense, para análise das fraturas e da maneira como ocorreram, além de testagem de DNA e datação de carbono. O produto químico necessário para efetuar o último teste não foi divulgado. Os ossos seriam, conforme noticiado, de viciados em drogas.

Figura 11 - Perito criminal no local onde ossadas foram encontradas



Fonte: Divulgação/Polícia Civil. S/d.

Nesse mesmo dia, outra matéria que atualiza o número de vítimas de 10 para 12, relatou que, o réu, agora confesso, afirma ter sido torturado pela polícia com saco na cabeça, para confessar os crimes, além de ter sofrido disparos próximos aos ouvidos, para que detalhasse os crimes. Na sequência, a notícia faz-se menção à conduta fria e sem

remorso de Nando, associando-o à psicopatia. No dia posterior, várias ferramentas, dentre elas uma retroescavadeira, foram encaminhadas para o local onde foram achados outros restos mortais, no intuito de encontrar uma adolescente de 15 anos de idade, moradora da região e amiga do grupo, desaparecida há cerca de dois anos.

Nessa ocasião, outra ossada foi achada e os peritos, do Instituto de Criminalística – IC, chegaram ao fim da tarde para recolher os restos mortais, enquanto as buscas continuavam próximo ao local. A indicação dos sepultamentos, dessa vez, foi feita por um adolescente que teve o nome preservado. O material recolhido anteriormente seria, conforme investigações da polícia civil, de Café, Alemão e Bruninho.

Figura 12 - Polícia Civil escavando o ‘cemitério’ de ‘Nando’



Fonte: Campo Grande News, 22/11/2016. Adriano Fernandes

Até esse momento, apenas um site de notícias comentava o caso. Os demais emitiram apenas uma nota em referência, mas a partir daí, outros jornais comentavam e acompanhavam diariamente as buscas dos investigadores.

Outro noticiário afirmou que o bando era formado por diversos amigos de longa data. O grupo se uniu para resolver os problemas locais, principalmente aqueles que os

acometiam. Um ajudava o outro, mas a palavra final era a de Nando. A exploração à miséria foi destacada e, segundo a delegada, muitos pais sequer sabiam os nomes dos próprios filhos desaparecidos. "Talvez por serem vítimas da miséria, que o uso das drogas traz. O grupo não ligava para sexo ou cor, eles descartavam as vítimas como se fossem nada" (MIDIAMAX, 2016, p.2).

Entre as vítimas, estava uma mulher que deixou seis filhos e cada um deles vivia em casas separadas dos demais irmãos. Segundo o relato de um morador local, a mulher assassinada fazia pequenos trabalhos para o grupo e com o dinheiro recebido, auxiliava no sustento dos filhos. Ela não recebia qualquer auxílio do Estado. Ao ser questionado sobre Nando, afirmou que ele "frequentava igreja e passeava de carro pelo bairro ouvindo músicas religiosas. Ele era muito tranquilo. Foi uma surpresa. Ele não transparecia ser esse assassino. Ele ia a igreja e sempre passava pelas ruas do bairro escutando hinos" (MIDIAMAX, 2016, p. 3).

Até esse momento, os restos mortais de seis pessoas haviam sido encontrados. Três foram identificados e outros três, apesar das autoridades conhecerem as alcunhas das vítimas, permaneciam sem a confirmação das identidades. Dentre eles estava Café. No dia 23 várias notícias foram veiculadas a esse respeito, trazendo a *causa mortis* dos corpos encontrados, apesar do IMOL ter afirmado semanas antes, que esse resultado levaria meses para ficar pronto.

A morte de Café teria sido em decorrência de uma dívida de R\$140,00 contraída por um frete feito por Nando, que se dizia cansado de cobrar o valor. Chamado a participar da entrega de entorpecentes, Café foi levado próximo ao aterro sanitário da região, onde foi estrangulado com uma correia de geladeira, enquanto os outros participantes desferiam golpes de faca e chave de fenda. Foi enterrado duas vezes, primeiramente em cova rasa e depois, com um buraco feito com o auxílio de cavadeira, de cabeça para baixo.

Os crimes nunca eram praticados sozinhos e Nando mantinha uma boa relação com os colegas próximos e vizinhos. Constatou-se, conforme disseram os investigadores ao jornal MidiaMax (2016), que ele morava com outro comparsa em sua residência, onde realizavam rinhas. Por ter sua prisão preventiva decretada, a casa onde residia ficou abandonada e acabou sendo alvo de vários saqueadores. Segundo informações dos vizinhos, ao menos cinco pessoas estiveram no local, alguns deles próximos de Nando, e cada um entrava e saía, levando nas mãos, televisor, liquidificador e outros utensílios domésticos pertencentes a ele.

Figura 13 - Casa onde ‘Nando’ morava.



Fonte: Campo Grande News, 23/11/2016. Luana Rodrigues

Na mesma data, uma mulher procurava desesperadamente pelo filho. Relatou à polícia ter durante muito tempo comprado drogas de Nando. Apesar de ter deixado a substância, o filho de 15 anos continuava a fazer uso dela. Certo dia, depois de lhe pedir R\$ 5,00 para comprar drogas e, frente à negativa da mãe, o adolescente desapareceu. Intuitivamente, ela acreditava que ele teria sido uma das vítimas do grupo de extermínio e temia relatar à polícia o ocorrido, por medo de retaliação do grupo, pois ainda haveria gente perigosa à solta, pessoas, nas palavras dela, muito ruins.

Outra reportagem, no dia 24 de novembro de 2016, estampou o título: “Com passado sombrio, ‘matador’ tem pena por estupro e histórico doentio” (RODRIGUES & ERMÍNIO, 2016. Destaque no original). Para os jornalistas essa “história real, que mais parece roteiro de filme de terror” (RODRIGUES & ERMÍNIO, 2016), traz Nando como o personagem principal. Dono de um cemitério particular, seu histórico de crimes teria começado em 1996. Naquele ano, ao cruzar com um garoto de 13 anos de idade para quem pediu informações, em uma rua insólita, conduziu-o à força à própria residência e com uma faca empunhada, obrigou-o a baixar as calças, abusando dele.

Dias depois, devido ao desconforto proveniente das dores, relatou o ocorrido à mãe, que fez a denúncia à polícia. O processo foi suspenso por três anos, pois não havia provas a não ser a palavra do garoto. Submetido a exame de perícia, não ficou provado o

abuso. Além disso, o acusado negou as acusações, afirmando sofrer de problemas urinários e penianos, que dificultariam tal prática. Por fim, o juiz decidiu pela suspensão após constatar perturbações mentais e inabilidade social no acusado.

O processo seguiu por 15 anos. Em 2008, nova avaliação foi feita e novamente foram constatados problemas mentais. A denúncia, a essa época, mudou para a de constrangimento ilegal mediante grave ameaça e prática sexual libidinoso, sexo anal. Acabou preso preventivamente por 4 meses. Em 2011 foi condenado a seis anos de prisão. Nesse período, haviam sido registradas denúncias em seu nome por tráfico de drogas, ameaça, lesão corporal, e corrupção de menores, em sua cidade natal.

Dias após a prisão, disse ter sido estuprado por outros detentos, por não ter sido colocado em cela reservada a acusados de estupro. Essa fala foi proferida durante o julgamento pela morte de Café. Após ser transferido para o IPCG foi reavaliado por um psiquiatra e perito forense, que lhe concedeu parecer favorável à progressão de regime. Ele foi transferido para o semiaberto, de onde evadiu no dia 16 de junho de 2012. Novamente preso em 2013, a pena foi comutada para regime semiaberto domiciliar, em razão de ter a saúde gravemente comprometida. O mesmo perito irá reavaliá-lo, anos mais tarde, e concluirá tratar-se de um psicopata grave.

Em 29 de julho de 2014, sofreu um acidente de trânsito no anel viário da Capital, por volta das 5h da manhã. O local fica próximo ao ponto onde, meses depois, Nando indicaria o lugar de seis covas. O jornal Midiamax (2006) chama a atenção para que, após apontá-las, ele pedia água para se refrescar do sol forte, enquanto descansava no interior da viatura durante a localização das ossadas pela perícia.

Figura 14 - Veículo após acidente de 2014



Fonte: Reprodução/ TJMS. S/d.

Em 25 de novembro de 2016, uma coletiva de imprensa foi convocada, onde o CampoGrandeNews (2016) fez-se presente. Vários delegados da Polícia Civil comentaram o caso com os jornalistas, entre eles um está atualmente preso por comandar de uma milícia armada da região. Eles relataram à imprensa que Nando teria participado de todos os assassinatos e era considerado pelos comparsas como o chefe da quadrilha. Ele teria confessado o gosto por matar e por, costumeiramente, visitar o local onde os corpos foram enterrados de cabeça para baixo, como forma de contemplar os troféus.

De maneira repetitiva, foi apontado nos jornais de vários veículos de comunicação que todas as vítimas tinham envolvimento com tráfico de drogas e várias delas se prostituíam em troca de entorpecentes. Conhecido e temido, durante quase quatro anos, praticou abertamente seus crimes contra aqueles que não tinham importância. Tratava-se de viciados e prostituídos. “Foi confirmado pela polícia que Nando promovia orgias sexuais com as vítimas, que eram mulheres, homens, crianças e adolescentes. Homossexual assumido, Nando também usava o namorado [X], de 20 anos, como comparsa para os crimes” (PORTELA, 2016. Nome suprimido pelo autor).

Na sequência da matéria são relatadas as motivações de Nando para os atos e as formas de ação. Três delas foram destacadas: estrangulamento, enforcamento e golpes com instrumentos punctórios. As motivações para matar as vítimas foram: a primeira, devido à prática de pequenos furtos na região para comprar entorpecentes; a segunda, por não ter pago uma dívida de R\$170,00, devido a dois fretes realizados por Nando; a terceira, deveu-se à venda aos autores, de uma TV, que eles descobriram tratar-se de artefato roubado; a quarta, por praticar pequenos furtos e pelo fato da vítima ser considerada, por eles, muito efeminada; a quinta, em retaliação à agressão a um sobrinho de Nando; a sexta, por dívidas de drogas; a sétima, por ter presenciado uma traição conjugal de um dos membros do grupo; a oitava, por ter furtado ferramentas de jardinagem de Nando, no valor de R\$70,00; a nona, foi assassinada por furtar garrafas de Nando; a décima, devido a pequenos furtos na região; a décima primeira e a décima segunda também por praticarem furtos.

Em seguida, foi descrito pela delegada responsável, o perfil do autor: boa articulação verbal, com características de sadismo sexual e inteligência, com a qual escondeu os crimes da polícia por quatro anos.

Curiosamente, na elaboração do perfil, Nando não é qualificado como uma pessoa violenta. Foi ressaltado, principalmente, as características sexuais, embora ele não tenha

sido acusado de praticar nenhum crime, com essa conotação, nesse período. Além disso, cabe aqui um questionamento: será que os crimes foram escondidos habilmente ou as vítimas eram pessoas sem importância, razão essa para a omissão do Estado?

No dia 25 de novembro de 2016, durante a madrugada, um residente da região foi perseguido e baleado por outros dois homens. Os vizinhos relataram que ele suplicava a Deus e dizia não ter relação com os fatos ocorridos nos últimos dias. Ao que parece, ele foi perseguido por compor o grupo de Nando. Nesse mesmo dia foi encontrada a sétima ossada, de uma das vítimas assassinadas.

Foi relatado ainda que Nando se sentia como uma espécie de justiceiro, punindo os crimes na comunidade com a ajuda de outros quatro colegas. Como numa espécie de ritual, conforme o jornal CampoGrandeNews (2016), visitava todos os dias o cemitério particular. O site chamou a atenção, ainda, para a liberação de um dos comparsas, alcunhado de Vasco, que teve sua prisão preventiva revogada. Além dele, outros sete acusados foram liberados. Os destaques de outro portal de notícias, o Midiamax (2016) foram: Lei e ordem; sexo e orgia; grupo de extermínio; homossexualidade; ossadas; lista; bairro livre; e horror.

No dia seguinte, em 26 de novembro daquele ano, CampoGrandeNews (2016) e Midiamax (2016) estampavam na manchete a lista de nomes das vítimas. Afirmando que ele matava por prazer, e de caráter frio e macabro, não poderia ser considerado um *serial killer* comum, pois não seguia um *modus operandi*, além de não ter uma motivação específica para o crime. A única justificativa para seus atos seria a de que ele gostava de matar. Diferentemente da descrição do dia anterior com 12 nomes, a lista publicada passava a contabilizar 14 vítimas. Um programa especial, de 20 minutos, foi dedicado no site CampoGrandeNews (2016) ao caso.

Em 30 de novembro do mesmo ano, uma matéria chama a atenção para a vida dos familiares das vítimas. Uma delas, de 37 anos, deixou seis filhos. Eles estavam sob os cuidados de moradores da comunidade, dentre eles idosos, com a ajuda de doações. Alguns em idade escolar, estavam fora da escola. Os cuidadores não possuíam os documentos das crianças e, por isso, não podiam matriculá-los. Uma das moradoras informou que as autoridades, como o conselho tutelar, até o momento, não haviam comparecido ao local para se atualizarem sobre a situação das crianças. Um canal de ajuda foi aberto pelo site de notícias e um empresário mobilizou-se para ajudá-los.

No dia 02 do mês seguinte, o psiquiatra forense Guido Palomba comentou o caso. Disse ser o perfil de um *serial killer* igual a qualquer pessoa, com características um pouco loucas. Não apresenta alucinações e delírios, e convive bem em sociedade, apesar da frieza com que pode matar, por motivações diversas. Vive entre a normalidade e a anormalidade. “Não existe um padrão único de comportamento, indivíduo ou transtorno mental que diga que ele é ou não um assassino em série. Mas, neste caso, é possível sim que estejamos diante de um serial killer” (ZURUTUZA, 2016, p.2).

Ele segue dizendo que esses assassinos sempre encontram uma justificativa para suas ações e podem matar, tanto aleatoriamente, ou com escolhas premeditadas, havendo ainda os justiceiros, como é o caso em questão. Para o psiquiatra, esses sujeitos são destituídos de valores éticos e morais, e completa: “Não existe justificativa para matar, isso por si só já é uma loucura, a extrema carência de valores éticos e morais. Ele mata por matar, não em outras circunstâncias” (ZURUTUZA, 2016, p.2). O médico ressalta que esses sujeitos não modulam o comportamento e são incapazes de sentir remorso, apesar de saberem dos aspectos cruéis, ilegais, imorais e errados de seus atos. A matéria frisa, ainda, que Nando teria um histórico doentio.

O psiquiatra forense, que já atuou em casos de repercussão nacional, deixa claro: “serial killers são aqueles que apresentam o mesmo comportamento antes, durante e depois de cometer o crime”. Eles sabem que o que fazem é errado, ilegal, cruel e imoral, mas não sentem remorso. (ZURUTUZA, 2016, p.3. Destaques no original).

Tendo sido diagnosticado anteriormente com problemas mentais, ele não escolhia as vítimas por padrões e as matava estrangulando-as, pois não se sentia confortável, segundo a matéria, com a presença de sangue. Esse padrão, para o entrevistado Guido Palomba, caracteriza o transtorno de personalidade, além disso, ele cuidava das covas como se fossem troféus. Matava quem colocasse a segurança do bairro em risco, porque gostava de matar.

Acima diz-se que Nando não tinha *modus operandi*, e que matava por prazer. Poucos dias depois, no entanto, será dito que ele escolhia as vítimas de acordo com determinado perfil, e empregava os mesmos instrumentos para cometer os homicídios, afirmação que será negada em seguida.

As próximas matérias serão relatadas três dias depois da anterior, quando foram retomadas as escavações. A oitava ossada foi encontrada com a indicação de um dos

comparsas de Nando. As investigações deixaram de ser conduzidas pela Delegacia Especializada de Atendimento à Infância e Juventude – DEIAJ, para serem feitas pela Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes de Homicídio – DEH.

Figura 15 - O cemitério clandestino



Fonte: Midiamax, 2016.

Em 06 de dezembro, o número de vítimas foi atualizado para 16 pessoas, pelo jornal CampoGrandeNews (2016). A primeira delas, que segundo o delegado preenchia de maneira perfeita o perfil das vítimas de Nando, foi morto com vários tiros na cabeça, tórax e membros, próximo a uma árvore. A segunda, com várias perfurações de arma de fogo pelo corpo, foi encontrada degolada. Com essas descobertas, a polícia concluiu serem os *modus operandi* diversos, e em 10 dos 16 crimes confessados, teriam sido utilizados revólver ou instrumento cortante.

O novo delegado conclui que, embora o suspeito não tenha um nível de instrução alto, a inteligência de Nando é privilegiada, com facilidade para dissimular, manipular pessoas e situações, de maneira a preservar os comparsas e a continuar praticando e ocultando seus ilícitos.

Curioso notar que o delegado anterior dizia que Nando possuía inteligência mediana.

No sétimo dia de dezembro, uma matéria retrata as características do bairro onde os crimes aconteceram. Ausente do belo ou do atrativo, não há nada nele que alegre o

coração. Sem escola, creches, posto de saúde ou praça para as crianças, quem precisa desse e de outros serviços tem de caminhar até os bairros vizinhos. Nos últimos dias, até então esquecido pelo Estado, o lugar passou a ser lembrado pela mídia devido à fama ruim que acabou recebendo, dado à série de assassinatos ocorridos na região.

Com asfalto apenas nas ruas principais, o comércio local estava engatinhando. Os moradores, apesar dos problemas, diziam gostar do bairro, que na época tinha a violência controlada e estava distante daquela imagem de filme de banguê-banguê. Algumas queixas, no entanto, foram relatadas. Devido à falta de creches, uma das moradoras estava incapacitada de trabalhar, pois não tinha com quem deixar os filhos. Com o medo acentuado pelas notícias veiculadas na mídia, não cogitava deixar as crianças sozinhas em casa, o que a impediria de trabalhar. Na matéria do dia seguinte, no mesmo periódico, alguns moradores afirmaram ser normal encontrar corpos de pessoas mortas no entorno do bairro, antes e depois do caso Nando.

Em 09 de dezembro de 2016, Nando concede uma entrevista a um site local, onde fala sobre os crimes, por mais de 30 minutos⁸⁵. A manchete traz a informação que se tratava de 17 vítimas. Mais uma, caso não fosse preso, teria sido contabilizada. A justificativa dada foi a de retribuir os delitos de furto na região, pois enquanto ele trabalhava doente, outras pessoas roubavam-no e zombavam dele.

Em vários momentos ficou envolto em lágrimas, e a matéria enfatizou a ausência de culpa, pelo fato de se tratar de um *serial killer* e ser, dessa maneira, incapaz de tal sentimento, apesar de mostrar-se consternado. Durante a entrevista, a jornalista, ao interrompê-lo, afirmou que ele atuou nos quatro anos, sem questionamentos de policiais, porque assassinava pessoas sem importância para a sociedade, como dependentes químicos e ladrões.

No dia 19 foram encontradas mais duas ossadas. Além dessas, procurava-se por outros três corpos e, por isso, as escavações foram mantidas. Caso fossem encontrados, as investigações poderiam ser encerradas, conforme explicou o delegado. “Nossa preocupação é com a materialização de provas de homicídio, que já foram confessados pelo grupo. Por isso, a necessidade destas escavações” (MIDIAMAX, 2016, p.2).

⁸⁵ Parte da entrevista está disponível em <https://bityli.com/jSn3L>.

Outra afirmação bastante curiosa: a de que o delegado preocupava-se com a materialização de provas, e nada disse sobre as vítimas, familiares delas ou sobre as condições precárias da Segurança Pública na região.

Durante a investigação, o proprietário do terreno, ao ser questionado pelos investigadores, afirmou não ter presenciado qualquer atitude suspeita na região. Outro jornal local chamou a atenção para o gesto de joia dado por Nando aos jornalistas, enquanto os peritos buscavam por outros corpos.

No dia posterior, a polícia civil divulgou um vídeo mostrando o conjunto de ossos encontrados. O site de notícias CampoGrandeNews (2016) veiculou que o carro utilizado para transportar as vítimas havia sido comprado com a verba indenizatória recebida do Estado de MS, devido a sequelas oriundas de agressões e estupros sofridos no presídio. Fez-se também menção a um processo de 1995, quando ele havia sido detido e internado em uma Santa Casa, de onde evadiu.

Antes de receber a indenização, possuía um veículo sem carroceria. Após adquirir uma Saveiro e posteriormente trocá-la por uma S10, passou a transportar os materiais com os quais fazia as escavações, vindo a mudar a forma como enterrava as vítimas. Inicialmente deitadas e, posteriormente, de cabeça para baixo.

No mesmo dia, técnicos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, ofereceram-se para auxiliar nas buscas, estudando o terreno para evitar possíveis desabamentos. Somado a isso, o professor de geografia física, Ary Tavares Rezende, sugeriu a utilização de condutímetro, para medir a condutividade eletromagnética do solo. O aparelho pertencia à Faculdade de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo e Geografia - FAENGE, da UFMS. Com essa técnica, foram encontrados vestígios, objetos e ossos humanos, possivelmente das vítimas. Após a utilização desse instrumento, em conjunto com duas retroescavadeiras, as buscas foram encerradas.

Figura 16: Condutímetro e materiais



Fonte: Campograndenews/ Adriano Fernandes, 2016;

6.2 Encaminhamento para o presídio

No dia 02 de janeiro de 2017, foi noticiada a transferência de Nando para o mesmo presídio do “Maníaco da Cruz” (CAMPOGRANDENEWS, 2017, p.1). Enquanto aquele passou a dividir a cela com outro detento, este permanecia, devido à alta periculosidade, isolado dos demais detentos. No dia 25 do mesmo mês, a denúncia-crime foi encaminhada para o Ministério Público Estadual – MPE, em segredo de justiça, contando com o nome de sete envolvidos nos crimes de estupro de vulnerável, exploração sexual de crianças e adolescentes, associação criminosa e tráfico de drogas. Caso fossem condenados, o somatório das penas seria superior a 100 anos.

Em 21 de fevereiro a denúncia de homicídio do garoto de 13 anos de idade foi encaminhada pelo MPE-MS, contendo o nome de Nando, por ter oferecido a corda para o estrangulamento, e de outros dois participantes.

Em 02 de maio começam a ser ouvidas as testemunhas de acusação, dois delegados e cinco policiais participantes da operação sobre 11 homicídios.

No dia 10, CampoGrandeNews (2017) e Midiamax (2017) retrataram as dificuldades dos familiares das vítimas para sepultar os corpos encontrados. Eles não haviam sido liberados pelo IMOL, por falta de material para exame de DNA. Além disso, a máquina de raio-X, útil para apontar a causa da morte, estava quebrada e sem previsão para ser consertada. A Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP, informou que o reagente teria sido adquirido e seria entregue na semana seguinte.

A Defensoria Pública de MS, no início do mês de julho daquele ano, entrou com o pedido de prisão domiciliar para Nando ou permissão de saída para tratamento médico. Sua saúde, segundo a Defensoria, estaria debilitada por falta de cuidados do Poder Público. Ele sofre de estreitamento no canal da uretra diagnosticado como estenose de uretra traumática. Por esse motivo, precisava fazer um procedimento de cistostomia, onde é feita uma abertura na bexiga para a introdução de cateter para coleta de urina.

Desde que foi preso, a troca foi efetuada duas vezes, mas acarretou diversos problemas. Devido à hipertensão surgiram vários abscessos no pênis, e a urina vazava pela abertura da cistostomia do cateter, infeccionando a região e provocando dores abdominais, de cabeça e febre, além de comprometimento cardíaco. Foi pedida urgência na avaliação, pois seu estado seria lastimável. No mesmo dia foi descrita a situação de

Nando na carceragem: doente e repousando sobre um papelão, o que o fez pensar em cometer suicídio.

No dia 21 foi comentada novamente sobre a saúde do réu. De acordo com o relatório da Agepen, ele recebeu atendimentos regulares no Instituto Penal pela equipe de saúde do presídio e pelo Módulo de Saúde do Complexo Penitenciário, chegando a ser encaminhado a posto de saúde para a troca da sonda. No dia 17 o juiz da 1ª Vara de Execução Penal determinou e nomeou um médico para verificar as condições de saúde do preso, sob escolta, e sem a necessidade de prévia autorização judicial. No dia 18, teria passado por uma consulta com o médico especialista em urologia.

Devido à demora na liberação dos restos mortais, a mãe de uma das vítimas só pode enterrá-la no dia 29, oito meses após serem encontrados pela polícia. A demora deveu-se à falta de reagente para DNA. Ela foi enterrada em uma vala comum depois de ter o enterro cancelado por falta de atestado de óbito. Sem nenhum tipo de identificação, número de registro, lápide ou outra informação, foi enterrada como indigente no final de um cemitério público da cidade, apesar da família ter reclamado o corpo. Os restos mortais podem permanecer ali pelo período máximo de 36 meses. A família participou do enterro. A mãe e as duas filhas, de 6 e 9 anos de idade, estiveram no sepultamento.

A polícia acionou a justiça para que os restos mortais das outras vítimas fossem liberados para as famílias que reclamaram os corpos. Os restos mortais de Café e Alemão permaneciam sem identificação e ninguém, até aquele momento, havia reclamado os corpos.

No dia 21 de agosto, mais de 300 acadêmicos de Direito acompanharam a segunda audiência do caso. As testemunhas, no entanto, faltaram, mas outra, participante da quadrilha, foi arrolada no processo.

No dia 23, Nando foi encaminhado para atendimento médico. No mesmo dia, um médico foi nomeado pela perícia judicial para entregar o laudo de saúde do réu confesso. Na ocasião, afirmou aos jornalistas que foi torturado para confessar os crimes e que seu depoimento teria sido forjado por policiais desonestos.

Em 19 de outubro, Nando envolveu-se em uma briga na Ala G, durante o banho de sol, com um dos internos do presídio onde encontrava-se privado de liberdade. Foi instaurado procedimento administrativo disciplinar para investigar as circunstâncias do ocorrido. Outro procedimento havia sido aberto alguns dias antes, devido ao

comportamento desrespeitoso dele como um dos agentes. Ao fim dessa análise disciplinar, poderia haver punições aos envolvidos.

Foi negado o pedido, em 16 novembro, para a prisão domiciliar. O juiz alegou que ele poderia ser levado, quando fosse necessário, à Santa Casa para atendimento médico, e pediu que fosse submetido à avaliação psiquiátrica, para ser detalhado seu perfil psicológico e as possíveis interferências de problemas mentais nos atos por ele praticados. O MPE entrou com pedido de realização de júri popular pelas mortes.

A primeira condenação, 1 ano após ter sido preso preventivamente, ocorreu no dia 28 de novembro. Foi condenado a 29 anos, 10 meses e 10 dias em regime fechado, além de 1mil dias-multa, pelos crimes de tráfico de drogas e favorecimento à prostituição. Foi apontado como o responsável por orgias sexuais regadas a drogas, com ao mesmo 10 adolescentes, todos dependentes químicos.

No dia 15 de janeiro de 2018, novo pedido para revogação da prisão de Nando e de um comparsa é realizado pela Defensoria Pública de MS, baseado na alegação de não terem participado do assassinato de uma das vítimas.

Em 14 de março foi anexado o laudo da avaliação psiquiátrica realizada por um perito local, o mesmo que havia concedido a Nando a progressão de pena na ocasião em que evadiu do semiaberto. A perícia foi realizada em 19 de fevereiro. O pedido feito pelo juiz ao médico foi para que se produzisse apenas um laudo, pois todos os crimes, segundo o magistrado, teriam as mesmas características, e teriam sido praticados pela mesma pessoa. No documento, o réu foi diagnosticado com Transtorno da Personalidade Antissocial Grave, código 301.7 do DSM-V e Transtorno da Personalidade Paranoide Grave, código F60.0 do CID-10.

No laudo, o psiquiatra relata as negativas do acusado, quanto a ter participado dos crimes. Disse ter sido espancado pela polícia quando, em 1996, fora preso acusado de estupro de vulnerável. Nando, segundo o médico, afirmou não ter participado de nenhum dos crimes e, por ser amigo do autor, conhecia o local onde os corpos foram enterrados, pois este contava-lhe quando ingeria bebidas alcoólicas e drogas. Mesmo diante da mãe assassinada, negou-se a buscar vingança.

Com linguagem articulada e inteligência mediana, demonstrou capacidade de raciocínio. Apresentou, em seu discurso, ambiguidade psicosexual, além de “ideações paranoides e autorreferência. Há frieza emocional, perversidade de caráter, falta de

empatia, grave instabilidade emocional, nota-se justiceiro e rancoroso, manipulação e egocentrismo” (GARNES, 2018). E continua: “Não há tratamento efetivo para tal condição. Deve ser afastado da sociedade” (NEVES, 2018). O psiquiatra diz ainda que ele tinha condição absoluta de entender os atos praticados e de autodeterminar-se, com plena responsabilidade penal, pois nunca sofreu com delírios, alucinações ou quaisquer transtornos psicóticos.

A ação do sentenciado, na descrição diagnóstica do médico, foi movida por precipitação e excentricidade, dado à incapacidade de controlar os impulsos agressivos, além dos rituais. Com dificuldades em manter vínculos interpessoais, tornou-se reincidente e versátil na prática de crimes. “Ele tem falta de disponibilidade interna para abordar os crimes praticados, recorrendo à mentira e gerando um discurso contraditório. Perversidade de caráter com insensibilidade afetiva aos demais e sentimentos deficitários relativos à alteridade” (NEVES, 2018).

O especialista ainda pontua que não foram encontrados traumas emocionais a curto, médio ou longo prazo, distúrbios familiares, sentimentos de rejeição ou complexo de inferioridade. O temperamento foi avaliado como colérico, caracterizado com perfil autossuficiente e prático, com facilidade para tomar decisões, até mesmo por outras pessoas.

Interessante notar, que na primeira avaliação, feita em 1996, o mesmo psiquiatra isentava Nando das responsabilidades penais e, na ocasião, chamou a atenção aos problemas mentais que este teria. Agora, no entanto, o mesmo médico diz que o avaliado nunca teria sofrido qualquer transtorno psicótico, tratando-se de um perverso insensível e sem alteridade.

Em 11 de abril nova prisão preventiva foi decretada, embora ele já se encontrasse preso à época. No dia 25, foi transferido para um presídio no interior do estado, na cidade de Dourados.

Em 28 de junho há a juntada de documento ao processo sobre ter sido diagnosticado com tuberculose. Ele teria se negado ao tratamento, evitando tomar a medicação prescrita pelo médico, razão por que foi isolado dos outros detentos para não os contaminar.

6.3 Fase de julgamentos no tribunal do júri⁸⁶

No dia 29 de junho, inicia-se o primeiro julgamento de Nando no tribunal do júri. Após mais de uma hora de atraso por problemas técnicos no aparato de transmissão de imagem do tribunal e do presídio onde o acusado estava, a sessão foi iniciada sem a presença dele. Por ter sido diagnosticado com tuberculose e cumprindo pena a 300km da capital, a justiça optou pela videoconferência.

Com poucos lugares disponíveis, a plenária era ocupada por estudantes de direito e psicologia, jornalistas, familiares das vítimas e policiais. Dos três acusados, um deles teve o julgamento adiado, enquanto os outros dois foram inquiridos, primeiramente pelo juiz que presidia o julgamento e, posteriormente, pela defesa e promotoria. Nando foi o segundo réu a se pronunciar. De máscara, disse ter sido estuprado por 18 presos e que preferia morrer a permanecer na cadeia naquela situação. Negou todas as acusações e atribuiu o assassinato de Café a outro homem, com quem teve no passado um relacionamento amoroso.

Pediu ao magistrado para ser transferido novamente para a capital, para poder ficar próximo à família e continuar o tratamento médico, sob a ameaça de submeter-se à greve de fome. O juiz afirmou que concederia o pedido feito por ele.

Ao mostrar a bolsa de colostomia que usa em razão do problema na uretra, afirmou em meio às lágrimas não ser aceito pelos outros presos, porque seu cheiro é desagradável. Disse ter sido obrigado, sob tortura por meio de asfixia com sacola de plástico, a confessar os crimes dos quais era inocente, e aguardava por uma justiça superior: a do Deus, do juiz ou dos direitos humanos. Proferiu que a polícia ameaçou matar seu sobrinho, caso negasse ser o mandante dos homicídios. Segundo ele, colocaram diversas vezes pistolas em sua cabeça ameaçando-o. Em certa ocasião, puseram-no de joelhos e efetuaram um disparo próximo à cabeça dele.

“Colocaram até sacolinha na minha cabeça, cheguei a desmaiar e por isso achei melhor confessar. Não teria coragem de matar ninguém. Tenho quatro irmãos e minha mãe assassinada. Se eu tivesse que matar alguém seria por vingança, eu sei todo mundo que matou minha família e nunca fui atrás deles. Eu conhecia o café só de vista, vi uns três ou quatro dias no bairro” (VALENTIM e KASPARY, 2018. Mantivemos ‘café’ em minúsculo, conforme a publicação original).

⁸⁶ As fotos podem ser consultadas na sessão ANEXOS.

Durante a primeira arguição feita pelo juiz presidente da sessão, o meritíssimo comentou sobre um laudo pericial, quando o réu foi acusado de estupro de vulnerável, e Nando foi considerado na época insano e inimputável. Nessa ocasião, alguns policiais invadiram sua casa e o espancaram. Em decorrência dos chutes, a bexiga foi rompida e ele precisou passar por 19 cirurgias. Devido à capacidade em relatar o ocorrido, o juiz afirmou que a justiça desconsiderava a avaliação de insanidade. Por isso passou a ser imputável.

Nando negou a participação em todos os homicídios. Segundo ele, a mãe e os irmãos teriam sido assassinados durante sua infância. A mãe teria sido assassinada na sua frente, com pauladas. Disse ainda ter procurado pela polícia quatro vezes, citando o nome do policial e da corporação, para relatar os desaparecimentos de pessoas do bairro. O policial teria caminhado com ele pelo bairro e disse, na época, ter conhecimento desse fato, mas que por se tratar de pessoas vagabundas, ladrões e viciados, não teria razão para dar importância a eles.

Confirmou ter ajudado o amigo Vasco a esconder o corpo de uma das vítimas, mas negou tê-la matado. Resolveu, segundo ele, denunciá-lo, no momento em que aquele matou a amiga de Nando.

A promotoria abriu os questionamentos indagando se Nando recebia favores sexuais em troca de entorpecentes. Diante da negativa, o promotor perguntou se ele era homossexual e se tinha relações homossexuais. Nando confirmou e disse serem os parceiros, de idade superior a de 18 anos. Quando questionado sobre a identidade dessas pessoas, disse serem diversas, mas todas maiores de idade, dentre elas Vasco.

Na sequência, o promotor perguntou sobre a genitália do réu, que afirma estar prejudicada após ter sido violentado por outros presos na cela de uma delegacia. Por ser acusado de pedofilia, segundo ele, o delegado deveria tê-lo colocado em cela individual, mas propositalmente deixou-o com os outros presos. Eles inseriram objetos em seus testículos, o que ocasionou infecção e obrigou à retirada dos mesmos. Os laudos médicos comprovariam o relatado.

O comprometimento do trato urinário o prejudicava de diversas maneiras. Como o cheiro tornava-se demasiado forte, devido aos vazamentos constantes do cateter, além do constrangimento advindo pelos demais presos, a alimentação ficara comprometida, pois sentia grande repulsa ao se alimentar e essa situação tirava-lhe o apetite.

Passada a palavra ao advogado de defesa, este perguntou sobre as circunstâncias da prisão de Nando que relatou ter sido encaminhado a várias delegacias. Em cada uma delas sofreu agressões com chutes, socos e choques. Esteve preso, provisoriamente, por mais de 30 dias nas delegacias. Disse não ter sido o único a sofrer agressões. Alguns adolescentes, apreendidos por depredação de patrimônio público, também foram agredidos e constrangidos a ficarem apenas de cueca na frente de Nando, enquanto o policial questionava se ele gostava de meninos novos. Foi citado o nome do policial.

Nando dirigiu a fala aos jurados e pediu para que eles o absolvessem e considerassem todo o sofrimento de que foi vítima, da ação arbitrária policial de 1996, e toda a violência sofrida por seus familiares.

Os primeiros interrogatórios não foram acompanhados de advogado particular ou defensor público. Somente após ter confessado os crimes, foi designado um advogado que o acompanhou, mas até esse momento, já havia conversado e prestado depoimento a diversos policiais. Não lhe foi advertido sobre o direito de ficar em silêncio, pelo contrário, disseram que se não confessasse, matariam o sobrinho e plantariam drogas na casa dele, porque teriam poder para tanto.

Na argumentação do promotor de justiça, Nando teria preparado arditamente seu depoimento para despertar pena e sentimento de comiseração, com o intuito de ser absolvido. Mostrando-se dócil frente às autoridades, no dia a dia agia de forma violenta e articulada. Visceralmente mentiroso, comportava-se teatralmente durante o julgamento. Quanto à réplica feita pela defensoria, ela apontou para a falta de elementos, provas e testemunhas contra o réu.

Após cerca de 10 horas de julgamento, com três intervalos para café e almoço, ele foi condenado a 18 anos e 3 meses de prisão em regime fechado, por homicídio e ocultação de cadáver.

No dia 02 de setembro de 2018, descreve-se no título de uma matéria em um site local: “Psicopata ou *serial killer*? Saiba mais sobre Nando, criminoso que matou 16 em MS: especialistas discutem diagnóstico de [...]” (ROCHA, 2018, p.1. Nome suprimido pelo autor). Chamado de chefe do bairro, nela são trazidas a opinião de profissionais e professores de áreas forenses e *psi*.

O professor da Universidade Católica Dom Bosco, que terá seu nome preservado, assim como o dos demais profissionais citados nessa matéria, afirmou que psicopatia é

característica de pessoas com transtorno de personalidade antissocial. Por definição, seriam sujeitos com baixa empatia e dificuldades para lidar com frustrações. Por serem egoístas, pensam na própria satisfação em detrimento da dor alheia.

Outro professor, da UNIDERP, afirmou que além de psicopata, Nando pode ser considerado um *serial killer*. Salienta não haver um número específico de homicídios para enquadrar alguém nesse grupo, mas acredita poder fazê-lo a partir de três homicídios. Geralmente com um padrão, é um assassino em série, com *modus operandi*, no caso dele matar por asfixia e enterrar de cabeça para baixo. Sem causa, esse defeito de personalidade decorreria de fatores genéticos, fisiológicos e ambientais; e sem cura, nos casos menos graves pode melhorar, mas nos transtornos antissociais graves, não.

Entrevistada, uma professora da UFMS asseverou que os psicopatas nem sempre têm uma inteligência superior ou mesmo planejam seus crimes. O caso de Nando se encaixaria no de psicopata por impulso. Ele não possuiria refinamento cognitivo, mas apresentaria impulsividade, além do caráter de justiceiro ao ver as vítimas como pessoas más. Ela não cria que ele pudesse ser caracterizado como *serial killer*, pois nesses casos há planejamento linear e requintes de crueldade, diferentemente da impulsividade demonstrada por ele.

Na fala de um profissional, psiquiatra forense, é necessário que esses indivíduos, pela possibilidade de reincidência, sejam postos em Medida de Segurança a ser reavaliada por períodos de 12 ou 24 meses.

Em todas as falas foi feita menção a outro caso local, alcunhado de O Maníaco da Cruz, cuja situação jurídica, para eles, está confusa.

No dia 21 de setembro de 2018 aconteceu outro julgamento. Como um dos réus negou a participação no assassinato, o processo teve de ser desmembrado e a audiência de Nando foi transferida para outra data, 14 de novembro daquele ano. Nela, Nando negou ter participado do homicídio, mas admitiu ter auxiliado na ocultação de cadáver.

Em 24 de novembro, ele foi levado novamente a júri popular e condenado a 18 anos e 4 meses de prisão. O comparsa, condenado por ocultar o corpo, teve a pena fixada em 1 ano.

Em 08 de fevereiro de 2019, após o julgamento ser temporariamente suspenso por falta de energia, Nando em videoconferência negou a participação no crime de homicídio. O comparsa que também estava sendo julgado, condenado anteriormente, afirmou ser

outro o exequente do homicídio, e que este outro, após torturar por vários minutos, a mulher bastante machucada, a estrangulou com uma corda, enquanto o comparsa segurava seus pés para evitar a fuga. O crime teria sido encomendado por um amigo dele, por rixas e disputas sobre o domínio do tráfico local.

Diante das alegações de inocência de Nando e do comparsa, a promotoria pediu a absolvição deles aos jurados que a concederam. Tratar-se-ia de outro *modus operandi*, razão por que não poderiam ser eles os autores. Absolvidos da acusação de homicídio, foram condenados a 2 anos de prisão por ocultação de cadáver.

No dia 20 de fevereiro, outro julgamento foi realizado. Somando-se as penas anteriores, a condenação ultrapassava 56 anos. Baseando-se no diagnóstico psiquiátrico, a promotoria afirmou que ele tinha totais condições para compreender a gravidade de seus crimes e fez vários elogios ao laudo produzido pelo psiquiatra.

Assim como nas vezes anteriores, Nando negou a participação e pediu um calmante, atribuindo a Vasco os crimes. Disse não aguentar mais falar sobre homicídios. Ele foi condenado a 18 anos e 3 meses, por homicídio e ocultação de cadáver.

Em 10 de abril de 2018, no quinto julgamento que durou mais de 11 horas, o promotor descreveu a maneira cruel e torpe usada por Nando para matar um jovem, considerado por ele e por seus comparsas, como sendo efeminado demais. Nessa ocasião, assim como no primeiro julgamento, a promotoria afirmou tratar-se de um monstro. Apesar dos apelos da defesa, ele foi condenado a 16 anos e 3 meses de prisão, pelos crimes de homicídio e ocultação de cadáver.

No dia 26 de abril aconteceu o sexto julgamento. Acusado de matar um jovem de 18 anos, de aparência franzina e que parecia ter 12 ou 13 anos de idade, negou tê-lo assassinado. Atribuiu a confissão feita durante a prisão preventiva, à tortura desferida pelos policiais. A promotoria, após citar os favores sexuais em troca de drogas, novamente, afirmou tratar-se de alguém sem consciência, prerrogativas morais ou coração. Tratava-se, portanto, de um monstro. Ele foi condenado de novo, dessa vez a 14 anos e três meses de reclusão em regime fechado.

Em 10 de maio dá-se o sétimo julgamento. Mais uma vez disse ter sido obrigado a assumir o homicídio que não praticou. O caso foi descrito pela promotoria como o mais extenso e de maior magnitude da história do estado de Mato Grosso do Sul. Nesse em

questão, a vítima teria sido convidada pelo réu para fazer um programa sexual e por discordarem do valor, ele teria matado a vítima.

A defesa, por sua vez, afirmou não haver elementos para acusá-lo, pois foi empregada arma de fogo, enquanto nos homicídios anteriores, dos quais foi acusado, o método utilizado foi o estrangulamento. Apesar da tréplica da promotoria, dizendo que ele ainda não havia elaborado um *modus operandi*, e por isso matou a vítima com arma de fogo, acabou absolvido das acusações pelo júri.

Em 17 de maio, oitavo julgamento, foi absolvido pelo júri, da acusação de homicídio. Foi, no entanto, condenado a 01 ano e 11 meses de prisão em regime semiaberto por ocultação de cadáver. Pesou a seu favor haver confessado a ocultação.

Em 05 de junho ocorreu o nono julgamento. Acusado de matar por estrangulamento um garoto de 18 anos, com a ajuda de outros dois comparsas, teria feito uso de uma correia de máquina de lavar para cometer o crime. Na ocasião, a namorada da vítima encontrava-se grávida de oito meses.

Chamado de monstro pela promotoria, ele afirmou ter visto o rapaz algumas vezes pelo bairro, e que não teria motivos para matá-lo. O promotor replicou, dizendo que foi levado a cometer tal ato como forma de vingança pelo roubo praticado pela vítima contra ele. Por isso, convidou-o para usar drogas e este aceitou. Ao chegarem a um terreno baldio, desferiu um golpe em sua cabeça, com um caibro de madeira. Desmaiado, foi estrangulado com uma correia e enterrado em uma cova preparada para esse fim.

Acabou condenado a 16 anos, 10 meses e 10 dias-multa por homicídio qualificado por motivo torpe, com emprego de asfixia e mediante emboscada. Com a condenação, sua pena chegou a 104 anos e 4 meses.

Em 23 de agosto foi realizado o 10º júri, dessa vez com a presença de Nando, diferentemente dos anteriores onde participou por videoconferência. Sentado no banco dos réus, estapeou-se várias vezes durante a sessão, dizendo ter sido obrigado a assumir os homicídios.

A promotoria referiu-se às autoagressões como sendo um teatro patético. Enquanto um jornalista fazia um retrato de Nando, ele apontou o dedo médio na direção do fotógrafo e começou a clamar por Satanás. Como ele não se acalmava, foi retirado da plenária sob escolta. No corredor, golpeou a parede com a própria cabeça, ocasionando

lesão e sangramento. Foi atendido e encaminhado ao Centro Regional de Saúde pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência da capital.

No período da tarde, durante a tréplica e após ter o pedido de condenação questionado pela defesa por basear-se apenas na confissão do réu, o promotor, bastante exaltado, desmaiou, permanecendo desacordado por vários minutos. O desmaio deu-se no momento em que argumentava sobre a sensação de ofensa sentida por ele, decorrente das indagações proferidas pelo defensor, que teriam sido danosas para si, para a instituição jurídica e para toda a sociedade. Em decorrência desse fato, o júri foi suspenso.

Em 18 de setembro, no 11º júri, o réu foi condenado a 16 anos e 10 meses de reclusão pela morte de uma adolescente. Bastante nervoso, negou em videoconferência as acusações e disse ter sido obrigado a assumir os crimes que não cometeu. Durante a fala do promotor, voltou a se estapear e afirmou que Lúcifer mataria a todos com câncer. Diante dessa fala, foi conduzido pela escolta de volta à cela.

A promotoria asseverou que ele usava a mesma fala contra o óbvio. Vinha com um discurso pronto e dirigido aos policiais, referindo-se a torturas que não poderia ter sofrido. Com a condenação, a soma das penas superou 120 anos.

Em 06 de novembro, 12º julgamento, trajando uma camisa com a frase Jesus te ama, Nando sentou-se no banco dos réus pela acusação de homicídio de uma jovem. Ela foi enforcada com uma correia retirada de uma máquina de lavar roupas, porque se recusou a realizar um programa sexual para o qual teria sido paga no passado.

Mesmo negando todas as acusações e chamando os presentes de surdos, pois já havia falado várias vezes de sua inocência, disse ter sido levado à confissão por atos de tortura, pelo emprego de asfixia, socos e spray de pimenta. Foi condenado a 16 anos, 10 meses e 20 dias-multa pelo crime.

No dia 22, durante o 13º júri, Nando e os demais acusados foram absolvidos do crime de assassinato e ocultação de cadáver de uma vítima conhecida apenas como Alemão. Pela impossibilidade de comprovar a identidade deste e de compará-la com os restos mortais encontrados, não houve a caracterização do crime. Acreditava-se, por eliminação, que a ossada encontrada pertenceria ao alcunhado.

Em 28 de novembro aconteceu o 14º júri. Ao chamar atenção para as confusões e desencontros nas falas do réu, o defensor público questionou o procedimento de desmembramento do processo, o que prejudicou o cliente.

A testemunha de acusação, policial civil, afirmou ser Nando um dos maiores psicopatas do Brasil. Segundo ele, um psicólogo esteve na delegacia para diagnosticar o *serial killer*. Para o profissional *psi*, tratava-se de um psicopata social, que não gostava de ser contrariado e que acreditava estar fazendo um favor à sociedade, ao eliminar usuários de drogas e assaltantes. Disse ainda que, durante o depoimento, o investigado riu e se vangloriou pelos crimes, e depois chorou e se exaltou. A oitiva teria durado mais de 15 dias. A estratégia para fazê-lo falar foi levar café e comida e atendê-lo, sempre que ele requisitasse.

Com a nova condenação, pena de 25 anos, 6 meses e 10 dias-multa, por homicídio qualificado por motivo torpe, meio cruel e mediante dissimulação, além de ocultação de cadáver, foi sentenciado a quase 150 anos de prisão.



CONSIDERAÇÕES

Os anéis de uma serpente são ainda mais complicados que os buracos de uma toupeira (DELEUZE, 2002, p.226).

Apenas considerações. “Num regime de controle nunca se termina nada” (DELEUZE, 2002, p.216). Lapidar um tema com pouca recorrência nos estudos brasileiros exigiu empenho e paciência. Os termos monstros e monstruosidades remetem, quase sempre, aos medos das crianças e aos receios dos adultos. Medo do desconhecido, dos seres sem rosto, daquilo que se esconde por entre as sombras, debaixo da cama ou dentro do guarda-roupas; e receio do cotidiano, do dia e da noite, que trazem estampados nos noticiários os rostos, com as histórias funestas, de vidas assoladas e destruídas, e daqueles que as destroem. Um monstro que só assusta crianças à noite; e a monstruosidade que espreita a todos à luz do dia.

Receio e medo, relativos a monstro e monstruosidade, tiveram mais espaço, no cenário brasileiro, entre os estudiosos das literaturas e das linguagens. Apesar da marcante circunscrição local, esses temas estiveram presentes nos mais diferentes debates, mundo a fora, em diversas áreas: epistemologia, história, medicina, antropologia criminal, sociologia, direito, teologia e, também, literatura. Cada uma delas, ao seu modo e com os métodos que lhes são particulares, buscou entender ou se servir dessas figuras que carregam, simultaneamente, o real e o excepcional, e recebem diferentes nomes, de acordo com a área em que foram constituídas. De forma geral, agram-se todos os rótulos em um campo nomeado de teratologia.

A escassez atual em investigações brasileiras, apesar do volumoso trabalho sobre a teratologia em outros países, ignorou a utilização estratégica dos termos dela derivados e de seus desdobramentos, como forma de justificar e consolidar determinadas práticas de controle e de governo das vidas e das populações. Um exemplo de tática recorrente ao uso dessas classificações está no emprego político, que é feita dela no Brasil, como forma de desqualificar o discurso proferido pelo outro.

O mesmo psiquiatra, perito forense, que se pronunciou no caso Nando, Guido Palomba, escreveu um editorial na Folha de São Paulo⁸⁷, a respeito do atual presidente da República brasileira, em que o diagnostica com psicopatia ou condutopatia. Características como egolatria, insubordinação, bizarrice, teimosia, tirania etc., fizeram parte da lista de sintomas destacados por ele. Poucos dias após a veiculação da matéria jornalística, a deputada federal Joice Hasselmann do Partido Social Liberal apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição - PEC, com o pedido de interdição do presidente, afirmando que ele apresentaria elementos de insanidade mental que o incapacitam ao cargo⁸⁸. O uso feito do diagnóstico, que se deu sem qualquer tipo de metodologia ou técnica foi, claramente, político-partidária.

Em outra situação, também contendo ingredientes político-partidários, o deputado federal Loster Trutis do Partido Social Liberal tentou, em 2020, impugnar a candidatura do vereador Vinícius Siqueira, do mesmo partido. Trutis recorreu da sentença que manteve a candidatura de Siqueira, afirmando que havia elementos de teratologia na decisão do juiz que analisou o pedido de impugnação⁸⁹. O magistrado designado para julgar o recurso afirmou não haver teratologia ou manifesta ilegalidade na sentença, extinguindo a revisão, sem resolução de mérito. A aplicação e extrapolação jurídica feita sobre o termo, nesse caso, foi empregada na tentativa de invalidar a decisão do julgador, como se tivesse sido absurda ou não contivesse precedente legal. A alegação, no entanto, foi rejeitada.

Recorrer às expressões monstro e monstrosidade, possibilita ativar tanto a imaginação do ouvinte, como também os mecanismos legais e supralegais. Isso porque os termos foram gestados historicamente. Daí a tentativa feita na pesquisa de propelar na história essas expressões para desnaturalizá-las, nas linhas dos emaranhados discursivos a que estão enredadas. Desde a indefinição daquela criatura encontrada em Hermópolis, até o uso e o abuso que os mecanismos de controle fazem das facetas do monstro, como o psicopata, buscou-se trilhar a genealogia dessa figura, de muitos nomes, várias faces e diversas formas.

O incremento dessa imagem nas formas de controle atuais, faz com que estas possam se ligar a redes que agem não só sobre o tachado, enclausurado ao rótulo, mas e,

⁸⁷ <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/03/jair-messias-e-o-pai-dos-psicopatas.shtml>

⁸⁸ <https://www.cartacapital.com.br/politica/joyce-apresenta-pec-para-destituir-o-presidente-por-incapacidade-mental/>

⁸⁹ <https://correiodoestado.com.br/politica/trutis-tem-recorso-negado-e-permanece-fora-das-eleicoes-2020/377731>

sobretudo, a toda a população que pode esconder monstros potenciais, ainda latentes. Por isso, ficam justificados os exercícios de vigilância e punição correntes, como forma profilática de defesa do Estado e da sociedade, contra tais indivíduos perigosos, detentores de uma natureza perversa analta. Assim, a tese de que a teratopolítica é uma estratégia institucionalizada da biopolítica, sustentada nos e pelos saberes-poderes *jus-psi*, pode ser atestada.

As metamorfoses pelas quais passaram as formas de compreensão sobre as figuras taxadas de monstruosas não significaram, necessariamente, progresso. A extinção dos suplícios e o fim das condenações por acusações de supostos enlaces com seres sobrenaturais, deixou um vácuo ocupado pelas internações compulsórias, Medidas de Segurança, e pelos pedidos de interdição e curatela por razões de incapacidade mental. A perseguição continuou por outras vias, e os sintomas do mal foram deslocados, paulatinamente, à moral. Nesse campo, o comportamento passou a ser registrado, tabulado e contabilizado nos cálculos das agências de controle e de vigilância que, em casos como o de Nando, somam os esforços para condenar. Condena-se, assim, antes mesmo do julgamento.

Os agentes de controle não são abstratos e intangíveis. Eles funcionam e exercem suas atividades por meio de pessoas. São elas, subjetivadas de determinada maneira, que operam e operacionalizam as técnicas e táticas de inspeção, monitoramento e administração das vidas. Nesse sentido, a educação, particularmente a acadêmica, tem função primordial. Ela prepara o corpo e a mente para desempenharem os labores sociais designadas a cada um, e previamente definidas pelo Estado, que as financia e gerencia. Nela sistematiza-se e ensina-se, cada vez mais precocemente, o exame.

O exame não se contenta em sancionar um aprendizado; é um de seus fatores permanentes: sustenta-o segundo um ritual de poder constantemente renovado. O exame permite ao mestre, ao mesmo tempo em que transmite seu saber, levantar um campo de conhecimentos sobre seus alunos. Enquanto que a prova com que terminava um aprendizado na tradição corporativa validava uma aptidão adquirida — a “obra-prima” autenticava uma transmissão de saber já feita — o exame é na escola uma verdadeira e constante troca de saberes: garante a passagem dos conhecimentos do mestre ao aluno, mas retira do aluno um saber destinado e reservado ao mestre. A escola torna-se o local de elaboração da pedagogia. E do mesmo modo como o processo do exame hospitalar permitiu a liberação epistemológica da medicina, a era da escola “examinatória” marcou o início de uma pedagogia que funciona como ciência (FOUCAULT, 2014d, p.183. Destaque no original).

A universidade, cada vez mais tecnicista e menos crítica, tem no exame o princípio e a ferramenta fundamentais para defender, sustentar e perpetuar as formas de controle do Estado e a produção de saber-poder para vigilância e contenção dos indivíduos em geral, e dos classificados, em especial. Daí a aceitação tácita por testes, inventários ou escalas que visam medir e classificar sujeitos, ainda que ao preço de seus destinos, a exemplo da Escala Hare. A maneira como ela tem sido empregada, funciona como ponte entre o presídio e a universidade, para ligar presos e acadêmicos, gente anormal a pessoas normais, em uma exposição semelhante às feiras e circos que traziam as figuras monstruosas, e dos hospitais psiquiátricos, que expunham os insanos nas celas, ao preço de algumas moedas, em um espetáculo terrível e desumano. Ao mesmo tempo, a Escala consolida a separação entre o nós, classificadores, e os outros, desclassificados, como Nando. Ela referenda o que fora, de antemão, constatado.

Nos primeiros dias da prisão preventiva em desfavor de Nando, os policiais, delegados e a imprensa já o haviam qualificado como psicopata, *serial killer* e maníaco. As oitivas que se seguiram buscavam a materialidade do crime e, também, as motivações para eles e sondar a natureza do acusado, à época. Dos motivos, que variavam conforme o examinador, chegou-se ao denominador comum: Nando matava por ter a natureza perversa e monstruosa. Quanto mais atributos e adjetivos se criava para essa natureza, tanto menos se sabia dela. A pessoa Nando foi sendo paulatinamente desfiada para dar lugar à imagem estereotipada do psicopata. Cada fio corresponderia a um indício, um sintoma, investigável por determinado artifício, mas jamais tratável.

Na ótica do exame, os atos que presentificam a vida, desqualificam o passado e condenam o futuro do examinado. No caso, os assassinatos são o ponto de entrecruzamento da história e do crime. A anamnese, inserida entre o conjunto de técnicas para se determinar a influência do passado sobre a vida pregressa, buscava, no caso Nando, os eventos traumáticos. Ainda que nela, o psiquiatra tivesse destacado a morte por espancamento presenciada por Nando, da mãe, e a do irmão, e apesar de ter sido vítima da violência policial, que o fez perder um testículo e parte do trato urinário, sendo obrigado a utilizar bolsa de colostomia, sem possibilidade de reversão, o médico entendeu que ele não havia sofrido traumas emocionais a curto, médio ou longo prazo.

Além disso, em relação à vida afetiva e amorosa de Nando, mesmo tendo informado que se relacionava amorosamente com dois homens, um dos quais confirmou durante o julgamento, na avaliação do psiquiatra foi declarado que ele seria incapaz de manter vínculos afetivos. Somando-se a isso, há referência à ambiguidade psicosexual.

Em consulta a manuais de psiquiatria e psicologia, não há qualquer definição para o termo, apesar disso, a expressão funcionou como a definição de uma camada da subjetividade, que precisa ser desfiada para se chegar ao eu-profundo, à natureza do periciado.

Não por acaso, na abertura das acusações da promotoria realizadas no Tribunal do Júri, o promotor iniciava a exposição, sempre, com perguntas referentes à sexualidade de Nando, que se assumia homossexual diante do júri. Vê-se, desse modo, que a sexualidade funcionava, nesse caso, como um dispositivo que opera tanto sobre o corpo do examinado, como estabelece os fundamentos e procedimentos para o exame e a perícia.

O conjunto perversão-hereditariedade-degenerescência constituiu o núcleo sólido das novas tecnologias do sexo. E não imagine que se tratava apenas, de uma teoria médica cientificamente insuficiente e abusivamente moralizadora. Sua superfície de dispersão foi ampla e profunda a sua implantação. A psiquiatria, mais a jurisprudência, a medicina legal, as instâncias do controle social, a vigilância das crianças perigosas, ou em perigo, funcionaram durante muito tempo "pela degenerescência", pelo sistema hereditariedade-perversão. Toda uma prática social, cuja forma ao mesmo tempo exagerada e coerente foi o racismo de Estado, deu a essa tecnologia do sexo um poder temível e longínquos efeitos. (FOUCAULT, 1980, p.112. Destaques no original).

A exposição da sexualidade como um dispositivo de controle, dirigia-se, não só a Nando, mas a todos os presentes e, posteriormente, aos participantes indiretos, leitores dos jornais que registravam o julgamento. A insistência retórica da promotoria sobre as práticas sexuais, amparadas pelos registros vagos do psiquiatra, sob o tom do cientificismo, recolocam para os ouvintes a naturalização de determinadas práticas sexuais, como se houvesse demarcações para a separação das práticas corretas e das incorretas, onde uma seria salutar e a outra degenerativa.

O laudo também destacou como traços constituintes do psiquismo de Nando: frieza emocional, perversidade de caráter, falta de empatia e instabilidade emocional, além de rancor, manipulação, e ser justiceiro e egocêntrico. Curioso observar o conjunto de termos empregados que são, sem substituição, equivalentes aos descritos por Foucault (2001) nos laudos do fim do século XVIII e início do XIX, momento em que a medicina psiquiátrica agregava a terminologia oriunda de descrições literárias. Lá, como aqui, o objetivo do exame é o de substituir a “exclusão recíproca entre o discurso médico e o

discurso judiciário, por um jogo que poderíamos chamar de dupla qualificação médica e judiciária” (FOUCAULT, 2001, p.40-41).

O dobramento desses dois discursos, médico e judiciário, assenta-se sobre a noção de perversidade, o qualificador adjunto do caráter de Nando, segundo o laudo do psiquiatra. Não importa quão obsoleta seja a nomenclatura empregada, ela deve, simplesmente, unir o imoral ao criminal, em uma tentativa de apresentar-se como autoexplicativa.

Essa prática, essa técnica da dupla qualificação organiza o que poderíamos chamar de domínio da “perversidade”, uma noção curiosíssima que começa a aparecer na segunda metade do século XIX e que vai dominar todo o campo da dupla determinação e autorizar o aparecimento, no discurso dos peritos, e de peritos que são cientistas, de toda uma série de termos ou de elementos manifestadamente caducos, ridículos ou pueris (FOUCAULT, 2001, p.41. Destaques no original).

Desse modo, o que se pretendeu no exame foi mais o empenho em resgatar marcadores para recomposição da figura prototípica monstro-psicopata, do que conhecer os princípios de explicação do ato. Independentemente da história contada ou dos relatos da vida pregressa, os qualificadores da personalidade estariam assentados sobre os mesmos pressupostos de perversidade, imoralidade e incapacidade, no intuito de ligar o ato à natureza perversa inata de Nando. “É como ponte, portanto, que ele funciona bem, e funciona tanto melhor quanto mais fraco for epistemologicamente” (FOUCAULT, 2001, p.42).

Outros pontos foram destacados, tais como: ausência de distúrbios familiares, sentimento de rejeição ou complexo de inferioridade; e sentimento deficitário relativo à alteridade. Todos esses ingredientes colocam-no como perigoso e perverso – como se a razão para a conclusão já estivesse posta nos próprios qualificadores -, e por tal junção, o psiquiatra assentiu pelo afastamento dele da sociedade. O próprio processo de exame é promotor do afastamento social, na medida em que individualiza o crime.

Os assassinatos a que Nando fora condenado foram praticados sempre com outras pessoas. Em nenhum dos casos ele agiu sozinho, vide [Figura 19](#) em anexo. A avaliação psiquiátrica, no entanto, foi dirigida somente a ele. A afirmação de que Nando seria incapaz de manter vínculos afetivos, só é possível caso se individualize os crimes, como foi feito. Cada um dos atos, por mais terríveis e nefastos que fossem, ligavam Nando a seus parceiros. Ele está mais próximo a Gilles de Rais, que empregava o infanticídio como

forma de oblação, para congregar amizades funestas, do que de Sade, que a todos objetificava, louvando apenas o próprio gozo. Esses crimes terríveis compunham elos, alianças e segredos entre os participantes.

A lista classificatória de condutas indesejáveis, descritas pelo psiquiatra, servem como aviso e manual de identificação de comportamentos potencialmente perigosos e que, por isso, devem ser evitados. O exame cria e reproduz uma pedagogia de condutas morais, em que o psiquiatra apenas ilustra a posição de pedagogo.

Enfim, vocês estão vendo que não se trata de uma marcação definitiva de uma parte da população; trata-se do exame perpétuo de um campo de regularidade, no interior do qual vai se avaliar sem cessar cada indivíduo, para saber se está conforme a regra, à norma de saúde que é definida (FOUCAULT, 2001, p.58).

Por isso, os termos são generalistas e pueris, para que qualquer um possa empregá-lo a pessoas em situações diversas. Na escola, no trabalho, na igreja, enfim, todo o cotidiano da atual sociedade de controle incorpora, em um receituário, o conjunto de características a serem evitadas. Caso apareçam, serão identificadas, listadas e relatadas nos relatórios, livros de registros, atas, e outras ferramentas de transcrição de condutas, presentes em instituições escolares, prisionais, terapêuticas etc., a fim de identificar os monstros potenciais. Essas redes de inspeção, cujos condutores são as formas de exame, perfazem o conjunto da biopolítica, mais especificamente, na sua face de teratopolítica.

Nessa linha demarcatória entre o nós e os outros traçada pelo exame, não há espaço para a alteridade. Interessante perceber, que na avaliação psiquiátrica consta que Nando teria afetos deficitários em relação à alteridade⁹⁰. A própria prática do exame, porém, impossibilita essa construção social, pois encerra o outro nas grades da anormalidade, como “um monstro cotidiano, um monstro banalizado” (FOUCAULT, 2001, p.71). Separado, o outro torna-se acessível somente pelo discurso de técnicos da normatividade, em uma linguagem ensimesmada.

Se o rosto, ponto de contato com o outro, está delineado pela linguagem e representação, que acionam cultura, história, sociedade e vida encarnando-as em um corpo, ao se tentar limitá-lo às grades de especificação do perito, precariza-se a alteridade.

⁹⁰ <https://www.midiamax.com.br/policia/2018/laudo-diz-que-nando-e-psicopata-e-nao-pode-viver-em-sociedade>

Trata-se da tentativa de assujeitar o outro e curv-lo ao conjunto de características que, de antemão, definiram a natureza do anormal, do delinqente-nato ou do monstro analto.

Pois o homem não  e nem tem que ser nenhuma essência ou natureza, nem algum destino específico, a sua condio  a mais vazia e a mais substancial: a verdade. O que resta oculto não , para ele, algo por trs da aparência, mas o próprio aparecer, o seu não ser nada mais do que um rosto. Levar  aparência a própria aparência  a tarefa da política (AGAMBEN, 2015, p.90).

O que permite ao exame funcionar de maneira tão eficaz, ao ponto de ser empregado nas mais diversas instituies dos Estados liberais, que primam pelo individualismo,  ser, ao mesmo tempo, um instrumento político e uma ferramenta de assujeitamento, portanto, contrário ao exercício da alteridade. Do mesmo modo, negar ao outro o rosto, tmm  matá-lo e dar contornos a ele, entretanto,  opor-se  morte. “O rosto do outro me interdita matar, ele me diz “tu não matarás” mesmo se esta possibilidade permanece suposta pelo interdito que a torna impossível” (DERRIDA, 2004, p.21. Destaques no original).

A alteridade de Outrem está nele e não em relao a mim, revela-se, mas  a partir de mim e não por comparao do eu com o Outro que l chego. Tenho acesso  alteridade de Outrem a partir da sociedade que mantenho com ele e não abandonando essa relao para refletir sobre os seus termos (LÉVINAS, 1980, p.106).

Nesse sentido, decidir pelo afastamento de Nando da sociedade, não parece ser um ato pautado pelos termos da alteridade, como a defendida, por exemplo, por Lévinas (1980). Além disso, as instituies sociais, a exemplo das penitenciárias, compõem a sociedade e, estar recluso nela, significa ainda viver em sociedade.

Em relao  alteridade, por que cobrá-la do periciado, em forma de ausência, para comprovar a anormalidade aferida, considerando que a sociedade atual carece desse atributo? A resposta está na utilidade da imprecisão terminológica, posto estar o termo empregado de forma genérica, para poder ser estendida a infindas situaes e pessoas. Dessa maneira, ela pode ligar as diversas práticas de exame e funcionar como uma ferramenta política posta estrategicamente em qualquer instituio.

Do encontro de rostos advém a alteridade, e nela revela-se o contato e o que caracteriza a existência humana em (comum)unidade: a solidariedade. O monstro tmm , em uma das etimologias possíveis, *monstrum*, ““aquele que revela”, “aquele que adverte”, um glifo em busca de um hierofante” (COHEN, 2000, p.27). Ele se realiza no

corpo, e além do corpo, nos contornos do rosto. Isso porque o corpo do monstro exprime determinado momento cultural. “O corpo do monstro incorpora – de modo bastante literal – medo, desejo, ansiedade e fantasia (ataráxica ou incendiária), dando-lhe vida e uma estranha independência. O corpo monstruoso é pura cultura” (COHEN, 2000, p.26-27).

Enquanto constructo cultural e projeção, no sentido de projeto, o monstro “existe para ser lido” (COHEN, 2000, p.27) e é o que se almeja com o exame. Daí ser ele capaz de positivações, de produções, pois essa tecnologia gera aquilo que mensura. Desse modo, a comparação feita pelo promotor entre Nando e o monstro vai, paulatinamente, produzindo-se como verdade, na medida em que o exame opera, sustentado pelo discurso pretensamente científico do psiquiatra.

Tal tecnologia, presente nos dispositivos disciplinares, ao mensurar o corpo-subjetividade, faz também um diagnóstico do presente. Ele, a um só tempo, indaga e responde sobre quem somos e o que fazemos hoje. Isso porque, para funcionar, o exame precisa mostrar as bases históricas e motivações políticas para as quais foi gestado na cultura, sendo absorvido pelo Estado. Dessa maneira, a perícia feita sobre Nando mostra, também, os pressupostos psiquiátrico-judiciários, a dinâmica entre imprensa-espetacularização das vidas, as formas de controle e administração do Estado, e as técnicas e táticas de governo sobre as vidas. Em outras palavras, ele é um espelho que reflete e refrata a cultura. “Como uma letra na página, o monstro significa algo diferente dele: é sempre um deslocamento; ele habita, sempre, o intervalo entre o momento da convulsão que o criou e o momento no qual ele é recebido – para nascer outra vez” (COHEN, 2000, p.27).

O reaparecimento a que se refere Cohen (2000) é a resistência que o corpo-subjetividade monstruoso realiza, de forma a não caber nas grades de especificação a que os peritos tentam impor-lhe. Por essa razão, os rótulos, características, sintomas e sinais vão sempre mudando, para tentar capturá-lo. Sintomas: monomania, perversão, loucura violenta, delinquência; e ontologias: o delinquente nato, o perverso, o psicopata, o maníaco, o portador de transtorno de conduta antissocial, vão infiltrando os sedimentos do exame. Se de um lado a resistência à naturalização desafia as formas de exame, de outro, cria a exigência da vigilância e do controle perenes, sobre todos e sobre cada um.

Outra impossibilidade que o exame promove, é a de trazer, ao periciado nesse caso, o rosto de suas vítimas. Como refletir sobre os crimes sem pensar nas vidas que foram solapadas?

De antemão, apontar à incapacidade do outro em relação a ter consciência dos crimes que praticou, e caminhar nessa direção, promoverá e alimentará a pretensa incapacidade. “Identificar a morte com o nada é o que gostaria de fazer o assassino” (DERRIDA, 2004, p.21). Considerando o gesto da alteridade, no entanto, a memória pode evocar o rosto do outro, e nesse emergir, implicá-lo no ato, como responsabilidade. Sobre isso, afirma Lévinas (1980, p.211):

A morte interpreta-se em toda a tradição filosófica e religiosa quer como passagem ao nada, quer como passagem a uma existência que é outra, que se prolonga num novo contexto. É pensada como a alternativa do ser e do nada, que abandona a morte dos nossos próximos, que efetivamente deixam de existir no mundo empírico, o que significa, para esse mundo, desaparecimento ou partida. Abordamo-la como nada de uma maneira mais profunda e de algum modo *a priori*, na paixão do assassínio. A intencionalidade espontânea dessa paixão visa o aniquilamento. Caim, quando matava Abel, devia ter da morte esse saber. A identificação da morte com o nada convém à morte do Outro no assassínio. Mas o nada apresenta-se nela ao mesmo tempo como uma espécie de impossibilidade. Com efeito, fora da minha consciência moral, Outrem não pode apresentar-se como Outrem e o seu rosto exprime a minha impossibilidade moral de reduzir ao nada (Destques no original).

Nando estava implicado na comunidade em que vivia. Os crimes de que fora acusado e condenado dirigiram-se, sem exceção, a pessoas que lhe eram próximas. Fosse como tirano, fosse como justiceiro, ele traz na memória a imagem de cada uma das vidas com quem conviveu. Nem como tirano ou justiceiro, vale a advertência, justifica-se qualquer ato de violência, sobretudo os que se dirigem às vidas. Evitar trazê-los ou reduzi-los à brutalidade dos atos nefandos, todavia, não contribuiria com o esquecimento e, conseqüente, morte das vítimas? E o que poderia resistir a morte, senão, a memória?

Considera-se que: a implicar-se no ato é um exercício, técnica de autoexame da consciência, de expurgo e ascese (FOUCAULT, 2006); e que o exame promovido por um diretor da consciência, consolida a prática gestada desde a Antiguidade, passando pelo Medievalismo e Modernidade (FOUCAULT, 2004d), embasada nos pressupostos da moralidade cristã, que a partir desse período, busca o perdão divino, do outro, e de si mesmo. Isso posto, afirmar que Nando é incapaz de refletir e ter consciência de seus atos não implica, também, na impossibilidade da justiça de outorgar-lhe perdão mesmo após o cumprimento de suas penas?

Sem acessar o outro, condena-se a subjetividade ao mesmo, ao indeterminado sem referente, e para Santos (2007), pensando a partir da ética levinasiana, esse seria o horror.

O que também horroriza no horror é o sentimento de “indeterminação” ou impessoalidade – da própria existência. No horror, aflora a recusa extrema do sujeito em ser arrancado de si mesmo e exposto a um infinito sem rosto, em um absurdo encontro de ninguém com ninguém, anti-encontro incomensuravelmente mais aflitivo que qualquer desencontro (SANTOS, 2007, p.43. Destaque no original).

Lançar os crimes no indelével, impossibilitando evocar o rosto das vítimas, contribuiria, talvez, com a despersonalização e com o horror, locais estes onde os monstros e as monstruosidades habitam (COHEN, 2000). Seria também condená-lo à negação, como descrito no laudo psiquiátrico, ao tratamento e ao contato. Negar tratamento e (con)tato foram a tônica do caso Nando, e neste ponto sobressai-lhe o aspecto teratopolítico. Negação e esquecimento por parte do Estado e de parcela da sociedade à população daquela região, até que 16 mortes, em um curto período, romperam com o desinteresse pelas pessoas do lugar.

Para concluir, muitas questões permaneceram abertas no trabalho, vários “anéis de serpente” (DELEUZE, 2002) não delineados. Apesar disso, almejo que a presente pesquisa possa contribuir como registro para manter, ainda que pequenos rudimentos, as imagens de Café, Alemão e das vítimas desse terrível morticínio, para que não nos acostumemos com a naturalização do exame, da teratopolítica ou da violência do assassinato. “Por quê? No entanto a primeira lei, a que protege corpo e vida insubstituíveis, é a de que não matarás. Ela é a minha maior garantia: assim não me matam, porque eu não quero morrer, e assim não me deixam matar, porque ter matado será a escuridão para mim” (LISPECTOR, 1979, p.253).

Que a pesquisa possa contribuir, ainda, com os pesquisadores sensíveis à temática, tanto em relação ao exame, como em desnaturalizar e denunciar as visões e práticas que rotulam e limitam pessoas, sem reflexão ou questionamento, aos rótulos.

Por fim, desejo aos familiares e amigos das vítimas o justo conforto.

8. REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O rosto. In. **Meios sem fim: notas sobre a política**. Trad. Davi Pessoa Carneiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

AGOSTINHO, S. Erros dos Maniqueístas sobre a criação. In **Coleção os Pensadores**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1999.

ALEJANDRIA, de Clemente. **Protréptico** Introducción, traducción y notas de M^a Consolación Isart Hernández. Madrid: Editora Gredos, 2008.

APA - American Psychiatric Association. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. – DSM5**. Trad. Maria I. C. Nascimento. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARIÈS, Philippe. **A história social da criança e da família**. Tradução Dora Flaksman — 2. ed. — Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ARISTÓTELES. **Generation of Animals**. Cambridge, Mass.; London: Harvard University Press, 1990.

ARTIÈRES, Phillipe. Dizer a atualidade. O trabalho de diagnóstico em Michel Foucault. In. **Frederic Gros [org.] Foucault: a coragem da verdade**. Trad. Marcos Marcionilo. Parábola Editorial: São Paulo, 2004. pp.15-37.

AUGUSTE, Ley. Les enfants anormaux. In: **L'année psychologique**. 1911 vol. 18. pp. 503-519. Disponível em <https://www.persee.fr/docAsPDF/psy_0003-5033_1911_num_18_1_3867.pdf>. Acesso 25/out/2019.

BARROS, A. L. Sade contra o amor incondicional: o limiar da modernidade em “Les crimes de l’amour”. In. **Rapsódia**, [S. l.], n. 6, p. 89-98, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rapsodia/article/view/106539>. Acesso 9/nov/2020.

BARY, H. **Fortunius Licetus de Monstri**. Editio Novissima: 1605.

BATAILLE, Georges. **The trial of Gilles de Rais**. Trasl. Richard Robinson. Los Angeles: Amok, 1991.

BATISTA, Ana Carolina R. Configurações críticas: entre relações de poder e práticas libertinas em *A filosofia da alcova* de Marquês de Sade. In. **Notas, Epistemes e Narrativas Contemporâneas**. Congresso Internacional de História. 27 a 29 de setembro, de 2016. JATAÍ-GO: UFG – Regional Jataí, 2016. Disponível em http://www.congressohistoriajatai.org/2016/resources/anais/6/1478707667_ARQUIVO_ArtigoFinal-Configuracoescriticas-entrepaticaslibertinaserelacoesdepoderemAFilosofianaAlcovadeMarquesdeSade-ANACAROLINAROSABATISTA.pdf. Acesso 29/set/2020.

BERND, Zilá. Híbrido. In. **E-dicionário de termos literários**. 2009. Disponível em <<https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/hibrido/>>. Acesso: 25/dez/2020.

BINET, A. La commission ministérielle pour les anormaux. In. **Bulletin de la Société Libre pour l'Étude Psychologique de l'Enfant**, n. 18, 1904. Disponível em <<https://journals.openedition.org/rechercheseducations/112>> Recherches & Educations: Bulletin de la Société Libre 1900-1905. Acesso: 30/out/2020.

BOAISTUAU, Pierre. **Histoires prodigieuses**. Avec privilege dv Roy: MDLXI. Texto integral disponível em: <<https://archive.org/details/histoiresprodigi00boai/page/n9>> Acesso: 13/nov/2018.

BODIN, Jean. **De la démonomanie des sorciers**. Ed. Paris : France, 1580. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k8704235f?rk=278971;2>>. Acesso: 19/set/2019.

BORGES, Jorge Luís. **O livro dos seres imaginários**. Trad. Carmen Lima. São Paulo: Globo, 2000.

BRASIL, **Presidência da República. Lei n. 7.210 de 11 de jul. de 1984. Institui a Lei de Execução Penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n.8069 de julho de 1990.

BURGH, James. The dignity of human nature. Or, a brief account of the certain and established means for attaining the true end of our existence. In **III. Of virtue**. London: Printed for C. Dilly, in the poultry, 1795.

CAMPOS, Maria Elisa F. G. **Da classificação ao diagnóstico: a psicopatia entre a norma e a subjetividade**' 25/04/2014 253 f. Doutorado em psicologia instituição de ensino: universidade federal de minas gerais, belo horizonte biblioteca depositária: FAFICH.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Trad. Mana Barrocas. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. Georges. A monstruosidade e o monstruoso. In. **O conhecimento da vida**. Trad. Vera Lucia Avelar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. pp.187-202

CANTERAS, Newton Sabino. Análise crítica dos sistemas neurais envolvidos na resposta de medo inato. In. **Rev. Bras. Psiquiatr.** 2003; 25 (Supl II). pp. 21-24.

CASOY, Ilana. **Serial Killers: made in Brazil**. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2014.

CASTEL, Robert. Uma política sem estado. In. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p. 281-344.

CASTRO, Edgardo. **El vocabulario de Michel Foucault. Un recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores**. Buenos Aires, Prometeo/Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

CÍCERO, Marco T. De Divinatione. In. **Cicero. Loeb Classical Library**, Harvard College, 1923. Disponível na íntegra em <https://www.loebclassics.com/view/LCL154/1923/pb_LCL154.v.xml > Acesso: 25/11/2019.

CLECKLEY, Hervey. **The Mask of Sanity: an attempt to clarify some issues about the so-called psychopathic personality - *non teneas aurum totum quod splendet ut aurum***. Fifth Edition: Georgia, 1988.

COHEN, Jeffrey J. A cultura dos monstros: sete teses. In. **Pedagogia dos monstros – os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. pp.22-60.

COSTA, Elisa W. K. A. **A falência da Medida de Segurança: da exclusão à alteridade**. Tese de doutorado apresentada à Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura. Brasília, 2015. 330f.

COSTA, Jurandir Freire. **História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

COURTINE, Jean-Jacques. O corpo inumano. In. **História do Corpo. CORBIN, COURTINE e VIGARELLO**; trad. Lúcia Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. pp. 487-534.

_____. O corpo inumano. In. **História do corpo: da Renascença às Luzes**. Trad. Lúcia Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. pp- 487-502.

COURTINE e VIGARELLO. **Da Renascença às Luzes, Vol. I**. Editora Vozes, 2012. pp.487-502.

DASEN, Véronique& LEROI, Armand M. Homme ou betê? Le Dieu Caché de l'anencéphale d'Hermopolis. In. **BETRAND & CAROL. Le 'Monstre' Humain: imaginaire et société**. Presses Universitaires de Provence, 2005. pp.21-44. Disponível em: < <https://books.openedition.org/pup/6820#authors> > Acesso: 25/11/2019.

DEL VECCHIO, Jacintho. **A filosofia de Henri Poincaré: A natureza do conhecimento científico e os paradoxos da teoria dos conjuntos**. Dissertação de mestrado [disponível], Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 109pp, 2005. Disponível em <<https://goo.gl/j8K3UM>>. Acesso: 25/11/2019.

DELAVEAU, Pierre. Lèpre du corps et lèpre de l'âme: recherches thérapeutiques anciennes. In: **Revue d'histoire de la pharmacie**, 62^e année, n.222, 1974. pp. 155-169. DOI :<https://doi.org/10.3406/pharm.1974.7346>, <Disponível em www.persee.fr/doc/pharm_0035-2349_1974_num_62_222_7346 Acesso: 25/11/2019.

DELEUZE, Giles. Do acontecimento; Da comunicação dos acontecimentos. In. _____ . **A lógica do sentido**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2009, p. 151-165; 175-182.

_____. **Conversações 1972-1990**. São Paulo, Ed. 34, 2008.

_____. **Foucault**. Trad. Cláudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, Vol. 1. Trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000.

DELON, Michel. Les mille ressources du désir. In. **Le Magazine Littéraire**, 371, dez 1998, p.32. Disponível em <<https://www.abebooks.co.uk/Magazine-Litt%C3%A9raire-371-d%C3%A9cembre-1998-Contient/15331161477/bd>>. Acesso 29/set/2020.

DERRIDA, Jacques. **Adeus a Emmanuel Lévinas**. Trad. Fábio Landa. São Paulo: Perspectiva, 2008.

DESCARTES, René. **Meditações. Coleção os pensadores**. São Paulo: Abril Cultura, 1983. Edição eletrônica.

DOBERSTEIN, Arnaldo W. **O Egito antigo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

DRAPKIN, Israel. El derecho de las víctimas. In. **Anuario de derecho penal y ciencias penales de lo Gobierno de España** ISSN 0210-3001, Tomo 35, Fasc/Mes 2, 1982, p.325-346. Disponível em <<https://goo.gl/miebuw>>. Acesso: 25/mar/2018.

DUBOIS, Philip H. **A History of Psychological Testing**. Boston: Allyn & Bacon, 1970.

DUNSTAN, Lowe. **Monsters and Monstrosity in Augustan Poetry**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2015.

DUTRA, M. C. B. **As relações entre psicose e periculosidade: contribuições clínicas da concepção psicanalítica da passagem ao ato**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fumec, 2002.

EAGLETON, Terry. A política da Amnésia. In. _____. **Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FAROL, Antônio F. F. F. **A libertinagem perante a história, a philosophia, e a pathologia em geral**. Dissertação apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Typografia de José Pereira da Silva & F^{os}, 1865, 68f.

FELDMAN, Richard. Naturalismo metodológico na epistemologia. In GRECO & SOSA. **Compêndio de Epistemologia**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FERNANDES, Adriano & RODRIGUES, Luana. Abandonada, casa de matado de grupo de extermínio é saqueada. In. **Campo Grande News**, Campo Grande, 23/11/2016. Disponível em <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/abandonada-casa-de-matador-de-grupo-de-extermínio-e-saqueada>>. Acesso 22/jun/2020.

_____. Chefe de quadrilha enterrava vítimas de cabeça para baixo, dizem comparsas. In. **Campo Grande News**. Campo Grande, 11/11/2016, Cidades. Disponível em <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/chefe-de-quadrilha-enterrava-vitimas-de-cabeca-para-baixo-dizem-comparsas>>. Acesso 22/jun/2020.

FERREIRA NETO, João Leite. Pesquisa e Metodologia em Michel Foucault. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 411-420, Sept. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722015000300411&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 01 May 2017. <<http://dx.doi.org/10.1590/0102-377220150321914100420>>.

FERREIRA, Marta. "Pedreiro Assassino" diz que matou vítima e jogou em poço por causa de R\$ 18 mil. In **CAMPO GRANDE NEWS**: Campo Grande, 2020. Disponível em < <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/pedreiro-assassino-diz-que-matou-vitima-e-jogou-em-poco-por-causa-de-r-18-mil>>.

_____. Psicopatas: assassinos em série fizeram pelo menos 3 dezenas de vítimas em MS: o mais antigo é Osvaldo de Paula Silva, o “Buikinho”, que foi condenado à revelia, em 2009. In. **Campo Grande News**. Campo Grande, 24/05/2020, Cidades. Disponível em <<https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/psicopatas-assassinos-em-serie-fizeram-pelo-menos-3-dezenas-de-vitimas-em-ms>>. Acesso em 22/jun/2020.

FEYERABEND, Paul K. *Ciência um monstro: lições trentinas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Edições Loyola, 2014a.

_____. A vida dos homens infames. In **Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p.203-222.

_____. Conferência I. In **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Editora NAU, 2001. p.7-28.

_____. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1980, p.98-123.

_____. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão... um caso de parricídio do século XIX**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

_____. **Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

_____. O círculo antropológico. In. **História da loucura na Idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2014b. p. 505-530.

_____. O enunciado e o arquivo. In **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. p.93-161.

_____. O sujeito e o poder. In. **H. L. Dreyfus & P. R. Rabinow (Eds.), Michel Foucault, uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.231-249.

_____. O verdadeiro sexo. In **Herculine Barbin – o diário de um hermafrodita**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982. pp.1-9.

_____. Os recursos para o bom adestramento. In **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014d p.167-189.

_____. **Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **A hermenêutica do sujeito**. Trad. Márcio Alves da Fonseca & Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. **A sociedade punitiva: Curso no College de France (1972-1973).** Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

_____. A vida dos homens infames. In: **Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p.203-222.

_____. **As palavras e as coisas: Uma arqueologia das ciências humanas.** São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2016.

_____. **Conversa com Michel Foucault. Repensar a política. Ditos e escritos IV.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 289-347

_____. **Do governo dos vivos: curso no Collège de France (1979-1980).** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014e.

_____. **Estratégia, Poder-saber. Ditos e escritos vol. IV.** Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. Ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: _____. **Ética, sexualidade, política.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b. p. 258-280. (Ditos & escritos, v. 5).

_____. **História da Loucura.** Trad. José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2014.

_____. **História da sexualidade I: A vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1980.

_____. **História da sexualidade II: O uso dos prazeres.** Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. **Le mystérieux hermaphrodite, dans Dits et écrits 1954-1988.** Paris, Gallimard, vol. 2: 1976-1988, 2001 [1994], p. 624

_____. **O poder psiquiátrico. Curso no College de France (1973-1974).** Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. O sujeito e o poder. In **H. L. Dreyfus & P. R. Rabinow (Eds.), Michel Foucault, uma trajetória filosófica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p.231-249.

_____. **Os anormais: Curso no College de France (1974-1975).** Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FÜHRER, Maximiliano Roberto Ernesto. **Tratado da inimputabilidade no direito penal.** São Paulo: Malheiros Ed., 2000, p. 132.

GARNES, Geisy. Novo laudo afirma que Nando deve ser afastado da sociedade. In: **Campo Grande News,** Campo Grande. 15/03/2018. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/novo-laudo-afirma-que-nando-deve-ser-afastado-da-sociedade>>. Acesso 22/jun/2020.

GIL, J. **Monstros.** Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2006.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: Editora Perspectiva, 1961.

GRATTI, Beatriz. **Sobre a adivinhação, de Marco Túlio Cícero**. Dissertação apresentada ao Programa de Linguística da UNICAMP, Campinas, SP: 2009. 239 f.

GUARESCHI, N. M. F.; LARA, L.; AZAMBUJA, M. A. & GONZALES, Z. K. Por uma Lógica do Desassujeitamento: O Pensamento de Michel Foucault na Pesquisa em Ciências Humanas. In **Pesquisas e Práticas Psicossociais**. São João del-Rei, v.6, n.2, p.196-202., agosto/dezembro 2011. Available from <http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/volume6_n2/Guareschi_et_al.pdf>. Access on 01 May 2017.

GUSDORF, Georges. **Mito e metafísica**. São Paulo: Convívio, 1980.

HARE, Robert D. **Sem consciência: o mundo perturbador dos psicopatas que vivem entre nós**. Trad.: Denise Regina de Sales; revisão técnica: José G. V. Taborda. Porto Alegre: Artmed, 2013.

HARE, Robert. **Without conscience: the disturbing world of the psychopaths among us**. New York: Pocket Books, 1995.

HACKING, I. **Ontologia histórica**. Porto Alegre: Ed. Unisinos, 2009.

HECK, Egon D. e MACHADO, Flávio V. As violências contra os povos indígenas em Mato Grosso do Sul: e as resistências do bem viver por uma terra sem males. Ampo Grande: Conselho Indigenista Missionário, 2011.

HENRIQUES, Rogério Paes. De H. Cleckley ao DSM-IV-TR: a evolução do conceito de psicopatia rumo à medicalização da delinquência. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 285-302, June 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142009000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08/dez/2020. <https://doi.org/10.1590/S1415-47142009000200004>.

HOMERO. *Ilíada; Odisseia*. In. **Box Homero**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2015.

HUGO, Vitor. **O homem que ri**. São Paulo: Estação Liberdade, 2014.

_____. **Os miseráveis**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

JACOBINA, Paulo V. Direito penal da loucura: Medida de segurança e reforma psiquiátrica. In **Revista de Direito Sanitário**, v.5, n.1, p.66-85, marc 2004. Available from <www.revistas.usp.br/rdisan/article/download/80889/84516+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Access on 01 May 2017

JEANSELME, Édouard. **Histoire de la syphilis: son origine, son expansion, Progrès réalisés dans l'étude de cette maladie depuis la fin du XVe siècle jusqu'à l'époque contemporaine**. Bibliothèque nationale de France, département Sciences et techniques, 1931. Texto na íntegra disponível em <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k62092324/f13.item.texteImage>>. Data da consulta 04/nov/2019.

KAFKA, F. **A metamorfose**. Trad. de Modesto Carone. 13.ed. São Paulo, Brasiliense, 1993.

KAPPLER, Claude. **Monstres démons et merveilles à la fin du Moyen Age**. Payot: Paris, 1980.

KRAMER, Heinrich & SPRENGER, James. **The malleus Maleficarum**. Translated with bibliography & notes by the reverend Montague Summers, 1948. Disponível em <<http://www.malleusmaleficarum.org/downloads/MalleusAcrobat.pdf>>. Acesso: 25/11/2019.

KUHN, Thomas. Pós-facio – 1969. In **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998. p. 217-254.

LAFLAMME, Mathieu. **Le genre au tribunal: l’hermaphrodisme devant la justice de la France d’Ancien Régime**. Dissertação apresentada à Faculdade de Estudos Superiores e pós-doutorais para a obtenção do título de mestre em História. Université d’Ottawa, 2016.

LANCEREAUX, E. **Traité d’anatomie pathologique**. Paris: Adrien Delahaye, Libraire-Editeur. Place de L’école-de-Médecine, 1875. Texto integral disponível em: <<https://archive.org/details/traitanatomiep02lancgoog/page/n86/mode/2up>>. Acesso: 25/11/2019.

LE GOFF, Jacques. O Ocidente Medieval e o Oceano Índico: um horizonte onírico. IN: **Jacques LE GOFF. Para um novo conceito de Idade Média**. Lisboa: Estampa, 1993. Pp.263-280.

LECOMTE, O. Le pouvoir moderne et le dispositif asilaire selon Michel Foucault et Marcel Gauchet. In. **Dialogue**,54(2), 2015. 313-331. doi:10.1017/S0012217315000554. Disponível em <<https://www.cambridge.org/core/journals/dialogue-canadian-philosophical-review-revue-canadienne-de-philosophie/article/abs/le-pouvoir-moderne-et-le-dispositif-asilaire-selon-michel-foucault-et-marcel-gauchet/5C73B1A704833B96E22BD7CF5D90F276>>. Acesso 25/out/2019.

LEROY, Fernand. **Histoire de naître: de l’efantement primitif à l’accouchement médicalisé**. Bruxelles: De Boeck, 2002. p. 123-129.

LEVER, Maurice. **Sade**. Paris: Fayard, 1991.

LÉVINAS, Emmanuel. **Totalidade e Infinito**. Trad. José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1980.

LICETUS, Fortunius. **De monstis**. Editio Novissima, 1665. Texto integral disponível em: < <https://archive.org/details/fortuniuslicetus00lice> > Acesso: 25/11/2019.

LIMA, Ricardo A. F. **De Ira de Sêneca: tradução, introdução e notas**. Dissertação apresentada ao PPG do dep. de Filosofia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015, 239f.

LISPECTOR, Clarice. Mineirinho. In. **A legião estrangeira**. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1964. Pp.252-255.

LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

LOMBROSO, Cesare. **O homem delinquente**. Trad. Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone, 2007.

_____. **The man of genius**. London: Water Scott Publishing Company, 1891.

LUZ, Heriel e PIRES, Marcelo. Apontamentos sobre a família republicana em Rousseau. In. **Diálogos na educação e na psicologia: pesquisa educativa e psicológica na Ibero-América**. Campo Grande: Oeste, 2020. pp.107-124.

LYOTAR, Jean-François. O problema: a legitimação; O método: os jogos de linguagem. In **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olímpio EDITORA, 1998. p. 11-19.

MACHADO, R. **O nascimento do trágico: de Schiller a Nietzsche**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

MALTHUS, T. M. **An Essay on the Principle of Population An Essay on the Principle of Population, as it Affects the Future Improvement of Society with Remarks on the Speculations of Mr. Godwin, M. Condorcet, and Other Writers**. London: Printed for J. Johnson, in St. Paul's Church-Yard, 1798.

MALTHUS, Thomas R. Ensaio sobre a população. In. **Coleção Os Economistas**. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda, 1996b. pp. 233-378.

_____. Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática. In. **Coleção Os Economistas**. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda, 1996. pp. 21-232.

MARTIN, Ernest. **Histoire des monstres depuis l'antiqué jusqu'à nos jours**. Paris: C. Reinwald Et C^{le}, Libraires-Éditeurs, 1880. Texto disponível na íntegra em <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k862776/f3.image>>.

MAS, Daniel Genís. The sleep of (scientific) reason produces (literary) monsters or, how science and literature shake hands. In **MÈTODE Science Studies Journal**, 6 (2016): 14-20. University of Valencia. DOI: 10.7203/metode.85.3481 ISSN: 2174-3487. Disponível em <<https://www.redalyc.org/pdf/51117/511754471005.pdf>>. Data da Acesso 10/jun/2020.

MATTOS, D.M. e FORNAZARI, S.K. A lepra no Brasil: representações e práticas de poder. In **Cadernos de Ética e Filosofia Política** 6, 1/2005, pp. 45-57. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/praxis/361/A%20lepra%20no%20Brasil.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 04/nov/2019.

MENEZES, Luiz Maurício Bentim da Rocha. O MITO DO ANDRÓGINO NO BANQUETE DE PLATÃO. **Revista Hélade**, [S.l.], v. 4, n. 3, p. 170 - 181, dec. 2018. ISSN 1518-2541. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/helade/article/view/28045>>. Acesso em: 18/jul/ 2019. doi: <https://doi.org/10.22409/rh.v4i3.28045>.

MIDIAMAX. 10ª vítima: nova escavação leva a mais 2 ossadas no cemitério de Nando. In. **Midiamax**. Disponível em: <<https://www.midiamax.com.br/policia/2016/10a-vitima-nova-escavacao-leva-a-mais-2-ossadas-no-cemiterio-de-nando>>. Acesso 22/jun/2020.

_____. Silêncio impera no bairro onde Nando era bonzinho e enterrava vítimas sexuais. In. **Midiamax**, Campo Grande, 24/11/2016. Disponível em <<https://www.midiamax.com.br/policia/2016/silencio-impera-no-bairro-onde-nando-era-bonzinho-e-enterrava-vitimas-sexuais>> Acesso 22/jun/2020.

MONTAIGNE, Michel de. “**Of a monstrous child.**” Trans. Charles Cotton. 1580. *Quotidiana*. Ed. Patrick Madden. 22 Sep 2006. 18 Sep 2020 <http://essays.quotidiana.org/montaigne/monstrous_child/>.

MORANO, Hilda C. P. **Identificação do ponto de corte para a escala PCL-R (Psychopathy Checklist Revised) em população forense brasileira: caracterização de dois subtipos de personalidade; transtorno global e parcial.** Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – USP. 2003. 178f. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5142/tde-14022004-211709/publico/HildaMorana.pdf>. Acessado em 08/ dez/ 2020.

MOSER, P. K; Mulder, D. H. & Trout, J. D. A epistemologia: um primeiro exame. In **A teoria do conhecimento: uma introdução.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009. p. 03-26.

NEVES, Clayton. Laudo diz que Nando é psicopata e não pode viver em sociedade. In **Midiamax**, Campo Grande, 15/03/2018. Disponível em: <https://www.midiamax.com.br/policia/2018/laudo-diz-que-nando-e-psicopata-e-nao-pode-viver-em-sociedade>>. Acesso 22/jun/2020.

NIETZSCHE, F. **Assim falou Zaratustra.** São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.

_____. **Para além do bem e do mal.** Trad. Márcio Pugliesi. Curitiba: Hemus Livraria, Distribuidora e Editora, 2001.

OLIVEIRA, Francis Lousada Rubiini de. **A Escrita Sagrada do Egito Antigo.** Dicionário Hieróglifo-Português. Ibitirama/ES: Ed. do Autor, 2008, 138p.

OLIVEIRA, Rodrigo Lima & BRANDINI, Renata Duran. Starobinski: do tédio à melancolia. In **Diálogos e Perspectivas – Anais Eletrônicos do IX Colóquio de Estudos Literários**, Londrina, set/2015, pp.474-81. Disponível em <http://www.uel.br/eventos/estudosliterarios/pages/arquivos/Rodrigo%20Lima%20de%20Oliveira_texto%20completo.pdf>. Acesso: 10/jun/2020.

OLIVEIRA, Viviane & HENRI, Guilherme. Grupo criminoso explorava viciados em drogas e sumiu com dez pessoas. In **Campo Grande News.** Campo Grande, 11/11/2016. Disponível em <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/grupo-criminoso-explorava-viciados-em-drogas-e-sumiu-com-dez-pessoas>. Acesso 22/jun/2020.

Onania. London: Bookfeler, 1722. Texto na íntegra disponível em: <<https://static1.squarespace.com/static/54694fa6e4b0eaec4530f99d/t/5dbf20ca7427c36528da9410/1572806881195/Onania+1722.pdf>>. Acesso: 20/jul/2019.

ORGANIZAÇÃO Mundial da Saúde (OMS). **Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10 – Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas.** Porto Alegre: Artmed, 1993.

OSÓRIO, Antônio C. do Nascimento. As instituições, discursos, significados e significantes... In **Diálogos em Foucault.** Campo Grande, MS: Ed. Oeste, 2010, p.95-133.

PARACELSO. **A chave da alquimia.** São Paulo: Biblioteca Planeta, 1973.

- PARÉ, Ambroise. **Monstruos y prodígios**. Introducción, traducción y notas: Ignacio Malaxecheverría. Madrid: Ediciones Siruela, 1987.
- PEIXOTO JR, Carlos Augusto. Sobre corpos e monstros: algumas reflexões contemporâneas a partir da filosofia da diferença. In **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.15, n.1, pp 179-187, jan./mar. 2010. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/pe/v15n1/a19v15n1.pdf>>. Acesso: 25/11/2019.
- PELEGRIN, Nicole. Corpo do comum, usos comuns do corpo. In. **História do Corpo. CORBIN, COURTINE e VIGARELLO. Da Renascença às Luzes, Vol. I**. Editora Vozes, 2012. P.131-216.
- PEREIRA, Littiany S; RUSSI, Leonardo M. O serial killer e o psicopata. In. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas da FAIT**, nº 2, nov, 2016. Disponível em <http://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/SVz2AtUnIU1Soee_2020-7-23-17-42-34.pdf>. Acesso: 23/nov/2020.
- PINEL, Felipe. **Tratado médico-filosófico de la enagenacion del alma, ó manía**. Trad. Luis Guarneiro y Allavena. La Imprenta Real: Madrid, 1804.
- PLANCY, Collin de. **Dictionnaire infernal ou bibliothèque universalle**. Paris: A La LibreriaUniversalle de P. Mongie Ainé, Boulevard Des Italiens, nº 10, 1826.
- PLATÃO. **O banquete (o amor, o belo)**. Livro de domínio público. Disponível em <<http://lelivros.love/book/download-o-banquete-o-amor-o-belo-platao-em-epub-mobi-e-pdf/>>. Acesso: 25/11/2019.
- PLAUTO e TERÊNCIO. **A Comédia Latina (Anfitrião, Aulularia, Os Cativos, O Gorgulho, Os Adelfos, O Eunuco)**. Tradução de Agostinho da Silva. Rio de Janeiro: Ediouro, 1982.
- PLUTARCO. **Obras morais: O banquete dos sete sábios**. Trad. Delfim F. Leão. Coimbra: Coimbra University Press, 2008.
- POMIAN, K. **Collectionneurs et curieux – Paris – Venise, XVI-CVIII siècle**. Paris: Gallimard, 1988.
- PORTELA, Renata. Depois de enterrar as vítimas de exploração sexual, Nando visitava ‘cemitério’. In. **Midiamax**. Campo Grande, 25/11/2016. Disponível em <<https://www.midiamax.com.br/policia/2016/depois-de-enterrar-vitimas-de-exploracao-sexual-nando-visitava-cemiterio>>. Acesso 22/jun/2020.
- PORTO, Paulo A. Os três princípios e as doenças: a visão de dois filósofos químicos. In **Química Nova**, 20(5). CESIMA; PUC-SP & USP-SP, 1996, p.569-72.
- PORTOCARRERO, Vera. Conceitos e forças: objeto da história das ciências segundo Canguilhem e Latour. In. **As ciências da vida: de Canguilhem a Foucault**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009. pp.39-50.
- REDAÇÃO, Campograndenews. Condenação de matador revira baú de lembranças tristes. **CAMPO GRANDE NEWS**. Disponível em <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/condenacao-de-matador-revira-bau-de-lembrancas-tristes-08-09-2010>> Acesso 18/jan/2020.

RIOLAN, Jean. **De monstro nato Lutetiaeanno Domini, 1605, Disputatio philosophica**. Paris: Apud Olivarium Varennaeum, 1605. Texto disponível na íntegra em <https://books.googleusercontent.com/books/content?req=AKW5Qaepcnj1MpYX-hGu9TCTvHuwKSNm3cCsrINeGzrT_5fqAjYaahOn79O_MrhzaG9FuwnKq6yq_0GYbm6IQ3TuZee0Uv2FtQ1pzDzS0W2meOOHnrr46czeqkbh2kJN-ODdc-myL-OXo0KiJBMGLQGuzQ3W2pnyitQMY8-whXQQOGnxY90Q8O62n2BP3Qs487ywQrHXD7vmQWQziVNJA1CQGqJ9mXLCUnUP1L3DdrOu1EEGYmaE8gBoUCT9I4QA4-rDiozxxvQcsKJu79wUkkV384y-l8rulKHFfZE3GR35k_HAq0i4sRk82i6ABiCXRFwOOsshcB6A>. Acesso: 25/11/2019.

ROCHA, Mylena. Psicopata ou serial killer? Saiba mais sobre Nando, criminoso que matou 16 em MS. In **Midiamax**, Campo Grande, 02/09/2018. Disponível em <<https://www.midiamax.com.br/cotidiano/2018/psicopata-ou-serial-killer-saiba-mais-sobre-nando-o-homem-que-matou-16-pessoas-sem-ser-notado>>. Acesso 22/jun/2020.

RODRIGUES, Luana & ERMÍNIO, Marcos. Com passado sombrio, ‘matador’ tem pena por estupro e histórico doentio. In. **Campo Grande News**, Campo Grande, 2016. 24/11/2016. Disponível em <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/com-passado-sombrio-matador-tem-pena-por-estupro-e-historico-doentio>>. Acesso 22/jun/2020.

ROUDINESCO, Elizabeth. **A parte obscura de nós mesmos: uma história dos perversos**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

SACRED TEXT ARCHIVE. Malleus Malleficarum. Disponível em https://www.sacred-texts.com/pag/mm/mm01_03a.htm. Data da consulta: 19/ set/ 2019.

SAINT-HILAIRE, Isidore Geoffroy. Des Monstruosités humaines, ouvrage contenant une classification des monstres; la description et la comparaison des principaux genres. In. **Philosophie anatomique.....** Paris: Baillière, 1822.

SANTOS, Luciano C. **O sujeito é de sangue e carne: a sensibilidade como paradigma ético em Emmanuel Lévinas**. Tese apresentada ao Programa de Filosofia da PUC-RS. Porto Alegre, 2007. 278f.

SAUVAL. Jugemens superfiteuxcomuns à Paris. In. **Histoire et recherches des antiquités de la ville Tom II**. Paris: Charles Moette& Jacques Chardon, 1724. Texto disponível na íntegra em <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1040563h/f1.image>>.

SEREZA, Luiz Carlos. “**Quebrando o silêncio”, uma análise da ideia de serial killer em The silence of the lambs (1980-2002)**’ 13/10/2015 252 f. Doutorado em História Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Curitiba Biblioteca Depositária: Sistema de Bibliotecas da UFPR.

SENA, Ernesto C. **Entre anarquizadores e pessoas de costumes – a dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso – (1834-1870)**. Jan/2015, 368 f. Doutorado em História, Instituto de Humanidades da Universidade de Brasília.

SILVA, Ana B. B. **Mentes perigosas: o psicopata mora ao lado**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008

SINISTRARI, Ludovico S. De delictis, et poenis: Tractatus absolutissimus. In **Domo Caroli Giavannini Librorum Sanctatis Suae Proviforis in Platea Capranificenfi: Roma, 1754**. Disponível na íntegra em <https://reader.digitale-sammlungen.de/de/fs1/object/display/bsb10322154_00008.html>.

SÓFOCLES. **Édipo-rei**. Trad. Trajano Vieira. São Paulo: Perspectiva, 2001.

STAROBINSKI, Jean. **A invenção da liberdade**. Trad. Fulvia Moreto. São Paulo, Ed. UNESP, 1994.

TABORDA, José. Apresentação à edição brasileira. In. **Sem consciência: o mundo perturbador dos psicopatas que vivem entre nós**. Trad.: Denise Regina de Sales; revisão técnica: José G. V. Taborda. Porto Alegre: Artmed, 2013.

TORRANO, Andrea. Animalización y monstrificación en la biopolítica. Una consideración teratopolítica del nazismo. In. **Revista Latinoamericana de estudios críticos animales**. Ano I, Vol. II, Out. 2014. pp.90-112. ISSN 2346-920X. Acesso: 25/11/2019.

VAGELLI, Matteo. De la science des monstres : Canguilhem et la tératologie expérimentale d'Étienne Wolff., In. **Revue d'histoire des sciences**, 2018/2, pp. 234-270.

VALENTIM, Danielle & KASPARY, Bruna. Rejeitado em presídio, Nando consegue transferência a capital durante júri. In **Campo Grande News**, 29/06/2018. Disponível em <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/rejeitado-em-presidio-nando-consegue-transferencia-a-capital-durante-juri>>. Acesso 22/jun/2020.

VALÉRY, Paul. Au sujet d'Adonis. In: **Variété**. 3. Ed. Paris: Gallimard, 1927, p.81.

VERNANT, Jean-Pierre. **As Origens do Pensamento Grego**. Trad. Ísis Borges B. da Fonseca. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

VIEIRA, Jair Lot. **Código de Hamurabi; Código de Manu (Livros Oitavo e Nono); Lei das 12 Tábuas**. São Paulo: Edipro – Grupo Editorial, 2017

WOLFF, Étienne. **La Science des monstres**. Paris: Gallimard, 1948.

ZURUTUZA, Anahi. Cruel, mas que parece normal, Nando tem perfil de serial killer, diz psiquiatra. **Campo Grande News**, Campo Grande, 2016. 02/12/2016. Disponível em <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/cruel-mas-que-parece-normal-nando-tem-perfil-de-serial-killer-diz-psiquiatra>>. Acesso 22/jun/2020.



10. ANEXOS



10.1 Quadro

Quadro 1 - Em ordem alfabética por nome dos autores, trabalhos encontrados na Plataforma Sucupira até 22 de maio de 2021, com os descritores Serial+Killer, Psicopata, Psicopatia e Escala+Hare:

Nome do pesquisador	Título do trabalho	Área	Nível
ACHÁ, Maria F.F.	Funcionamento executivo e traços de psicopatia em jovens infratores	Psiquiatria	Mestrado
ALBUQUERQUE, Andrea de Oliveira	Efeitos modulatórios da acupuntura e da eletroacupuntura sobre a inflamação e o estresse oxidativo no fígado de ratos deprimidos	Ciências médico-cirúrgicas	Mestrado
ALVARENGA, Marco Antonio Silva	Estudo das diferenças individuais da psicopatia, por meio da Escala HARE (PCL-R), no contexto mineiro'	Psicologia	Mestrado
ALVARES, Julia Paglioza	Características da teoria da mente em criminosos com transtorno de personalidade anti-social	Medicina e Ciências da Saúde	Mestrado
AZAMBUJA, Simone Pereira de Oliveira	As representações psicopatológicas de autores de crime hediondo no exame de Rorschach	Psicologia	Mestrado
BARBOSA, Felipe Miranda	Caracterização de Comportamentos Antissociais em Infantojuvenis	Psicologia	Mestrado
BARBOSA, Maria Aparecida	A loucura, O crime e a Arte de Cardillac? análise e tradução do conto? <i>Das Fräulein von Scuderi?</i> , de E.T.A. Hoffmann'	Literatura	Doutorado
BARROS, Daniel Martins	Correlação entre grau de psicopatia, nível de julgamento moral e resposta psicofisiológica em jovens infratores'	Psiquiatria	Doutorado
BEHEREGARA Y, Andréa Pereira	Situação Jurídico-Penal e Fatores de Risco em Adolescentes em Conflito com a Lei'	Ciências Criminais	Mestrado
BEZERRA, Priscila Barbosa	A relação entre agressividade, funções executivas e comportamento antissocial em universitários	Psicologia	Mestrado
BONANI, Elisa Walleska Kruger Alves da Costa	A falência da medida de segurança: da exclusão à alteridade	Psicologia Clínica e Cultura	Doutorado
BORZUK, Cristiane Souza	O fortalecimento das explicações naturais para os fenômenos sociais ligados ao crime'	Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano	Doutorado
BOTTON, Fernanda Martins Verdasca	A lira assassina de Orfeu: Bernardo Santareno e os intertextos de 'O Inferno'	Letras (Literatura Portuguesa)	Doutorado

CALDEIRA, Barbara Lopes	Entre assassinatos em série e uma série de assassinatos: o tecer da intriga nas construções narrativas de mulheres mortas e seus agressores nas páginas de dois impressos mineiros	Comunicação Social	Mestrado
CAMPOS, Maria Elisa Fonseca Goduardo.	Da classificação ao diagnóstico: a psicopatia entre a norma e a subjetividade'	Psicologia	Doutorado
CASTELLANA, Gustavo Bonini	Comparação de traços psicopáticos entre jovens infratores e não-infratores	Psiquiatria	Mestrado
CHAZAN, Rodrigo	Papel de fatores Ambientais Adversos, Funcionamento Familiar e Psicopatologia Parental na Resposta ao Tratamento com Metilfenidato em Crianças e Adolescentes com TDAH	Ciências Médicas: Psiquiatria	Mestrado
CORDEIRO, Nara Cintia Alves	Análise taxométrica da psicopatia em uma amostra comunitária	Psicologia	Mestrado
CORREIA, Rosana Helena Ferreira	Serial Killers : uma análise da investigação criminal brasileira'	Ciências Criminais	Mestrado
COSTA, Ariela Raissa Lima	Desejabilidade social e instrumentos de autorrelato de traços de psicopatia'	Psicologia	Mestrado
COSTA, Christian Da Silva	Propriedades Psicométricas da PCL-SV na População Carcerária Brasileira: Estudo de Validação da Escala PCL-SV'	Psiquiatria e Psicologia Médica	Mestrado
DAVOGLIO, Tárcia Rita	Instrumentos de avaliação de traços de personalidade psicopática em jovens sul-brasileiros: evidências de validade.'	Psicologia	Doutorado
ESTEVES, Germano Gabriel Lima	Comportamento antissocial: uma avaliação a partir da agressividade, personalidade e psicopatia	Psicologia	Mestrado
FAVARIM, Aline Mendes	Psicopatia e assassinos em série: um estudo a partir das perspectivas do criminoso e da vítima	Ciências Criminais	Mestrado
FERRO, Rodrigo Cavalcante	A responsabilidade penal do psicopata delinquente ante a legislação penal brasileira: qual o tratamento dispensado ao psicopata criminoso, como resposta ao seu ilícito praticado?	Direito	Mestrado
FERRUZZI, Aleteia Henklain	DFH e adolescentes em conflito com a lei: evidências de validade.	Psicologia	Mestrado
FILHO, Nelson Hauck	Teoria e avaliação da personalidade psicopática: construção e evidências de validade de um instrumento de autorrelato para uso na população geral	Psicologia	Doutorado

FONSECA, Caue De Vargas	Um <i>serial killer</i> na praia do cassino – o retorno ao caso titica pelas vozes do acontecimento'	Ciências da comunicação	Mestrado
GAIARSA, André Luiz	O Entre: a objetividade da subjetividade'	Psicologia	Mestrado
GALANTE, Eloá Ribeiro	O percurso do Barba-Azul: do conto popular a Angela Carter	Letras	Mestrado
GARCIA, Roseana Moraes	A Tendência Anti-social em D.W. Winnicott	Psicologia Clínica	Mestrado
GOIS, Alan Diogenes	<i>The dark tetrad of personality and the accounting information quality: the moderating effect of corporate reputation</i>	Controladoria e contabilidade	Doutorado
GOMES, Cema Cardona	Psicopatia e agressividade em mulheres apenadas'	Psicologia	Mestrado
GRIZON, Angela	Déficits no reconhecimento de faces emocionais em crianças com traços callous-unemotional'	Psicologia	Mestrado
HOFFMEISTER, Fernanda Xavier	Avaliação de mulheres privadas de liberdade: personalidade e maternidade'	Psicologia	Mestrado
INADA, Jaqueline Feltrin	Lei e sexualidade: um estudo psicanalítico sobre os crimes de estupro	Psicologia Clínica	Doutorado
JOZEF, Flavio	O criminoso homicida: estudo clínico psiquiátrico	Psiquiatria e saúde mental	Doutorado
JUNIOR, Fabio de Paula Assis	Sociopatas digitais: comportamento antissocial e empatia em ambientes virtuais	Tecnologia da inteligência e Design digital	Mestrado
SILVA JÚNIOR, Osnir Claudiano da	O curso de especialização em visitadoras sociais da assistência aos psicopatas do Distrito Federal	Educação	Mestrado
KATEKAWA, Henrique Eidin	O fenômeno otaku: de problema social à solução política	Letras – Cultura Japonesa	Mestrado
LAZZARON, Leandra Regina	Jovem Aprisionado Em Regime Semi-Aberto: Um Estudo Transdisciplinar	Ciências Criminais	Mestrado
LEME, Michele Oliveira De Abreu	Da imputabilidade do psicopata'	Direito	Mestrado
LIMA, Klaylian Marcela Santos	Os assassinos seriais: uma abordagem psicanalítica	Psicologia Clínica	Mestrado
LOPES, Priscilla Sant'Anna Cairolí	A Escrita em Blogs na Constituição do Sujeito Adolescente	Psicologia	Mestrado
LÜHRING, Güinter Santana	Avaliação de traços de psicopatia e abuso de drogas em uma amostra de adolescentes em conflito com a lei	Psicologia	Mestrado
MAI, Luanza Pavesi	A narrativa de crimes de assassinatos cruéis: um estudo psicanalítico.	Psicologia	Mestrado
MAIA, Kenia Soares	Cartografando adolescências	Psicologia	Mestrado

MARQUES, Felipe Diniz	Psicodiagnóstico e avaliação penal: marginalização ou cuidado? Contribuições à luz da filosofia da linguagem'	Psicologia Clínica e Cultura	Mestrado
MARTINS, Liliane Domingos	Rorschach performance assessment system em crianças	Psicologia	Doutorado
MELO, Bernardo Dolabella	Quando a bela é a fera: Investigação sobre o funcionamento perverso em mulheres serial killers'	Psicologia	Mestrado
MONTEIRO, Katia Alvares de Carvalho	O tratamento do gozo no autismo: clínica psicanalítica e objetos autísticos	Teoria Psicanalítica	Mestrado
MONTEIRO, Renan Pereira	Entendendo a psicopatia: contribuição dos traços de personalidade e valores humanos	Psicologia Social	Mestrado
MONTEIRO, Renan Pereira	Tríade sombria da personalidade: conceitos, medição e correlatos	Psicologia Social	Doutorado
MORANA, Hilda Clotilde Penteadó	Identificação do ponto de corte para a escala PCL-R (<i>Psychopathy Checklist Revised</i>) em população forense brasileira: caracterização de dois subtipos da personalidade; transtorno global e parcial	Psiquiatria	Doutorado
MOTTA, Manoel Barros da	O crime à luz da psicanálise lacaniana'	Teoria Psicanalítica	Doutorado
NASCIMENTO, Patricia Paula	Avaliação de traços psicopáticos na população jovem: evidências de validade do <i>Inventory of Callous-Unemotional Traits</i>	Psicologia	Mestrado
NOBREGA, Vannucia Karla de Medeiros	Representações sociais do comportamento agressivo do homem sob a ótica da mulher em situação de violência	Enfermagem	Mestrado
OLIVEIRA, Larissa Bacelete de Souza	Repetição e angústia nas origens da perversão	Psicologia	Mestrado
OLIVEIRA, Licurgo Joseph Mourao de	Orçamento Público Biopolítico: Corrupção, Transparência e Efetividade dos Gastos	Direito	Doutorado
PACHECO, Pedro José	Pesquisas do cérebro e psicopatias: a potencialidade do criminoso justificada por saberes científicos	Psicologia	Doutorado
PAULO, Arthur Santana de	Imputabilidade Penal nos Casos de Psicopatia à Luz das Neurociências e da Bioética	Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva	Mestrado
PEREIRA, Ana Augusta Maria	Da fantasia de infância ao infantil na fantasia: a direção do tratamento na psicanálise com crianças	Psicologia Clínica	Doutorado
PERES, Kênia Maísa	Estudos sobre a psicopatia	Psicologia Clínica	Mestrado

RIBEIRO, Sandra Maria Patricio	Anatomia social de um crime em família: estudo psicossocial sobre a dialética dos discursos e representações sobre família, afetos, homens e mortes	Psicologia Social	Mestrado
RODRIGUES, Pedro Da Costa E Silva	Proposta para implementação de avaliação forense para criminosos psicopatas no estado do Paraná Curitiba/PR 2017'	Psicologia	Mestrado
RONCHETTI, Ramiro	Estudo de revisão e fidedignidade do inventário de psicopatia de HARE: versão jovens (PCL: YV).	Psicologia	Mestrado
SANSON, Ana Cristina Monteiro	A Influência do Fator "Gênero Feminino" na Prática do Ato Infracional de Homicídio	Ciências Criminais	Mestrado
SANTOS, Cibeli Simões dos	Laudo Criminológico: Um lugar Paradoxal de Conflito Ideológico entre o Discurso Jurídico e o Discurso Médico	Linguística	Mestrado
SANTOS, Julia Nunes de Souza	Psicopatia e Vitimização em Autores de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	Psicologia	Mestrado
SANTOS, Leonardo Andrade dos	Tendências da produção acadêmica nacional sobre o uso de drogas e o ato infracional na adolescência	Adolescente em conflito com a lei	Mestrado profissional
SANTOS, Marcia Maria Pereira	Personalidade de criminoso sexuais: um estudo com o método de Rorschach e com a Escala HARE	Psicologia	Mestrado
SANTOS, Maria Josefina Medeiros	Sob o véu da psicopatia	Psicologia	Mestrado
SANTOS, Thiara Ribeiro	O fascínio do serial killer: protagonismo e naturalização da anormalidade em Dexter	Comunicação e Semiótica	Doutorado
SAVAZZONI, Simone De Alcantara	Psicopatia: uma proposta de regime especial para cumprimento de pena	Direito	Doutorado
SCARPARO, Mariella Ometto	Comportamento social e volume de substância branca cerebral em adolescentes vítimas de maus tratos	Fisiopatologia Experimental	Mestrado
SEIXAS, André Augusto Anderson	"Instituto de Psiquiatria - FMUSP: O contexto histórico social em São Paulo entre as décadas de 1920 a 1950 para recepção da psiquiatria como um saber médico"	Psiquiatria	Mestrado
SERAFIM, Antônio de Pádua	Correlação entre ansiedade e comportamento criminoso: padrões de respostas psicofisiológicas em homicidas	Fisiopatologia Experimental	Doutorado
SEREZA, Luiz Carlos	"Quebrando o silêncio", uma análise da ideia de serial killer em <i>The silence of the lambs</i> (1980-2002)'	História	Doutorado

SILVA, Aline Gomes da	Tríade sombria da personalidade e as relações sociais: estudos exploratórios	Psicologia	Mestrado
SILVA, Bruno dos Santos	A psicopatia como categoria jurídica	Direito	Mestrado
SILVA, Cristina Aparecida Medeiros Nunes da	Relação entre procrastinação acadêmica e traços de psicopatia: efeito moderador do estresse percebido	Psicologia	Mestrado
SILVA, Luciano Cabral da	The fourfold serial killer in Bret Easton Ellis's American Psycho	Letras	Mestrado
SILVA, Roberta Salvador	Psicopatia e Reconhecimento de Expressões Faciais de Emoções em Presidiárias'	Psicologia	Mestrado
SILVEIRA, Fernando Jose	Pfister e Zulliger - SC na avaliação psicológica em contexto carcerário	Psicologia	Doutorado
SIMOES, Natalia Costa	Evidências de validade de um índice de psicopatia a partir do Big Five Inventory'	Psicologia	Mestrado
SOUZA, Marcia Figueredo D.	Manobras financeiras e o Dark Triad: o despertar do lado sombrio na gestão	Controladoria e Contabilidade	Doutorado
TERRA, Osmar Gasparini	Relação entre o comportamento agressivo e/ou violento e alterações na neuroimagem: revisão sistemática	Medicina e Ciências da Saúde	Mestrado
VARGAS, Fernanda de	Correlacionando depressão, ansiedade e traços de psicopatia: um estudo com indivíduos privados de liberdade	Psicologia	Mestrado
WATANABE, Adriano Luis Alves	Adaptação e Parâmetros Psicometricos do APSD – <i>Antisocial Process Screening Device</i>	Psicologia	Mestrado
YAMADA, Lia Toyoko.	O Horror e o Grotesco na Psicologia: A Avaliação da Psicopatia Através da Escala Hare PCL- R (<i>Psychopathy Checklist Revised</i>) de Robert Hare	Psicologia	Mestrado
ZANCANARO, Joao Rodrigo	Fatores associados a traços psicopáticos em presidiários homicidas	Psicologia	Mestrado

Fonte: Elaborada pelo autor



10.2 Fotos

Figura 17: Tribunal do Júri



Fonte: Foto tirada pelo autor. Autorizada a publicação.

Figura 18: A porta de saída do Tribunal do Júri



Fonte: Foto tirada pelo autor. Autorizada a publicação.

Figura 21: O réu e a defesa.



Fonte: Foto tirada pelo autor. Autorizada a publicação.

Figura 22: A vigilância e o réu.



Fonte: Foto tirada pelo autor. Autorizada a publicação.



10.3 Questionário aplicado aos alunos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO

Como parte integrante de uma pesquisa de doutorado inserida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a orientação do Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório, eu, **Heriel Luz**, venho gentilmente pedir sua cooperação para responder a este questionário.

A finalidade deste é a de conhecer um pouco alguns aspectos d(x)s graduand(x)s ou profissionais inseridos em áreas correlatas ou específicas da psicologia. Para isso foram elencadas algumas perguntas envolvendo temáticas direta ou indiretamente relacionadas aos saberes *psi*.

Por ser um requisito importante ao participante da pesquisa que tenha tido acesso às disciplinas de Avaliação Psicológica, Ética Profissional e Psicopatologia, caso **não** tenha concluído uma ou mais dessas disciplinas, marque-as abaixo. **Somente se não tiveram sido concluídas:**

() Avaliação Psicológica

() Ética Profissional

Abaixo estarão algumas orientações. Leia-as atentamente:

- ✓ A participação na pesquisa é voluntária, contudo, ela é muito importante;
- ✓ Por questões de sigilo, sua identidade será preservada e por isso não é preciso identificar-se e nem registrar seu nome no caderno;
- ✓ Responda de forma espontânea e tranquila às questões da próxima folha;
- ✓ Não há respostas certas ou erradas;
- ✓ Procure responder a todas às questões conforme as orientações dispostas no cabeçalho do questionário de pesquisa da próxima página.

Questionário de Pesquisa

A seguir você encontrará frases relativas à Psicologia, Psicopatia e Avaliação Psicológica. Para cada uma delas indique, por favor, o seu grau de concordância baseado no conhecimento e contato com a temática adquiridos na graduação em psicologia. Para isso utilize a seguinte escala conforme o exemplificado abaixo:

Concordo totalmente 1
 Concordo 2
 Nem concordo e nem discordo 3
 Discordo 4
 Discordo totalmente 5

Exemplo:

O ambiente acadêmico é um espaço de discussão de ideias.

1. A Psicologia é uma ciência.
2. A Psicologia surge no fim do século XIX.
3. A Psicologia Científica deriva diretamente de vertentes filosóficas.
4. Historicamente, a Psicologia preocupou-se em contribuir com a melhoria das condições de vida.
5. A Psicologia orienta sua prática por prerrogativas éticas e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.
6. A Avaliação Psicológica produziu um instrumental científico, portanto, confiável.
7. A aplicação da estatística aufere maior confiabilidade para a construção de instrumentais de Avaliação Psicológica.
8. As escalas de avaliação de personalidade, se bem aplicadas, fornecem dados precisos para a previsão de comportamentos humanos.
9. A psicopatia é uma falha de caráter.
10. O psicopata é um doente incurável.
11. Os processos subjetivos são eminentemente individuais e independem das relações sociais.
12. Por serem ferramentas científicas fidedignas, os instrumentos de avaliação são imparciais.

13. O psicopata é um criminoso perigoso.
14. Para proteção à sociedade, o sujeito classificado de psicopata deve ser isolado do convívio social.
15. O psicopata é destituído de consciência.
16. O psicopata não possui empatia.
17. A Escala Hare é um instrumento confiável para detecção de comportamentos psicopáticos.
18. Os comportamentos psicopáticos estão descritos adequadamente no DSM-V (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – 5ª edição).
19. A classificação de 'Sujeito Psicopata' é realizada conjuntamente pelos profissionais de psicologia e de psiquiatria.
20. Os comportamentos psicopáticos estão associados à manifestação da loucura.
21. Os *Serial Killers* são sujeitos psicopatas.
22. O psicopata é, por natureza, criminoso.
23. A classificação 'Psicopata' foi produzida pela psicologia em conjunto com a psiquiatria.
24. O psicopata tem uma disfunção cerebral que dificulta o processamento das emoções pelo sistema límbico.
25. Para casos de psicopatia, a Avaliação Psicológica corrobora os dados da Avaliação Neurológica por Tomografia Computadorizada.
26. Os resultados fisiológicos comprovam o déficit socioemotivo em casos de psicopatia.
27. O psicopata é um sujeito inteligente e maquiavélico, que tem suas emoções sob controle.
28. Sinto-me mais seguro quando maníacos, a exemplo do Maníaco da Cruz, permanecem presos.
29. É possível identificar traços de psicopatia ainda na infância.
30. O Estado deve defender prioritariamente a coletividade, punindo o indivíduo perigoso e prevenindo quaisquer ameaças à segurança e ao bem-estar dos cidadãos.

Agradeço muito por sua participação!

Campo Grande, 16 de agosto de 2018.

Questionário de Pesquisa

A seguir você encontrará frases relativas à Psicologia, Psicopatia e Avaliação Psicológica. Para cada uma delas indique, por favor, o seu grau de concordância baseado no conhecimento e contato com a temática adquiridos na graduação em psicologia. Para isso utilize a seguinte escala conforme o exemplificado abaixo:

Concordo totalmente 1
 Concordo 2
 Nem concordo e nem discordo 3
 Discordo 4
 Discordo totalmente 5

Exemplo:

O ambiente acadêmico é um espaço de discussão de ideias. 2

1. A Psicologia é uma ciência. 2
2. A Psicologia surge no fim do século XIX. 5
3. A Psicologia Científica deriva diretamente de vertentes filosóficas. 1
4. Historicamente, a Psicologia preocupou-se em contribuir com a melhoria das condições de vida. 4
5. A Psicologia orienta sua prática por prerrogativas éticas e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1
6. A Avaliação Psicológica produziu um instrumental científico, portanto, confiável. 3
7. A aplicação da estatística auferiu maior confiabilidade para a construção de instrumentais de Avaliação Psicológica. 2
8. As escalas de avaliação de personalidade, se bem aplicadas, fornecem dados precisos para a previsão de comportamentos humanos. 3
9. A psicopatia é uma falha de caráter. 5
10. O psicopata é um doente incurável. 5
11. Os processos subjetivos são eminentemente individuais e independem das relações sociais. 5
12. Por serem ferramentas científicas fidedignas, os instrumentos de avaliação são imparciais. 5
13. O psicopata é um criminoso perigoso. 5
14. Para proteção à sociedade, o sujeito classificado de psicopata deve ser isolado do convívio social. 4
15. O psicopata é destituído de consciência. 4
16. O psicopata não possui empatia. 4
17. A Escala Hare é um instrumento confiável para detecção de comportamentos psicopáticos. 3
18. Os comportamentos psicopáticos estão descritos adequadamente no DSM-V (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – 5ª edição). 4
19. A classificação de 'Sujeito Psicopata' é realizada conjuntamente pelos profissionais de psicologia e de psiquiatria. 4
20. Os comportamentos psicopáticos estão associados à manifestação da loucura. 3
21. Os *Serial Killers* são sujeitos psicopatas. 3
22. O psicopata é, por natureza, criminoso. 5
23. A classificação 'Psicopata' foi produzida pela psicologia em conjunto com a psiquiatria. 4
24. O psicopata tem uma disfunção cerebral que dificulta o processamento das emoções pelo sistema límbico. 3
25. Para casos de psicopatia, a Avaliação Psicológica corrobora os dados da Avaliação Neurológica por Tomografia Computadorizada. 4
26. Os resultados fisiológicos comprovam o déficit socioemotivo em casos de psicopatia. 3
27. O psicopata é um sujeito inteligente e maquiavélico, que tem suas emoções sob controle. 4
28. Sinto-me mais seguro quando maníacos, a exemplo do Maníaco da Cruz, permanecem presos. 4
29. É possível identificar traços de psicopatia ainda na infância. 3
30. O Estado deve defender prioritariamente a coletividade, punindo o indivíduo perigoso e prevenindo quaisquer ameaças à segurança e ao bem-estar dos cidadãos. 5

Agradeço muito por sua participação!

Campo Grande, 6 de maio de 2018.

Questionário de Pesquisa

A seguir você encontrará frases relativas à Psicologia, Psicopatia e Avaliação Psicológica. Para cada uma delas indique, por favor, o seu grau de concordância baseado no conhecimento e contato com a temática adquiridos na graduação em psicologia. Para isso utilize a seguinte escala conforme o exemplificado abaixo:

- Concordo totalmente 1
 Concordo 2
 Nem concordo e nem discordo 3
 Discordo 4
 Discordo totalmente 5

Exemplo:

O ambiente acadêmico é um espaço de discussão de ideias.

1. A Psicologia é uma ciência.
2. A Psicologia surge no fim do século XIX.
3. A Psicologia Científica deriva diretamente de vertentes filosóficas.
4. Historicamente, a Psicologia preocupou-se em contribuir com a melhoria das condições de vida.
5. A Psicologia orienta sua prática por prerrogativas éticas e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.
6. A Avaliação Psicológica produziu um instrumental científico, portanto, confiável.
7. A aplicação da estatística afere maior confiabilidade para a construção de instrumentais de Avaliação Psicológica.
8. As escalas de avaliação de personalidade, se bem aplicadas, fornecem dados precisos para a previsão de comportamentos humanos.
9. A psicopatia é uma falha de caráter.
10. O psicopata é um doente incurável.
11. Os processos subjetivos são eminentemente individuais e independem das relações sociais.
12. Por serem ferramentas científicas fidedignas, os instrumentos de avaliação são imparciais.

13. O psicopata é um criminoso perigoso.
14. Para proteção à sociedade, o sujeito classificado de psicopata deve ser isolado do convívio social.
15. O psicopata é destituído de consciência.
16. O psicopata não possui empatia.
17. A Escala Hare é um instrumento confiável para detecção de comportamentos psicopáticos.
18. Os comportamentos psicopáticos estão descritos adequadamente no DSM-V (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – 5ª edição).
19. A classificação de 'Sujeito Psicopata' é realizada conjuntamente pelos profissionais de psicologia e de psiquiatria.
20. Os comportamentos psicopáticos estão associados à manifestação da loucura.
21. Os Serial Killers são sujeitos psicopatas.
22. O psicopata é, por natureza, criminoso.
23. A classificação 'Psicopata' foi produzida pela psicologia em conjunto com a psiquiatria.
24. O psicopata tem uma disfunção cerebral que dificulta o processamento das emoções pelo sistema límbico.
25. Para casos de psicopatia, a Avaliação Psicológica corrobora os dados da Avaliação Neurológica por Tomografia Computadorizada.
26. Os resultados fisiológicos comprovam o déficit socioemotivo em casos de psicopatia.
27. O psicopata é um sujeito inteligente e maquiavélico, que tem suas emoções sob controle.
28. Sinto-me mais seguro quando maníacos, a exemplo do Maníaco da Cruz, permanecem presos.
29. É possível identificar traços de psicopatia ainda na infância.
30. O Estado deve defender prioritariamente a coletividade, punindo o indivíduo perigoso e prevenindo quaisquer ameaças à segurança e ao bem-estar dos cidadãos.

Agradeço muito por sua participação!

Campo Grande, 16 de agosto de 2018.

Questionário de Pesquisa

A seguir você encontrará frases relativas à Psicologia, Psicopatia e Avaliação Psicológica. Para cada uma delas indique, por favor, o seu grau de concordância baseado no conhecimento e contato com a temática adquiridos na graduação em psicologia. Para isso utilize a seguinte escala conforme o exemplificado abaixo:

- Concordo totalmente 1
 Concordo 2
 Nem concordo e nem discordo 3
 Discordo 4
 Discordo totalmente 5

Exemplo:

O ambiente acadêmico é um espaço de discussão de ideias.

1. A Psicologia é uma ciência.
2. A Psicologia surge no fim do século XIX.
3. A Psicologia Científica deriva diretamente de vertentes filosóficas.
4. Historicamente, a Psicologia preocupou-se em contribuir com a melhoria das condições de vida.
5. A Psicologia orienta sua prática por prerrogativas éticas e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.
6. A Avaliação Psicológica produziu um instrumental científico, portanto, confiável.
7. A aplicação da estatística aufere maior confiabilidade para a construção de instrumentais de Avaliação Psicológica.
8. As escalas de avaliação de personalidade, se bem aplicadas, fornecem dados precisos para a previsão de comportamentos humanos.
9. A psicopatia é uma falha de caráter.
10. O psicopata é um doente incurável.
11. Os processos subjetivos são eminentemente individuais e independem das relações sociais.
12. Por serem ferramentas científicas fidedignas, os instrumentos de avaliação são imparciais.
13. O psicopata é um criminoso perigoso.
14. Para proteção à sociedade, o sujeito classificado de psicopata deve ser isolado do convívio social.
15. O psicopata é destituído de consciência.
16. O psicopata não possui empatia.
17. A Escala Hare é um instrumento confiável para detecção de comportamentos psicopáticos.
18. Os comportamentos psicopáticos estão descritos adequadamente no DSM-V (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – 5ª edição).
19. A classificação de 'Sujeito Psicopata' é realizada conjuntamente pelos profissionais de psicologia e de psiquiatria.
20. Os comportamentos psicopáticos estão associados à manifestação da loucura.
21. Os *Serial Killers* são sujeitos psicopatas.
22. O psicopata é, por natureza, criminoso.
23. A classificação 'Psicopata' foi produzida pela psicologia em conjunto com a psiquiatria.
24. O psicopata tem uma disfunção cerebral que dificulta o processamento das emoções pelo sistema límbico.
25. Para casos de psicopatia, a Avaliação Psicológica corrobora os dados da Avaliação Neurológica por Tomografia Computadorizada.
26. Os resultados fisiológicos comprovam o déficit socioemotivo em casos de psicopatia.
27. O psicopata é um sujeito inteligente e maquiavélico, que tem suas emoções sob controle.
28. Sinto-me mais seguro quando maníacos, a exemplo do Maníaco da Cruz, permanecem presos.
29. É possível identificar traços de psicopatia ainda na infância.
30. O Estado deve defender prioritariamente a coletividade, punindo o indivíduo perigoso e prevenindo quaisquer ameaças à segurança e ao bem-estar dos cidadãos.

Agradeço muito por sua participação!

Campo Grande, 16 de Agosto de 2018.

Questionário de Pesquisa

A seguir você encontrará frases relativas à Psicologia, Psicopatia e Avaliação Psicológica. Para cada uma delas indique, por favor, o seu grau de concordância baseado no conhecimento e contato com a temática adquiridos na graduação em psicologia. Para isso utilize a seguinte escala conforme o exemplificado abaixo:

- Concordo totalmente 1
 Concordo 2
 Nem concordo e nem discordo 3
 Discordo 4
 Discordo totalmente 5

Exemplo:

O ambiente acadêmico é um espaço de discussão de ideias.

1. A Psicologia é uma ciência.
2. A Psicologia surge no fim do século XIX.
3. A Psicologia Científica deriva diretamente de vertentes filosóficas.
4. Historicamente, a Psicologia preocupou-se em contribuir com a melhoria das condições de vida.
5. A Psicologia orienta sua prática por prerrogativas éticas e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.
6. A Avaliação Psicológica produziu um instrumental científico, portanto, confiável.
7. A aplicação da estatística aufere maior confiabilidade para a construção de instrumentais de Avaliação Psicológica.
8. As escalas de avaliação de personalidade, se bem aplicadas, fornecem dados precisos para a previsão de comportamentos humanos.
9. A psicopatia é uma falha de caráter.
10. O psicopata é um doente incurável.
11. Os processos subjetivos são eminentemente individuais e independem das relações sociais.
12. Por serem ferramentas científicas fidedignas, os instrumentos de avaliação são imparciais.

13. O psicopata é um criminoso perigoso.
14. Para proteção à sociedade, o sujeito classificado de psicopata deve ser isolado do convívio social.
15. O psicopata é destituído de consciência.
16. O psicopata não possui empatia.
17. A Escala Hare é um instrumento confiável para detecção de comportamentos psicopáticos.
18. Os comportamentos psicopáticos estão descritos adequadamente no DSM-V (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – 5ª edição).
19. A classificação de 'Sujeito Psicopata' é realizada conjuntamente pelos profissionais de psicologia e de psiquiatria.
20. Os comportamentos psicopáticos estão associados à manifestação da loucura.
21. Os *Serial Killers* são sujeitos psicopatas.
22. O psicopata é, por natureza, criminoso.
23. A classificação 'Psicopata' foi produzida pela psicologia em conjunto com a psiquiatria.
24. O psicopata tem uma disfunção cerebral que dificulta o processamento das emoções pelo sistema límbico.
25. Para casos de psicopatia, a Avaliação Psicológica corrobora os dados da Avaliação Neurológica por Tomografia Computadorizada.
26. Os resultados fisiológicos comprovam o déficit socioemotivo em casos de psicopatia.
27. O psicopata é um sujeito inteligente e maquiavélico, que tem suas emoções sob controle.
28. Sinto-me mais seguro quando maníacos, a exemplo do Maníaco da Cruz, permanecem presos.
29. É possível identificar traços de psicopatia ainda na infância.
30. O Estado deve defender prioritariamente a coletividade, punindo o indivíduo perigoso e prevenindo quaisquer ameaças à segurança e ao bem-estar dos cidadãos.

Agradeço muito por sua participação!

Campo Grande, __ de _____ de 2018.

Questionário de Pesquisa

A seguir você encontrará frases relativas à Psicologia, Psicopatia e Avaliação Psicológica. Para cada uma delas indique, por favor, o seu grau de concordância baseado no conhecimento e contato com a temática adquiridos na graduação em psicologia. Para isso utilize a seguinte escala conforme o exemplificado abaixo:

- Concordo totalmente 1
 Concordo 2
 Nem concordo e nem discordo 3
 Discordo 4
 Discordo totalmente 5

Exemplo:

O ambiente acadêmico é um espaço de discussão de ideias.

1. A Psicologia é uma ciência.
2. A Psicologia surge no fim do século XIX.
3. A Psicologia Científica deriva diretamente de vertentes filosóficas.
4. Historicamente, a Psicologia preocupou-se em contribuir com a melhoria das condições de vida.
5. A Psicologia orienta sua prática por prerrogativas éticas e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.
6. A Avaliação Psicológica produziu um instrumental científico, portanto, confiável.
7. A aplicação da estatística aufere maior confiabilidade para a construção de instrumentais de Avaliação Psicológica.
8. As escalas de avaliação de personalidade, se bem aplicadas, fornecem dados precisos para a previsão de comportamentos humanos.
9. A psicopatia é uma falha de caráter.
10. O psicopata é um doente incurável.
11. Os processos subjetivos são eminentemente individuais e independem das relações sociais.
12. Por serem ferramentas científicas fidedignas, os instrumentos de avaliação são imparciais.
13. O psicopata é um criminoso perigoso.
14. Para proteção à sociedade, o sujeito classificado de psicopata deve ser isolado do convívio social.
15. O psicopata é destituído de consciência.
16. O psicopata não possui empatia.
17. A Escala Hare é um instrumento confiável para detecção de comportamentos psicopáticos.
18. Os comportamentos psicopáticos estão descritos adequadamente no DSM-V (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – 5ª edição).
19. A classificação de 'Sujeito Psicopata' é realizada conjuntamente pelos profissionais de psicologia e de psiquiatria.
20. Os comportamentos psicopáticos estão associados à manifestação da loucura.
21. Os Serial Killers são sujeitos psicopatas.
22. O psicopata é, por natureza, criminoso.
23. A classificação 'Psicopata' foi produzida pela psicologia em conjunto com a psiquiatria.
24. O psicopata tem uma disfunção cerebral que dificulta o processamento das emoções pelo sistema límbico.
25. Para casos de psicopatia, a Avaliação Psicológica corrobora os dados da Avaliação Neurológica por Tomografia Computadorizada.
26. Os resultados fisiológicos comprovam o déficit socioemotivo em casos de psicopatia.
27. O psicopata é um sujeito inteligente e maquiavélico, que tem suas emoções sob controle.
28. Sinto-me mais seguro quando maníacos, a exemplo do Maníaco da Cruz, permanecem presos.
29. É possível identificar traços de psicopatia ainda na infância.
30. O Estado deve defender prioritariamente a coletividade, punindo o indivíduo perigoso e prevenindo quaisquer ameaças à segurança e ao bem-estar dos cidadãos.

Agradeço muito por sua participação!

Campo Grande, 16 de agosto de 2018.

Questionário de Pesquisa

A seguir você encontrará frases relativas à Psicologia, Psicopatia e Avaliação Psicológica. Para cada uma delas indique, por favor, o seu grau de concordância baseado no conhecimento e contato com a temática adquiridos na graduação em psicologia. Para isso utilize a seguinte escala conforme o exemplificado abaixo:

- Concordo totalmente 1
 Concordo 2
 Nem concordo e nem discordo 3
 Discordo 4
 Discordo totalmente 5

Exemplo:

O ambiente acadêmico é um espaço de discussão de ideias.

1. A Psicologia é uma ciência.
2. A Psicologia surge no fim do século XIX.
3. A Psicologia Científica deriva diretamente de vertentes filosóficas.
4. Historicamente, a Psicologia preocupou-se em contribuir com a melhoria das condições de vida.
5. A Psicologia orienta sua prática por prerrogativas éticas e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.
6. A Avaliação Psicológica produziu um instrumental científico, portanto, confiável.
7. A aplicação da estatística auferem maior confiabilidade para a construção de instrumentais de Avaliação Psicológica.
8. As escalas de avaliação de personalidade, se bem aplicadas, fornecem dados precisos para a previsão de comportamentos humanos.
9. A psicopatia é uma falha de caráter.
10. O psicopata é um doente incurável.
11. Os processos subjetivos são eminentemente individuais e independem das relações sociais.
12. Por serem ferramentas científicas fidedignas, os instrumentos de avaliação são imparciais.

13. O psicopata é um criminoso perigoso.
14. Para proteção à sociedade, o sujeito classificado de psicopata deve ser isolado do convívio social.
15. O psicopata é destituído de consciência.
16. O psicopata não possui empatia.
17. A Escala Hare é um instrumento confiável para detecção de comportamentos psicopáticos.
18. Os comportamentos psicopáticos estão descritos adequadamente no DSM-V (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – 5ª edição).
19. A classificação de 'Sujeito Psicopata' é realizada conjuntamente pelos profissionais de psicologia e de psiquiatria.
20. Os comportamentos psicopáticos estão associados à manifestação da loucura.
21. Os *Serial Killers* são sujeitos psicopatas.
22. O psicopata é, por natureza, criminoso.
23. A classificação 'Psicopata' foi produzida pela psicologia em conjunto com a psiquiatria.
24. O psicopata tem uma disfunção cerebral que dificulta o processamento das emoções pelo sistema límbico.
25. Para casos de psicopatia, a Avaliação Psicológica corrobora os dados da Avaliação Neurológica por Tomografia Computadorizada.
26. Os resultados fisiológicos comprovam o déficit socioemocional em casos de psicopatia.
27. O psicopata é um sujeito inteligente e maquiavélico, que tem suas emoções sob controle.
28. Sinto-me mais seguro quando maníacos, a exemplo do Maníaco da Cruz, permanecem presos.
29. É possível identificar traços de psicopatia ainda na infância.
30. O Estado deve defender prioritariamente a coletividade, punindo o indivíduo perigoso e prevenindo quaisquer ameaças à segurança e ao bem-estar dos cidadãos.

Agradeço muito por sua participação!

Campo Grande, 16 de agosto de 2018.

Questionário de Pesquisa

A seguir você encontrará frases relativas à Psicologia, Psicopatia e Avaliação Psicológica. Para cada uma delas indique, por favor, o seu grau de concordância baseado no conhecimento e contato com a temática adquiridos na graduação em psicologia. Para isso utilize a seguinte escala conforme o exemplificado abaixo:

- Concordo totalmente 1
 Concordo 2
 Nem concordo e nem discordo 3
 Discordo 4
 Discordo totalmente 5

Exemplo:

O ambiente acadêmico é um espaço de discussão de ideias.

1. A Psicologia é uma ciência.
2. A Psicologia surge no fim do século XIX.
3. A Psicologia Científica deriva diretamente de vertentes filosóficas.
4. Historicamente, a Psicologia preocupou-se em contribuir com a melhoria das condições de vida.
5. A Psicologia orienta sua prática por prerrogativas éticas e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.
6. A Avaliação Psicológica produziu um instrumental científico, portanto, confiável.
7. A aplicação da estatística auferir maior confiabilidade para a construção de instrumentais de Avaliação Psicológica.
8. As escalas de avaliação de personalidade, se bem aplicadas, fornecem dados precisos para a previsão de comportamentos humanos.
9. A psicopatia é uma falha de caráter.
10. O psicopata é um doente incurável.
11. Os processos subjetivos são eminentemente individuais e independem das relações sociais.
12. Por serem ferramentas científicas fidedignas, os instrumentos de avaliação são imparciais.
13. O psicopata é um criminoso perigoso.
14. Para proteção à sociedade, o sujeito classificado de psicopata deve ser isolado do convívio social.
15. O psicopata é destituído de consciência.
16. O psicopata não possui empatia.
17. A Escala Hare é um instrumento confiável para detecção de comportamentos psicopáticos.
18. Os comportamentos psicopáticos estão descritos adequadamente no DSM-V (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – 5ª edição).
19. A classificação de 'Sujeito Psicopata' é realizada conjuntamente pelos profissionais de psicologia e de psiquiatria.
20. Os comportamentos psicopáticos estão associados à manifestação da loucura.
21. Os Serial Killers são sujeitos psicopatas.
22. O psicopata é, por natureza, criminoso.
23. A classificação 'Psicopata' foi produzida pela psicologia em conjunto com a psiquiatria.
24. O psicopata tem uma disfunção cerebral que dificulta o processamento das emoções pelo sistema límbico.
25. Para casos de psicopatia, a Avaliação Psicológica corrobora os dados da Avaliação Neurológica por Tomografia Computadorizada.
26. Os resultados fisiológicos comprovam o déficit socioemotivo em casos de psicopatia.
27. O psicopata é um sujeito inteligente e maquiavélico, que tem suas emoções sob controle.
28. Sinto-me mais seguro quando maníacos, a exemplo do Maníaco da Cruz, permanecem presos.
29. É possível identificar traços de psicopatia ainda na infância.
30. O Estado deve defender prioritariamente a coletividade, punindo o indivíduo perigoso e prevenindo quaisquer ameaças à segurança e ao bem-estar dos cidadãos.

Agradeço muito por sua participação!

Campo Grande, 14 de Agosto de 2018.

Questionário de Pesquisa

A seguir você encontrará frases relativas à Psicologia, Psicopatia e Avaliação Psicológica. Para cada uma delas indique, por favor, o seu grau de concordância baseado no conhecimento e contato com a temática adquiridos na graduação em psicologia. Para isso utilize a seguinte escala conforme o exemplificado abaixo:

- Concordo totalmente 1
 Concordo 2
 Nem concordo e nem discordo 3
 Discordo 4
 Discordo totalmente 5

Exemplo:

O ambiente acadêmico é um espaço de discussão de ideias.

1. A Psicologia é uma ciência.
2. A Psicologia surge no fim do século XIX.
3. A Psicologia Científica deriva diretamente de vertentes filosóficas.
4. Historicamente, a Psicologia preocupou-se em contribuir com a melhoria das condições de vida.
5. A Psicologia orienta sua prática por prerrogativas éticas e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.
6. A Avaliação Psicológica produziu um instrumental científico, portanto, confiável.
7. A aplicação da estatística auferiu maior confiabilidade para a construção de instrumentais de Avaliação Psicológica.
8. As escalas de avaliação de personalidade, se bem aplicadas, fornecem dados precisos para a previsão de comportamentos humanos.
9. A psicopatia é uma falha de caráter.
10. O psicopata é um doente incurável.
11. Os processos subjetivos são eminentemente individuais e independem das relações sociais.
12. Por serem ferramentas científicas fidedignas, os instrumentos de avaliação são imparciais.
13. O psicopata é um criminoso perigoso.
14. Para proteção à sociedade, o sujeito classificado de psicopata deve ser isolado do convívio social.
15. O psicopata é destituído de consciência.
16. O psicopata não possui empatia.
17. A Escala Hare é um instrumento confiável para detecção de comportamentos psicopáticos.
18. Os comportamentos psicopáticos estão descritos adequadamente no DSM-V (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – 5ª edição).
19. A classificação de 'Sujeito Psicopata' é realizada conjuntamente pelos profissionais de psicologia e de psiquiatria.
20. Os comportamentos psicopáticos estão associados à manifestação da loucura.
21. Os Serial Killers são sujeitos psicopatas.
22. O psicopata é, por natureza, criminoso.
23. A classificação 'Psicopata' foi produzida pela psicologia em conjunto com a psiquiatria.
24. O psicopata tem uma disfunção cerebral que dificulta o processamento das emoções pelo sistema límbico.
25. Para casos de psicopatia, a Avaliação Psicológica corrobora os dados da Avaliação Neurológica por Tomografia Computadorizada.
26. Os resultados fisiológicos comprovam o déficit socioemotivo em casos de psicopatia.
27. O psicopata é um sujeito inteligente e maquiavélico, que tem suas emoções sob controle.
28. Sinto-me mais seguro quando maníacos, a exemplo do Maníaco da Cruz, permanecem presos.
29. É possível identificar traços de psicopatia ainda na infância.
30. O Estado deve defender prioritariamente a coletividade, punindo o indivíduo perigoso e prevenindo quaisquer ameaças à segurança e ao bem-estar dos cidadãos.

Agradeço muito por sua participação!

Campo Grande, 14 de agosto de 2018.



10.4 Plano de ensino para a disciplina em Tópicos Especiais de Psicologia

PEDIDO DE ABERTURA DE DISCIPLINA EM TÓPICOS ESPECIAIS DE
PSICOLOGIA

Pelo presente pedimos gentilmente à Coordenação de Psicologia e ao Colegiado deste estimadíssimo Programa a abertura da disciplina **Estudos psicológicos sobre sujeitos psicopatas** em Tópicos Especiais a ser ministrada no segundo semestre de 2019, pelo professor doutor Antônio Carlos do Nascimento Osório e pelo aluno de doutorado do Programa de Pós-graduação em Educação Heriel Adriano Barbosa da Luz. O objetivo da disciplina é o de conjugar e aproximar as discussões propostas por Foucault ao longo de suas obras com a psicologia, além de subsidiar a pesquisa de doutorado em andamento intitulada: A IMAGEM DO INIMIGO SOCIAL: NO INTERSTÍCIO DA TERATOLOGIA DO INFAME.

Pretende-se ofertar essa disciplina prioritariamente aos alunos de psicologia a partir do 6º semestre em diante, estendendo aos demais interessados caso haja vagas não preenchidas pelos alunos prioritários, a disciplina **Estudos psicológicos sobre sujeitos psicopatas**, sendo vetada a participação de alunos com idade inferior aos 18 anos.

Agradecemos imensamente a cooperação e colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que por ventura se façam necessários.

Heriel Adriano Barbosa da Luz

Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório

Campo Grande, 07 de maio de 2019.

Obs.: Segue adiante o Plano de Ensino para a disciplina proposta:

PLANO DE ENSINO (2019/2):

Disciplina: Tópico especiais em psicologia (nº): Estudos psicológicos sobre sujeitos psicopatas

Carga horária: 68 horas

Professores: Antônio Carlos do Nascimento Osório e Heriel Adriano Barbosa da Luz

1. Ementa:

A produção sobre a teratologia e anormalidade, e a emergência da figura do psicopata no cenário científico da psicologia.

2. Objetivo:

- a) Apresentar um percurso pelo panorama das pesquisas sobre a teratologia;
- b) Demarcar os momentos de acoplamento e distanciamento dos saberes-poderes para a produção do dispositivo do exame;
- c) Propor uma nova rota de investigação sobre a psicopatia e avaliação psicopatológica;
- d) Problematizar a (im)possibilidade do atendimento psicológico a sujeitos diagnosticados com psicopatia.

3. Programa

- a) Quem são os anormais e o que é a anormalidade?
- b) Como o exame emerge do acoplamento jurídico/psicológico;
- b) Quem é o monstro social e qual sua função na defesa da sociedade;
- c) Epistemologias e teorias do conhecimento jus-psi sob judice;
- d) Governamentalidade, biopolítica, dispositivos e o sujeito;
- e) Da exclusão includente emerge o outro: o que é um rosto?

4. Procedimentos:

Aulas expositivas; filmes; documentários; estudos de caso; visitas ao tribunal do júri

5. Recursos:

Lousa, giz, Datashow, caixa de som.

6. Referências Bibliográficas:

FOUCAULT, Michel. A Verdade e as Formas Jurídicas. 2.ed. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1999.

FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2016.

FOUCAULT, Michel. Doença mental e psicologia. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, Michel. Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: Um caso de parricídio do século XIX apresentado por Michel Foucault*. Trad. Denize Lezan de Almeida. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

7. Avaliação:

2 trabalhos em forma de ensaios